

unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

DIANA ROCHA DA SILVA

AS CASAS DE ENSINO DO MARANHÃO: um
estudo de sua representação no período republicano
(1903-1912)

Araraquara – S. P.

2017

DIANA ROCHA DA SILVA

AS CASAS DE ENSINO DO MARANHÃO: um
estudo de sua representação no período republicano
(1903-1912)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Campus de Araraquara, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos Históricos, Filosóficos e Antropológicos sobre escola e cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Carlota Boto.

Araraquara – S. P.

2017

Silva, Diana Rocha da Silva.

As Casas de ensino no Maranhão: um estudo de sua representação no período republicano (1903-1912) / Diana Rocha da Silva. – Araraquara, SP, 2017.

276f : 22 cm

Tese (Doutorado em Educação Escolar) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara).

Orientadora: Profa. Dra. Carlota Boto

1. Grupo escolar. 2. Instrução pública maranhense. 3. Ensino primário. 4. História da educação. 5. Período republicano. I. Título.

DIANA ROCHA DA SILVA

AS CASAS DE ENSINO NO MARANHÃO: um
estudo de sua representação no período republicano
(1903-1912)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Campus de Araraquara, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos Históricos, Filosóficos e Antropológicos sobre escola e cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Carlota Boto.

Data da defesa: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Carlota Boto
Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/C. Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. Cesar Augusto Castro
Universidade Federal do Maranhão

Membro Titular: Prof. Dr. Carlos Roberto Monarcha
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Membro Titular: Prof. Dr. José Luis Bizelli
Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/C. Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. André Luiz Paulilo
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

DEDICATÓRIA

Ao pequeno Arthur e a sua irmã Renata.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me oportunizado concluir mais uma etapa dessa caminhada acadêmica e principalmente por ter me dado estrutura necessária para nos momento de adversidade ter equilíbrio para continuar.

Em segundo lugar, agradeço imensamente pela oportunidade de ter sido orientada pela professora Carlota Boto, a quem eu serei eternamente grata pelo zelo, ensino, orientação e pelo carinho dispensado a mim. Tudo foi mais produtivo e mais prazeroso a partir das aulas ministradas durante o curso de doutorado e das orientações presenciais e a distância. Obrigada pelas correções, pelas inúmeras indicações de leituras e por ter confiado que eu poderia finalizar esse trabalho. Tenho muito orgulho de ter passado esse período sob suas orientações. Agradeço pela paciência e gentileza dispensada a mim. Você se mostrou uma excelente orientadora. Obrigada minha querida professora!

Em terceiro lugar agradeço ao professor Cesar Augusto Castro por ter me incentivado e orientado desde a graduação a prosseguir na caminhada acadêmica, principalmente por ter me feito acreditar que eu poderia chegar até aqui. Obrigada Cesar! Suas orientações deram bons frutos e sou grata especialmente pelo carinho e cuidado que tem demonstrado a minha pessoa durante todo esse período. Obrigada pela leitura atenta do meu texto e por sugerir alguns caminhos para a melhoria do texto.

Agradeço ao professor Samuel Velázquez pelas horas de estudo, de orientações e de indicações de leitura. Obrigada pela simplicidade e humildade em dialogar conosco, pesquisadores do NEDHEL. Obrigada também por me fazer entender que o processo de pesquisa ao mesmo tempo em que é árduo, é também um processo gratificante, contínuo e cumulativo.

Agradeço aos professores Carlos Monarcha, pelas indicações de leitura, pelas orientações e apontamentos durante a elaboração deste trabalho. Aos professores André Luiz Paulilo e José Luis Bizelli por ter aceito ao convite para compor a minha banca e poderem contribuir com uma leitura cuidadosa e com reflexões que me auxiliarão na melhoria desse trabalho.

A todos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus Araraquara.

A todos os pesquisadores do Núcleo de Estudo e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras, especialmente a Jarina e Matheus pela revisão das referências e fontes incompletas e/ou ausentes. Obrigada a todos. Agradeço também, ao Departamento de Biblioteconomia e a Universidade Federal do Maranhão.

Faço um agradecimento especial as pessoas de meu convívio pessoal, a família, amigos que de uma forma ou de outra contribuíram sobremaneira para o meu aprendizado, para a minha estabilidade e equilíbrio pessoal e principalmente para que eu prosseguir em busca de um ideal.

Nesta oportunidade cito a minha mãe, Maria Julieta Rocha da Silva e o meu pai, Joaquim Batista da Silva (in-memória), que estiveram presentes físico e em memória, num esforço de me incentivar nessa caminhada. Agradeço especialmente por não medirem esforços para a minha formação pessoal, acadêmica e profissional. Agradeço ao meu marido, Jonivaldo, pelo companheirismo, incentivo, apoio, compreensão em todos os momentos. Ao meus filhos, Arthur e a minha filhinha Renata que está a caminho, vocês tornam tudo mais leve, mais sensato, mais agradável. Aos meus sobrinhos, irmãos, Joaquim, Beto e André, por ter confiado em mim, me incentivado nas horas mais delicadas. Obrigada por tudo! As minhas cunhadas e a minha sogra por em vários momentos ter suprido minha necessidade de tempo, para que eu me dedicasse a essa tese. Sou grata a todos, especialmente por ficarem felizes por mais esta conquista.

Aos amigos Gilvane, Marta, Eliene, Irajane, Almicéia, Luciana que de uma forma me ajudaram em palavras e mesmo em ações durante esse processo.

Agradeço aos amigos conquistados no Programa de Pós-Graduação, em especial a amiga Chaiane Medeiros, Natalina, Aparecida, Sandra, Kéllcia, e a querida Jessika, vocês contribuíram para que a minha estadia em Araraquara fosse mais agradável.

Agradeço à CAPES pela bolsa recebida e que me permitiu arcar com alguns gastos na produção dessa pesquisa.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

*Sim, seja o livro que domine os ânimos!
Venha à instrução pra derribar ameias!
Deus já nos disse por um velho apóstolo
Abrir escolas é fechar cadeias.*

*Juntem-se todos a este santo lábaro,
A tais congressos todo homem vem...
Aqui ao povo dá-se o pão do espírito,
Aqui o livro seu domínio tem.*

Lima Barata

Discurso de inauguração da escola estadual da Primeira Freguesia de São Luís, 1874.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Jornal A Escola.....	366
FIGURA 2: Jornal Diário do Maranhão.....	377
FIGURA 3: Jornal Pacotilha.	388
FIGURA 4: O Jornal.	399
FIGURA 5: Jornal O Porvir.	40
FIGURA 6: Jornal A Renascença.	4040
FIGURA 7: Jornal A Vida do Lar.....	41
FIGURA 8: Decreto de criação dos Grupos Escolares maranhenses.....	1011
FIGURA 9: Anúncio de criação dos Grupos Escolares.	1022
FIGURA 10: Anúncio de criação dos Grupos Escolares maranhenses	1023
FIGURA 11: Anúncio de criação do Grupo Escolar de São Bento	1044
FIGURA 12: Anúncio criação de Grupo Escolar em Codó.....	1055
FIGURA 13: Anúncio de criação de Grupo Escolar em Pedreira.....	1055
FIGURA 14: Horário de aula da primeira cadeira dos Grupos Escolares.	1077
FIGURA 15: Horário de aula da segunda cadeira dos Grupos Escolares.....	1088
FIGURA 16: Horário de aula da terceira cadeira dos Grupos Escolares.	10808
FIGURA 17: Aluna do Grupo Escolar.	1099
FIGURA 18: Festa de Gonçalves Dias.	1144
FIGURA 19: Festa de Gonçalves Dias.	1166
FIGURA 20: Exames Escolares – Grupo Escolar.....	1211
FIGURA 21: Entrega de Diploma Grupo Escolar Sotero dos Reis.	1211
FIGURA 22: Solenidade de Entrega de Diploma – Grupo Escolar.	1244
FIGURA 23: Entrega de Diploma – Grupo Escolar.	1255
FIGURA 24: Congresso Pedagógico.	12828
FIGURA 25: Anúncio de Aniversário de Professora do Grupo Escolar.....	12929
FIGURA 26: Anúncio de Aniversário de Aluno do Grupo Escolar.	12929
FIGURA 27: Anúncio de matrícula	13434
FIGURA 28: Anúncio de matrícula.	1344
FIGURA 29: Anúncio de matrícula.	1355
FIGURA 30: Anúncio de matrícula.	1355
FIGURA 31: Exames Escolares.....	1400

FIGURA 32: Exames Escolares.....	141 <u>1</u>
FIGURA 33: Poema a Escola.	146 <u>6</u>
FIGURA 34: Poema a Escola.	146 <u>47</u>
FIGURA 35: Poema Lamentação.	147 <u>50</u>
FIGURA 36: Projeto de Reforma da Instrução Pública Maranhense - 1883.....	150 <u>2</u>
FIGURA 37: Crítica a profissão docente	152 <u>3</u>
FIGURA 38: Crítica ao vencimento do professor primário.....	153 <u>5</u>
FIGURA 39: Crítica de professores enviadas ao Congresso Legislativo do Maranhão	155 <u>57</u>
FIGURA 40: Crítica ao vencimento de professores.....	157 <u>61</u>
FIGURA 41: Impressões de viagem.	161 <u>3</u>
FIGURA 42: Visita de Benedito leite.	163 <u>5</u>
FIGURA 43: Visita de Benedito Leite a Rosário.....	165 <u>6</u>
FIGURA 44: Visita do Bispo de São Luís ao Grupo Escolar de Rosário.....	166 <u>67</u>
FIGURA 45: Visita de Afonso Pena.	167 <u>70</u>
FIGURA 46: Visita do Grupo Escolar ao Palácio do Governo do Maranhão.	170 <u>0</u>
FIGURA 47: Visita do Grupo Escolar ao Palácio do Governo do Maranhão.	170 <u>3</u>
FIGURA 48: Notícia sobre o cenário da instrução pública maranhense, 1902.	173 <u>76</u>
FIGURA 50: Escola de Alcântara.	179 <u>179</u>
FIGURA 51: Crítica ao cenário educacional maranhense – 1914.	180 <u>0</u>

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Número de escolas públicas primárias.	889
QUADRO 2: Vencimento de professores 1895-1912.	92 <u>2</u>
QUADRO 3: Número de alunos matriculados no Primeiro Grupo Escolar.	132 <u>2</u>
QUADRO 4: Número de alunos matriculados no Segundo Grupo Escolar.	132 <u>2</u>
QUADRO 5: Modelo de Livro de Matrícula.	137 <u>37</u>

RESUMO

Visando combater as altas taxas de analfabetismo existentes no Maranhão no início do século XX e, ao mesmo tempo, impulsionar a educação pública primária, os governantes, incentivados pelos ideais republicanos, adotaram um modelo de escola considerado na época a melhor opção para a superação do atraso educacional: os Grupos Escolares Maranhenses. Criados em 1903, os grupos foram apresentados à sociedade como modelos de escola moderna, necessários e úteis. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é investigar se, de fato, essas escolas foram vistas como as Verdadeiras Casas de Ensino na sua primeira fase de implantação (1903 a 1912). Para tanto, é necessário compreender as permanências e as mudanças existentes no cenário educativo maranhense, que diferenciaram as escolas isoladas e os Grupos Escolares; analisar o cenário educacional da época, a influência mantida pelos intelectuais para a reconfiguração das escolas públicas primárias nesse período e as principais formas de notícias utilizadas para apresentar os grupos escolares como escolas de verdade. Para tanto, a pesquisa bibliográfica está baseada nos estudos de Chartier (1988), Ricoeur (1988) e Fourez (1995), elegendo a Representação como categoria principal, capaz de manter uma aproximação com o objeto de investigação; nos estudos de pesquisadores da história da educação e, em especial, a maranhense, privilegiando as obras que fazem referência à temática e ao período em questão. Em segundo lugar, recorre-se à pesquisa documental, detendo-se na análise e na seleção das mensagens publicadas nos jornais maranhenses no período de 1903 a 1912, e que abordam a temática pesquisada. Foram então selecionados os seguintes jornais: Diário do Maranhão, Pacotilha, A Escola, Vida no Lar, A Renascença, A República, Monitor Codoense, Jornal O Dia, O Jornal, O Porvir; e identificadas as seguintes categorias: “eventos, tempo escolar, formas literárias, organização escolar, percepção sobre a escola e críticas à instrução pública primária”. Essas categorias estão nas formas de anúncios, poemas, histórias, descrições. Para a definição dessas categorias foi efetuado um mapeamento das notícias publicadas nos dez jornais pesquisados, extraíndo os termos que se referiam à instrução pública primária do Maranhão, utilizando o processo de indexação de assuntos nas mensagens analisadas, classificando os termos em categorias gerais e definindo as categorias específicas. Para isso, foram criadas três tabelas: a primeira é responsável pela descrição do nome do jornal, preço, periodicidade, cidade, data, expediente, tipografia, assuntos, título da notícia e transcrição da mensagem; a segunda tabela apresenta as categorias gerais e os nomes dos jornais onde encontramos as mensagens correspondentes ao nosso objeto de estudo; e a última tabela faz uma relação entre os jornais e os anos de publicação das notícias. A análise das mensagens possibilitou conhecer aquilo que se falava sobre a escola, o modelo de escola que se queria, e evidenciou, por meio das críticas à instrução pública primária, o que precisava ser banido do cenário educacional. Este estudo aponta que os grupos escolares na sua primeira fase de criação foram considerados Verdadeiras Casas de Ensino, configurando-se como o melhor modelo de escola a ser implantado, capaz de formar o novo homem – afeito ao trabalho, respeitador das autoridades e da pátria.

Palavras-chave: Educação Maranhense. Instrução Pública Primária. Grupo Escolar. Representação.

ABSTRACT

Aiming to combat the high rates of illiteracy in Maranhão at the beginning of the 20th century and, at the same time, to boost primary public education, the rulers, encouraged by republican ideals, adopted a school model considered at the time the best option for overcoming the educational delay: the Maranhenses School Groups. Created in 1903, these groups were presented to society as models of modern school, necessary and useful. Thus, the objective of this study is to investigate whether these schools were seen as the True Teaching Houses in their first phase of implantation (1903 to 1912). Therefore, it is necessary to understand the permanencies and the changes that exist in the Maranhão educational scene, which differentiate isolated schools and School Groups; to analyze the educational scene of the time, the influence maintained by the intellectuals for the reconfiguration of the primary public schools in this period and the main forms of news used to present the school groups as truth schools. The bibliographic research is based on the studies of Chartier (1988), Ricoeur (1988) and Fourez (1995), choosing the Representation as main category, able to maintain the approach with the object of investigation; in the studies of researchers in the history of education and, especially, in Maranhão, focusing on works that refer to the theme and period in question. Secondly, documentary research is used, focusing on the analysis and selection of messages published in the newspapers of Maranhão from 1903 to 1912, highlighting the researched topic. The following newspapers were selected: *Diário do Maranhão*, *Pacotilha*, *A Escola*, *Vida no Lar*, *A Renascença*, *A República*, *Monitor Codoense*, *Jornal O Dia*, *O Jornal*, *O Porvir*; and identified the following categories: “events, school time, literary forms, school organization, school perceptions and criticisms of primary public education”. These categories are in the form of ads, poems, stories, descriptions. For the definition of these categories, a mapping of the news published in the ten newspapers surveyed was carried out, extracting the terms referring to the primary public education of Maranhão, using the process of indexing subjects in the analyzed messages, classifying the terms into general categories and defining the specific categories. For this, three tables were created: the first one is responsible for the description of the name of the newspaper, price, periodicity, city, date, dossier, typography, subjects, news headline and message transcription; the second table presents the general categories and the names of the newspapers where we find the messages corresponding to our object of study; and the last table makes a relation between the newspapers and the years of publication of the news. The analysis of the messages made it possible to know what was said about the school, the school model that was wanted, and evidenced, through criticism about primary public education, what had to be banished from the educational scene. This study points out that the school groups in their first phase of creation were considered True Teaching Houses, being configured as the best model of school to be implanted, able to form the new man - working, respectful of the authorities and the motherland.

Keywords: Education in Maranhão. Primary Public Instruction. School Group. Representation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	pressupostos teóricos e metodológicos.....	24
1.2	Caracterizando as fontes	35
2	CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO E ECONÔMICO DO MARANHÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA	44
2.1	Contexto político maranhense no final do século XIX e início do XX.....	45
2.2	A situação financeira no Maranhão na Primeira República	54
2.3	O que diziam os censos demográficos.....	58
3	A REPÚBLICA BRASILEIRA E OS IDEAIS DE ESCOLARIZAÇÃO	63
4	INTELECTUAIS DA EDUCAÇÃO E O INCENTIVO À ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA NO MARANHÃO	72
4.1	José Tomaz de Porciúncula e o projeto reformador de 1890.....	74
4.2	Lourenço de Sá e a obrigatoriedade do ensino	76
4.3	Benedito Pereira Leite: o modelador da educação	78
4.4	Barbosa de Godóis: a escola que se quer e o professor que se tem.....	83
5	AS ESCOLAS PRIMÁRIAS MARANHENSES NO INÍCIO DO SÉCULO XX..	87
6	AS CASAS DE ENSINO NO MARANHÃO	99
7	AS REPRESENTAÇÕES DOS GRUPOS ESCOLARES MARANHENSES	113
7.1	Eventos	113
7.2	Aniversário de alunos e de professores	128
7.3	Tempo escolar.....	130
7.4	Os exames escolares	139
7.5	Formas literárias	142
7.6	Organização escolar	149
7.7	Impressões de viagens	160
7.8	“Por Gladio a pena e por escudo o livro”: entre as críticas e elogios à instrução pública.....	170
8	CONCLUSÃO	183
	REFERÊNCIAS.....	189
	APÊNDICES	207
	ANEXOS	275

1 INTRODUÇÃO

Os estudos das formas de organização, valores, gestos e saberes vivenciados cotidianamente no ambiente escolar pelos sujeitos envolvidos no processo de escolarização têm sido intensificados a partir dos anos de 1990 (FELGUEIRAS; VIEIRA, 2010). Essa motivação tem se dado não apenas pela relevância do assunto, mas pela possibilidade de abordar com novos olhares o dia a dia escolar, as práticas e seus significados, a fim de compreender, a partir de novos indícios, pistas e marcas deixadas ao longo do tempo, como as escolas republicanas, por meio dos elementos formais e informais, foram se constituindo como elementos imprescindíveis no processo de reconfiguração do cenário político, econômico e social no início do século XX.

A estruturação das escolas primárias, neste contexto, se fez fundamental, uma vez que estas passaram a ser vistas, pelos governantes, como um instrumento estratégico que possibilitaria a transmissão dos ideais pretendidos pelo novo Regime. Esses ideais preconizavam, dentre outros aspectos, a transmissão de valores pátrios, respeito às autoridades, amor ao trabalho, disciplina, posturas civilizadas e os cuidados com a higiene. Nesse sentido, à escola republicana foi atribuída a missão de consolidar os intentos do Estado, que via na instituição escolar, uma alternativa para a superação dos problemas históricos do analfabetismo e, conseqüentemente (segundo eles) do atraso socioeconômico da nação. As mudanças prioritárias recaíam na incorporação e na aceitação das regras de conduta, na moldagem dos hábitos, no respeito às autoridades, no amor ao trabalho, nas estratégias de imposição que tentavam civilizar homens, mulheres e crianças para viverem numa sociedade que caminhava, a passos lentos, rumo ao progresso e ao desenvolvimento tão sonhado.

A situação na qual se encontravam as escolas públicas primárias do final do século XIX e início do século XX incomodava os adeptos do novo regime, pois, entre as suas propostas de desenvolvimento, encontravam-se aquelas cujo objetivo era “romper¹” com a imagem desgastada das escolas populares, caracterizada pela *falta*; isto é, ausência de professores formados pela Escola Normal, currículo resumido e insuficiente mobiliário didático, junção de vários alunos em diferentes níveis de adiantamento na mesma sala sob o comando de um único professor e a adoção de métodos considerados arcaicos; dentre outros.

A abolição da escravatura; a institucionalização de um modelo político, que em seus discursos exaltavam a “ordem e o progresso”; e a mudança de uma economia agrária

¹ Utilizo o termo romper no sentido de mudança, pois em história não existe rompimento e sim continuidades.

exportadora, onde essencialmente se utilizava a mão de obra escrava africana para a implantação de outra forma de geração de renda, baseada na industrialização, impulsionou o Estado republicano a adotar medidas que favorecessem a incorporação de ideias, hábitos e posturas que diferenciasssem o Brasil república, do Brasil império.

Visando essas mudanças, os governantes passaram a perceber que, para acelerar o processo de redefinição das bases estruturais da sociedade, era preciso investir nas áreas educacionais, principalmente no incentivo à instrução primária, e não mais restrito ao ensino apenas das primeiras letras - nível escolar voltado ao ensino do ler, escrever e contar. A implantação de um novo modelo de produção gerou a necessidade de novos saberes e práticas essenciais para que os jovens “futuro da nação” aprendessem a manusear as ferramentas de trabalho, além de enquadrá-las nos moldes de civilidade. Nesse sentido, como no Maranhão do final do século XIX, aproximadamente 85% da população não era escolarizada (SALDANHA, 1992), o Estado pretendeu, disseminar o ensino como forma de, por um lado impulsionar o desenvolvimento econômico e social, bem como elevar o número de eleitores².

Os republicanos, em praticamente todas as localidades do País, começaram a investir nas reformas da Instrução Pública a partir da criação de leis, decretos e regulamentos. Cada um propondo mudanças estruturais, que pretensamente disseminariam uma rede de Escolas Normais; a implantação do ensino graduado, a partir da distribuição das matérias por nível de adiantamento e idade do aluno; a estruturação do currículo incorporando a ele novas disciplinas; a compra de materiais didáticos; o estabelecimento e cumprimento da obrigatoriedade da matrícula e da frequência escolar; a construção de prédios e a estruturação física do espaço educativo, definidos como lugar de onde provém o saber, a disciplina e o progresso (SOUZA; FARIA FILHO, 2006). Nesse cenário, as escolas deveriam transmitir a imagem de uma instituição necessária e moderna.

Além das mudanças estruturais, alguns políticos e intelectuais maranhenses, como por exemplo, Benedito Leite e Barbosa de Godóis, utilizaram os discursos como instrumento de dominação, com o intuito de persuadir ideologicamente a população para a crença nos seus ideais. Para isso, passaram a investir na disseminação de mensagens que exaltassem os benefícios produzidos pela educação; ou seja, tal ação foi entendida como ferramenta estratégica que possibilitava a inculcação de valores, o incentivo ao patriotismo e o respeito às autoridades (SOUZA; FARIA FILHO, 2006; GHIRALDELLI JÚNIOR, 2008; PEIXOTO, 2007; NAGLE, 2008).

² A questão do analfabetismo aflora-se no Brasil com a reforma eleitoral de 1882 conhecida como Lei Saraiva, que estabelecem o Censo Literário (PAIVA, 1990).

Por se tratar de aspectos historicamente instituídos e dependentes de subjetividades, da forma como cada sujeito se apropriou dessas determinações, nem sempre a utilidade ou os efeitos promissores da educação foram destituídos de desconfianças, uma vez que as mudanças culturais não acontecem rapidamente e, por sua vez, não podem ser simplesmente varridas como se fossem algo descartável. A aceitação ou não da obrigatoriedade do ensino público perpassa pelas marcas deixadas na história, quando frequentar alguma instituição de ensino não fazia parte do cotidiano de uma grande parcela da população. Desse modo, os valores, as tradições e os posicionamentos são historicamente adquiridos, assim como são culturalmente transformados.

A reforma da instrução pública realizada em São Paulo por Caetano de Campos, em 1890, serviu como referência para que outros estados criassem regulamentos para a reestruturação do ensino. Dentre as principais mudanças, destaca-se a criação de um modelo de escola, baseada na graduação do ensino, denominadas Grupos Escolares e que nesse trabalho denomino como as *Verdadeiras Casas de Ensino*. Sua ênfase recaía, dentre outros aspectos, na possibilidade de agrupar, em um mesmo espaço físico, várias escolas isoladas, o que facilitava a fiscalização e avaliação do ensino. O ensino era organizado em séries graduadas, e para isso era necessário a contratação de, pelo menos três professores, sendo um para cada série. Exigia-se que os professores fossem formados pela Escola Normal, além desses profissionais, o corpo administrativo era composto por diretores, secretários. A escola contava, ainda, com a presença de porteiros e serventes. O currículo dessa escola era baseado na cientificidade e na adoção do método intuitivo (SOUZA, 2008).

As diferenças entre escolas imperiais primárias e os Grupos Escolares revelam que as modificações de ordens culturais, os rituais, as práticas - mesmo não instituídas nos códigos regulamentares -, além das reformas estruturais, no que concerne à presença dos prédios adequadamente construídos, à aquisição de materiais didáticos, a graduação do ensino, aos professores habilitados, dentre outras, configuraram-se como determinantes para a visualização por parte da sociedade de como deveria ser uma verdadeira casa de ensino. Neste caso, o sucesso desse modelo dependia de um processo gradual de mudanças do antigo formato educativo para as novas propostas de organização do ensino público primário.

No período de implantação e estabilização das bases republicanas (1889-1910), o cenário educacional maranhense não favorecia a consolidação dos ideais preconizados pela política vigente. Desse modo, pretendia-se criar uma representação de “Escola de Verdade” (VIDAL, 2006; SCHUELER, 2010) ou “Verdadeiras Casas de Ensino”, como denominou

José Joaquim Seabra³ em mensagem transcrita por J. Palhano de Jesus, cronista caxiense, e publicada no Jornal “Pacotilha (16 jul. 1904, p. 3, n. 168, ano 24)”, ao criticar a Instrução Pública brasileira. Ali Palhano de Jesus salientava que a escola “caminhava para trás; [...] [contrariando] a evolução natural a que deveria obedecer a este fato singular”. Como sugestão para solucionar tal problema, J. J. Seabra declarou que “bastaria apenas transformar, com mão forte, todas as atuais Escolas Primárias em “*Verdadeiras Casas de Ensino*”, afastando do magistério os pseudo professores, sem competência e sem amor ao trabalho”⁴. Segundo Seabra, as novas Casas de Ensino deveriam inculcar valores para conter a resistência quanto à implantação do projeto político e, ao mesmo tempo, contribuir para o fortalecimento das bases desse sistema, por meio da valorização dos símbolos nacionais, respeito às autoridades e defesa dos valores morais e dos bons costumes, conforme se observa na seguinte transcrição.

Instrução pública
(Continuação)

A muito parecerá exagerada à opinião desfavorável que faço da nossa instrução pública, cuja decadência considero um reflexo do prisma policrômico da depressão moral que caracteriza o momento atual da vida da Nação.

A estes responderei transcrevendo para aqui alguns trechos do relatório do Ministro do Interior, que me parece insuspeito. Essa transcrição anulará também a ilação que alguém queira porventura daqui tirar para concluir que procuro fazer posição, levando o descrédito aqueles que do alto, são incumbidos da defesa e propagação da instrução.

Diz o ministro J. J. Seabra:

‘[...] Em matéria de instrução pública parece que caminhamos para trás; cada ano volvido representa um passo dado em sentido contrário à evolução natural a que deveria obedecer, a este fato singular e estranho à primeira vista, encontra razão de ser na situação precária e aflitiva que atualmente atravessa o ensino no Brasil’.

‘Nada direi da instrução primária, colocada, como se acha, fora da alçada do departamento da pública administração a meu cargo’.

‘Reconheço, todavia, quanto deixa ela a desejar e lamento sinceramente não se tenha ainda estabelecido a obrigatoriedade do ensino primário, ao menos na capital da República, onde o número de analfabetos avulta, em flagrante contraste com o nosso grão de civilização.’

A opinião desfavorável, com tanta verdade e com tão louvável franqueza aqui manifestada pelo ministro da instrução, não poderia certamente ser mais benévola si ele se tivesse referido especialmente à instrução pública no Maranhão.

³ José Joaquim Seabra era baiano, formado em direito iniciou a carreira como Promotor Público em 1877 na Bahia, logo após a sua formatura. Estreia na política como deputado no ano de 1890 e concilia a carreira, política, jurídica e de professor universitário. Exerceu o cargo de Ministro da Justiça e Negócios interiores de 1902 a 1906. (HIRATO, Alessandro. **Notáveis do Direito. O polêmico Seabra**. Disponível em: <www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/opolemico-j-j-seabra/9952>. Acesso em: 15 fev. 2017.

⁴ PACOTILHA, 16 jul. 1904, p. 3, n. 168, ano 24.

E não será porventura uma necessidade inadiável dar direção mais conveniente à instrução primária do Estado, onde incontestavelmente o número relativo de analfabetos cresce em progressão mais rápida do que no Distrito Federal?

Ninguém, de boa fé e de inteligência esclarecida, responderá pela negativa.

A primeira dificuldade que se nos depara provém do lado financeiro da questão.

Mas estou certo de que com um pequeno aumento de despesas, largamente justificável, se conseguiria pelo menos, melhorar muito o que já temos, e que é insuficiente e de má qualidade.

Bastaria, para isso, transformar, com mão forte, todas as atuais escolas primárias em verdadeiras casas de ensino, afastando do magistério os pseudos professores que por aí há, sem competência e sem amor ao trabalho; bastaria nomearem-se professores e não ganhadores.

Além disso, que o governo nomeasse fiscais ou inspetores, provector e enérgicos, com atribuições suficientes para poderem vantajosamente lutar contra as influências políticas, que não deixariam de mover-lhes guerra desde que, no cumprimento do dever, tivesse de levantar a mão contra algum afilhado querido. [...].

Caxias, julho 1904. J. Palhano de Jesus. (PACOTILHA, n. 168, ano XXIV, 16 jul. 1904, p. 4).

Evoca-se nesta citação a prioridade dos investimentos se voltarem para o preparo do magistério primário e com isso, o fim das nomeações de pseudos professores, ou seja, aqueles docentes que não tinham formação específica para o exercício do magistério. Fica claro que esta mensagem se refere a todo o contexto brasileiro, denunciando que a situação da instrução pública deveria ser mudada, inclusive a do Maranhão. Diante dessa constatação, Alexandre Collares Moreira Junior, governador do Estado (1902-1905), decidiu empreender mudanças nesse contexto, ao constatar que a estrutura e organização das Escolas Estaduais de nível primário apresentavam uma série de inadequações ao sistema político recém-adotado. Dessa forma, Collares Moreira autorizou a conversão das seis escolas públicas primárias localizadas no perímetro de São Luís em dois Grupos Escolares, por meio da Lei nº. 323, de 26 de março de 1903, regulamentada em 1904, pelo decreto nº. 36 de 1º de julho.

Com o ideário de escola moderna, os Grupos Escolares foram se consolidando como inovação escolar, constituindo forte referência para os demais estabelecimentos de ensino, pois o modelo adotado era considerado à época o mais moderno e útil para a contenção do analfabetismo, uma vez que havia “uma rede de poderes, de vigilância e de controle envolvendo professores, alunos, porteiros, serventes, inspetores, delegados do ensino. Perpassava também a ordem disciplinar impingida aos alunos – asseio, ordem, obediência, prêmios, castigos” (SOUZA, 2009, p. 125).

Durante a pesquisa realizada no mestrado em educação da Universidade Federal do Maranhão em 2011 que teve como objetivo investigar o processo de *Institucionalização dos Grupos Escolares maranhenses*, constatou-se que a fase de criação dessas escolas se deu em dois momentos: o primeiro, no princípio do regime republicano, época em que se ressaltou a utilidade das escolas públicas de norte a sul do Brasil e o segundo, na terceira década republicana, quando novamente se pôs em evidência a necessidade de criação de escolas públicas e na reformulação de modelos e métodos de ensino como forma de superar o atraso econômico e educacional vivenciado em várias localidades do país, inclusive, no Maranhão. Durante esse período, em relação à estruturação desses Grupos, vários foram os momentos de sua decadência - falta de mobiliário e pessoal especializado para o trabalho docente, situação que levou ao Estado determinar o fechamento desses estabelecimentos no território maranhense em 1912, escolas, estas, que “nunca deram os resultados esperados”, de acordo com o pensamento do Inspetor da instrução pública de 1911, Antônio Lobo. (MENSAGEM, 1911).

A pesquisa realizada durante o Mestrado, no entanto, restringiu-se a análise da documentação oficial, ou seja, das leis, regulamentos, decretos, pareceres que em muitos casos, podem ser entendidos como aquilo que se projetava para ser implementado e não aquilo que de fato se instalou, ou seja, esse é um esforço que visa compreender as principais questões entre o que foi prescrito e o que foi praticado. Foi diante da constatação de algumas lacunas e indagações não respondidas durante a elaboração dessa dissertação que sentimos a necessidade de compreender a representação dos Grupos Escolares a partir da análise das mensagens dos jornais, isto é, procurar entender o que se dizia sobre os Grupos Escolares; perceber o que essas escolas representavam para a sociedade maranhense; identificar quais na verdade foram os aspectos que diferenciaram essas escolas das então existentes, avaliando no seu conjunto, aquilo que fez os Grupos Escolares serem concebidos como um retrato de uma verdadeira casa de ensino em nosso Estado. Faz-se necessário, para isso, pôr em causa o nosso objeto, ou seja, a representação dos Grupos Escolares maranhenses, desviando as atenções das hierarquias para as relações e das posições para as representações (CHARTIER, 1988). Isto significa perceber, a partir das posições que determinado emissor ocupava ao divulgar dada mensagem ou fazer circular informações referentes à instrução pública primária, sejam elas escolas isoladas ou Grupos Escolares, compreender as relações de poder e de submissão impostas a certos grupos.

Nesse contexto, fica nosso questionamento: até que ponto podemos considerar que os Grupos Escolares criados em 1903, extintos em 1912 e recriados em 1919 representaram, para a população maranhense, um modelo escolar eficaz, moderno e útil? Será que essas escolas conseguiram imprimir nesta sociedade o ideário de “*Verdadeiras casas de ensino*”? Quais notícias eram divulgadas no sentido de ressaltar a eficiências dessas escolas em relação às escolas isoladas? Que permanências e quais mudanças foram necessárias para diferenciar os Grupos Escolares dos outros modelos de escolas primárias? Que cenário era esse que exigia mudanças no campo educacional maranhense? Até que ponto intelectuais da época influenciaram a implantação de escolas modernas como forma de superação do atraso educacional existente no Maranhão?

Para tanto, faz-se necessário compreender as características peculiares do investimento político, que teve como principal fim a garantia das condições fundamentais para a construção ou transformação da sociedade maranhense em um Estado moderno, “civilizado” e desenvolvido, tendo como eixo de apoio, a instrução pública. Igualmente, é importante o entendimento do passado que se enuncia nos discursos impostos às massas economicamente desfavorecidas, onde as relações de poder se entrelaçam e se diluem. Nesse sentido, é necessário compreender as diferentes formas de apropriação desses discursos pelos indivíduos envolvidos nesse processo. Diante disso, é nossa intenção investigar junto à publicação periódica indícios que nos permitam compreender até que ponto a representação dos Grupos Escolares maranhenses se configurou como *verdadeiras casas de ensino*. Para tanto, analisou-se o processo de institucionalização dos Grupos Escolares no Estado; se identificou as principais diferenças dos Grupos Escolares e os outros modelos de escolas existentes no cenário maranhense no início do século XX e o índice de crescimento de cada uma delas; e verificou-se nos documentos oficiais o processo de legalização do ensino público primário no período em foco, a fim de compreender as estratégias de imposições estabelecidas pelo poder público na tentativa de direcionar a ação dos educandos; e a influência dos intelectuais da época na reconfiguração dos espaços de ensino e da sua utilidade para a coletividade; além da garimpagem da publicação periódica na qual, identificou-se o que se dizia sobre a escola e a “escola de verdade”; as suas características; avaliando também que espaço era destinado nos jornais para este assunto, segundo seu nível de importância e visibilidade para este artefato.

Acreditamos, assim, que se os estudos dessa modalidade de ensino são imprescindíveis para a compreensão da história do ensino público no Brasil; também são

importantes para o entendimento do modelo de educação moderna⁵, implantado no Maranhão durante o Período Republicano; na medida em que propicia detectar quais são as características específicas dessas “Escolas de Verdade⁶”; além de identificar as singularidades inerentes a um determinado contexto educativo, que nos permitam compreender as permanências e as mudanças relacionadas a esta cultura. De certa forma, é fundamental considerar os aspectos que caracterizam determinada escola como Grupo Escolar, e “interrogar sobre o processo de democratização da instrução pública acerca das [...] instituições de novas ideias e práticas pedagógicas e a imperturbável reprodução de procedimentos de ensino ao longo do tempo, o embate entre velho e novo, tradicional e o moderno em educação” (SOUZA, 2008, p. 56).

1.2 Pressupostos Teóricos e Metodológicos

A apropriação dos sentidos e as interpretações do cotidiano dos Grupos Escolares pressupõem uma variabilidade de formas de ler e de interpretar distintos escritos, numa sociedade modernizante em que ler e escrever se metamorfoseiam em símbolos de saber e poder (CHARTIER, 2003). A postura do investigador, neste sentido, deve ser de vigilância permanente, para que não seja induzido a acreditar no escrito como se este tivesse sentido em si mesmo, isto é, não se pode tratar o documento como se fosse um monumento, uma verdade incontestável (BACHELARD, 1996).

O esforço para a apreensão do mundo social, de acordo com Chartier (1988, p. 17) requer uma organização por meio de esquemas de “classificação, divisão, organização em busca de apreender as disposições partilhadas e estáveis de um próprio grupo e é esse esquema que o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”. Essas percepções do mundo social não são de modo algum imparciais, “por isso é necessário relacionar o discurso proferido com a posição [ou interesse] de quem os utiliza” (CHARTIER, 1988, p. 17). Nesse caso, vale pôr em cheque o que se dizia sobre os Grupos

⁵Compreende-se por educação moderna o ensino caracterizado como laico e que se baseia na utilização do método intuitivo ou lições de coisas, abolindo o método memorístico.

⁶As escolas de verdade, no Brasil, foram representadas pelos Grupos escolares. Instituição moderna, caracterizada pela sua estruturação arquitetônica e curricular. A partir da criação desses colégios foi preciso construir edifícios destinados ao ensino, com salas de aulas e espaços propícios para a realização das atividades pedagógicas. Nessa perspectiva, quando se falava em grupos escolares, já se imaginava o local que esta ocupava, uma vez que a representação dos prédios determinou uma nova forma de se pensar e conceituar uma escola. Esses Grupos, então, deveriam apresentar prédios próprios e mobiliário especializado, como as carteiras, as mesas, os quadros, os mapas, dentre outros recursos; sem negligenciar a obrigação de professores habilitados e o uso de material didático específico (VIDAL, 2006).

Escolares e principalmente, identificar quem dizia, que lugar ocupava, quais os pontos de vistas eram defendidos. Dessa forma, poderemos com mais cautela, nos aproximar do nosso objeto de estudo e entender as múltiplas relações estabelecidas nos diálogos analisados.

Se nos desviássemos das orientações de Bachelard (1996) sobre a falta de crença diante das primeiras impressões, acreditaríamos previamente que a criação dos Grupos Escolares no Maranhão ocorreu de forma efetiva, ou seja, apresentou as mesmas características de outras localidades, tendo em vista a análise dos dispositivos legais que asseguraram a sua criação, estruturação e regulamentação. Por outro lado, é importante compreender que os Grupos Escolares instituídos no Maranhão apresentaram aspectos singulares, haja vista a sua condição histórica, econômica, cultural, social, educativas apresentaram aspectos específicos e que determinaram essa diferenciação em relação aos outros estados. Nesse sentido, é necessário romper com as supostas imposições do texto escrito, que em nosso caso, procuramos observar o lugar que os autores e atores ocuparam ao registrarem matérias referentes aos Grupos Escolares: a voz do Estado, do Diretor dos Grupos, dos professores, da imprensa local, destacando a eficiência destas escolas ou a decadência das mesmas.

A investigação, a partir da história da educação - campo que se consagra como área a ser revisitada por apresentar, em sua existência, aspectos dinâmicos e multifacetados -, se refere a contextos específicos que, ao serem estudados em uma perspectiva histórica, podem ser compreendidos por meio de inúmeras interpretações e por quem organiza os sentidos e elege os instrumentos necessários para realizar determinadas pesquisas. De certa forma, o que se deseja é manter uma aproximação com uma ação pretérita, que teve som e voz, embora suas representações possam ser destoantes ou apresentem significados diversos.

Como podemos notar os mesmos discursos em prol de melhorias educacionais, propagados pelos políticos nas primeiras décadas da República, se concretizaram de forma específicas em cada localidade. Alguns estados investiram de forma mais efetiva na estruturação dos Grupos Escolares; porém outros, como no caso do Maranhão, não dispuseram de grandes recursos para conseguir os mesmos proveitos, pelo menos quanto ao campo estrutural. Basta, portanto, saber se no ideológico e cultural este fato também se repetiu.

A partir dessa abordagem, os historiadores da educação brasileira, dentre eles Rosa Fátima de Souza, Diana Vidal, Carlota Boto, Cesar Castro, Carlos Monarcha, Faria Filho, têm chamado a atenção para os processos constituintes da forma escolar,

implementados ao longo do século XIX e início do século XX. Tais estudos têm se desviado das explicações generalizantes sobre os supostos insucessos da educação brasileira no seu processo histórico, pois enfocam a heterogeneidade das formas de educação e de apropriação dos modelos educacionais. Eles enfatizam, também, a pluralidade das possibilidades históricas e os usos diversos que os agentes faziam das instituições educativas, escolares e não escolares, remodelando e reconstruindo os espaços, os saberes e os tempos sociais.

Certeau (1994, p. 32) esclarece que:

Através das relações entre fatos ou da elevação de alguns deles ao valor de sintomas para uma época inteira ou da lição (moral ou política) que organiza o discurso inteiro, existe em cada história um processo de significação que visa preencher o sentido da história.

No fazer história, de acordo com Ziman (1979), um pesquisador deve apresentar como requisitos básicos para a produção intelectual o conhecimento, a imaginação e o senso crítico. Chartier (1988), por outro lado, ao propor o combate às certezas metodológicas, considera importante questionar a fonte e colocar em causa os seus objetos. Além disso, o mesmo autor explica “que o ato da leitura não é transparente. O texto não pode ser reduzido ao seu conteúdo semântico, como se estivesse fora dos objetos que o oferecem à decifração. O leitor não é abstrato e nem tão pouco o é o processo de escrita”. (CHARTIER, 1988, p. 25). A nossa atitude, neste sentido, é de suspeitar das ênfases dadas nos jornais aos assuntos voltados à educação, à instrução pública primária e, especificamente, aos Grupos Escolares e tentar compreender dialeticamente as outras possibilidades de recepção desse mesmo objeto. A análise daquilo que é colocado em destaque sobre a educação, a linguagem e o gênero literário é utilizado para chamar a atenção da sociedade em torno da missão da escola nesse momento, e para a percepção dos Grupos Escolares como *Verdadeiras Casas de Ensino*.

Além disso, vale pensar que quem escreve, edita, publica determinado texto, isto é, os agentes envolvidos no processo de produção de informação manipulam o dado de acordo com suas convicções e intenções. Por outro lado, quem a recebe, também a classifica, ordena, organiza de acordo com suas aspirações de pesquisa, dando, assim, sentido ao que lê. A história deve ser entendida, segundo Chartier, como “um estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, rompendo com a antiga ideia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único [...], dirige-se às práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão significação ao mundo” (CHARTIER, 2003, p. 17).

É importante destacar que o processo de produção do conhecimento voltado a resolver questões do mundo social, passa necessariamente pela reelaboração daquilo que

vemos na forma de representação. Tal representação não é reconhecida apenas pela prática cotidiana, pela experiência, mas pelas atitudes conexas entre pensar e executar conjuntamente, onde é possível montar e desmontar o quebra-cabeça e fazer aproximações conceituais. Na busca desta compreensão, teoria e prática estão em sintonia, formando um só objeto (KOHAN, 2003). Vale lembrar que experiência significa aquilo que nos passa, aquilo que nos chega, o que nos acontece, é um encontro pessoal (LARROSA, 2003, p. 3).

Chartier (2003) apresenta duas formas de representação: a primeira, como ver uma coisa ausente, ou seja presentificar o ausente, e a segunda utiliza o objeto no seu sentido simbólico, que é partilhado pelo grupo social, ou seja, rerepresentar o ausente. Utilizamos, nesta pesquisa, o segundo sentido, na esperança de poder captar de que forma os Grupos Escolares eram vistos pela sociedade, quais as impressões desta escola, quais as permanências que possibilitaram à sociedade diferenciar uma escola isolada de um Grupo Escolar, o que os dispositivos legais traziam como novo, o que imprimiram na consciência dos maranhenses, os elementos que consagravam uma escola como sendo de verdade.

Para Ziman (1979), a verdade é o produto consciente da humanidade: é precisa, metódica, lógica, prática e sistemática. Esta verdade é o que Ricoeur (1988) busca compreender por meio do estudo do fenômeno ideológico. Este autor investiga de que forma esse fenômeno se cristaliza na sociedade. O difícil é reconhecer a essência desta “verdade” e perceber até que ponto elas influenciam o comportamento humano, ou ainda, de que forma elas passam por mutações. Além disso, é importante compreender que não existe verdade absoluta, mas aproximações que se ressignificam a partir do olhar do observador, levando-se em consideração a historicidade do objeto. É este ressignificar, utilizando-se dos instrumentos de pesquisas, de novas fontes, e de novos atores, que buscamos compreender a representação dos Grupos Escolares maranhenses no início do século XX. É necessário responder a inquietação que se impõe, se essas escolas conseguiram ou não se consolidar como *Verdadeiras Casas de Ensino*.

Fourez (1995) enfatiza que o olhar se organiza para observar uma dada realidade. Esta não se dá ao acaso, mas se constrói segundo a vontade de quem a observa. Para tanto, este autor estabelece como critérios de observação os seguintes esquemas:

Deve ser fiel à realidade, ao descrever uma observação só se relata aquilo que existe, esta, no entanto, não é passiva, mas trata-se de uma certa organização da visão, uma vez que é preciso relacionar aquilo que se vê com noções que já se possuía anteriormente. Em suma, interpretam-se as ideias e opiniões, o que esse vê, sabendo que esta realidade vista pode mudar de significação de acordo com o contexto teórico no qual nos situamos (FOUREZ, 1995, p. 65).

Para o autor, observar é fornecer um modelo teórico daquilo que se vê, utilizando as representações teóricas que se dispõe, pois não se pode definir algo que não se conhece. Fala-se do objeto a partir da linguagem, da realidade cultural e dos elementos comuns (FOUREZ, 1995). Desse modo, entendemos que o caráter científico da observação se apresenta quando uma rede social dá sentido ao objeto observado. É evidente que este sentido passa por três requisitos básicos, segundo Ziman (1979), que são conhecimentos, imaginação e senso crítico. Ricoeur (1988), ao mencionar como surgem as verdades, analisa-as por meio de um processo que nasce no cotidiano social, nas relações, onde as ideias e informações, ao serem cristalizadas, transformam-se em “verdades” ou representam uma. Por isso, consideramos que, a partir da análise das falas dos intelectuais da época, entendemos de que forma as escolas se tornam necessária num momento de estabilização dos ideais republicanos, como a sociedade se apropria deste discurso e coopera para a sua consolidação. Da mesma forma, podemos dizer que as professoras também contribuíram para que aos poucos a sociedade maranhense assimilasse que os Grupos Escolares eram as *Verdadeiras Casas de Ensino*, ao noticiar as datas de início e término das matrículas, datas dos exames escolares, informarem sobre as visitas realizadas pelos Grupos Escolares; o diretor da escola, ao publicar que as escolas precisavam de reparos, chamando a atenção que uma escola de verdade não poderia funcionar em um estabelecimento impróprio e insalubre entre outros aspectos; os governantes, ao comunicar a necessidade de expandir a criação dos Grupos Escolares para o interior do Estado, demonstrando sua preocupação com a expansão da instrução pública primária e na qualificação dessas instituições, em relação à estrutura física, aos recursos humanos habilitados para tal fim.

É por meio da Nova História cultural⁷ que teremos a possibilidade de identificar o modo como a sociedade maranhense do início do século XX pensava os Grupos Escolares, que práticas contribuíram para a consolidação destas escolas como *Verdadeiras Casas de Ensino*, quais instrumentos e permanência tornaram isso possível; uma vez que a apreensão

⁷ Monarcha (2007, p. 72) afirma que a partir da década de 1990 foram adotados outros modelos teórico explicativos e métodos críticos para o entendimento da história da educação e seus aspectos intrínsecos. dessa feita, derivados da Nova História (Le Goff, Nora, De Certeau) e da (Nova) História Cultural (Chartier), seguidos de uma ampliação do estoque de objetos de investigação e temas de estudos, mediante incorporação de teorizações de autores que analisam a educação em perspectiva histórica (Nóvoa, Vinão-Frago, Narodowski, Julia) e sociológica (Petitat, Apple, Hébrard, Forquin, Chervel, Scott, Vincent), objetivando esclarecer os nexos internos e dinâmicos dos processos internos à esfera escolar e seus derivativos. E, ainda que com certa perda de empenho político e certa dispersão, no campo da pesquisa científica, essa segunda clivagem expandiu o âmbito do campo de conhecimento, tornando-o mais sensível a outras problemáticas e interpelações, assim como demandando a construção de outras fontes documentais e de outros métodos, para analisá-las e interpretá-las.

do real se efetiva a partir da percepção das classificações e delimitações que se estruturam, principalmente daquilo que é estável, daquelas práticas que se consolidam e que são coletivamente partilhadas (CHARTIER, 2003).

De acordo com Chartier (1988), a Nova História Cultural se recusa a trabalhar as ideias desencarnadas das práticas, o que significa não dissociar a materialidade do objeto dos agentes que os produziram, nem das formas impressas que os põem em circulação. Em outras palavras, podemos dizer que as mensagens produzidas pelos jornais e analisadas nesta pesquisa tiveram o seu lugar social de produção formados por homens pertencentes a um tempo e espaço próprios, e que escolheram os jornais como dispositivo cultural de circulação de ideias e de pensamentos, sobretudo por ser o meio que impacta determinada sociedade e garante a veiculação dos benefícios da instrução pública, gestada especificamente pelo Estado através dessas mensagens.

Para tanto, Chartier (1988) considera como metodologia básica para apropriação ou compreensão de um determinado objeto histórico, a indissociabilidade de três eixos, o primeiro: a materialidade do objeto quanto a sua forma, dispositivo cultural, estrutura e frequência; o segundo eixo, referindo-se às práticas nas suas diferenças e em último lugar, as configurações, ou seja, o entendimento dos dois primeiros eixos, levando-se em consideração as relações psíquicas, as armaduras conceituais e formações sociais (CARVALHO; NUNES, 2005), aspectos que nos permitirá compreender o nosso objeto na sua historicidade.

A forma da nossa pesquisa é caracterizada pelos tipos de mensagens utilizadas para falar sobre a instrução pública primária. Desse modo, identificamos algumas opções que tratavam dessa temática, umas mais transparentes que outras, porém, todas eram empregadas com várias funções, ora para enaltecer os benefícios da instrução, ora para denunciar as carências e insatisfações dos professores e da sociedade, ora para solicitar melhorias nessas escolas. Tais melhorias faziam referência à criação de escolas, formação e contratação de professores, adequação ou adoção de métodos modernos, ou aquisição de materiais escolares.

Por forma, entende-se como o invólucro ou aglomerado de um objeto ou elemento, isto é, a maneira de descrever as qualidades espaciais ou volumétricas de algo (CARVALHO; NUNES, 2005). Para tanto, tendo como objeto de estudo a representação dos Grupos Escolares materializada nas notícias dos jornais analisados, identificamos seis categorias gerais pelas quais podemos compreender, por meio do detalhamento de sua estrutura, frequência, práticas plurais e configurações, aquilo que se dizia sobre as escolas públicas primárias e os limites entre o ideal e o possível, entre aquilo que fora indicado pelos

veículos oficiais e o que de fato se realizou, entre as variâncias e as permanências relativas à escola, e, principalmente, a percepção do que essas mensagens diziam ou queriam dizer, mesmo sem dizer claramente, o que era uma *escola de verdade*. É importante sinalizar que, para a Nova História Cultural, os bens culturais não são homogêneos; eles circulam e as pessoas os usam de forma diferenciadas.

Quanto à estrutura, entende-se que é a configuração de elementos ou membros que cria um todo. É ela quem define não apenas como o objeto aparece, mas como ele mantém seu formato. Nesse sentido, a sua estrutura pode ser entendida pela linguagem, divisão e extensão do texto, tamanho da fonte, tipo da fonte, quantidade de parágrafos, lugar que a mensagem ocupa no jornal, uso de imagem, figuras e número de colunas. É por meio da análise da estrutura da mensagem que poderemos ver o lugar e o grau de importância dada aos assuntos relacionados à instrução pública primária, perceber ainda se há alguma estratégia para noticiar tal mensagem, se a informação aparece com destaque tipográfico, se está na primeira página. Tudo isso, ao ser analisado e somado com a frequência dessa mesma informação, poderá ser apreendido e tornar-se inteligível.

Já o dispositivo é aquele que realça a materialidade dos aparelhos textuais e tipográficos em conformidade com a leitura; é o veículo utilizado para anunciar, que, no nosso caso, são os jornais. O dispositivo cultural é realçado pelos esquemas de modelização, pelos quais se podem identificar as relações de poder intrínsecas a cada forma de mensagem, ou seja, perceber em que momento o mesmo emissor assume contraditoriamente posições de poder e de submissão. Isso só será possível quando apresentarmos as mensagens e estabelecermos as relações mantidas entre elas, especificando quem escreve, tipo de linguagem, tipo de texto, lugar ocupado pela mensagem no jornal, tipo de jornal, tendência política dentre outros aspectos importantes e que podem nos dar um direcionamento mais consistente sobre tal problema.

Sobre a frequência, é necessário considerar as mensagens que se conectam nos seus próprios veículos, nas articulações retóricas de persuasão ou de demonstração, modos de enunciação, contratos enunciativos com o destinatário (CARVALHO; NUNES, 2005). É com a frequência que podemos perceber as permanências, as mudanças constantemente vivenciadas do nosso objeto, ver aquilo que se mantém, aquilo que é variante, aquilo que muda, o que mais se repete, o que deixa de existir e o que surge de novo, em termo de mensagem, no foco dado a tal tema. Isso pode ser exemplificado com a análise dos tipos de

textos e mensagens noticiadas sobre a instrução pública primária, especificamente sobre os Grupos Escolares.

O segundo elemento indissociável se refere à história das práticas nas suas diferenças. Implica entender os diferentes usos que se faz de um mesmo objeto e de uma mesma prática, esforçando-se por desenterrar objetos em busca de vestígios e sinais, que gerem entendimento ou novas possibilidades de compreensão. Logo, para compreender as pluralidades socialmente enraizadas de empregos, de usos de uma mesma prática e para tornar-se prática é preciso que ocorra a invariância. Nessa invariância, é indispensável entender as formas variantes do uso do mesmo objeto (CHARTIER, 1988; NUNES, 2005). De modo prático, isto se aplica em querer entender quais os tipos de mensagens repetidas e o que as diferenciam.

Nos anúncios de data de matrícula, por exemplo, é importante identificar quais os elementos permanentes com a mudança do período de inscrição ou registro escolar, o que se distingue e o que surge de novo nesses anúncios, como o local das mensagens nos jornais, quem anunciava, endereço da escola, mensagem ou anúncio, tamanho da letra, palavras de efeito. Outro exemplo: nos versos, de que maneira eles apresentavam as escolas e se havia alguma mudança na imagem das escolas. E a partir daí, perceber como os indivíduos agiram em relação a essas notícias, observando as formas plurais que com o tempo foram se configurando em práticas socialmente partilhadas.

O terceiro eixo refere-se à história das configurações dos dispositivos nas suas variâncias, isto é, a compreensão dessas representações a partir das configurações sociais, estruturas psíquicas e das armadilhas conceituais, relacionando-as com as variações históricas (CARVALHO; NUNES, 2005). Se num primeiro momento temos que exumar a fonte, num segundo, temos que interpretá-la e, num terceiro, temos que conciliar os dois primeiros eixos para entender àquilo que se quer dizer sobre tal objeto e a partir do exercício de pensar e repensar nos aproximarmos das “verdades” sobre o nosso objeto de estudo.

Para Ricoeur (1988), este real deve ser legitimado pelas relações sociais. Forma e conteúdo se unem e se entrelaçam e é nesta relação que o sujeito apreende o objeto. Este autor enfatiza que é por meio do processo de significação da ação e orientação mútua que o fenômeno ideológico surge (conjunto de ideias, pensamentos, doutrinas ou visões de mundo de um indivíduo ou grupo), orientado pelas suas ações sociais e, principalmente, políticas.

Contudo, Ricoeur (1988) alerta para as armadilhas em se compreender esse fenômeno apenas por um único viés. Logo, a sua orientação de entendimento perpassa por um

aspecto social, que se forma e se estrutura a partir das relações, isto é, por estar ligado à necessidade de um grupo social conferir imagens de si mesmo: representar-se e encenar (RICOEUR, 1988). Portanto, “essa capacidade de transformação só é preservada com a condição de que as ideias que veicula tornem-se opiniões, e o que pensamento perca vigor para aumentar sua eficácia” (RICOEUR, 1988). O perigo do excesso de opinião é justamente a transformação em dogmas, crenças defendidas como se fossem verdades absolutas.

Sendo assim, utilizamos a pesquisa bibliográfica baseada, principalmente nos estudos de Chartier (1988), Ricoeur (1988) e Fourez (1995), elegendo a Representação como categoria principal capaz de nos aproximar do nosso objeto de estudo. Debruçando-nos também nos estudos de pesquisadores da história da educação e em especial à maranhense, privilegiando as obras que fazem referência à temática e ao período em questão. Em segundo lugar, recorreremos à pesquisa documental, compreendendo-a como um recurso indispensável para a interpretação de contextos, majoritariamente conhecidos apenas por meio do discurso oficial. Por isso, detemo-nos na análise e na seleção dos documentos que constituem uma das etapas da investigação, simultaneamente complicada e indispensável, pois deve obedecer aos critérios de cientificidade que permitem recuperar fatos aparentemente sem importância. Para esta escolha, é válido lembrar que nem todo registro histórico se configura como uma fonte histórica: pois ela não possui sentido em si mesmo, o que a caracteriza é o processo de pesquisa refletido na intencionalidade do pesquisador (CASTELLANOS, 2010). Em outras palavras, a opção pela pesquisa documental nos dá a oportunidade de levantar os documentos primários que, muitas vezes, escondem informações inéditas, ajudando-nos a desvelar uma dada realidade e contribuir para a compreensão das representações, das deixas simbólicas sobre a escola e dos múltiplos significados que as práticas apresentam para os sujeitos envolvidos neste processo.

Para encontrar os dados que nos proporcionaram a recuperação dessa história, priorizamos a análise das mensagens publicadas nos jornais maranhenses no período de 1903 a 1912⁸, e que abordam a temática pesquisada. O foco é recuperar as impressões sobre a escola primária e as expectativas da população sobre a implantação dos Grupos Escolares, os quais tentavam se firmar como uma Verdadeira Casa de Ensino. É ainda necessário perceber nesses escritos a visão dos intelectuais da época sobre a escola, o ensino público e os Grupos Escolares, e identificarmos e compreendermos até que ponto as suas opiniões influenciaram na remodelagem do espaço educativo do Maranhão. Por meio dos jornais, conseguimos

⁸ Em alguns casos retrocedemos ou avançamos esse período, na tentativa de interceptar as relações com o contexto anterior ou posterior a esse período.

também identificar que tipo de publicações se destinava em noticiar assuntos relacionados à instrução pública e especificamente aos Grupos Escolares. É oportuno sinalizar que os jornais eram um recurso carregado de subjetividade. Neste processo, por sua vez, estavam subordinadas às formas de ler, aos locais de produção, aos agentes financiadores, aos interesses e intenções que o texto era produzido. Assim, é preciso

Olhar com desconfiança o escrito lido e questionar a sua parcialidade e engajamento. De há muito, acertamos que o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela intencionalidade histórica que o constitui (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 98).

Em relação à seleção dos jornais, priorizamos a análises daqueles de maior circulação e que foram possíveis resgatar no acervo físico e digital disponíveis para consulta (Biblioteca Benedito Leite, Hemeroteca da Biblioteca Nacional). Além disso, buscamos selecionar um jornal de oposição e outro de apoio ao governo, na tentativa de encontrar alguma contradição entre ambos e que nos possibilitasse ter um entendimento crítico sobre tal indisposição narrativa. Por outro lado, também escolhemos jornais que tratavam especificamente de assuntos gerais e nesses, ver o espaço dado à educação. Sendo assim, foram selecionados os seguintes jornais: *Diário do Maranhão*, *Pacotilha*, *A Escola*, *Vida no Lar*, *A Renascença*, *A República*, *Monitor Codoense*, *Jornal O Dia*, *O Jornal*, *O Porvir*. Em alguns casos decidimos retroceder ou avançar no período proposto, a fim de entender a gênese e os reflexos de algumas propostas ou de algumas posturas sobre a escola primária.

A partir disso, identificamos nos jornais analisados seis categorias que, ao serem incorporadas ou cruzadas com outras fontes, possibilitaram-nos compreender e manter uma aproximação com o nosso objeto de estudo: “eventos, tempo escolar, formas literárias, organização escolar, percepção sobre a escola e críticas à instrução pública primária”. Essas categorias estão nas formas, principalmente, de anúncios, poemas, histórias e descrições.

Para a definição dessas categorias recorreremos ao mapeamento das notícias publicadas nos dez jornais pesquisados, extraindo os termos que se referiam à instrução pública primária do Maranhão utilizando o processo de indexação de assuntos nas mensagens analisadas, para em seguida classificar os termos em categorias gerais e a partir delas definir as categorias específicas. Para isso, foram criadas três tabelas: a primeira responsável pela descrição do nome do jornal, preço, periodicidade, cidade, data, expediente, tipografia, assuntos, título da notícia e transcrição da mensagem (APÊNDICE A); a segunda tabela

apresenta as categorias gerais e os nomes dos jornais onde encontramos as mensagens correspondentes ao nosso objeto de estudo (APÊNDICE B); e por fim, a última tabela que faz uma relação entre os jornais e os anos de publicação das notícias (APÊNDICE C). Esses procedimentos permitiu-nos acompanhar a frequência com que a mensagem surge, ou deixa de existir; as mudanças nas formas de apresentar a notícia; as variações do próprio dispositivo no que se refere ao seu formato e nesse conjunto indissociável, identificar as representações dos Grupos Escolares diferenciando-os das escolas públicas primárias existentes nesse período.

Além dos jornais utilizamos como ponto de apoio a documentação da Escola Normal (1903-1914), da Secretaria Geral da Instrução Pública Maranhense (1906-1910); os relatórios dos Inspectores e Delegados da Educação (1903-1911), os relatórios dos Governadores do Estado (1903-1915), a lista de frequência e de notas de alunos. Nestes documentos encontramos vestígios que exprimem o cotidiano escolar e as reclamações de professores, onde, a partir de uma análise minuciosa das entrelinhas, é possível extrair aquilo que não é dito: as insatisfações das famílias (ao retirar seus filhos dos Grupos Escolares após o início do ano letivo); dos professores, dos alunos e diretores; a reclamação a respeito da falta de estrutura dos Grupos Escolares; a coexistência de diferentes modelos e modalidades de ensino primário, a falta de pagamento e de material didático.

A análise das Mensagens e Falas de Governadores maranhenses são necessárias na medida em que estes dispositivos nos auxiliam na compreensão das atividades da administração pública (FARIA FILHO, 2000).

Em relação a isso, é importante chamar a atenção para o fato de que esses documentos além de nos permitirem perceber a fala oficial autorizada permitem-nos comparar e relacionar, no corpo mesmo do relatório, a instrução pública com as outras preocupações do governo provincial. É significativo, aqui, o fato de a instrução ocupar muito menos espaço do que, por exemplo, a questão das estradas, das fontes e da segurança, elementos diretamente relacionados à liberdade e ao controle da circulação (FARIA FILHO, 2000, p. 146).

Tal documentação tem se constituído como uma fonte fértil para os estudos da história da educação, já que os assuntos eram divididos por área de interesse, como saúde, educação, transporte, urbanização, obras públicas, alfândega, além do relato de diversos acontecimentos em torno da Instrução Pública Estadual, como as dificuldades de concretização da legislação e as possíveis soluções apontadas pelos governantes. Estas

informações possibilitam, portanto, a visualização do debate educacional que a legislação trazia no seu conjunto de reformas.

1.3 Caracterizando as Fontes

Um dos veículos irradiadores do pensamento republicano sobre a escola pública primária foi o jornal. Neles, “a instrução pública era apresentada como motor privilegiado para a regeneração nacional, para a efetivação do progresso social e político e para possibilitar a prosperidade econômica” (BOTO, 2012, p. 110). O jornal também era utilizado para denunciar a inoperância das escolas públicas, muitas vezes diferenciando a utilidade da escola privada e o dismantelo das mantidas pelo governo, e deixando claro que “a instrução jamais teria sido tomada como prioridade” (BOTO, 2012, p. 114). No jornal *O Combate* há uma menção referindo-se à utilidade desse veículo de comunicação “a imprensa é o vasto cenário em que se desenvolvem as ideias dominantes num povo, e as lutas que nela se ferem, se destinam sempre à promoção do progresso e do desenvolvimento que são as mais palpitantes aspirações do povo” (O COMBATE, ano 1, n. 1, Maranhão, 18 de ago. 1906). É nessa perspectiva que utilizamos os jornais como fonte a fim de poder resgatar aquilo que se falava sobre os Grupos Escolares, sobre a instrução pública primária, a utilidade do ensino e da frequência escolar. Para isso analisamos 10 jornais do período de 1903 a 1912⁹, em algumas ocasiões tivemos que regredir ou ultrapassar essas datas para compreender a gênese e os reflexos de alguns debates presentes na documentação.

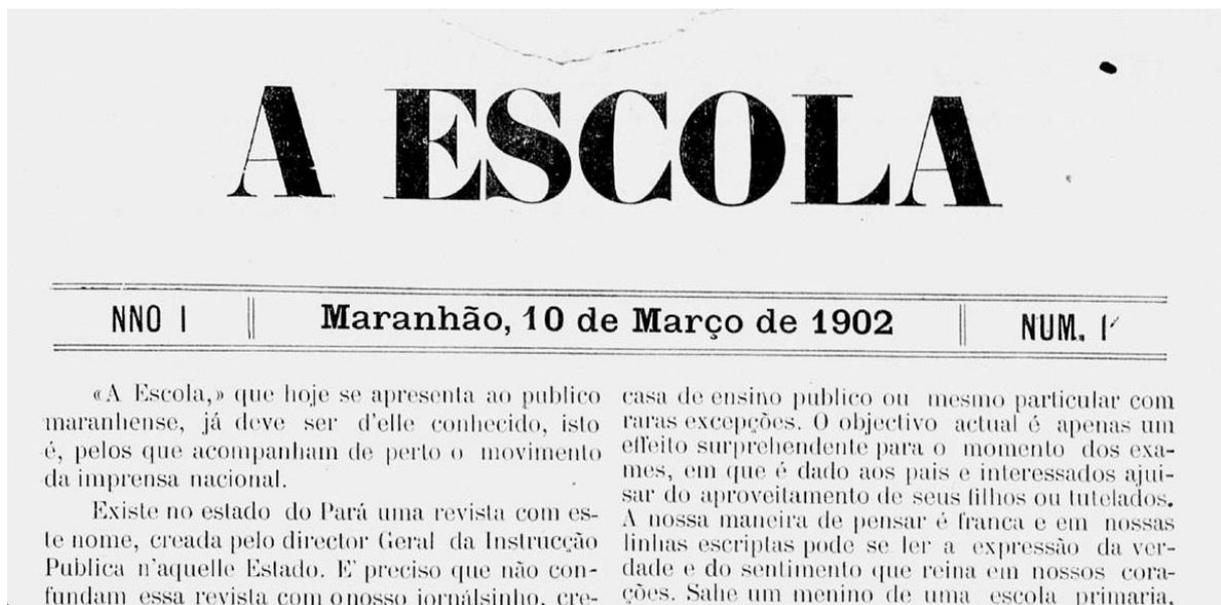
Os jornais analisados em sua maioria tratavam de assuntos de interesses gerais da sociedade maranhense, como situação econômica do Estado, surto de doenças e higiene pública da cidade, instrução pública, crônicas sobre o dia-a-dia Ludovicense e atos do governo. Dessa forma, buscamos caracterizar alguns desses veículos de comunicação, na tentativa de compreender em qual dispositivo cultural determinada informação circulou e quais as possibilidades de censuras ou de aprovação ao noticiar as ações do governo em prol do desenvolvimento da instrução pública no Estado, até que ponto tal jornal mostrava-se “neutro” diante de determinado fato, quais as possibilidades de desvirtuamento de dada

⁹No período da Primeira República brasileira, havia cerca de 210 jornais de natureza distinta circulando no Maranhão. Especificamente no período de 1903 a 1912, 66 jornais atuantes no Maranhão, entre eles, os estudantis, os noticiosos ou informativos, os recreativos, os críticos dentre outros. (VILANETO, Quincas. *Catálogo Histórico da Imprensa Maranhense: do prelo ao prego. 1821-2007/ capital. v. 1.* São Luís: UEMA, 2008. _____. *Catálogo Histórico da Imprensa Maranhense: do prelo ao prego. 1833-2007/ municípios. v. 1.* São Luís: UEMA, 2008).

notícia. Em suma, esta é uma forma de nos aproximarmos com mais criticidade e de poder enxergar determinado acontecimento sem julgamentos prévios, que muitas das vezes são impulsionados pela leitura rápida e pela análise parcial ou superficial da notícia.

O *A Escola* foi um jornal criado em 1902 e circulava semanalmente. Era órgão do Colégio 15 de novembro, cujo diretor era o professor Benjamin Melo, apresentava artigos sobre a instrução e interessantes produções literárias em prosa e verso. Há de se ressaltar que este semanário era de propriedade do diretor de uma escola privada e, dessa forma, trazia sempre matérias dignificando a utilidade dessas primeiras escolas e menosprezando as públicas. Dentre os assuntos sobre a instrução podemos destacar, principalmente, as críticas à escola pública primária, ao método de ensino e a ineficácia da organização escolar que poucos proveitos traziam para os educandos.

FIGURA 1: Jornal A Escola.



Fonte: Jornal A Escola, 1902.

O Colegial, assim como *A Escola*, se caracterizava como um jornal estudantil publicado pelos alunos do Instituto maranhense em homenagem ao aniversário de seu diretor Dr. Oscar de Barros. Foi criado em 1916 e tinha publicação diária. Este jornal abordava sempre temáticas relacionadas ao combate ao analfabetismo, ao papel do professor, criticava a instrução pública primária, bem como o método clássico de ensino, além de denunciar os baixos salários dos professores.

O Diário do Maranhão constitui um periódico do comércio, lavoura e indústria. Criado em 1855 e extinto em 1911, circulava diariamente, exceto nos dias santos e aos

feriados. Era composto por três folhas e as informações eram distribuídas em seis colunas, as ilustrações eram em sua maioria apresentadas na seção de anúncios de comércio. Na primeira apresentava o Editorial e as notícias provinciais e nacionais. Na segunda folha, se encontra a Secção Geral, na qual eram feitos os anúncios referentes à vida social e econômica da província, ou seja, o movimento de entrada e saída de navios do porto; a propaganda comercial; eventos sociais (festas, casamentos e óbitos). Na terceira folha publicavam-se os anúncios gerais referentes à Administração pública provincial. Ao que se refere à instrução, abordava temas relacionados à Reforma, com foco no ensino primário. Foi um dos jornais utilizados para divulgar a notícia de criação dos Grupos Escolares e em quatro edições publicou o Regimento Interno dessas escolas; se deteve também no anúncio de período de matrícula, aniversário de aluno e de professor do Grupo Escolar, festas cívicas, fim de período letivo, infraestrutura, impressão de viagens, visita de autoridades dentre outras.

FIGURA 2: Jornal Diário do Maranhão.



Fonte: Jornal Diário do Maranhão, 1910.

No Jornal *Pacotilha*, criado em 1889 por Vitor Lobato, jornalista nato que morreu aos 39 anos, reconhecido na cidade como um jovem sisudo, calmo, de baixa estatura, porém de língua afiada. Era um dos mais populares da época, foi extinto em 1939. Distribuído em seis colunas, tratava de assuntos variados referentes à política, educação, economia, costumes, posição da Igreja, cultura. Segundo Jorge (1950), no ano de 1892, o jornal passou a ser propriedade do político José Costa Rodrigues, opositorista de Benedito Leite. Nas suas

edições sempre era possível encontrar espaço para os assuntos escolares, sejam eles relacionados ao período de matrículas ou de avaliação dos alunos, sejam notícias de notas ou resultados das avaliações; reforma do ensino, criação de escolas, nomeação de professores, crônicas e contos sobre educação. Noticiavam também os dias de matrículas, de provas, e das datas festivas relacionadas às escolas.

FIGURA 3: Jornal Pacotilha.



Fonte: Jornal Pacotilha, 1907.

O *Correio da Tarde*, criado em 11 de dezembro de 1909 era publicado diariamente, exceto aos domingos. Caracterizava-se como um jornal noticioso divulgando assuntos variados e de interesse geral.

O *O Jornal* circulou no Maranhão durante 1 de setembro de 1914 quando iniciou suas atividades até 1923. Era uma folha informativa, literária, recreativa, cujo diretor era o Sr. Alcides Pereira e proprietário, Alfredo Teixeira. Divulgava notas direcionadas à administração pública, reivindicando soluções de problemas como vandalismo, irregularidades nas prestações de serviço entre outros. Dentre as mensagens referindo-se aos Grupos Escolares ou a instrução pública podemos destacar as festas escolares e as cívicas, anúncio de exposição de trabalhos manuais, entrega de diploma, datas dos exames escolares, licença de professor, notícia de aniversário de aluno e uma notícia sobre a doação de um terreno para a construção do Grupo Escolar.

FIGURA 4: O Jornal.



Fonte: O Jornal, 1914.

O Ser era um periódico crítico, literário e noticioso criado em 1904. Dava mais ênfase para a área cultural, especialmente a literatura, já que o outro órgão de notícias da cidade (o Rosariense) era mais crítico. Impresso na Tipografia de O Rosariense era dirigido por Quintino Martins e tinha como redator Leslie Tavares e Álvaro Costa, além de diversos colaboradores. Dentre os assuntos sobre a instrução pública identificamos os seguintes: crítica à instrução pública primária, o papel do professor, o ensino moderno e os baixos salários de professores e dos demais funcionários.

O Porvir, de Propriedade do Club Literário Theophilo Dias, de Publicação mensal era vendido a 1\$000 contos de réis. Sua Redação localizava-se na Rua de São João, n. 17. Era um Jornal crítico, literário e noticioso que visava manter a cidade de São Luís na vanguarda artística Brasileira. Tinha como Epígrafe: “O trabalho e a ciência são d’ora em diante os senhores do mundo”. Criado em 1895, foi um dos poucos jornais analisados que se deteve na apresentação de mensagens sobre a atuação do Estado para a melhoria do ensino público no Estado. Dentre os assuntos tratados nas suas três colunas, podemos destacar o movimento científico e literário do Maranhão; estímulo à obrigatoriedade escolar, fala da Escola Normal e recomendação à adoção do ensino moderno, criação de escolas, à necessidade da frequência escolar e aborda assuntos relacionados direta e indiretamente à crise financeira que o Estado vivenciava neste momento.

FIGURA 5: Jornal O Porvir.



Fonte: Jornal O Porvir, 1902.

O jornal *A República* divulgava notícias como o objetivo de orientar a opinião pública para a situação de corrupção da época, foi criado em 1914 e era publicado mensalmente. Divulgava notícias sobre a administração pública, apresentava anúncios publicitários e notas relativas ao interesse geral.

A Renascença também criado em 1914, caracterizava-se como um jornal literário e noticioso com publicação mensal. Era de pequeno formato, direcionado à mocidade caxiense, visando incentivá-la no caminho da verdade, contra o pessimismo, ou seja, ideias opostas à instalação da República brasileira.

FIGURA 6: Jornal A Renascença.



Fonte: Jornal A Renascença, 1914.

O Alcantarense criado em 1906 tinha publicação quinzenal, o custo anual pela sua assinatura valia 1\$000 e 100\$ avulso. Tratava-se de um Periódico crítico noticioso e literário da cidade de Alcântara. Suas epígrafes eram “Ajudai-nos a levantar de suas ruínas uma filha diletta de nossa Pátria” e “Tudo pelo levantamento moral de nossa Pátria”. Era impresso na Tipografia A. P. Ramos D’Almeida & Cia.

A Vida do Lar era um jornal que distribuía gratuitamente seis mil exemplares diariamente, foi criado em 1913. Localizava-se a Rua da Palma, n, 63, a diretoria era formada por Raul C. Machado – Presidente; Emiliano R. de Almeida Braga – secretário; Saint Clair Montll Aragão Silva – gerente. Periódico que tinha por finalidade expor aos seus associados a sua vida, os seus trabalhos e seu desenvolvimento, não sendo propriamente um jornal de propaganda. Este jornal se dedicava a apresentar conselhos úteis sobre a criação dos filhos, uma boa educação, futuro dos filhos, na forma de versos.

FIGURA 7: Jornal A Vida do Lar.



Fonte: Jornal A Vida do Lar, 1913.

A seleção desses materiais não foi fácil, haja vista que grande parte desses documentos não apresenta todas as edições ou informações uniformes disponíveis para a pesquisa alguns, por exemplo, não exibem a data de criação e de extinção, outros não trazem no expediente o nome do redator, diretor, editor, e outros não deixam nítidas a natureza e missão do periódico. Além disso, alguns desses materiais ainda não passaram pelo processo

de digitalização, recurso que poderia preservar e prevenir contra futura deterioração, bem como facilitar a pesquisa histórica. Outro ponto que precisa ser mencionado são as estratégias para o resgate de informações precisas para a elaboração desse trabalho. Ao selecionar no catálogo histórico dos jornais maranhenses, priorizamos a seleção dos jornais de grande circulação e de periodicidade regular; os que tratavam de notícias sobre a instrução pública primária, incentivo ao ensino e a frequência dos alunos nas escolas, a formação dos professores primários, as formas de organização escolar dentre outras.

Nesse sentido, dividimos as análises das notícias em categorias pelas quais pretendemos compreender as formas de representação que os Grupos Escolares apresentaram no Maranhão, sendo: *Eventos*, referindo-se a todos os assuntos que tratam de festas escolares, festa civil, aniversário de alunos, professores e de personalidades de notório reconhecimento. A segunda categoria faz uma abordagem sobre o *Tempo escolar*, abarcando os anúncios de matrícula, início e término do ano letivo, horários de aula, período de realização de exames, resultados de exames. A terceira categoria trata das *Formas literárias*, isto é, por meio da análise dos poemas, das estórias, dos contos e das crônicas foi possível resgatar o que se falava sobre a escola, sobre o ensino público primário, a crítica registrada as escolas públicas e perceber o que não era indicado ou não era recomendado a uma escola primária no início do século XX. A quarta categoria se refere à *organização escolar*, toda notícia que fala sobre reforma da instrução, sobre a criação de escolas, aluguel de prédios, doação e compra de terrenos, método de ensino, contratação e Nomeação de professor, formação de professores, estão incluídas nessa categoria. As *Percepções sobre a escola e impressão de viagens* estão incluídas na quinta categoria escolhida, que trata das análises daquilo que se dizia sobre as escolas, ou sobre a necessidade da instrução pública a partir da análise dos relatos de viagens, ou dos comentários registrados ao se fazer visitas às escolas públicas. A última categoria se aborda às *Críticas e aos elogios feitos a instrução pública*, ressaltando sempre quais mudanças se faziam prioritárias nas escolas públicas primárias no período de 1903 a 1912.

A primeira seção do trabalho se detém na contextualização da sociedade maranhense, focando a conjuntura político-social e econômico da época, no sentido de tentar relacionar as mudanças no campo da instrução pública primária com o contexto da época. A segunda seção centra-se no debate sobre a valorização da educação pública como medida necessária à promoção do desenvolvimento da nação. Para isso, apresenta os ideais de escolarização propagados e defendidos pelos republicanos no final do século XIX e início do século XX. A terceira seção apresenta a defesa e os proveitos do ensino público, gratuito e

obrigatório, a partir da análise dos discursos dos intelectuais da época que, de certo modo, influenciaram o pensamento coletivo da sociedade maranhense. Dentre esses intelectuais, destacam-se José Tomaz de Porciúncula, Lourenço de Sá, Benedito Pereira Leite e Barbosa de Godóis. A quarta seção apresenta o cenário da instrução pública primária no final do século XIX e início do XX, enfatizando as principais ações implementadas ou institucionalizadas pelos governantes em prol do desenvolvimento do ensino público primário, bem como apresenta os principais desafios que precisavam ser sanados, como por exemplo, a superação do modelo de escolas isoladas então existentes no cenário maranhense, com a criação dos Grupos Escolares. A quinta seção destaca o surgimento dos Grupos Escolares Maranhenses apresentando o seu contexto de criação, estrutura e os projetos de expansão para o interior do Estado. Apresenta ainda, os principais desafios enfrentados pelos professores a fim de superar as dificuldades estruturais existentes e firmar a imagem dessas escolas como *Verdadeiras Casas de Ensino*. E a última seção apresenta as representações dos Grupos Escolares maranhenses por meio da análise dos jornais pesquisados destacando as diferentes formas de produção, circulação e apropriação das mensagens divulgadas sobre os Grupos Escolares a fim de manter uma aproximação com o nosso objeto de estudo. Entendemos que esta pesquisa abre um leque de possibilidades de investigações futuras, podendo despertar interesse de historiadores da educação brasileira e especificamente maranhense.

2 CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO E ECONÔMICO DO MARANHÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Quando observamos o processo de mudança política instituído no Brasil no final do século XIX, caracterizado pela baixa participação popular, compreendemos o interesse ou o empenho dos governantes na promoção de ações em prol da propagação e consolidação do sistema republicano¹⁰ em nosso Estado. Tais ações utilizavam a educação como pano de fundo para repassar valores e princípios próprios desse sistema, ressaltando que “um povo que não evolui intelectualmente é condenado a desaparecer” (MORAES, 1969, p. 11). Sobre essa temática, Monarcha (2016, p. 139) também esclarece que, segundo a visão dos defensores desse Regime político, uma

República com povo analfabeto era um salto no desconhecido, podendo resvalar abismos abaixo. Ideia de futuro e força em progressão, das preocupações cidadãos adivinha grave expectativa, causa fundamental, a instrução elementar, laica, gratuita, obrigatória representava o pilar da democracia política e social.

Esse autor explica ainda que o Estado republicano “abrigaria a nação laica e igualitária, a federação harmoniosa e progressiva, ao outorgar existência política ao povo, retiraria do anonimato homens e mulheres comuns” (MONARCHA, 2016, p. 13). Ora, os benefícios prometidos atrairiam um público esquecido, invisível e que, por meio da educação, conquistariam seus direitos de cidadãos. Pois “a instrução popular era um valor dos mais aclamados: por ela, a instrução, ao religar numa mesma moral às gerações e a classe social, instituir-se-ia a boa sociedade” (MONARCHA, 2016, p. 137). Nesse sentido, é importante compreender esse contexto, na perspectiva de relacionar o processo de reformas educacionais com as características intrínsecas ao contexto de mudança e de adaptações políticas, econômicas e sociais.

¹⁰O republicanismo tem sua origem no Brasil, segundo o Manifesto Republicano de 1870, documento que defendia os direitos da nação, as eleições livres, a soberania do povo e nacional, a vontade coletiva do povo brasileiro, criticava os privilégios de religião, raça e de posição, defendia a liberdade econômica e individual, a liberdade de imprensa e do ensino, os princípios democráticos e a defesa dos princípios federalistas (BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. **O Manifesto Republicano**. Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/novo/manifeto-republicano-de-1870-signatarios/>>. Acesso em: 4 jun. 2017).

2.1 Contexto político maranhense no final do século XIX e início do XX

Segundo Lima (2010), Meireles (2008, 2015) Fernandes (1929), o evento que reuniu um reduzido número de militares para reconhecer ou formalizar a adesão do Maranhão à República foi realizado no dia 18 de novembro de 1889, em cerimônia simples no Palácio do Governo. O evento contou com a participação de uma junta provisória, que funcionou de 18 de novembro a 17 de dezembro de 1889, composta pelo Tenente Coronel João Luís Tavares, que assumiu o cargo de Presidente; o Capitão Cândido Mariano da Costa Barreto, que exerceu o cargo de Capitão dos Portos; o Primeiro Tenente Augusto Frutuoso Monteiro da Silva, para o cargo de Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros; o Capitão João Lourenço da Silva Milanês; o Tenente-coronel Francisco Xavier de Carvalho; José Francisco de Viveiros; e o dr. Francisco de Paula Belfort Duarte. Essa junta provisória foi tão desconsiderada, que recebeu o apelido, segundo Meireles (2008, p. 259), de “Junta de Asnos e Borrachas [...] [e assim], começava mal a República para nós”.

A notícia da Proclamação da República chegou ao Maranhão através de um telegrama enviado por Bocaiuva¹¹ ao Tenente-coronel Tavares, no dia 17 de novembro de 1889. Logo no dia seguinte, o tenente-coronel tomou a iniciativa de destituir o então Presidente, Tito Augusto Pereira de Matos, que governava o Maranhão há apenas três dias. Tito, por sua vez, recebeu com espanto a mensagem que anunciava a Proclamação da República, naquele 15 de novembro de 1889. Segundo Meireles (2008) e Lima (2010), esse evento quase não contou com a participação popular, com exceção de alguns poucos escravos e alguns alunos do Liceu Maranhense. Os primeiros demonstravam sua insatisfação com a mudança de regime político, ao saberem, por meio de boatos, que a Proclamação da República aumentaria o risco de ter os seus direitos suprimidos, com a suposta anulação da Lei Áurea, conquistada em 1888. Eles manifestaram sua contrariedade por meio de gestos e palavras, defendendo a manutenção da monarquia no nosso Estado. Os outros comemoraram o ato saindo à rua, cantando e gritando “vivas à República”, sob a liderança do poeta e filósofo Sousândrade, ao som de um hino de autoria de Antônio Rayol e da Marselhesa - hino nacional da França, composto em 1792, por Claude Joseph Rouget de Lisle. Caso semelhante aconteceu no Rio de Janeiro, quando, a pedido de Benjamin Constant, Silva Jardim “liderou o coro da Marselhesa pelas ruas”, agitando o povo (CARVALHO, 1991, p. 47).

¹¹ Um dos líderes do Partido Republicano no Rio de Janeiro.

Sobre a participação popular, Meireles (2008, p. 258) declara que “a adesão do Maranhão ao novo regime, imposto pelo exército a 15 de novembro de 1889 [foi] uma página descolorida de nossa história regional [...]”. Botelho (2007), por sua vez, considera que esse ato não pode ser visto como meramente passivo, ou que a população, em sua maioria, tenha se desinteressado dos assuntos referentes à política, segundo registra a maioria dos estudos sobre esse tema (MEIRELES, 2015, 2008; LIMA, 2010; GASPAR; LICAR, 2012). Em algumas cidades maranhenses, como Grajaú, Caxias, Cururupu, Carolina, Pastos-Bons, Loreto, Riachão, Mirador e, principalmente, Barra do Corda, houve algumas manifestações por meio da publicação de mensagens nos jornais e panfletos que circulavam nessas cidades. As manifestações defendiam a adoção do novo regime e posicionavam-se contra a monarquia, o que, de certa maneira, tentava incentivar a população para aquilo que deveria ser defendido, implantado ou mudado (BOTELHO, 2007).

Da mesma forma, Carvalho (1991) esclarece que, apesar de taxarem o povo brasileiro como apático e sem interesse pelos assuntos referentes à política, não podemos desconsiderar que, ao seu modo, houve sim uma reação popular. Segundo esse autor, o povo se envolveu à medida que se sentia diretamente prejudicado, lesado dos seus direitos. Carvalho (1991) considera que, ao dizer que o povo se desinteressava pelos assuntos políticos, ele também manifestava uma visão essencialmente preconceituosa, dita por uma elite composta por povos de outras culturas e com outras visões de participação popular, como os franceses e portugueses. Declaravam até que o espírito público inexistia no Brasil e que a população desse país não compreendia o que se passava, ou seja, o povo via surpreso aos acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889. Será?

No Maranhão afirmaram que o povo assistia a esse evento como se fosse uma parada militar, sem ter noção para o que, de fato, acontecia (MEIRELES, 2008; LIMA, 2010). No entanto, concordamos com Carvalho (1991) ao dizer que não se podia ver o Brasil ou o povo brasileiro como em igual processo cultural. Era necessário compreender ou identificar os elementos que poderiam ser utilizados como unificadores do sentimento nacional, aquilo que serviria para unir o povo em prol de um ideal, de um objetivo concreto e sensato para a população. Se Carvalho (1991) defende a ideia de que o povo brasileiro não era tão apático como se tentava demonstrar, segundo uma visão europeizada, pois lutara e participara ativamente de inúmeras guerras em defesa de um princípio específico, como pode ser ilustrado no Período Regencial; da mesma forma, no Maranhão, a população também reagiu

aos mandos e desmandos de governantes em diversas épocas, como na Guerra da Balaiada¹², durante o império, e na Revolução de Beckman¹³, no período colonial.

O povo sabia que o formal não era sério, não havia caminho de participação, a república não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse a manipulação [...] quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado, era bilontra (CARVALHO, 1991, p. 160).

Portanto, é necessário entender que tipo de postura se esperava de um povo em determinado momento, mas respeitando seu processo histórico e considerando o que realmente importa defender. Para ilustrar que os brasileiros não eram tão passivos quanto parecia, Carvalho (1991) cita como exemplo a participação do povo na Revolta da Armada, em 1893, o atentado à vida de Prudente de Moraes, em 1897, e a Revolta da Vacina. Sobre essa última revolta, o autor esclarece que:

O povo do Rio, quando participava politicamente, o fazia fora dos canais oficiais, através de greves políticas, de arruaças, de quebra-quebra ou mesmo através de movimentos de natureza quase revolucionária, como a revolta da vacina. Mas na maior parte do tempo dedicava suas energias participativas e sua capacidade de organização a outras atividades. Do governo queria principalmente que o deixasse em paz (CARVALHO, 1991, p. 91).

Nessa revolta, Oswaldo Cruz promoveu uma série de mudanças no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo pelo aumento de doenças infectocontagiosas e epidêmicas, como no caso da febre amarela e da peste bubônica. Diante de tais dificuldades, ele iniciou uma intensa perseguição aos agentes causadores, realizando a desinfecção de ruas, esgotos, casas e diversos lugares propícios à proliferação de mosquitos e ratos. Nessa ação, intensificou as visitas aos domicílios, inspecionando 110.224 moradias. Caso fosse diagnosticado algum risco de epidemias nessas visitas, era decretada a desapropriação, demolição ou reforma dos edifícios. É claro que tais medidas trouxeram bastante insatisfação, principalmente para aquelas pessoas de baixo poder aquisitivo, que viviam em condições higiênicas mais precárias. (CARVALHO, 1991). Além disso, foram decretados castigos de posturas para inibir as práticas culturalmente repetidas e compartilhadas pelo coletivo social, como cuspir no chão, urinar em locais impróprios, impedir a circulação de animais nas ruas da

¹²Revolta popular ocorrida no Maranhão entre os anos de 1838 e 1841.

¹³A Revolta de Beckman, também conhecida por Revolta dos Irmãos Beckman, aconteceu no então estado do Maranhão, em 1684. É tradicionalmente considerado um movimento nativista pela historiografia em História do Brasil.

cidade - como os cães, vacas, porcos -, recolher para os asilos mendigos e doentes contagiosos. A obrigatoriedade da vacina teve bastante resistência, apesar de ser exigida para quase tudo: matrícula em escolas, empregos públicos, empregos domésticos [...]” (CARVALHO, 1991, p. 99).

Mas, como decretar castigos pelo não cumprimento dos códigos de postura? Uma vez que o povo não tinha conhecimento dessas recomendações, quais eram os canais para divulgação desse regulamento? Como promover o acesso a essas informações? Um dos veículos utilizados para disseminar as regras de postura foram os jornais, ainda que fosse necessário agir de forma mais direta. Nesse sentido, o foco das ações do governo no campo da instrução pública foi essencial, especialmente porque as normas de condutas e os valores a serem defendidos podiam ser transmitidos no ambiente escolar, por meio de sermões e falas de professores, contribuindo para a redução das epidemias. “[...] o sanitarismo fez-se presentes nas frentes do combate e propaganda de salubridade médico-social” (MONARCHA, 2016, p. 178).

No regulamento dos Grupos Escolares, consta como proibições aos alunos,

Art. 19 – É proibido aos alunos:

[...]

2 – Escreverem, pintarem, desenharem, gravarem ou por qualquer modo sujarem, estragarem ou danificarem o edifício ou seus móveis.

[...]

Art. 23 – À entrada dos alunos, as respectivas professoras procederão a uma revista do asseio dos mesmos, tomando as providências em ordem a estarem todos em condições regulares de limpeza de mãos, unhas e rosto e penteado do cabelo, no momento de serem iniciados os exercícios escolares. (MARANHÃO, Regimento interno dos Grupos Escolares, 1904).

O cenário escolar, nesse período foi utilizado como um ambiente estratégico, principalmente por garantir, por meio dos ensinamentos cotidianamente repassados, as formas de vivências em espaços coletivos e por evitar a incidência de doenças contagiosas. Sobre esse tema, o Regulamento ainda deixa claro que aqueles alunos que fossem identificados com sintomas de alguma doença eram impedidos de frequentarem a escola. Em contrapartida, caso

houvesse, pelo menos, a suspeita de alguma infecção, os discentes precisariam de um atestado médico comprovando a sua condição de saúde. No Maranhão, por exemplo, com o avanço das epidemias na cidade, o governo realizava periodicamente a desinfecção nos lugares em que tal peste poderia se alastrar ou era encontrada. Dessa forma, em 1902, foram realizadas cerca de 228 desinfecções: além da limpeza das bocas de bueiros e portos. Tais ações não foram suficientes para evitar que em 1903 a epidemia da peste bubônica sacrificasse “de modo arrasador a população da capital desde fins de 1903 até quase meados de 1904” (LIMA, 2010 p. 69). E em 1904 “por ocasião da epidemia da bubônica em nosso Estado [...] uma neurose de pânico apoderou-se da população de São Luís. A cidade despovoou-se, em poucos dias” (VIVEIROS, 1960, p. 225).

A participação popular, se por um lado foi considerada inexpressiva, por outro não pode ser desconsiderada. Em relação à Proclamação da República no Maranhão e à atuação popular, esperava-se uma agitação em massa, mas, se pensarmos que o momento não garantia segurança nem para os contrários à monarquia, nem mesmo para os favoráveis ao regime, quem se arriscaria a sair nas ruas nesse momento em que as informações circulavam com certo sigilo e por meio de boatos? Pois, “Do Rio não vieram notícias e este silêncio dava lugar a que a cidade se enchesse de boatos” (VIVEIROS, 1960 p. 20). O próprio Presidente Tito Matos pediu cautela aos poucos manifestantes que se dirigiram à sua casa para cumprimentá-lo e que apoiavam a permanência do regime monárquico. Tito, por sua vez, pediu ao grupo que acalmassem os ânimos e que se dissolvesse o ajuntamento dos manifestantes (MEIRELES, 2015). Essa atitude demonstrou cautela e, ao mesmo tempo, receio pelo que poderia fatalmente acontecer. O que podemos observar é que houve maneiras diversas de demonstrar a contrariedade popular.

Outra atitude dos manifestantes insatisfeitos com a mudança de regime foi publicada em mensagem no jornal Diário do Maranhão, de 18 de novembro de 1889, quando uma “grande massa de homens cercou a casa da tipografia do Globo, em que se achava o redator dr. Francisco de Paula Belfort Duarte, a quem queria impedir de ir fazer uma conferência, para a qual havia convidado o povo, marcando a Câmara municipal como ponto de reunião”. O jornal O Globo era um dos poucos veículos de informação que defendia os preceitos republicanos. Ora, se Paula Duarte foi aconselhado a desistir de realizar a reunião por pessoas influentes na cidade, além do fato de ter a redação cercada por uma comitiva gritando “morras à República!”, podemos inferir que o clima na cidade era de intensa

instabilidade, perigo e insegurança, conforme se observa em mensagem registrada no Relatório de 1889.

Serenaram então os espíritos, mas à tarde outros grupos continuaram a percorrer as ruas, e em frente ainda a redação do Globo se postou grande massa de povo. Foi destacado para o lugar uma força de infantaria para evitar desordens e distúrbios, mas a noite continuaram os gritos, tendo havido tiros e graves conflitos do que resultaram ferimentos e mortes, estas em número de três. (MARANHÃO, Relatório, 1889, p. 5).

A versão do alferes Antônio Raimundo Belo - chefe de polícia, referindo-se ainda ao incidente do dia 17 de novembro - conta que agiu em nome da ordem e da decência, a fim de conter o movimento que reuniu um número considerável de pessoas inconformadas com a adesão ao novo regime. Segundo ele, as pessoas estavam armadas com paus, pedras e garrafas, e atacaram a comitiva policial formada por nove praças e o comandante. (MARANHÃO, Relatório, 1889, p. 5). Antônio Belo esclarece ainda que os soldados foram obrigados a disparar tiros para o alto, na tentativa de dispersar o grupo de manifestantes, embora essa ação não tenha promovido os efeitos desejados. Por isso, efetuaram alguns disparos em direção à multidão insatisfeita, o que ocasionou a morte de três destes e de alguns feridos, inclusive guardas. Após esse fato, o público se dispersou e foi reestabelecida a ordem e a tranquilidade na cidade.

Diante desse relato, podemos, pelo menos, suspeitar que o chefe de polícia deu uma versão essencialmente defensiva, apresentando os manifestantes como desordeiros, que colocavam em risco a tranquilidade pública, ameaçando os policiais com paus e pedras, justificando ainda que a atitude dos guardas foi a mais acertada diante da situação promovida pelos protestantes. Essa ação registrada, ainda que privilegie a postura dos policiais, desmente o que Meireles (2008), Lima (2010) e Fernandes (1929) afirmam, ou seja, que a adesão do Maranhão à República se deu de forma despercebida. No relato de Augusto Belo, de 18 de novembro de 1889, esse fato foi descrito como uma manifestação que demonstrava a insatisfação de um público inconformado com a adoção do novo regime.

Segundo Fernandes (1929), o clima de insegurança só acabou quando o primeiro Presidente provisório assumiu o governo em 17 de dezembro de 1889, quando os funcionários afastados ou demitidos foram readmitidos nos seus antigos empregos. Pedro Augusto Tavares Junior, maranhense, apesar de, por um lado, proporcionar a tranquilidade pública, por outro, cumpria à risca os princípios defendidos pelos ideais republicanos. Ele teve uma ação infeliz com a criação do “Decreto n. 7, de 23 de dezembro de 1889, que proclamou a liberdade do

culto e suspendeu todos e quaisquer pagamentos à Igreja Católica Apostólica Romana como religião do Estado” (MEIRELES, 2008, p. 260). A ação foi considerada precipitada, já que a Igreja exercia uma grande influência na sociedade maranhense nesse período. Com efeito, tal Decreto foi anulado pelo Presidente Marechal Deodoro da Fonseca, temendo maiores revoltas.

Boletim da civilização.

Em virtude de ordem telegráfica do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, nesta data faço pública a anulação do decreto do governador deste estado, que separa a igreja do Estado. Maranhão, 28 de dezembro de 1889. (MARANHÃO. Relatório, 1890).

A sociedade maranhense, nesse período, respirava os ares da influência católica, tanto nos modos de vestir, pensar, comportar, quanto na forma de se relacionar com a sociedade. No perímetro urbano havia três freguesias que ditavam aquilo que era lícito ou não fazer, permanecendo do mesmo modo, ainda que tenha ocorrido a separação entre o Estado e a Igreja. Como romper, por ato legal, com uma instituição que tradicionalmente orienta os modos de vida em sociedade? Apenas decretando atos legais, como no caso o Decreto de n. 7, de 23 de dezembro? O próprio povo não via isso com bons olhos, pois a Igreja era considerada uma Instituição respeitada. De acordo com Meireles (2015), 99,37% da população maranhense era de religião cristã, sendo 98,18% membros da Igreja Católica Apostólica Romana.

No campo essencialmente político, observamos a inconstância em relação à permanência dos governantes na direção do Estado. A junta provisória mencionada acima se desfez em um mês (de 18 de novembro de 1889 a 17 de dezembro de 1889). É certo que no Maranhão vivia-se um nítido embaraço político, o qual não começou e nem findou com a Proclamação da República. Essa instabilidade era reforçada pelas constantes saídas e entradas de novos administradores. Durante o Período Imperial, passaram pela direção do Estado 66 Presidentes nomeados pela Coroa, sem falar dos vice-presidentes. Durante as três primeiras décadas republicanas, contam-se 33 representantes entre os nomeados diretamente pelo governo central, os eleitos direta e indiretamente por votação e os que assumiram o governo por serem vice-governadores.

O dr. Pedro Augusto Tavares Junior, ao ter o seu decreto anulado pelo presidente, indignou-se e pediu demissão do cargo, dando lugar à nomeação do segundo governador provisório, José Tomaz de Porciúncula, que assumiu no dia 21 de janeiro de 1889,

permanecendo por cinco meses e meio. Nesse período, contraiu uma dívida no valor de 300:000\$000 com o Banco Nacional para o pagamento de débitos com o Tesouro, colocando em dia o salário do funcionalismo público. Com a saída de Porciúncula, Augusto Olímpio Gomes de Castro assumiu a direção do Estado em caráter provisório (de 7 de julho a 25 de julho de 1890), enquanto o novo governador nomeado pelo Governo Central assumia em definitivo o controle do Estado, sendo ele o maranhense Capitão-tenente Manuel Inácio Belfort Vieira (de 25 de julho a 28 de outubro de 1890). Posteriormente, este foi substituído pelo seu vice José Viana Vaz, no dia 28 de outubro de 1890, o qual, por sua vez, foi sucedido por Tarquínio Brasileiro Lopes em 4 de março de 1891. Dez dias depois, em 14 de março de 1891, Lourenço Augusto de Sá Albuquerque assumiu como titular, permanecendo até 18 de dezembro de 1891. Lourenço de Sá não era maranhense e sua indicação para ser governador do Estado foi recusada por parte de alguns políticos maranhenses, entre eles Benedito Leite. Contudo, tendo em vista a indicação de Carlos Peixoto, que pertencia ao partido de oposição a Benedito Leite, os políticos resolveram apoiar a nomeação de Lourenço de Sá. (MEIRELES, 2008; 2015).

Com a Constituição Estadual do Maranhão¹⁴ foram eleitos para o primeiro quadriênio, por meio de voto indireto do Congresso, Manuel Inácio Belfort Vieira, como Governador, Casemiro Dias Vieira Junior, Alfredo da Cunha Martins e Barão Tomáí Luís Antônio de Oliveira Junior, como primeiro, segundo e terceiro vice-governadores, respectivamente. (MEIRELES, 2008). Durante 1892 a 1898, a política maranhense foi marcada pela alternância no governo entre o Titular e os dois primeiros vices¹⁵. Durante esse período, os eleitos dedicaram-se

na organização político-administrativa do Estado especialmente na força policial, segurança pública, administração da justiça civil e penal e os assuntos referentes aos impostos e à fazenda pública. Por ocasião de doença, Cunha Martins assumiu em caráter interino o cargo de governador, permanecendo durante o período de 30 de novembro de 1892 a 27 de outubro de 1893, quando Casemiro Dias Vieira Junior tomou-o [...]. [Esses foram anos de instabilidade política, a própria junta governamental não se entendia, pleiteava cargos] (MEIRELES, 2008, p. 273).

¹⁴Benedito Pereira Leite, Barbosa de Godóis, Mendes Viana e Agripino Azevedo compuseram a comissão para a elaboração da Carta Magna do Estado do Maranhão, promulgada a 4 de julho de 1891 (LIMA, 2010, p. 47).

¹⁵Manoel Dias Vieira Junior – 27 out. 1893 a 2 fev. 1893 / 13 ago. 1895 a 16 dez. 1895 / 29 abr. 1896 a 26 mar. 1897. Cunha Martins – 30 nov. 1892 a 27 out. 1893 / 16 dez. 1895 a 29 abr. 1896 / 26 mar. 1897 a 1 mar. 1898. Casimiro Dias Vieira Junior – 27 out. 1893 a 2 fev. 1895 / 13 ago. 1895 a 16 dez. 1895 / 29 abr. 1896 a 26 mar. 1897.

A gestão de Cunha Martins se deteve na organização do ensino, criando um Conselho Superior de Instrução Pública, um fundo escolar e equiparando o currículo do Liceu ao do Ginásio Nacional. Além disso, investiu em esforços para a criação de uma escola de aplicação anexa à Escola Normal, criando algumas cadeiras de ensino primário no interior do Estado e uma Inspetoria de Higiene Pública (MEIRELES, 2008).

Após o governo de Cunha Martins, deu-se início ao segundo quadriênio com João Gualberto Torreão da Costa (1898-1902), o primeiro governador a cumprir um mandato de quatro anos. Segundo Lima (2010), com a Vitória de João Gualberto Torreão da Costa (1898) iniciava-se a “Época Benedito Leite” (1898 a 1908) (LIMA, 2010, p. 64). Torreão da Costa, em mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 1900, enfatiza que o Estado não gozava de paz e nem de tranquilidade, realidade que explica o não alcance da prosperidade desejada. (MARANHÃO. Mensagem apresentada ao Congresso do Estado em 15 de fevereiro de 1900 pelo Exm. Snr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa, governador. Maranhão, 1900).

É incontestável a influência de Benedito Leite no Maranhão. Para Lima (2010), “é possível admitir até que em alguns casos, mesmo sem estar à frente como governador, ditava os rumos que o Estado deveria seguir, como foi o caso do governo de João Gualberto Torreão Costa que fora apelidado de “João Banana” por só fazer aquilo que Leite ordenava” (LIMA, 2010, p. 64). Apesar dessa influência, na obra de Viriato Correa “*Cartas políticas*”, publicada no Diário do Maranhão, em 18 de abril de 1912, enfatiza-se que durante sua trajetória política, Benedito Leite fizera amigos e inimigos indomáveis (LIMA, 2010, p. 64).

A política foi caracterizada por uma rotatividade frequente, que atrapalhava a unidade administrativa e a continuidade dos investimentos. Em 1902, o governador eleito Manoel Lopes da Cunha (1902-1906), por motivo de doença, passou a gestão do Estado para o terceiro vice-governador, em decorrência da ausência dos dois primeiros vices, Alexandre Colares Moreira e Othon Bulhão. Nesse caso, Raimundo Nogueira Cruz e Castro assumiu. Porém, nesse mesmo ano, a direção do Maranhão passou para Colares Moreira, que o assumiu em 19 de novembro de 1902 e permaneceu até 1906, quando Benedito Pereira Leite elegeu-se governador do Maranhão para o período de 1906 a 1910. Durante a gestão de Colares Moreira, destacam-se como principais ações no cenário educativo a criação dos Grupos Escolares na capital, reforma ou reparo no prédio¹⁶ da Primeira Escola Primária, localizado na

¹⁶As primeiras construções escolares foram incentivadas segundo Viveiros (1960) com o discurso de D. Pedro II quando ao invés de ter uma estátua em sua homenagem, opta pela construção de edifícios escolas no Brasil. Foram construídas em São Luís quatro prédios, sendo um para a escola Onze de Agosto e três para as escolas

Rua do Sol, nomeação de professores primários e criação de cadeiras do ensino primário na capital e no interior do Estado.

2.2 A situação financeira no Maranhão no final do século XIX

Com a análise da situação econômica do Maranhão, podemos apresentar pelo menos dois momentos de relativo crescimento. Um deles se deu com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada pelo Marquês de Pombal na segunda metade do século XVIII, de caráter monopolista; o segundo ocorreu na segunda metade do século XIX, em virtude das oscilações do mercado externo. Nesse período, o Maranhão apresentou um relativo sucesso econômico com o cultivo do arroz, açúcar e, mais precisamente, com o sistema agroexportador algodoeiro, sendo reconhecido como a quarta maior economia do país. Esse período também foi caracterizado pela mão de obra escrava africana, rural e agrária.

o Maranhão viveu, na segunda metade do século XIX, uma fase áurea, com o apogeu da sua agro exportação, representada pela produção açucareira e cotonicultura, produtos do trabalho escravo, além de contar com várias fábricas têxteis. Vários empreendimentos foram criados no Maranhão, dando sustentação à economia, destacando-se três bancos, três agências bancárias, trezentos e oitenta e três casas comerciais, inúmeras fábricas, companhias e firmas dos mais diversos ramos. Nesse período, a cidade de São Luís era uma das principais do Brasil, com sua elite abastada e fluxo comercial com importante envergadura. (BOTELHO, 2007, p. 163).

A emergente prosperidade econômica se refletiu no perfil urbano de São Luís, pois, nessa época, foi construída a maior parte dos casarões que compõem o conjunto arquitetônico do Centro Histórico dessa cidade, hoje considerada Patrimônio Mundial da Humanidade. Investiram também na urbanização do perímetro urbano, como o calçamento de ruas, iluminação elétrica, azulejamento de casarões, encanação para o abastecimento de água e esgotos, além da criação de repartições culturais, como a biblioteca pública (1829), escolas

localizadas na capital. A primeira escola a ser construída demorou um ano, sediada à Rua Colares Moreira, primeira freguesia, abrangendo uma área de 6X10 metros, foi um terreno doado pela Superior ordem dos Carmelitas, esta escola foi inaugurada no dia 28 de agosto de 1874 e foi sede do primeiro Grupo escolar da capital, com a presença do presidente da província dr. José Francisco de Viveiros, autoridades oficiais, professores e literatos.

(Liceu – 1838) e teatro (1837). (MORAIS; MEIRELES, 2015; VIVEIROS, 1960). No entanto, esse ligeiro crescimento não se deu em bases seguras, pois não havia mão de obra especializada, nem mesmo recursos suficientes para garantir a permanência e o crescimento dessas fábricas, consideradas por alguns historiadores como pseudo indústria (VIVEIROS, 1960, MEIRELES 2008).

Essa euforia, no entanto, não demorou. No final do século, a província passa por transformações, impactada que foi dentre outros aspectos, pelo fim da escravidão, fato que combalou a sua agro exportação. [...]. Chegava a tal ponto a penúria dos cofres do Estado, que deviam-se dez meses de vencimentos a muitos funcionários, e nem se pagavam em dia os alimentos das asiladas de Santa Teresa, dos Expostos e dos Lázaros (MARANHÃO, Relatório, 1890, p. 13).

Trazer à tona esse contexto possibilita entender as justificativas promovidas pelos presidentes e governadores maranhenses sobre o caos econômico que o Estado vivenciou logo após a Lei Áurea. Essa situação também nos permite questionar em que medida essa realidade influenciou na criação de escolas, na formação e pagamento de professores, na adoção de modelos pedagógicos e modelos de escolas modernas, onde os gastos aumentariam com a compra de manuais e de materiais para o ensino intuitivo, além de perceber quais os interesses do governo ao querer investir na instrução pública primária no início da Primeira República.

É interessante observar as investidas que alguns fazendeiros acostumados a lidar com o mercado agrário, baseado na mão de obra escrava, fizeram por um mercado totalmente novo para o Estado, ou seja, aplicaram os poucos recursos que tinham no setor industrial, onde a mão de obra era assalariada e especializada. Por outro lado, essa mão de obra era formada por pessoas que não tinham nenhum conhecimento. Fernandes (1929) também comenta que, com o fim da escravatura, “os senhores de senzalas não queriam acreditar, [mas] a vida econômica da província recebeu um choque terrível a que poucos souberam dar remédio” (FERNANDES, 1929, p. 4). Logo, “o setor produtivo perdeu a sua principal forma de trabalho, muitos fazendeiros venderam suas terras por preço até 10% do que realmente valeria, em busca de novos investimentos na capital” (MEIRELES, 2015, p. 224).

Sobre essa situação, Meireles acentua a emergência das fábricas:

A partir de 1890, imediatamente após a Abolição, começaram a surgir as fábricas, uma após outra, chegando ao total de vinte e sete, das quais duas em Caxias uma em Codó. Em São Luís, elas eram, portanto, vinte e quatro: de fiação e tecelagem de algodão, de cânhamo, seda e de lã (casemira), de malha, de meias, de fósforo, de prego, de calçado, de produtos cerâmicos, de

arroz, de sabão, de açúcar, de aguardentes, de chocolate, de licores, de fogos...” (MEIRELES, 2015, p. 225).

Esse mesmo autor explica que, apesar desse crescimento, o setor caiu em declínio, pois,

A loucura, [...] de querer transformar o Maranhão agrícola num estado industrial só terminou em 1895, quando se esgotaram todas as possibilidades financeiras de nossa terra [...] e assim, aquelas fábricas se arrastariam, em decadências permanentes e crescente, até o meado do século XX, como testemunhas vivas do declínio financeiro, econômico e social da Maranhão e de sua capital, São Luís, e foram uma após outra, fechando melancolicamente seus largos portões (MEIRELES, 2015, p. 226).

Benedito Leite investiu na criação de leis e decretos para a melhoria do ensino público, e se tornou um dos defensores da criação de uma Escola Normal e de uma Escola de Aplicação. Em seu relatório publicado em 1908, Benedito Leite justifica que o Estado passava por grave crise econômica e, portanto, não tinha condições de promover melhorias para a cidade, principalmente no que se refere à instrução pública primária. Fazendo um resgate da situação econômica do Maranhão, Leite esclarece que durante “os anos de 1895 a 1905 não se operou mudança alguma no setor produtivo, digna de nota. Os gêneros de produção do Estado que figuravam no princípio desse período são exatamente os mesmos que figuram atualmente; o sistema adotado para a lavoura não se alterou de modo algum” (MARANHÃO, Mensagem, 1907, p. 10-21).

Havia uma grande oscilação nos preços dos produtos negociados tanto no mercado interno quanto no externo. Na realidade, a economia maranhense era pendular e isso acarretava em embaraços e prejuízos ao comércio e ao produtor, como também ao equilíbrio orçamentário do Estado.

Em 1895, a média do preço da farinha seca foi de 140 reis e o quilo da farinha d’água de 180 reis. [...]. Em 1899 essa média elevou-se a 400 reis o quilo da primeira e 500 reis da segunda. Em 1906 o preço caiu consideravelmente, vindo o da primeira a 93 reis e o da segunda a 123 reis. [...]. Quanto ao algodão a média foi em 1895 de 900 reis o quilo; em 1899, 1\$000 reis, em 1903 de 700 reis, em 1904 de 981 reis em 1905 de 541 e em 1906 de 598 reis. Não temos produtos algum que goze permanentemente de uma situação privilegiada (MARANHÃO, Mensagem, 1907, p. 10-21).

Benedito Leite esclarece que esse estado de deficiência econômica se dava em razão dos efeitos do regime da escravidão, pela falta de educação profissional na exploração das indústrias e de pessoas aptas para o trabalho, pelas dificuldades do transporte e pela

carência de iniciativa particular, essas justificativas reforçam mais uma vez a necessidade da criação de escolas públicas no Maranhão e este seria um desafio, já que de acordo com a Revista *Philomathia*¹⁷ em seu prefácio destaca os ares sobre a educação no final do século XIX

Dolorosamente o dízimo, mas o nosso meio bem que se arrasta decadente, a cultura intelectual vai baixa e apoucada. Não que faltem ao Maranhão estabelecimentos onde se ministre largamente a educação moderna nos seus aperfeiçoamentos ramos da cultura: não é a passada geração que descure o seu dever, mas a nova que não o compreende (MORAES, 1969, p. 9).

Mas, segundo a visão do primeiro governador provisório, José Tomaz de Porciúncula (1890), as finanças do Estado caíram em desprestígio devido à falta de organização e dos vícios herdados do governo monárquico, pois as “assembleias provinciais decretavam leis de orçamentos sem os regulamentos complementares para a sua execução, de modo que, a arrecadação da receita sendo impossível e certas as despesas, um déficit orçamentário era acusado constantemente e crescia de ano a ano” (MARANHÃO, Relatório, 1890, p. 13). Ou seja, o governo sempre gastava mais do que era arrecadado.

Além das razões apontadas acima, Leite complementa que o aumento das despesas de deu em virtude do ajuste feito nos vencimentos de magistrados e empregados administrativos, pela criação de lugares de juízes municipais, pela organização do casamento civil gratuito, pela criação de serviços novos, como os da biblioteca, estatística, registros civis, Escola Normal, reorganização, Escola Modelo, Grupos Escolares na capital e no interior, cadeiras para normalistas, externatos no interior, repartição de obras públicas, viação, indústrias térreas e colonização, aquisição e adaptação de prédios para diversos ramos do serviço público (compra de móveis e objetos necessários ao serviço das repartições, linhas telefônicas em número não pequeno, abrindo-se estações até no alto sertão em lugares remotos, como Barra do Corda e Grajaú), e aquisição e introdução de gados (MARANHÃO, Mensagem, 1908, p. 6).

É claro que podemos fazer uma leitura bem crítica das investidas de Benedito Leite e dos seus antecessores no campo da instrução pública. Ora, quando se menciona que o Estado criou escola, é importante pensar qual modelo de escola foi criado e se as condições basilares foram garantidas para a sua existência. Essas escolas adotaram o ensino intuitivo,

¹⁷Revista científica e filosófica fundada por Manoel de Béthencourt português de origem, foi criada em 1895 e editou apenas 7 volumes.

mas, até que ponto os recursos pedagógicos necessários à observação das partes para entender o todo se modernizaram? Será que investiram na compra de livros e compêndios escolares? Na contratação de professores em número suficiente para cada série? Ao contrário, em algumas mensagens publicadas nos jornais, vemos a crítica feita ao governo. Essas mensagens tratavam, em sua maioria, das leis destinadas à criação de escolas, as quais não passavam de nomeação de lentes e de abertura de cadeiras.

Com a morte de Benedito Leite, o Estado caiu em grande crise política, somada à econômica. Em 1908, com a sua licença para tratamento de saúde na França, Arthur Quadros Colares Moreira assumiu o governo do Estado em 25 de maio de 1908, permanecendo até 25 de maio de 1908, quando Mariano Martins Lisboa Neto, então Presidente do Congresso Estadual, assumiu, pois Colares Moreira tinha pretensões políticas na capital federal. No governo de Colares Moreira, ele se restringiu a pagar ou manter em dia os serviços orçamentários: saúde pública e redução da dívida flutuante (LIMA, 2010).

Por outro lado, no governo de Luís Domingues (1910-1914), as alterações referentes à instabilidade política e financeira, que, sem sombra de dúvidas, refletiam nas áreas sociais, não foram sanadas, pois Domingues assumiu um Estado com altas dívidas. Conseqüentemente, ele recorreu a empréstimos bancários, acumulando muitas dívidas públicas.

2.3 O que diziam os censos demográficos

Os estudos históricos centrados na demografia têm sido utilizados como uma rica fonte de análise para a compreensão de determinadas políticas governamentais implantadas no Brasil em certo período. Diante disso, “as articulações dos processos populacionais como indicadores das relações sociais [...] na perspectiva do tempo histórico, [...] implica estudos de conjuntura e de longa duração; implica recorrer à história do que aconteceu” (NADALIN, 2017, p. 72). Pois, importava saber o número de habitantes existentes em cada localidade (cidade, povoados, vilas). Com a identificação desses dados, o governo poderia promover ações específicas, como, por exemplo, a definição do modelo de escola a ser criado conforme a localidade e a densidade demográfica, no caso, por exemplo, dos Grupos escolares que foram criados nas zonas urbanas e com o índice demográfico mais denso.

As variáveis relativas à demografia utilizadas neste estudo foram selecionadas a partir da leitura da própria documentação pesquisada, ou seja, das tabelas elaboradas pelos governadores do final do século XIX e início do XX. Ao analisar as informações relativas à natalidade, fecundidade, nupcialidade, mortalidade e migração, e demonstrar as relações entre elas, é possível perceber o comportamento dessas variáveis e investigar em que medida uma influencia ou não a outra.

A instituição responsável pelo registro civil, até a Proclamação da República, era a Igreja Católica, que recebia um repasse do governo para cumprir tal atividade. Com a separação entre o Estado e a Igreja, os serviços de registros civis foram duramente abalados. O Estado maranhense ainda não tinha se organizado para essa função. Diante dessa dificuldade, o governo criou uma Diretoria do Registro civil, que se apressava para “pôr em ordem o serviço anterior à sua fundação [...]” (MARANHÃO, Mensagem, 1900, p. 2). Os serviços iniciaram-se pela organização de um índice alfabético dos nascimentos registrados desde 1874. No Relatório de 1900, o governador relata as dificuldades existentes nesse serviço, referentes aos dados de nascimento, casamento, mortes e de migração.

Os assentos referentes a esse tempo estão quase todos nulos ou defeituosos, já por estarem incompletos uns e outros não assinados pelos interessados e testemunhas, já por ter sido lavrados em livros não revestidos das formalidades legais e, portanto, sem valor jurídico.

Enormes são os males que daí resultam, pois além dos prejuízos que hão de sofrer os interessados, torna-se impossível fazer um estudo exato e minucioso dos nascimentos e óbitos ocorridos, nesta cidade, durante esse período.

Para regularizar o serviço e sanar esse mal que incalculáveis prejuízos há de causar à família maranhense, esta diretoria, em virtude do precedente aberto pelo dr. Juiz de casamento resolveu chamar, por edital de 29 de julho, todas as pessoas que haviam feito registro, durante o período de setembro de 1893 a janeiro de 1897 a virem retificá-los ou restaurá-los.

Infelizmente, porém, o número de pessoas que atenderam a esse apelo foi diminutíssimo, não chegando talvez a 2% dos que fizeram registros durante o mesmo período (MARANHÃO, Mensagem, 1900, p. 2).

Sobre demografia no Estado, todos os governadores da primeira e segunda década republicana reclamavam da falta de bases sólidas para a descrição do número de nascidos, óbitos e casamentos. Os quadros apresentavam dados incompletos e, conforme o ano, havia a não padronização dessas informações. No caso, por exemplo, do registro de óbitos, inexistia a discriminação por freguesia, sendo o registro considerada parcial e irregular. Essa dificuldade também foi registrada por Viveiros (1960), quando foi solicitado pelo estado do Amazonas

uma certidão de batismo, cujo registro não foi encontrado nos livros específicos. No relato de Belfort Vieira, publicado em seu Relatório em 1899, ele denuncia a carência na descrição dos dados relativos à população, destacando a necessidade dessa contagem e, por outro lado, mostrando a falta de padronização das descrições e os motivos que levavam a população a omitir algumas informações.

O governo da União querendo conhecer a população do País mandou, há cinco anos proceder a um recenseamento geral, mas todos sabem como foi feito esse serviço no Maranhão. Ficou o recenseamento eivado de lacunas e omissões por causa da insuficiência e mesmo da falsidade das informações ministradas por grande número de habitantes deste Estado, nomeadamente das classes inferiores, que viam naquele serviço um novo meio de sobrecarregá-los de impostos (MENSAGEM que o Exm. Snr. Governador Manoel Ignácio Belfort Vieira apresenta ao Congresso do Estado em 18 de fev. 1897. Maranhão, 1899, p. 14).

Sobre essa mesma dificuldade Monarcha (2016, p. 192) aponta que havia “resistência ao uso obrigatório do registro civil, as pessoas optavam pelo registro nas paróquias ou associavam o agente recenseador à conscrição militar, ao aumento de impostos ou ainda à tentativa de reescravização”. Não eram poucos os argumentos que distanciavam a população desse interesse, observamos que, de fato, existia um viés dificultador nesse processo, pois em alguns casos, o governo realmente utilizava os dados coletados nos censos para convocar a população para o serviço militar (MONARCHA, 2016).

Ora, a contagem da população era feita baseada no número de casas multiplicado pela média do número de integrantes familiares que residiam em cada uma dessas casas. Assim, “conquanto o presente cálculo apresentava o inconveniente de falta de bases seguras. É este o único meio de que atualmente dispomos para saber qual a população presumível da cidade” (MARANHÃO, Mensagem, 1897, p. 14). Essa mesma visão pode ser estendida para a leitura dos quadros referentes à instrução pública: o mapeamento da quantidade de escolas, o número de alunos e a frequência escolar, em muitos casos, não podem ser entendidos como uma leitura precisa do que realmente existia, como pode ser visto na última seção deste trabalho.

Da mesma forma acontecia quando os professores omitiam informações; quando havia falta de recursos humanos destinados à nomeação de pessoas aptas para a fiscalização das escolas, ou mesmo pela falta de materiais impressos específicos para o registro dos dados. A partir dessa dificuldade, percebemos que o olhar sobre essa documentação precisa ser

ampliado, ou seja, é preciso desconfiar se os números apresentados nos mapas escolares, principalmente, quando se referem ao quantitativo de escolas, especificam sobre qual tipo de instituição de ensino está se falando. Outros questionamentos surgem e são pertinentes: Existia prédio escolar? Havia professores em número suficiente? A frequência era burlada? Sendo assim, é oportuno problematizar cada informação, no sentido de promover uma aproximação mais fidedigna e mais próxima dessa realidade, que é apresentada nessa documentação.

Os dados do recenseamento para a composição dos quadros estatísticos eram registrados nos mapas de nascimentos, casamentos e óbitos. Os de nascimentos eram classificados por gênero e apresentavam a média mensal e diária. Registravam a filiação: os legítimos e os naturais, média mensal dos nascidos segundo a nacionalidade paterna (pais brasileiros, estrangeiros e os de descendência ignorada); média mensal e diária dos nascimentos segundo a nacionalidade materna (mães brasileiras, mães estrangeiras). Havia registros mais completos conforme demonstrado na pesquisa de Monarcha (2016, p. 139) “Sexo, raça, estado civil, nacionalidade, filiação de culto, grau de instrução, defeitos físicos, títulos científicos, literários, e artísticos, profissões, estatísticas prediais”.

Em relação aos óbitos, classificavam as informações da seguinte forma: média mensal e diária dos óbitos, segundo o sexo, segundo o estado civil (solteiros, casados e viúvos); segundo o lugar de falecimento (no domicílio, no hospital, em outros lugares); e segundo a hora de falecimento (dia ou noite). Havia ainda a classificação dos óbitos por idade, estado civil, nacionalidade e naturalidade. As informações de casamento incluíam os dados referentes ao local (Capital, Bacanga, Vinhais, Vila do Paço); e segundo a nacionalidade (brasileiros, estrangeiros, brasileiros e estrangeiros, estrangeiros e brasileiros).

Apesar dessa realidade, os mapas estatísticos elaborados pela Igreja ou pelo Estado, que se utilizavam de metodologias não seguras, foram as bases para o reconhecimento das variáveis referentes aos dados demográficos que, até hoje, temos conhecimento. Mesmo desconfiando da fidedignidade desses censos, apresentamos o que os relatórios de governadores diziam sobre tais índices. Em 1896, no Maranhão, havia cerca de 50 mil almas e dessas apenas 52 pessoas foram vacinadas; entre a faixa etária de morte nesse mesmo ano, a maioria estava entre os 20 e 30 anos e, em segundo lugar, os recém-nascidos. Dentre as principais causas de morte figuraram a beribéri (41 casos), malária (22 casos) e a tuberculose (23 casos). Já na década de 1900, em São Luís foi registrada uma população de 36.798 habitantes. As cidades mais populosas eram Caxias, Pedreiras, Codó, Ribamar, Rosário, São

Bento, Viana, Coroatá, Carolina e Pinheiro. Essas também foram as cidades mais desenvolvidas, incluindo a cidade de Bacabal. O número de estrangeiros no Estado não passou de 0,01% e brasileiros de outras unidades não passou de 11%, provenientes, principalmente, do Piauí e do Ceará. Desse quantitativo, 99,37% eram católicos e 75% eram considerados analfabetos.

Em relação à nupcialidade, os dados se concentravam no registro do regime adotado (comunhão de bens, da simples separação de bens e separação total); segundo o lugar onde foi celebrado (em casa de audiência, intendências, outros edifícios públicos, casas particulares); segundo a idade dos contraentes; segundo a profissão dos contraentes; segundo a nacionalidade; e segundo a naturalidade.

Ainda em 1902 não se podia ter exatidão quanto ao número de nascidos, mortos ou de matrimônios no Estado. Persistia a irregularidade na coleta dos dados, os quais representariam a demografia maranhense: “se o número de óbitos é uma realidade, não se dá o mesmo com o de nascimento, pois muitos pais, por ignorância ou desrespeito à lei, não tem o cuidado de dar a registro o nascimento dos filhos” (MARANHÃO, Mensagem, 1903).

3 A REPÚBLICA BRASILEIRA E OS IDEAIS DE ESCOLARIZAÇÃO

Com a Proclamação da República em 1889 intensifica o combate ao analfabetismo atribuindo a ele um dos principais problemas do Brasil. A meta prioritária desse modelo de gestão política preconizava a eliminação imediata do analfabetismo, por meio da transformação e expansão do sistema educacional existente, abstendo-se dos problemas relativos à qualidade do ensino ministrado, conforme podemos constatar com Paiva (1987, p. 28, grifo nosso):

No início da Primeira República, o Brasil contava com uma população de oito milhões de habitantes livres e quase dois milhões de escravos, 20% da população total não era automaticamente considerada para fins educacionais. Dos 80% restantes, calculou-se a população escolar em torno de 15%. Diante dessa realidade, a falta de educação era tida como responsável por todos os problemas sociais, inclusive os relativos à saúde coletiva, pois *‘o analfabetismo é o cancro que aniquila o nosso organismo, com as suas metástases, aqui a ociosidade, ali o vício, além o crime’*.

O slogan que marcou esse movimento “Ordem e Progresso” precisaria inicialmente ser adotado em uma nação que já se fazia independente desde a década de 1820 conforme a visão de Gilberto Freyre em seu estudo “Ordem e progresso”, onde afirma que

[...] nenhum regimen ou sistema, nem econômico – como o de trabalho – nem político – como o de governo – se deixa substituir de todo por outro, da noite para o dia, e na vida das instituições essa transição dura às vezes tanto, em suas contemporizações de natureza sociológica, que as datas de registro do fim deste regimen ou de começo daquele sistema, não significam, em sua pureza ou rigidez cronológica, senão mudanças de superfície. As verdadeiras transformações se verificam num ritmo que não sendo nem cronológico nem se quer lógico é principalmente psicológico, além de sociológico (FREYRE, 1974, p. 387).

Quando falamos em mudanças de regime, podemos inferir que ao invés de transformações, fala-se mais acertadamente em continuidades. De acordo com Carvalho (1990) já havia partidos republicanos antes mesmo da instauração do novo regime. É nessa conjuntura que a escola começa a ser utilizada como elemento de civilização; seguindo uma ótica modeladora, ela passa a ser adotada como meio eficaz para ensinar a população, ou parte dela, a conter os maus hábitos, estimular o amor à pátria e o respeito às autoridades; surge o que Nagle (2008) e Peixoto (1983) chamam de “entusiasmo pela educação”, isto é, a crença de que com a criação quantitativa de escolas poderia conter a chaga do analfabetismo e

apresentar o Brasil como uma nação civilizada perante os Países desenvolvidos (EUA, França, Inglaterra e outros). A Igreja deixa de ser a instituição responsável pela moralização do povo e o Estado, elege a escola como uma instituição laica, de uso obrigatório, gratuito e capaz de disseminar os novos moldes do sistema que se queria implantar. Assim, a escola deixa de ser um

[...] simples instrumento de transmissão de cultura, para chamar a si, decisivamente, na qualidade de órgão público – órgão do Estado –, função mais larga de coordenação e regularização das necessidades de vida coletiva. A escola popular já não aparece apenas como gratuita, mas como obrigatória (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 37).

De acordo com Souza (2009, p. 43) “[...] por toda parte do País verifica-se a uniformidade dos discursos em torno da importância [dos Grupos escolares], vinculando a sua criação às expectativas de desenvolvimento econômico, de progresso, de modernização e de manutenção do novo regime político”. Os rituais cívicos garantiriam “[...] às crianças apropriarem-se dos ideais republicanos de civismo, ordem e desenvolvimento, tão importantes aos olhares dos administradores públicos da época” (AZEVEDO, 2009, p. 78). Segundo Carvalho (1990, p. 10), no que tange os aspectos sociais, ressaltando a educação, os símbolos (como a bandeira e o hino) se tornaram de uso quase obrigatório.

[...] o extravasamento das visões de república para o mundo extra-elite ou a tentativa de operá-lo] [...] não poderia ser feito por meio do discurso inacessível a um público com baixo nível de educação formal. Ele terá de ser feito mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos [...]. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo.

Havia, desse modo, o cuidado expresso com a saúde pública, a higiene, a limpeza, a cortesia, os costumes, o cuidado com o corpo, a disciplina e a manutenção da ordem (AZEVEDO, 2009). É nesse contexto que a educação passa a ser alvo das políticas públicas do Estado, face “[...] à necessidade de escolarização da população, principalmente das camadas populares, denunciava a esperança de se implantar um País que rumaria ao progresso e ao desenvolvimento social. Regenerar o povo era a tarefa da educação” (CARVALHO, 1989, p. 7), uma vez que esta “[...] apresentava uma possibilidade de realização da reforma da ordem [...] e via adequada para se eliminar os vícios e difundir as qualidades do novo Regime [político]” (MONARCHA, 1999, p. 44). Neste sentido, “A escola no imaginário republicano foi signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso” (CARVALHO, 1989, p. 7) e em virtude dessa importância o Estado traçou

métodos para assegurar a obrigatoriedade instituída desde 1854. Nessa perspectiva Lourenço Filho (2002, p. 36) assegura que

A escola deixou de ser, por isso, simples instrumento de transmissão de cultura, para chamar a si, decisivamente, na qualidade de órgão público – órgão do Estado –, função mais larga de coordenação e regularização das necessidades de vida coletiva. A escola popular já não aparece apenas como gratuita, mas como obrigatória. E, nos países em que a obrigatoriedade já tivesse sido ensaiada, cresce agora a extensão da escolaridade, atingindo a largos períodos da existência humana. Não se restringe a escola a ensinar os rudimentos da cultura literária: pretende-se que ela coopere de maneira positiva na formação integral do homem e do cidadão; que cuide da saúde dos escolares; que os inicie nas técnicas do trabalho; que neles suscite sentimentos de maior coesão social, no sentido de aumentar a disciplina interna e de garantir a continuidade histórica de cada povo, em face de outros povos.

Souza (2009) esclarece que o debate em torno do papel ou missão da escola popular foi cenário de discussão por todo ocidente, durante a segunda metade do século XIX, entre as pastas de discussão estavam incluídas a questão dos conteúdos curriculares e os métodos de ensino, além “[...] da defesa da inclusão de conhecimento úteis fundamentados nas ciências naturais e sociais e nas noções de moral e educação cívica” (SOUZA, 2009, p. 73).

Dentre as ações políticas destacam-se os pareceres de Rui Barbosa apresentado ao Parlamento brasileiro em 1882. Esses pareceres tinham como foco principal identificar os problemas existentes no Brasil referentes à educação, a fim de traçar estratégias para solucioná-los. Além de sugerir a laicidade e a obrigatoriedade, Rui Barbosa aludiu ainda, que o ensino primário deveria ser realizado em 8 anos, sendo dividido em 3 cursos: Elementar, Médio e Superior. Segundo esse parecer o ensino primário apresentaria a seguinte formação: Jardins de Infância, Escola Primária Elementar, Média e Superior. Se por um lado, Rui Barbosa aponta como um dos principais problemas a ser resolvido “[...] era [o de] reconhecer a importância da difusão do ensino para a construção de uma nação de progresso” (PAIVA, 1987, p. 27). Por outro Lourenço Filho, nesta mesma perspectiva, conclui que “é certo que, nos 40 anos de República, o ensino primário teve relativo desenvolvimento, embora muito desigual nas várias regiões do País. E desigual porque desigual haveria de ter sido o desenvolvimento demográfico e econômico, dada a diversidade de produção”. (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 21). Além disso, esses autores esclarecem que muitas das ideias sinalizadas nesses pareceres eram copiadas de outras instâncias, de contextos diferenciados, onde a instrução pública já estaria em parte consolidada:

Rui oferece uma documentação preciosa, com referência às realizações da Inglaterra, da Alemanha, dos Estados Unidos. O mais simples cotejo entre a bibliografia até então existente e o monumento de saber, que esses trabalhos representam, leva a compreender que o ambiente geral de pensamento brasileiro não estava preparado para recebê-los. Pretendendo transplantar idéias de ambientes sociais muito diversos do nosso, é certo que esses pareceres haveriam de apresentar conceitos e aspirações que não se ajustavam de todo à realidade nacional. (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 23).

No período que sucede imediatamente à Proclamação da República, muitos tinham esperança na realização dos ideais democráticos e defendiam a difusão do ensino primário. Vale ressaltar que, apesar de vários debates em torno da estruturação de um sistema de ensino para o País, sua descentralização foi mantida até a Primeira Guerra Mundial.

[...] a ideia de riqueza como virtude e fonte de prestígio [...] consolida-se uma sociedade laica e individualizada, que via na associação entre profissão e dinheiro a base para o sucesso ou fracasso na competição por oportunidade econômica. Aos poucos a aquisição de conhecimento se tornara um importante diferencial para obtenção de prestígio na sociedade (VEIGA, 2007, p. 34).

Tal situação contribuiu para que o Estado percebesse a importância da instrução básica no desenvolvimento econômico e na manutenção dos preceitos políticos, o que refletia no empenho de controlar o ensino, direcionando-o para a realização dos seus próprios interesses. O conhecimento, que já não estava mais apoiado nos saberes divinos, traduzia as formas de pensar e agir de uma sociedade laica, que começava a colher os frutos da economia capitalista, pois, a ciência não se finda em algo completo ou acabado; ele representa, porém, configurações múltiplas, de acordo com o período histórico vivenciado (PAIVA, 1987). Entendemos que essa estruturação do ensino se baseava na manutenção da moral e dos bons costumes e, principalmente, na sustentação da ideologia elitista que condicionava o progresso econômico e social ao ensino. A burguesia, por exemplo, acreditava que o desenvolvimento viria pelo trabalho, disciplina, ordem, virtudes e que a educação era a responsável por promover todos esses atributos, sendo assim,

[...] o poder atribuído à ciência e à técnica na criação de um novo padrão civilizatório do País faz com que a educação seja apontada como uma alternativa importante na solução desses problemas, pois cabe a ela preparar o indivíduo para o exercício da cidadania (PEIXOTO, 1983, p. 14).

Neste contexto, republicanos intensificaram as mensagens sobre a escola como algo prioritário e que o Estado deveria assumir o papel de possibilitar e democratizar o seu

acesso. De fato, se por um lado, a educação brasileira não se diferenciou dos modelos implantados no restante do mundo no que se refere à questão ideológica, sendo utilizada como uma tentativa de controle social; por outro, é importante destacar que, ao analisarmos a documentação legal referente às estratégias de afirmação do Estado por meio da educação, concordamos com Thompson (1992) e Certeau (1994) ao ressaltarem que, embora o poder da superestrutura dominante imponha seus ideais, a infraestrutura nem sempre os recebe de forma passiva, sem revolta ou sem reflexões efetuadas pelos indivíduos sem rosto e sem voz. Ao impor condições de aprendizagem e de participação nas áreas sociais, o povo também vê nisso um ato discriminatório e, ao mesmo tempo, revoltante. A determinação dos lugares de ensino, com a indicação do que, quem e para quem se deveria transmitir conhecimentos, revela o preconceito e a divergência existente entre os níveis de escolarização. Nas escolas primárias, geralmente os docentes desabilitados eram os responsáveis pelo ensino, oferecido, em sua maioria, nas suas próprias casas, o que revelava a deficiência e a ausência de escolas e de professores.

A ação dos governantes, ao longo do processo de escolarização primária, não aconteceu de forma escamoteada, mas, implicitamente declarada, tentando esconder o preconceito e a falta de compromisso do Estado com a população de menor poder aquisitivo que, em meios aos discursos republicanos, tiveram seu grito de revolta abafado ou simplesmente esquecido (CASTELLANOS, 2010). O contexto de ensino, no final do século XIX, marcado pela precariedade, elitização e altos índices de analfabetismo por todo o País, deveria ser transformado de acordo com os princípios democráticos propagados pela República nos primeiros anos de sua implantação.

No intuito de promover uma nova configuração do campo educativo, o Estado se preocupou, essencialmente, em garantir a criação de leis que proporcionassem a Institucionalização do ensino. Como consequência, criou-se a reforma do Ministro da Secretaria da Instrução Pública, Correios e Telégrafos do Rio de Janeiro - Benjamin Constant (1890), constituindo-se como ação estratégica para impulsionar as reformas e melhorar a educação. Shiroma (2000, p. 35) declara, porém, “[...] que o sistema educacional nunca foi destinado ao povo, ao longo de nossa história [...]”. Mesmo com inúmeras dificuldades estruturais, a nova ordem vigente tentou implantar um sistema de ensino capaz de consolidar o Regime Republicano.

Em todo o País, o ideal liberal democrático republicano fez surgir novas bandeiras de luta e entre elas estava a de expandir o ensino primário. “O tema da educação popular

passou a frequentar mais assiduamente o discurso político e a educação a ser proclamada remédio para todos os males que afligiam a nação” (SALDANHA, 1992, p. 12). O remédio deveria ser distribuído a todos os enfermos para que estes também gozassem de saúde. A saúde - que os republicanos metaforicamente se referiam - tratava-se da sujeição dos indivíduos até então ausentes das propostas governamentais, e que passava a ganhar espaços nas ações do legislativo a partir da implantação de um modelo de sociedade pautado nos princípios democráticos. Como mencionado anteriormente, as reformas educativas são contraídas com a sucessão de movimentos e ações incorporadas na realidade social.

A transformação de um País que só há 67 anos deixava de ser colônia e já vivenciava os ares de República (1889) trazia um estilo de vida quase tão universal, uma revolução da economia e da sociedade quase tão profunda quanto as que marcaram os períodos antecedentes (PAIVA, 1987). Neste cenário, os dispositivos legais, configuraram-se como estratégias que visavam conter o avanço decadente da instrução pública primária existente até 1889, embora, saibamos que estes instrumentos, não podem mudar o estágio cultural de uma determinada sociedade, uma vez que as mudanças ocorrem de forma gradual, sendo entendidas mais como continuidades, do que como rupturas. Assim como as duas Reformas anteriormente citadas trouxeram inovações no campo educativo do País (a de 1854 consagrando a obrigatoriedade e a de 1879, sugerindo a implantação do ensino mútuo), a Reforma Benjamim Constant implantada em 1890 estabeleceu a gratuidade, a liberdade e o caráter laico do ensino. De acordo com essa Reforma, o Ensino Primário foi dividido em dois graus, distribuído de acordo com a idade e a graduação. Nesse sistema de organização escolar, as Escolas de Primeiro Grau eram compostas por três cursos: Elementar (6-9 anos); Médio (9-11 anos) e Superior (11-13 anos); o Segundo Grau compreendia três classes graduadas e se destinava a alunos de 13 a 15 anos.

Em São Paulo, as mudanças se deram a partir da Reforma de Caetano de Campos, cujas propostas traziam transformações substanciais, definindo a escola como um dos principais símbolos da República, ou seja, importante mecanismo para a consolidação dos seus ideais, “[...], pois a instrução do povo era o elemento básico para o progresso do País” (VEIGA, 2007, p. 242).

De acordo com Veiga (2007), Souza e Faria Filho (2006, 2008), Vidal (2006) e Faria Filho (2007), o projeto que mais merece destaque na reforma instituída em São Paulo, em 1893, foi o novo modelo de organização do ensino primário que se disseminou pelo Brasil: os Grupos Escolares, símbolo de modernidade, ancorando-se nas inovações básicas

(organização das classes em séries; cada série em uma sala; um professor normalista em cada série; organização do ensino; reunião de quatro ou cinco séries num mesmo prédio; contratação de funcionários, como porteiros, serventes, diretores, cada um desempenhando atribuições específicas). O ensino, nesse contexto, deveria atender aos anseios da conjuntura republicana nascente, que segundo Mello (1911) apud Felgueiras e Silva (2006, p. 222) deveria fundamentar-se,

[...] num programa de ensino, cuja orientação [...] é ensinar a fazer, fazendo, e não, ensinar a fazer, dizendo como se faz, [...] é Lei fundamental da pedagogia, que, em aquisição de conhecimento, os fenômenos devem sempre partir do consciente para o inconsciente, mediando, entre essas duas fases extremas da evolução físico-psíquica, o termo médio concreto para tingir ao abstrato, mediante a transição natural pelo concreto-abstrato.

O discurso em prol da instrução pública no Brasil, neste período, propagado pelos políticos defendia que a educação era a salvação para todos os problemas da sociedade e, para isso, era necessário adotar modelos e conteúdos disciplinares modernos e eficazes para a escolarização de um número considerável de pessoas. Souza (2008) comenta que “[...] os governantes preocupavam-se em oferecer essencialmente os saberes úteis à vida moderna e a educação do povo” (SOUZA, 2008, p. 22). Essa preocupação com “o que ensinar”, segundo a autora, foi fruto de um longo processo de transformação que influenciou a reconfiguração de práticas sociais, culturalmente instituídas, e que, no contexto republicano, deveriam apresentar conotações que servissem aos anseios do sistema político que se desejava implantar. Desse modo,

[...] a maioria dos países ocidentais introduziu novas matérias nos programas do ensino primário, ampliando a formação científica e social. Por toda parte a língua materna, a matemática, as ciências, a história, a geografia, a educação física, a instrução moral e cívica, o desenho e os trabalhos foram considerados conteúdos válidos para a instrução popular, adquirindo em cada País, conotações peculiares moldadas pela realidade nacional (SOUZA, 2008, p. 21).

As ações políticas se voltaram para a formação de um novo cidadão, isto é, era parte dos ideais republicanos “desemburrar” o homem, proporcionando-lhe os saberes elementares que garantissem a sua participação nas ações políticas e econômicas, nascentes no final do século XIX. Podemos destacar que, se antes o sistema de produção era essencialmente agrário e a maioria da população pobre acreditava ser desnecessário qualquer tipo de instrução formal para o exercício da atividade no campo, com o advento da República surgem às primeiras tentativas de implantação de um parque fabril, sendo indispensável à

formação de mão de obra que pudesse atuar na produção em larga escala, com o mínimo de desperdício.

Na esfera política, observou-se que, para o povo ser considerado cidadão, era necessário exercer o direito ao voto, o que só era possível aos que possuíssem os conhecimentos básicos das primeiras letras: ler, escrever e contar. A própria população começou a ver, nessas condições, fatores mais excludentes que estimulantes (PAIVA, 1987), e de ordem sociocultural: o povo deveria agora ser domesticado, ou melhor, moldado para a vida em sociedade. Uma das preocupações dos governantes se referia à contenção dos maus hábitos, dos vícios e dos costumes considerados inaceitáveis. Era preciso, então, disciplinar o povo para que aprendesse a se comportar em público, além de ressaltar o respeito às autoridades e a valorização da pátria.

Desta forma, considera-se que “[...] educar o povo tornar-se-ia a preocupação central do projeto educacional republicano. Sendo assim, o desafio de construir a nação brasileira passou pela necessidade de regenerar o povo, combatendo os maus costumes, o vício, a indolência. Caberia à escola primária [essa função]” (SOUZA, 2008, p. 36). Vê-se, a partir desse discurso, a crença que vários republicanos depositaram na educação popular, porém, como garantir sua efetividade? Como transformar uma cultura a partir da simples criação de leis, uma vez que as mudanças pretendidas não dependem apenas do querer fazer, mas estão diretamente associadas aos fatores econômicos, políticos e principalmente culturais, pois, havia muitos pais de família que se recusavam a mandar seus filhos para a escola. Somado a isso, havia o desafio de adotar um modelo de ensino racional, moderno, eficaz e adequado e que correspondia aos anseios de uma elite política nascente.

[...] rompendo com o ensino dogmático, coercitivo e sem nenhum apelo à razão, com preceitos disciplinares e castigos aos infratores [...] novas práticas, enfim surgiram na decadência das antigas, ressaltando a cultura das faculdades de observação, a espontânea atividade da criança. Daí o valor das lições de cousas, para proporcionar conhecimento exato das propriedades e visíveis ao aprendiz [...] insista-se, ai, portanto, em lhes transmitir [saberes concretos] e vivas, quanto possíveis, substituindo verdades abstratas pelas representações concretas (VIVEIROS, 1960, p. 284).

O método intuitivo configurava-se como o mais eficaz para o aprendizado, estruturando e adequando as aulas a uma lógica rígida, e abolindo com a prática de memorização, considerada ineficiente para o alcance dos objetivos propostos pelos republicanos, que consistia em aprender “fazer-fazendo”, a aprendizagem, nesse processo, partia do particular para o geral (VALDEMARIN, 2004). Justo Jansen, um dos intelectuais

maranhense da época (implantação da República), propunha a adoção desse princípio em voga na Alemanha. Ele enfatizava que o mesmo seria capaz de superar as práticas tradicionais consideradas atrasadas e sem utilidade prática.

As críticas em torno do método de ensino, à falta de formação do professor, às condições deficitárias das escolas públicas primárias maranhenses eram constantemente denunciadas pelos intelectuais da época. Consideramos que a voz dessas personalidades, de alguma forma, influenciava o pensamento coletivo e contribuía para o reforço de que as mudanças no campo da instrução pública faziam-se necessárias e urgentes.

4 INTELLECTUAIS DA EDUCAÇÃO E O INCENTIVO À ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA NO MARANHÃO

Sobre a matéria educativa, vários intelectuais maranhenses, no final do século XIX, defenderam a renovação das ideias educacionais. Em seus discursos, eles ressaltavam a eficácia da criação de escolas públicas primárias e a defesa da ampliação ao direito de aprender para as camadas populares. É importante destacar a força que alguns intelectuais passariam a ter frente às mudanças defendidas nesse período. Por intelectuais entendemos que eram aquelas pessoas que “formularam o conhecimento sobre [determinada] matéria, [...] e que, a partir do debate de seu tema, será apropriado, irradiado e divulgado com diferentes estudos [...], pelos veículos da imprensa, por revista e por jornais da época, [...] encarregados da formação da opinião pública” (BOTO, 2012, p. 10). Nessa mesma perspectiva, Sirinelli (1996, p. 242) define intelectuais como sendo os “produtores de bens simbólicos, mediadores culturais e atores do político”.

Boto (2012) menciona que, ainda que a maioria dos intelectuais defendesse a obrigatoriedade e a gratuidade da educação, a eficácia da instrução, ao ser divulgada em mídias de fácil acesso popular, cooperava para que se propagasse a necessidade da escolarização independente da classe social, demonstrando às famílias de baixa renda a utilidade das escolas.

A defesa do ensino obrigatório desvenda, por um lado, a intenção de universalização do saber dessa fração de classe dominante, que se apresenta como o único saber legítimo, em oposição ao não saber, à ignorância do povo, o que justificava a necessidade de dirigi-lo do alto. De um lado o conhecimento, a razão; de outro, a ignorância, a irracionalidade (MORAES, 2006, p. 151).

Pensar nessa remodelagem social não é fácil, sobretudo em uma cultura que, até pouco tempo, a existência de escolas não era vista como algo necessário e que com a adoção de um novo regime de governo, que, em sua estrutura, proclamava a renovação dos valores, a participação dos intelectuais foi de suma importância para a consolidação de “verdades”, ou seja, da escola como instituição necessária, capaz de aproximar o povo da escola e esta da sociedade como um todo (CAMBI, 1999). No entanto, as mudanças de atitudes, hábitos e valores não se dão de forma repentina. É claro que os resultados de muitos destes discursos só foram incorporados ao cotidiano popular a partir da intensificação dos debates pedagógicos, quando se ressaltava a utilidade prática de se frequentar a escola. Tais debates eram promovidos pelos intelectuais da época. Vale ressaltar que

As representações do mundo sociais assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1988).

Cambi (1999, p. 398) declara que a preocupação com a renovação escolar é um fenômeno antigo, que tem sua maior incidência com o nascimento da idade contemporânea (1789). É nesse momento que a funcionalidade da escola é colocada em questão, pois “tratou-se de atualizar a escola por organização, gestão por programas, por modelos culturais e uma sociedade nova que se configurava pluralista e aberta”. No Brasil, mais precisamente no século XIX, nos anos finais, “a escola se coloca como instituição delegada a formar o cidadão como homem e o homem como cidadão” (CAMBI, 1999, p. 487).

Ao divulgarem os ideais educativos, educadores, juristas e políticos tinham o crédito nas suas palavras e o poder de sensibilizar a comunidade para uma causa nobre: a educação, uma vez que eram pessoas de prestígio e que exerciam grande influência junto ao pensamento coletivo, ou seja, por meio deles eram divulgadas as noções de certo ou errado, moderno ou atrasado, útil ou inútil. Mas é importante ressaltar que “As percepções do social não são [...] discursos neutros, produzem estratégias e práticas [...] que tendem a impor a autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1988, p. 17).

A escolha desses intelectuais se deu pela relevante atuação no cenário educacional maranhense, implementando reformas, sugerindo melhorias ou mesmo expondo suas insatisfações sobre o ensino primário maranhense. Dessa forma apresentamos o Político José Tomaz de Porciúncula, por ter sido o primeiro reformador após a Proclamação da República brasileira. A escolha de Lourenço Sá se deu por ter proposto em seu projeto a obrigatoriedade do ensino e da frequência escolar, ações que na época precisou de vários esforços para ser concretizadas. Benedito Pereira Leite, durante a sua atuação política, ressaltou em vários de seus discursos a necessidade de reformar o cenário da instrução pública primária. Barbosa de Godóis era um dos personagens que esteve na direção da maioria dos estabelecimentos de ensino, reivindicando melhorias para tal setor.

4.1 José Thomaz de Porciúncula e o projeto reformador de 1890

No Maranhão, podemos destacar como um dos intelectuais que contribuiu para a institucionalização da instrução pública, sob a nova ótica republicana, o Senhor José Thomaz de Porciúncula, homem de vida curta, porém intensa. Nasceu num período conturbado, marcado por intensas manifestações de rebeldia (1854 – 1901). Tornou-se médico e dedicou-se aos assuntos públicos de forma veemente; era adepto do pensamento republicano, foi nomeado como o primeiro governador do Maranhão em 31 de dezembro de 1889 e entrou em exercício em 22 de janeiro de 1890 permanecendo até sete de julho deste último ano. Durante este período ficou responsável pela organização do Estado que, além das dificuldades econômicas pelo qual passava, ainda decidira tardiamente pela adesão a República brasileira e precisava, neste sentido, adotar os ideais republicanos, esse era um dos desafios que Porciúncula aceitou com a convicção de fazer seu papel de cidadão.

Foi nomeado governador do Maranhão em 1890, cargo que teria sido ocupado anteriormente por uma junta governativa desastrosa, atrelada ou formada no regime imperial, e que foi um empecilho à instalação da República. José Thomaz de Porciúncula passou cerca de cinco meses na administração do Estado. Homem simples, correto, de proceder refletido, ameno ao trato e delicado, embora franco, sem rudeza na convivência. Segundo d'A República de 07 de junho de 1890, Porciúncula

[...] era um homem atencioso e delicado, embora franco, mas sem rudeza na convivência que tornava [...] pela urbanidade, inteiro e intransigente na realização das ideias republicanas, de ilustração segura e feita nos variados ramos da administração, tal se nos apresentou no governo deste estado, o Sr. José Thomaz de Porciúncula e dele hoje se retira, sem desmerecer um dia do conceito que dele formamos, ao colher as rédeas da administração. (VASCONCELLOS, 2016).

Apesar da curta estadia como presidente do Maranhão, Porciúncula promoveu algumas mudanças significativas, dentre elas o redirecionamento da instrução pública, a revitalização da biblioteca pública do Maranhão no âmbito da educação. É claro que como administrador do Estado tinha por obrigação trabalhar pelo bem comum e garantir, ainda que por meio da legislação, as mudanças no âmbito da educação, cultura, economia, dentre outros.

A preocupação com a organização do Estado se deparava com o desafio de remodelar ou reconfigurar a imagem da escola pública primária, pois esta permitiria que parte do setor popular se integrasse não apenas ao convívio civilizatório imposto neste período, mas

também à gestão de postos de trabalho a partir da implantação de um parque fabril no Estado. Dessa forma, a remodelagem das escolas públicas foi uma iniciativa de toda a república.

No Maranhão, a reforma na instrução pública começou por via legal, a partir do decreto de número 21, de 15 de abril de 1890, referente à reorganização do ensino público no Estado, dispositivo que contou com a participação de uma junta formada por políticos, educadores e intelectuais da época, dentre eles, Benedito Pereira Leite, mais tarde eleito governador do Estado. Dentre os assuntos em destaque neste aparelho disciplinador, estava a divisão do ensino em modalidades escolares, capazes de mesclar o conjunto de alunados por graus de ensino. Sendo assim, haveria escolas de nível primário, secundário, técnico ou profissional, cujo ensino era gratuito, mas não obrigatório. Preocupou-se também com a criação da Escola Normal, por meio do Decreto nº. 21, de 15 de abril de 1890. De acordo com o Art. 5º desse decreto determinava que as escolas fossem do primeiro grau nas povoações, do segundo nas vilas e do terceiro nas cidades¹⁸. E conforme o Art. 7º:

Fica criada nesta capital uma Escola Normal onde funcionarão as seguintes cadeiras:

Gramática portuguesa, Literatura brasileira e portuguesa; Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, Elementos da física, Química e Minerologia; Geografia geral e do Brasil; História geral e do Brasil; Elemento de botânica, Zoologia e Geologia; Pedagogia; Desenho; Música; Ginástica.

Para o sexo feminino haverá mais uma aula de costura, bordados e princípios de economia doméstica.

Esse currículo visava capacitar os professores para o ensino e preparo do novo cidadão. De acordo com esse dispositivo legal, as escolas primárias se caracterizaram como: mistas, do sexo masculino e feminino, nos povoados as de primeiro grau, nas vilas, as de segundo grau e nas cidades, as de terceiro grau. A profissionalização do ensino seria dada na Escola Normal, cuja formação em três anos o aluno receberia a habilitação para o magistério

¹⁸ De acordo com o Regulamento da Instrução Pública do Maranhão de 1893, o ensino elementar será dado nas vilas e povoados e o integral nas cidades. O currículo nas escolas elementares era composto pelo ensino de leitura e recitação, caligrafia, ortografia, as quatro operações fundamentais da aritmética, número inteiro, números decimais, frações decimais e ordinária. Gramática elementar da língua portuguesa, lições de coisas, noções gerais de geografia geral e do Brasil. Noções de história do Brasil, moral e educação cívica. Já o currículo das escolas integrais, continha além dessas matérias acima citadas, o ensino de aritmética prática e comercial, geografia e corografia do Brasil, gramática expositiva da Língua Portuguesa, exercícios de redação, análise de clássicos. Noções de história natural, física e química aplicáveis à indústria, à agricultura e à higiene, música, desenho, ginástica, e nas do sexo feminino e nas mistas haverá mais o ensino de costura e bordado. (MARANHÃO. Regulamento da Instrução Pública, 1893. Disponível em: <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

público. Havia seis cadeiras na capital destinadas ao ensino primário e em bom estado de conservação, conforme se constata no depoimento abaixo:

Com relação à instrução primária e a forma escolar de socialização, em todo o estado, apenas seis, das 173 escolas existentes, tinham prédios próprios e adequados - duas em São Luís, uma em Caxias, uma em Itapecuru, uma em Viana e outra em São Bento. As outras funcionavam em edifícios improvisados ou na casa dos professores, sendo preciso, segundo este governador, um investimento no sentido de melhorar a estrutura física das instituições, inclusive obedecendo aos princípios da higiene, persistindo ainda pela criação de uma Escola Normal e de uma escola modelo, as quais se constituam numa necessidade a muito reclamada como declarou em seu relatório Manoel José Ribeiro da Cunha, inspetor Geral Interino da instrução pública (CASTRO; CASTELLANOS, 2015, p. 447).

Nas vilas, Porciúncula, juntamente com o Conselho Superior da Instrução Pública, Órgão responsável pela elaboração de regulamentos, destinou cerca de 36:000\$000. Em cada uma delas havia duas cadeiras: uma para o sexo masculino e outra para o feminino. Nos povoados, havia apenas cadeiras do sexo masculino, totalizando 55 cadeiras, sendo 43 do sexo masculino e 12 do sexo feminino. Para cada uma foi destinada a quantia de 32:000\$000. Além destas despesas, foi orçado 1:000\$000 para ajuda de custo dos professores. O mesmo valor também foi relacionado para a compra de móveis destinados à escola primária, além de 3:140\$000 para a impressão e aquisição de compêndios para os alunos das escolas primárias da capital. (VASCONCELLOS, 2016).

4.2 Lourenço de Sá e a obrigatoriedade do ensino

Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque foi presidente do Maranhão em 1891, precedendo Tarquínio Lopes. Natural de Pernambuco formou-se em Direito na Faculdade de Recife e iniciou a vida política como deputado das Províncias de Pernambuco. Em pouco tempo como presidente do Maranhão (14 março 1891-25 nov. 1891), Albuquerque elaborou a reforma da instrução pública, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino.

Segundo Vidal (2013), a obrigatoriedade na educação tem sido um tema desafiador, especialmente no que diz respeito à compreensão da gênese deste processo para os estudiosos da história da educação. Sobre isso, essa mesma autora afirma que “o conceito de obrigatoriedade é móvel, não estático, constantemente atualizado e ressignificado socialmente” (VIDAL, 2013, p. 10). Por sua vez, Castro (2013) ressalta que o jornal *O Publicador Maranhense* foi um importante mobilizador do debate sobre o ensino compulsório. Em suas manchetes estavam em destaque os benefícios da frequência à escola e

como os países, a exemplo de Prússia e Áustria, regularizavam e implantavam esse processo. Divulgavam que o único meio capaz de generalizar a instrução seria com a adoção da obrigatoriedade escolar, conforme assevera Oliveira (2003, p. 70).

o aprendizado obrigatório é medida necessária porque para a instrução ser geral não basta haver escolas em toda parte, alguns pais se descuidam do dever de mandar instruir seus filhos, outros precisam dele para auxiliares do seu trabalho, outros enfim, por serem pobres, não os podem apresentar decentemente vestidos na escola (OLIVEIRA, 2003, p. 70).

A obrigatoriedade visava combater a ignorância para alcançar a inovação cultural. Este era o desafio garantido pela assiduidade dos alunos. Para Castro (2013), o tema sobre a obrigatoriedade da frequência escolar remonta ao ano de 1838, quando da avaliação da instrução pública no Estado, apontando como solução o ensino compulsório, mesmo que os responsáveis pelas crianças resistissem a este preceito. No discurso de abertura da Assembleia Legislativa Provincial, Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo, o presidente provincial do Maranhão, asseverava a necessidade de se instituir a obrigatoriedade da frequência escolar (MARANHÃO, 1838 apud CASTRO 2013).

Dentre os planos de reformas na primeira metade do século XIX, elencamos ainda alguns dispositivos legais que asseguravam o combate à desobrigação de alunos. De acordo com a Lei nº. 93, de 16 de julho de 1840, foi instituída a fiscalização como forma de inibir tanto alunos como professores da não frequência escolar. Logo, para tentar sanar a crise na educação e imprimir a cultura de frequência às escolas, intelectuais da época, em seus discursos, chamavam a atenção para esta prática. Isto é possível visualizar na fala do presidente de província Vicente Felizardo e Melo, em 1839, Antônio Miranda, em 1840, Herculano Ferreira, em 1849, assessorado por Francisco de Mello Coutinho de Vilhena, Francisco Sotero dos Reis (primeiro inspetor da instrução pública do estado), João Francisco Lisboa e Alexandre Teófilo de Carvalho Leal (CASTRO, 2013).

Castro (2013) apresenta como pontos possíveis que distanciaram ou impediram a adoção de uma legislação sobre a obrigatoriedade da instrução à situação econômica da província, os conflitos políticos, a falta ou ausência de uma cultura escolar que despertasse pais e filhos para a utilidade do saber ler, escrever e contar. Além disso, outra dificuldade enfrentada para a adoção da obrigatoriedade era o número insuficiente de professores para a ministração de aulas em determinados lugares e a inexistência de compêndios e lugares próprios para a escola.

Contudo, é no regulamento da instrução pública maranhense de 1874 que encontramos um abrandamento da pena referente a não obrigatoriedade. Se por um lado o regulamento de 1854 instituiu multa àqueles responsáveis pela criança que não garantiam a sua assiduidade, por outro, ao determinar o ensino compulsório no documento de 1874, alarga os locais de atuação das escolas, indicando a própria casa do professor ou do educando, escolas sinalizadas pelos governos ou edifícios privados. É nesse dispositivo que vemos a isenção de pagamento de multa para as pessoas consideradas indigentes (CASTRO, 2013). De acordo com esse autor, em se tratando de leis referentes à obrigatoriedade da instrução primária, a província do Maranhão ficou carente deste dispositivo, por todo o período imperial. A abordagem deste tema ficou restrita aos regulamentos e às falas dos presidentes de província, já que fatores internos e externos corroboraram esta situação.

No regulamento de Alfredo Cunha Martins (1892) o princípio da obrigatoriedade escolar foi derrubado para dar lugar à facultatividade mais uma vez. Alfredo Cunha Martins, maranhense, nascido em Caxias, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Recife e dedicou-se a área jurídica, onde exerceu a função de promotor e juiz no interior do Maranhão, além da província do Pará e Mato Grosso. Começou a vida política após se aposentar do cargo jurídico, assumindo o cargo de deputado estadual. Já em 1892 foi eleito para o cargo de vice-governador do Maranhão. Foi no período de ausência do presidente titular Manuel Inácio Belfort (08 jan. 1892 a 30 nov. 1892), por motivos de doença, que Cunha Martins (30 nov. 1892 a 27 out. 1893), ao assumir provisoriamente o comando do Maranhão, elaborou a terceira Reforma da Instrução Pública Maranhense, decretando a facultatividade do ensino.

4.3 Benedito Pereira Leite: o modelador da educação

Benedito Pereira Leite foi um dos grandes políticos federalistas do Maranhão, e um dos mais animados com as Reformas da Instrução Pública do Estado. Filho de um importante e reconhecido negociante português, natural de Trás-os-Montes e de dona Rosa Anita de Sousa, de família tradicional de Caxias. (LIMA 2012). Aos 18 anos, Benedito Leite integrou a Associação cultural de jovens – Ateneu Literário. Em Recife, estudou na Faculdade de Direito tendo como companheiros de turma os maranhenses Francisco Viveiros de Castro, Urbano Santos da Costa Araújo, Manuel Lopes da Cunha, João Gualberto Torreão da Costa, Graça Aranha, Jerônimo de Viveiros e Barbosa de Godóis.

Ao retornar à São Luís, logo após a sua formatura em 1882, filiou-se ao Partido Conservador (que no período Republicano transformou-se em Federalista) que na época estava sob a direção de Gomes de Castro. Exerceu ainda a promotoria de Brejo em 1883, foi juiz municipal em São Bento e Barreirinha durante os anos de 1885-1887; em Itapecuru e Vargem Grande foi Juiz de Direito. Fora das fronteiras maranhenses exerceu o cargo de professor substituto na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira política como Deputado Estadual em 1895. Exerceu o cargo de Inspetor do Tesouro Público, foi membro de duas Juntas Governativas, atuou como Congressista, Deputado Federal e Governador do Estado do Maranhão para o exercício de 1906 a 1910; faleceu em seis de março de 1909, não terminando seu mandato (VIVEIROS, 1960).

Durante sua caminhada política, angariou prestígio no cenário nacional como jurista, professor e congressista, mas, ao mesmo tempo, colecionou inimigos no campo político. Contudo, não podemos deixar de reconhecer que ele se comprometeu com as questões de ordem social, formulando decretos para a recriação da Biblioteca Pública do Maranhão, em 1895, e para a reorganização do Ensino Primário, nesta mesma década. Leite defendia a ideia de que, no Maranhão, de nada valeria investir no Ensino Superior enquanto a escola básica não fosse uma realidade. Conforme assevera Viveiros (1960, p. 166):

Apesar de reconhecer o valor da instrução superior, Leite compreendeu que no Maranhão de nada valeriam as Academias enquanto suas escolas primárias não fossem uma realidade. E certo de que a construção de um edifício deve começar pelo alicerce, foi pelas escolas de primeiras letras que deu início a momentosa obra, que seria a mais brilhante página de sua vida de estadista e que lhe daria a imortalidade no coração do professorado maranhense. A reforma não era fácil de executar-se. Visava seu planejamento uma Escola Normal servida por um corpo docente, selecionado e aparelhado com material didático adequado, selecionado, e uma escola de aplicação, a fim de que os novos professores dignificados pelo preparo profissional e estimulados pelas melhorias e vantagens traduzidas na carreira, substituíssem os antigos mestres das escolas maranhenses, aplicando-lhes os novos métodos do ensino moderno.

As decisões normativas no campo da instrução pública primária oscilaram entre a declaração de facultatividade e obrigatoriedade do ensino, porém, poucos avanços se deram em termos de criação de escolas determinando que as escolas isoladas coexistissem juntamente com as propostas de mudanças e de adequação de modelos e modalidades de ensino considerado modernos. A Reforma Benedito Leite, de 1895, trouxe de volta a obrigatoriedade do ensino primário, isentando aqueles que apresentassem alguma doença contagiosa, os deficientes e indígenas (SALDANHA, 1992). Após essas determinações, foi

criado mais um dispositivo legal responsável por regular o ensino público no Estado, o Regulamento da Instrução Pública, elaborado em 1896 por Benedito Leite, com vista a cumprir as especificações da lei de 1895, criada pelo mesmo autor. Todas essas reformas tentaram corrigir os insucessos e dar prosseguimento às suas antecessoras, ora instituindo a obrigatoriedade, ora declarando sua facultatividade. As ações apresentadas, mesmo não garantindo mudanças substanciais do ponto de vista qualitativo, foram os primeiros passos rumo à ordenação do Ensino Público Primário no Estado. As propostas de Benedito foram constantemente divulgadas e lembradas nas suas falas. Para ele, o progresso econômico e social só poderia ser alcançado caso os Estados, em conjunto com a força municipal e nacional, investissem na instrução pública. É claro que por detrás desses discursos, Benedito Leite queria conseguir o reconhecimento político por meio da criação de projetos que oportunizassem algum benefício para a massa de votantes.

Está sem dúvida na consciência de todos que a instrução popular é o meio mais importante de todos os elementos do desenvolvimento das nações. Dai instrução ao povo, derrame-a em abundância pelas classes populares e, se nada mais puderdes fazer, podeis depois disso cruzar os braços, tranquilos, confiantes e satisfeitos por que daí há de brotar a maior soma de benefícios que a vossa imaginação concebe (LEITE, 1895 apud VIVEIROS, 1960, p. 167).

A falta de investimento no campo educacional maranhense determinou que a força dos discursos republicanos, registrados nas Reformas, Leis e Regulamentos da Instrução Pública chegassem a apresentar o cenário deficitário do final do século XIX. De acordo com Viveiros (1960, p. 163), “[...] durante todo o segundo reinado, o Maranhão não pôde solucionar o magno problema da instrução pública”. Os investimentos na criação dessas escolas se deram especialmente na abertura de novas cadeiras tanto no interior como na capital; esses números nem sempre representavam a quantia exata de escolas existentes. De 1888 a 1899 houve um crescimento aproximado de 26,66% de colégios para o sexo masculino, enquanto 20,33% eram destinadas ao sexo feminino (SILVA, 2015). Essas cadeiras em sua maioria eram isoladas e ofereciam um número limitado de disciplinas; no caso da cadeira feminina, quase sempre se restringia formação básica e aprendizagem de prendas domésticas. Em relação ao total de escolas, em 1888 as cadeiras masculinas representavam cerca de 60% do quantitativo existente, diminuindo para 49,56% em 1899, enquanto o do sexo feminino chegava a 39,59% em 1888, e em 1899 alcançou aproximadamente 30,86% de um total de 230. Ambos os sexos diminuíram seus percentuais,

e isto se deu em função de o Estado investir na criação de escolas mistas e determinar aos municípios que as criassem em suas jurisdições.

Mesmo com o retorno da obrigatoriedade do ensino, com a Reforma de Benedito Leite, em mensagem apresentada por Alfredo da Cunha Martins em 1898 (governador) esclarece que o ensino compulsório não estava sendo atendida convenientemente, conforme a Lei n. 119, de 2 de maio de 1895, que determina no seu artigo oitavo que seja feito pelo Intendente Municipal o recenseamento dos menores sujeitos à instrução obrigatória e dela faça remessas até 31 de outubro de cada ano às autoridades locais do ensino e ao Conselho Superior da Instrução Pública (MENSAGEM apresentada ao Congresso do Estado em 12 de fevereiro de 1889 pelo Exm. Snr. Dr. Alfredo da Cunha Martins, segundo vice-governador. Maranhão, 1898, p. 93).

Um fato que também chama a atenção se refere aos projetos em prol da educação no Maranhão no período que atuou como governador, dentre os dispositivos dessa natureza, foi possível identificar apenas algumas ações, sem grande relevância, em prol do desenvolvimento educativo no Estado. Em algumas passagens vemos sempre Benedito Leite justificando essa dificuldade pela situação financeira pela qual o Estado passava.

Infelizmente não são boas atualmente as condições financeiras do Estado e isto se deve ao desequilíbrio que resulta principalmente da sensível diminuição da exportação, determinada pela queda do preço dos gêneros, do conseqüente decréscimo da produção e da falta de pagamento de impostos de consumo sobre gêneros vindos de outros estados.

No período de 1895 a 1905 não se operou mudança alguma digna de nota. Os gêneros de produção do estado que configuravam no princípio desse período são exatamente os mesmos que figuram atualmente, o sistema adotado para a lavoura não se alterou de modo algum, a indústria que existia naquela época é a mesma que ainda hoje está. Os meios de transporte se conservaram nas mesmas condições e o regime de trabalho não se mudou de forma alguma. Assim, nesse espaço de tempo, as condições econômicas de caráter permanente se conservaram como ainda hoje se conservam as mesmas.

O acréscimo de despesas com a Escola Normal Escola Modelo, Curso Anexo, Grupos Escolares, escolas para normalistas e externatos sobe a mais de cento e oitenta contos de reis. É alta a cifra senhores, mas é também da mais alta importância o serviço a que ela se refere. A Escola Normal, criada desde 1890 não tinha vida real. [...]

O ensino primário na capital e em alguns pontos do interior aonde já se tem estendido a ação da Escola Normal, está criando a luz dos novos métodos uma nova orientação e despertando em todos o interesse sincero pela instrução, sendo digno de nota o empenho com que de toda a parte solicitam –se professores habilitados, o que infelizmente não é fácil atender por não dispor ainda o governo de professores em número suficiente.

Além de escolas e Grupos Escolares, tem-se criado no interior externatos para auxiliar o ensino e em algumas localidades tem eles dados bons resultados. (MARANHÃO. MENSAGEM, 1907, p. 6-7).

Levando-se em consideração a atuação de Benedito Leite, o coronel Mariano Martins Lisboa, presidente do Congresso Legislativo, no exercício do cargo de governador do estado do Maranhão, por meio da Lei n. 506 de 16 de março de 1909 concedeu pensões a viúva e filha do Dr. Benedito Leite.

Faço saber a todos os seus habitantes que o congresso decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1 – são concedidas as pensões de 250\$000 mensais a d. Angélica Pires Ferreira Leite e de igual quantia a d. Ana Elvira Leite, viúva e filha do inolvidável Dr. Benedito Pereira Leite.

Art. 2 – fica o governo autorizado a abrir os créditos necessários para o imediato cumprimento desta lei.

Art. 3 – revogam-se as disposições em contrário

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão interinamente como nela se contem. O diretor da secretaria do governo a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio do governo do estado do Maranhão, em 16 de março de 1909, 21º da República – Mariano Martins Lisboa

De fato, não podemos desconsiderar que Benedito Leite foi um dos políticos que conseguiu transitar no meio social e político levando ao conhecimento da comunidade maranhense a necessidade e sua preocupação com a instrução primária. Por outro lado, porém, é pensar que durante o período em que esteve à frente da administração do Estado maranhense não conseguiu de fato estender ou derramar o ensino em todas as localidades como sempre discursava, justificando essa realidade à ausência de recursos para o investimento na instrução pública, fato que foi duramente criticado pelos seus opositores.

No Pós-morte a imagem de Benedito Leite ainda recebeu homenagens dos maranhenses que insistiam em rememorar os seus feitos e na tentativa de também apresentá-lo como herói. Sendo assim, foi construída uma estátua de bronze, esculpida pelo francês E. Decorchemont, da Escola de Belas Artes de Paris. A estátua mede 2 metros e 70 centímetros; o pedestal de mármore, 3 metros e 50 centímetros; o alicerce, 56 centímetros totalizando 6 metros e 76 centímetros. Na face anterior do pedestal, lê-se a seguinte inscrição: “A Benedito Leite, o Maranhão”. Esta obra está localizada na Praça que tem por nome Benedito Leite. Nessa ocasião o autor da estátua deu destaque a uma declaração de Leite: “Prefiro cortar a mão a

assinar a supressão da Escola Normal ou da Modelo. (VIVEIROS, 1960, p. 265-266). Sendo assim, o autor apresentou o ex-governador sem uma das mãos.

4.4 Barbosa de Godóis: a escola que se quer e o professor que se tem

O ludovicense Barbosa de Godóis nasceu em 1860 e morreu aos 63 anos, no Rio de Janeiro. Aos 24 anos, formou-se em Direito na Faculdade de Recife e, posteriormente, exerceu o cargo de Procurador da Justiça Federal do Maranhão. Ao longo de sua vida, além dos assuntos jurídicos e políticos (deputado estadual e vice-presidente do Maranhão), teve uma inclinação para os temas relacionados à educação, com grande contribuição no campo escolar, pois foi diretor da Escola Normal, da Escola Modelo e dos Grupos Escolares. Também ajudou a criar a Academia Maranhense de Letras, ocupando a Cadeira de número Um. Como escritor, destacou-se com as seguintes obras: *Instrução cívica* (1890), *Escrita rudimentar* (1904), a *Memória do Dr. Benedito Leite* (1905), *O mestre e a escola* (1911), *Higiene pedagógica* (1914) e *Os rumos da educação na escola primária* (1914). Foi também o compositor do hino do Estado do Maranhão. (LICAR, 2010).

Como republicano, Godóis defendeu a criação de escolas como ponto chave para a remodelagem da nação. Em seu livro *O mestre e a escola* (1910), ele afirma que, com a criação da Escola Normal, Escola Modelo¹⁹ e dos Grupos Escolares, a situação educacional do Maranhão apresentava contornos diferenciados de épocas pretéritas. Esta realidade só foi possível, de acordo com Godóis, devido à Reforma da Instrução pública, empreendida na gestão de José Thomaz de Porciúncula (1890), que estabeleceu a criação da Escola Normal em 1890, pois “por toda parte, ninguém mais se satisfaz com a cultura primária antiga e os antigos processos de ensino” (GODÓIS, 1910, p. 4). Godóis se referia ao método memorístico, ao ensino individual, à falta de estruturação curricular ou à ordenação dos conteúdos, além da ausência de uma casa formadora de professores; tais investimentos se faziam essenciais para a adequação do Estado ao projeto liberal. Neste caso, a criação da escola de aplicação, em 1899 (Escola Modelo), e a conversão das Escolas Estaduais em Grupos Escolares, em 1903, foram melhoria implementadas pela administração pública, principalmente no que se refere ao método e à ampliação do currículo, bem como às normas e regras que garantiram o sucesso destes novos empreendimentos. Uma vez que, para Godóis

¹⁹Por decreto n. 28 de 5 de junho de 1899, resolvi dar a Escola Modelo, que brevemente será inaugurada, a denominação de Escola Modelo Benedito Leite – com justa homenagem prestada pelo Estado ao benemérito maranhense fundador daquela instituição.

não fazia sentido criar uma Escola Normal sem local específico para as professoras exercitarem na prática, a didática aprendida na teoria. Baseado nos estudos do Padre João Batista La Salle, século XVII, Barbosa de Godóis reconhecia a necessidade de “uma escola primária de aplicação, anexa à Escola Normal, a fim de que os aspirantes ao professorado se fossem nella [sic] exercitando na prática do ensino, além da adoção do método simultâneo” (GODÓIS, 1910, p. 33). Sobre as diferenças entre o ensino clássico e o moderno encontramos o seguinte fragmento que ilustra bem que a partir dos investimentos na formação de professores pela Escola Normal, criação de escola de aplicação e dos Grupos Escolares exigia-se mudanças na forma de ensinar.

O ensino moderno

Para bem se compreender as vantagens do ensino moderno é necessário um ligeiro retrospecto sobre o que se faz à antiga.

Como não nos ignoramos a todos os que, como nós, aprenderam sob o influxo da escola velha, para a criança começar aprender a ler, metia-lhe na mão a carta de ABC, o pior dos métodos para se principiar a ler, como classifica a moderna pedagogia.

Nenhum desses ignora o que é esta carta: um fôlego sem atrativo algum para crianças, o qual, si alguma coisa opera, nada mais faz que aborrecer o principiante e levar este por sua vez a aborrecer o livro.

Por isso é que tem havido crianças e há delas onde está em voga a carta de ABC, que passaram meses e meses, todos os dias, a carta às mãos rasgaram uma e mais carta e muito custaram a dar os primeiros passos em leitura.

[...]

Para se aprender o cálculo vinha outro folheto e a tabuada, irmã gêmea da carta de ABC, que a seu termo produzia no domínio do número, estrago idêntico ao do ABC na arte de ler.

Quanto à escrita, jamais saiu da escola uma criança que soubesse redigir duas linhas, e os alunos mais adiantados sabiam apenas copiar.

E quanto ao mais tudo era trabalho fatigante de memória, que os alunos executavam inconscientemente.

[...]

Eis-aí, o que era a escola antiga. Hoje tudo se deve passar de outra maneira: em vez de um folheto sem gosto algum para a criança, deve-se-lhe dar um livro de agradável aspecto, de figuras que ela gosta de ver, de texto que não enfastia, já pela sua exclusão, já pelo tamanho de letra, já pelo assunto, que é propriamente infantil.

Em lugar de uma tabuada nas condições daquela a que já nos referimos – um livro atraente como o de leitura, onde se cultivam a observação e o raciocínio infantil, tornando assim os primeiros passos em número um poderoso meio de cultura mental da criança, e o cálculo, que a tanta gente e boa enfastia e parece tão inextricável.

[...]

A escrita para as classes mais adiantadas não mais se limitará à cópia, mas deve chegar até a redação inclusive, e a cópia de um ditado não há de mais restringir-se à grafia das palavras lidas, porém, será um trabalho completo onde o aluno tem de revelar que não somente sabe ortografar as palavras, mais ainda aplicar as notações sintáticas sem o auxílio do mestre. (A ESCOLA, n, 1, ano 1, Maranhão, 9 out. 1909).

Godóis considerava que era nas vivências, nas relações com os alunos, nas experiências cotidianas que se deveriam formar os verdadeiros professores; escola de formação sem a presença de uma escola de aplicação não garantia o desenvolvimento almejado, isso só foi possível “a partir da reforma de 1899 que teve um impulso vigoroso, pois foi ampliado o programa de ensino [da Escola Normal] e anexada uma Escola Modelo” (GODÓIS, 1910, p. 4). Tratava-se, portanto, de um interesse coletivo à instrução popular diretamente ligado “ao bem-estar público e à ordem política” (GODÓIS, 1910, p. 4). Logo, “a esse dever do Estado, a compreensão moderna da importância da instrução nacional [era] fator de engrandecimento dos povos” (GODÓIS, 1910, p. 8).

Como reconhecido educador e com uma efetiva participação nos diálogos públicos, Godóis demonstrava uma intensa preocupação com a causa da instrução pública. A tríade “escola - o mestre - e a sociedade” resultaria em mudanças qualitativas no campo social e seria um elemento de transformação, pois, para ele, a “escola e o mestre são duas grandezas diretamente proporcionais, onde a cultura que a escola proporciona denuncia o preparo de quem a rege, [...] A escola, vai refletindo [assim] tendências diferentes e alargando o seu campo de ação para corresponder ao estado e às aspirações do seu tempo” (GODÓIS, 1910, p. 15-16).

Godóis foi uns dos intelectuais que no final do século XIX combateu o analfabetismo, atrelando o estado caótico da instrução pública maranhense a ausência de uma Escola Normal. Ele acreditava que para promover mudanças significativas e se adequar às exigências do momento histórico, a implantação de uma escola de formação se fazia imprescindível. Ela seria o local adequado e indicado para o aprendizado de novos métodos de ensino, novas práticas e conteúdos curriculares, regras, condutas, ritos e demais aspectos

inerentes à instrução. Para Godóis, a escola teria que acompanhar o avanço social, cultural e tecnológico e o mestre, neste contexto, acompanhava essa evolução. (GODÓIS, 1910).

No Brasil, as escolas normais nasceram da iniciativa popular de homens cultos, os quais acreditavam na eficácia dessas instituições. Entre eles estavam “Visconde de Jagnary, Marques de Olinda, José Antônio Saraiva, João Alfredo Rodrigues Torres e outros, [que] criaram assim um Instituto de Formação em 1874 no Rio de Janeiro”. Essa medida impulsionou a criação de uma Escola Normal pública, sob a direção de Benjamin Constant, regulamentada em 1880, nesse Estado. (GODÓIS, 1910). Para este intelectual a escola antiga era aquela que restringia o ensino ao rudimento do cálculo, da leitura e da escrita, “não podendo corresponder às necessidades da cultura escolar do nosso tempo e que se exige no mestre moderno, não somente uma competência que vá muito além dessas matérias, como outros métodos de ensino, calcados em bases científicos” (GODÓIS, 1910, p. 67).

A partir disso, qual o papel dos professores nesse projeto reformador? De promover o consenso na população? De propagar ideais de civilidade? De orientar para a vida pública, econômica e cultural? São várias as incumbências deste profissional que, ao receber a “influência do meio social em que vive e das ideias da sua época, transmite-se ao pequeno grêmio dos seus ouvintes, afeiçoando, por este modo, o moral de cada um deles aos interesses superiores da coletividade” (GODÓIS, 2010, p. 15). A conjuntura de vivências e os diferentes tipos de investimentos realizados para adequar a missão do professor numa determinada época foram fundamentais, sobretudo à medida que as necessidades desse período impulsionaram a formação e adequação do professor, já que ele era também, um disseminador de ideias, irradiador de novos costumes, na tentativa de formar uma cultura letrada, afeita aos bons costumes.

5 AS ESCOLAS PRIMÁRIAS MARANHENSES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Barbosa de Godóis, sendo um dos responsáveis pela educação pública primária do Maranhão, desde a gestão da Escola Normal (1890) até a direção dos Grupos Escolares em 1912, destacaria as melhorias conquistadas no período em que esteve à frente destes institutos, quando obteve aprovação popular e fortaleceu a sua imagem como um bom educador. Em sua fala, e levando-se em consideração a posição que o mesmo ocupava, sempre tentou amenizar as dificuldades existentes no ambiente escolar: se de um lado ele defendia a instalação das escolas normais, por outro não conseguia garantir a efetiva formação desses educandos, mesmo assim, podemos perceber as preocupações que rondavam este educador, ao constatar que para o Estado diminuir o índice de analfabetismo teria que investir na criação de uma escola de formação de professores. Godóis ressaltou algumas melhorias empreendidas na sua gestão: “não pretendemos inculcar que esteja completa a nossa organização escolar e nem que ela seja invulnerável, salientamos apenas os esforços empregados, desde certa data, entre nós para a melhora do ensino público primário” (GODÓIS, 1910, p. 127). Dessa forma, apresentou as principais iniciativas implementadas durante a sua gestão

Ninguém ignore, entre nós que a começar da instituição do novo regime político no Maranhão, a instrução primária na capital começou a ter maior desenvolvimento, com a criação, pelo município, de um avultado número de escolas do primeiro grau o número dos analfabetos decresceu naturalmente e em larga escala, em face da numerosa frequência de alunos em muitos desses estabelecimentos, a sim que decresceu a frequência das poucas escolas estaduais que existem na capital. De 1899 em diante, com a reforma da Escola Normal nesse ano e a inauguração da escola modelo em 1900, dos grupos escolares da capital em 1903, do curso anexo em 1909 etc. Subiu ainda mais e extraordinariamente o movimento escolar, efetuando-se, além disso, a transformação dos programas métodos e processos de ensino, nas escolas estaduais e nos próprios institutos particulares (GODÓIS, 1910, p. 146).

No entanto, no jornal *Pacotilha*, número 2, de 30 de abril de 1902 - jornal de oposição²⁰ ao governo de Benedito Leite -, foi feita a denúncia de que essas investidas não passavam, em sua maioria, de atos legais, pois “a instrução é aí uma coisa pronta sempre para amoldar-se à conveniência exercida por uma série de atos que o que menos visam é o

²⁰Para dar respostas as acusações e críticas direcionadas ao partido federalista, Benedito Pereira Leite criou o Federalista como forma de concorrer com a *Pacotilha*. Criado em 1892 com publicação diária, tinha o mesmo formato da *Pacotilha*, seu rival, 57X37 cm, e 6 colunas. O primeiro exemplar enfatiza que o “jornalismo entre nós com raras exceções, tem obedecido a uma orientação inteiramente falsa e contrária ao fim que nunca deve perder de vista a imprensa séria e moralizada [...] oposição frenética e sistemática, apologia sem termos e sem limites, eis o que quase sempre se nota na arena da imprensa [...]” (VIVEIROS, 1960, p. 65).

melhoramento do ensino”. Por essas e outras, segundo Godóis (1910), é que o conselheiro, em um dos seus momentos de bom humor, já dizia que o Sr. Benedito Leite estava convencido de as reformas de ensino consistiam, apenas, em nomeações de lentes. Dessa forma, ao mesmo tempo em que Barbosa de Godóis ressaltou os proveitos obtidos com a criação de várias escolas, no que se refere ao aumento da frequência escolar, da mesma forma, ele reconhecia que essas iniciativas não foram suficientes para promover as efetivas mudanças no campo da instrução pública. Na realidade quando observamos que Barbosa de Godóis ocupava um lugar privilegiado gerindo várias instituições escolares nesse período, e que durante este transcurso, solicitou algumas melhorias para a instrução pública, sem obter, no entanto, êxito, compreendemos que ao mesmo tempo, nos relatórios elaborados por ele, ele pretendia destacar a sua atuação e se manter ainda na direção dessas instituições, intenções que nos levam a crer e compreender os motivos que levaram este intelectual a tecer comentários contraditórios dessa natureza. Em várias mensagens divulgadas nos jornais pesquisados vemos comentários desabonadores referindo-se à situação da instrução pública, um dos que podemos citar, trata-se do Jornal *A Escola* (1902, p. 2), onde Mello acusava que, no interior, os professores eram indicados por ato eleitoral, político. Na maioria das vezes, estes não tinham a instrução elementar.

É uma lástima ver-se essas pseudos-escolas primárias transformar-se em patíbulo da língua, do método e, mais ainda, da inteligência das pobres criancinhas [...]. Grande parte das nossas escolas do interior prima pela falta de frequência de professores que, não comparecem durante semanas, quinzenas e até meses inteiros à aula, obtém, contudo, o atestado de frequência, documento mentiroso e falso que lhes faculta a receberem desonestamente os vencimentos do tesouro do Estado (*A ESCOLA*, 1902, p. 2).

De acordo com o comentário acima, é possível desconfiar de alguns dados referentes ao número de matriculados e número de escolas públicas primárias, bem como, sobre a sua frequência. Apesar disso, apresentamos algumas informações que foram possíveis recuperar nos documentos oficiais, como as mensagens e relatórios apresentados aos Congressos do Estado, por ordem dos Governadores e dos Presidentes de Província. Se em 1885 existiam cerca de 170 escolas de nível primário, sendo elas separadas por gênero, ou seja, 108 para o ensino dos meninos e 60 para o ensino das meninas, 15 anos mais tarde, isto é, em 1895, o total de escolas primárias existentes no Maranhão passava de 310, entre as 1º, 2º e 3º graus, conforme a localidade: povoados, vilas e cidades, distribuídas entre as do sexo masculino, feminino e mistas. Neste período houve um crescimento das escolas mistas, isso

pode ser demonstrado no quadro abaixo, onde também pode ser visualizado uma queda acentuada no número de escolas com a chegada do novecentos:

QUADRO 1 – Número de escolas públicas primárias.

Número de escolas públicas primárias - Maranhão				
Ano/Tipo	Masc.	Fem.	Mistas	Total
1888	90	59	149	298
1894	95	62	162	319
1895	93	61	158	312
1899	114	71	212	397
1902	118	80	41	239
1903	76	58	32	166
1904	77	54	35	166

Fonte: RELATÓRIOS, 1888-1904.

Em relação às escolas mistas em 1901 foi criada uma na Capital, uma na Vila das Flores e outra em Carolina, por decreto, uma escola mista em Rosário, uma em Barão de Grajaú, uma na Fazenda Graça de Deus, na comarca de Guimarães e foi convertida uma cadeira do sexo masculino em mista. Em 1905 convertidas em mistas as escolas do sexo masculino do município de Guimarães, Vila do Buriti, Coroatá e em Caxias. 1909, uma mista em Codó; em 1910, mista no povoado de Genipauba e Iguaíba; e em 1911 várias escolas mistas: totalizando 13 atos, em São Bento, Olinda, Boqueirão, João Força, Picos, Cedral, Mirador, Barrada Foz de Balsas, Boa Vista, São Raimundo, Santa Luzia e Jussatuba.

No perímetro de São Luís, havia seis escolas de ensino primário mantidas pelo Estado. A partir do Decreto de número 14, de 10 de abril de 1901, no Art. 1, determinava que as escolas de instrução primária mantidas pelo Estado no perímetro desta cidade, excetuada a Escola Modelo Benedito Leite, passariam a ser denominadas da seguinte forma:

- a) A primeira cadeira – Primeira Escola Estadual
- b) A segunda cadeira – Segunda Escola Estadual
- c) A escola mista do bairro da Curupira – Terceira Escola Estadual
- d) A escola mista do bairro de São Pantaleão – Quarta Escola Estadual
- e) A escola mista do desterro – Quinta Escola Estadual
- f) A escola mista do parque 15 de novembro – Sexta Escola Estadual

O Art. 2 determinava que a Primeira Escola Estadual funcionaria no prédio do Estado, na Rua do Sol, onde se acha a primeira cadeira, local em 1904 que serviu de sede do Primeiro Grupo Escolar; e a Segunda Escola Estadual, no prédio do Estado localizado na Rua Grande, destinado a segunda cadeira e que serviu em 1904 a instalação do Segundo Grupo Escolar. As outras escolas, foram alocadas nos prédios que satisfazendo as necessárias condições higiênicas, forem com prévia aquiescência do governo escolhidos pelas respectivas professoras nos bairros marcados na lei para esses estabelecimentos. (MARANHÃO. MENSAGEM, Decreto, n. 14, 1901). Esse decreto também tratou sobre a organização escolar nas escolas estaduais, estas foram, de acordo com o Art. 10, distribuídos em quatro classes:

- a) A primeira classe será constituída pelos que tendo cursado a primeira, forem considerados habilitados no ensino a ela relativo, ou que entrarem para a escola, tendo apenas essa habilitação;
- b) A segunda classe será constituída pelos que, tendo cursado a primeira forem considerados habilitados no ensino a ela relativo, ou que entrarem para a escola, tendo apenas essa habilitação;
- c) A terceira classe será composta pelos alunos que estiverem em condições de receber o ensino que constitua a média da cultura do curso da escola;
- d) A quarta classe terá como alunos os que possuírem a habilitação da classe anterior e se encontrarem por isso em estado de concluir o programa do ensino da escola.

Art. 11 – a passagem de uma para outra classe efetuar-se-á no corre do ano letivo, de acordo com o progresso do aluno, por simples atos da respectiva professora, no fim do ano, mediante o reconhecimento em anexo de possuir ele a precisa habilitação para ser promovido à classe imediata. (MARANHÃO. Decreto n. 14, 10 abr. 1901).

Esse era o retrato da organização escolar no início do século XX, não existia a graduação do ensino nas escolas primárias, pelo entendimento do Artigo 11º, do Decreto 14 de 10 de abril de 1901 a passagem de uma série para outra se dava no correr do ano, onde a professora observava se determinado aluno estava apto para seguir para os exames finais.

De acordo com Viveiros (1937, p. 144) os investimentos na instrução pública ainda não podiam ser refletidos na prática. Era notório o crescimento do número de escolas, bem como dos aumentos dos gastos provenientes da organização e estruturação da instrução

pública. Porém, segundo Viveiros (1937, p. 144) ainda “não se viam resultados satisfatórios em relação à frequência dos alunos, nem de exames finais, que não atesta progresso algum a instrução do povo”. A crítica sobre o estado de estagnação da instrução pública perdurou por um bom período, haja vista que as transformações sociais, culturais e estruturais da sociedade só puderam ser visualizadas muito tempo depois da instalação da República brasileira, isso pode ser atestado na citação a seguir, onde ainda se critica o fato de apenas nomearem professores ou abrirem cadeiras isoladas em algumas localidades do Estado, sem dar as condições mínimas para a sua manutenção, sobre isso o próprio governador do Estado, Torreão da Costa (1900), salientou que “A sábia orientação dos representantes estaduais tem procurado alargar o ensino criando cadeiras em todos os lugares onde se atua pessoal em idade escolar, mas não basta isso para que se torne uma realidade a educação primária” (MARANHÃO. MENSAGEM, 15 de fev. p. 21, 1900). Além disso, os próprios legisladores reconheciam como outros fatores para o atraso educacional a existência de

professores despreparados, que no não cumprimento dos seus deveres, e ao não se esforçarem convenientemente no melhoramento do ensino no interior, contribuíam para a permanência das péssimas condições de organização, estruturação, e condições higiênicas de muitas das nossas escolas. Para combater tal situação, necessário era implantar uma rigorosa fiscalização, como a criação ou adaptação de prédios para o funcionamento regular das escolas, bem como a compra de utensílios indispensáveis a uma **casa de ensino** (MENSAGEM, 1900, 15 fev. p. 3, grifo nosso).

Especificamente sobre o não cumprimento do seu dever, a mensagem transcrita do relatório apresentado ao Congresso do Estado em 15 de fevereiro de 1900 pelo Exm. Dr. João Gualberto Torreão da Costa, Governador sustenta a versão que muitos desses professores abandonavam a regência das escolas, contribuindo para a defasagem e o descrédito perante as escolas públicas primárias “não raras vezes conserva-se vaga uma cadeira do interior, por muitos é obvio que, verificado um fato destes, compele à respectiva comissão escolar comunicar imediatamente a esta repartição o ocorrido, conforme determina o art. 18 do regulamento vigente” (MARANHÃO. MENSAGEM, 1900, p. 2).

Em mensagem apresentada ao Congresso do Estado pelo governador Alexandre Colares Moreira Junior, em 1905 ainda persistia esse inconveniente, isto é, a falta de professores competentes e de lugares adequados à realização das aulas. Dizia ele que “quase todas as escolas são dirigidas por **professores provisórios** ou interinos e a maioria deles sem nenhuma habilitação, como provam documentos existentes nesta repartição e deles emanados.

E isto que parece de todo o ponto lastimável, justifica-se, entretanto, pela exiguidade dos vencimentos que percebem”. (MARANHÃO. MENSAGEM, 1905, grifo nosso). Uma das causas para a permanência deste estado foi atribuído à remuneração paga aos professores, fato bastante criticado em períodos pretéritos, quando o professor primário foi comparado a um mendigo. “Sem uma remuneração capaz de incitar aqueles que têm preparo, o lugar de professor fica à mercê somente dos **inaptos, sem estímulos, sem amor a profissão**, os quais se entregam de preferência a serviços subalternos” (MARANHÃO. MENSAGEM, 1905, grifo nosso).

Sobre vencimento encontramos nos relatórios pesquisados alguns exemplos que demonstram o pouco incentivo dado aos professores, impossibilitando grande parte do público a querer seguir a profissão docente, ou mesmo de convencer as famílias de que esta seria uma carreira produtiva para seus protegidos. De acordo com a Lei n. 119, de 2 de maio de 1895, Art. 1, trata da elevação dos vencimentos dos professores primários diplomados pela Escola Normal para 1.500\$000 reis; em 1901, esse valor foi corrigido, conforme Lei n. 323, de 26 de março de 1903, para os professores que lecionavam nas cidades, recebiam 1.800\$000 anuais, os das vilas, 1.680\$000 e para os que lecionavam nos povoados, 600\$000. Os professores que assumiam cadeiras nas povoações permaneceram com seus salários inalterados de acordo com a nossa pesquisa nas mensagens encaminhadas ao Congresso Legislativo de 1890 a 1915; já no ano de 1904, época em que foram criados os Grupos Escolares, vemos uma mudança nos valores pagos aos professores dessas escolas, cada Grupo Escolar na capital era formado por três professores normalistas, os quais recebiam como vencimento 2.400\$000. Não foi possível resgatar o valor pago aos professores de São Bento, Rosário e Codó²¹. Mas encontramos uma informação registrada em mensagem de 1912, sobre o vencimento dos professores dos Grupos Escolares do interior, sendo 1.800\$000 anuais para cada professor, igual valor pago aos professores normalistas que lecionavam nas vilas, e os que lecionavam nos povoados, permaneceram com a quantia de apenas 600\$000.

QUADRO 2 – Vencimento de professores 1895-1912.

1895	Professores normalistas	1.500\$000
1901-1903	Professores cidades	1.800\$000
1901-1903	Professores vilas	1.680\$000
1901-1903	Professores povoados	600\$000
1904	Professor Grupo Escolar	2.400\$000

²¹ Codó foi elevada à categoria de Cidade em 1896, por meio da Lei n. 133 de 16 de abril.

1904	Professor cidades	1.800\$000
1904	Professor vilas	1.680\$000
1904	Professor povoado	600\$000
1912	Grupos escolar – interior	1.800\$000
1912	Professor cidade	1.800\$000
1912	Professor vilas	1.800\$000
1912	Professor povoado	600\$000

Fonte: RELATÓRIOS 1895-1912.

Os professores dos povoados eram os menos remunerados em consequência da menor formação para a docência, lecionavam nas escolas de primeiro grau, e geralmente não tinham a formação dada pela Escola Normal. Os salários desses professores permaneceram inalterados durante o período de 1895 a 1915. Já os professores dos Grupos Escolares, formados pela Escola Normal, aprendiam a arte de ensinar crianças, utilizando os métodos modernos, adquiridos durante o estágio na escola de aplicação. Eram esses professores que recebiam a maior quantia em relação a outras escolas estaduais; havia também uma diferenciação entre aqueles professores que lecionavam nas cidades ou nas vilas, sendo essa diferença ajustada em 1912, quando os Grupos Escolares deixaram de existir.

A valorização do salário do professor chama a atenção para o reconhecimento desse profissional de acordo com o entendimento da mensagem do governador Colares Moreira Junior (1905), pois como se sabe de nada valeria os investimentos na instrução pública se o incentivo dado à carreira docente não fosse suficiente para o sustento dos professores:

[...] de nada servirão os pomposos decretos de reorganização do ensino, os programas aparatosos e desenvolvidos, peçados de ciência e de letras, a exigência legal de novos métodos, a adoção oficial de novas normas e de acertadas regras copiadas de toda parte, onde a instrução tomou os maiores desenvolvimentos, se ao enfrentarmos com a prática de todo esse enorme conjunto de princípios novos ao sair do papel para os fatos, não estiver o professor feito o instrumento capaz dessa obra.

O ensino primário tem sido o objeto da atenção dos poderes públicos, todavia a maioria das escolas do interior não apresenta o menor grau de prosperidade. Pelos dados que chegam a esta repartição nota-se que há localidades em que a matrícula e frequência das escolas formam uma porcentagem muito inferior ao número de habitantes. E uma das coisas principais desse atraso é que a obrigatoriedade estabelecida no regulamento, infelizmente, tem deixado de ser cumprida. O princípio da obrigatoriedade do aprendizado primário, diz Sylvio Romero, é uma das conquistas mais esplêndidas da civilização moderna.

É direito admitir-se que os pais ou tutores coloquem os seus filhos onde bem lhes pareça, que os façam instruir como bem lhes aprouver, mas também o que não é admissível que esses responsáveis os conservem na ignorância. [...]. (MARANHÃO. MENSAGEM, 1905).

O entendimento dessa mensagem nos leva a compreender de que forma os professores mal remunerados poderiam se sentir motivados a incentivar as famílias a enviarem seus filhos para a escola? De que forma poderiam favorecer o crescimento da frequência escolar? Além disso, esses professores conviviam com a falta de recursos para a instalação, compra de utensílios e móveis escolares e dificuldades para manterem a conservação dessas escolas. Claro que não podemos restringir a apenas à questão salarial como sendo o aspecto mais relevante para o empenho das professoras, mas como a própria mensagem fala, é o conjunto de investimentos que poderiam alegrar e motivar essas profissionais para o satisfatório empenho de sua profissão.

Levando-se em consideração os alunos matriculados em 1902, cerca de 7.926, a frequência média, de acordo com a mensagem assinada pelo oficial²² Damascendo Ferreira, foi de 5.612 alunos, com prevalência do público masculino, que correspondia a 3.038, feminino, 1.921 e misto 663. Essa frequência foi reduzida em 1903 para 3.638 e em 1904 para 3618 alunos. O dado que chama atenção é que apenas 10 alunos prestaram os exames finais. a entender que em muitos casos, os alunos eram matriculados nas escolas isoladas, porém, a sua permanência durante o ano letivo, ou melhor, a sua assiduidade, apesar de ser registradas nos livros de registros dos alunos, não podemos confirmar se de fato esses registros foram respeitados, já que no próprio Decreto n. 36 de 1 de julho de 1904 consta essa possibilidade

Art. 26 – constatando dos boletins das visitas escolares uma grande diferença entre o número de alunos matriculados em qualquer cadeira e o da frequência nos dias das visitas, o diretor da escola normal inquirirá da respectiva professora, a causa determinante dessa ocorrência e tomará as medidas que lhe parecerem próprias a sanarem esse inconveniente.

Um dos motivos para esse decréscimo pode estar relacionado ao surto de doenças epidêmicas surgidas no início do século XX. Em mensagem publicada em 28 de fevereiro de 1905, o governador Alexandre Colares Moreira Junior autorizou a suspensão das aulas em todos os institutos de ensino, para o mês de julho de 1904, justificando que,

Tendo aparecido em outubro do ano passado alguns casos de moléstia suspeita no Bairro dos Remédios, imediatamente foram tomadas as providências reclamadas pela gravidade do momento prestando valiosos

²²O cargo de Oficial competia substituir o diretor, auxiliá-lo em todos os trabalhos da Secretaria, executar com zelo e prontidão os serviços que lhe forem distribuídos.

serviços à população o inspetor de higiene Dr. Felicíssimo Rodrigues Fernandes e seus dignos auxiliares Drs. Oscar Lamagnere Leal Galvão e Juvêncio Odorico de Matos.

Havendo a princípio dúvida sobre a natureza do mal, pedi ao senador Benedito Leite que contratasse por conta do governo do estado uma bacteriologista, o qual embarcou no Rio com destino a esta capital no primeiro Vapor da Cia O Novo Loyd que dali seguiu para o nosso porto [...] chegou à conclusão de que se tratava da peste bubônica [...]. Foi instituído um isolamento em uma das casas do Largo dos Remédios, onde se haviam manifestados os primeiros casos da moléstia e em uma outra que lhe fica próxima, sendo para lá transportados as pessoas atacadas pelo mal levantino [...] se alastrou por diferentes pontos da cidade, fazendo grande número de vítimas, sem poupar nos seus ataques até mesmo as pessoas vacinadas (MARANHÃO, MENSAGEM, 28 fev. 1905, p. 6).

O bairro do Remédio estava situado próximo ao centro da cidade e por sua vez, perto dos prédios onde funcionavam os Grupos Escolares. Interessante o pedido de Colares Moreira feito a Benedito Leite, ou seja, o governador do Estado solicitou ao senador que no uso de sua influência, conseguisse a contratação de um especialista para o combate do surto epidêmico na cidade. Na mensagem também é possível constatar que o contágio de várias pessoas em diferentes pontos da cidade, causou espanto e medo na população ludovicense, pois as famílias tinham temor de contrair a doença que se alastrava por toda a cidade, sendo comum decidirem por não enviar seus filhos para a escola.

Retrocedendo um pouco, identificamos que em 1901 também foi registrado o aparecimento da varíola na capital do Maranhão, devido à entrada de passageiros vindos de portos infeccionados. Para tanto, o governador na esperança de evitar que a moléstia tomasse caráter epidêmico resolveu, de acordo com o inspetor de higiene, tomar medidas aconselhadas pela ciência para evitar a propagação do mal, como por exemplo, a remoção para o lazareto do Bom Fim das pessoas sem recursos, “atacadas da terrível morte e a rigorosa desinfecção da casa donde saia o doente. Isolamento dos domicílios, onde se manifestava a varíola em pessoas que não se podiam reagir a serem transportadas para o aludido lazareto”. (MARANHÃO, MENSAGEM, 1901).

Outros casos de suspensão de aula se referem à falta de infraestrutura nas escolas públicas primárias, citamos como exemplo o caso do Primeiro e do Segundo Grupo Escolar, onde por ordem do governo, as aulas foram suspensas pelo período necessário ao conserto e adequação do prédio. No primeiro Grupo Escolar houve a suspensão de aula decorrente do desabamento de parte do forro do teto. As aulas foram interrompidas até que se verificasse a segurança para tal, esse fato aconteceu em quatro de setembro de 1907 e o restabelecimento das aulas se deu em dezenove do mesmo mês. (ESCOLA NORMAL, 4 de setembro de 1907;

ESCOLA NORMAL, 19 setembro de 1907). Outra reclamação foi registrada por Barbosa de Godóis em ofício do dia 8 de fevereiro de 1908 encaminhado ao Governador do Estado, relatando as péssimas condições de segurança ainda presentes no Primeiro Grupo Escolar, sendo o telhado bastante danificado, impossibilita os funcionamentos das aulas, principalmente nas estações chuvosas (ESCOLA NORMAL, 8 fevereiro, 1908). Em realidade, o que se nota é que foram feitas apenas alguns reparos superficiais no teto do prédio onde o Grupo Escolar funcionava em 1907, fato que levou ao surgimento do mesmo problema meses após a esta primeira reclamação.

Ainda sobre esse tema, podemos visualizar que, em 1909, São Luís continuava em estado sanitário deficitário durante longos meses, essa realidade determinou o “afastamento das aulas e não pequeno número de alunos, embarcando, de certo modo, na marcha do ensino, que só mediante o esforço e dedicação do professorado, pode ser feito de modo a conseguir-se um resultado apreciável” (ESCOLA NORMAL, 15 de janeiro de 1909).

Dentre as responsabilidades dos professores estava condicionado o seu papel de incentivar e se responsabilizar pela frequência dos alunos, essa noção era repassada oralmente no curso de formação, na esperança de despertar o docente para as suas incumbências diante dos projetos educacionais empreendidos no contexto republicano. Como bem dizia Godóis (1910), “a cultura que a escola proporciona denuncia o preparo de quem a rege”. De acordo com Melo, em uma publicação registrada no *Jornal A Escola*, muitos “alunos saíam da escola primária sem a capacidade de continuar seus estudos nas casas de ensino, por não receberem instrução sólida e segura, estão incapazes de exercer qualquer emprego, por mais elementar que sejam os conhecimentos exigidos”. Ele dizia ainda que:

São iludidos os pais que confiam seus filhos a uma casa de ensino público [...]. Sai um menino de uma escola primária, com seu certificado de exame: um Camões debaixo do braço, uma gramática de 3º ano de J. Ribeiro, uma aritmética de Serrasqueiro e outros livros de Curso superior, à vista dos quais a nossa primeira impressão é de estar muito desenvolvida a instrução em nossa terra. Mas, terrível desilusão! Tudo aquilo é mera fantasia! E sabeis qual é a realidade? Eil-a: a criança não sabe ler direito e mal escreve, não sabe somar nem diminuir (A ESCOLA, 1902, p. 2).

Para Godóis, o professor “competente seria aquele de reconhecida idoneidade moral e profissional e antes mesmo de concorrer para esta carreira, deve consultar a sua própria disposição, decidindo-se, conforme a vocação o impele ou não para a tarefa de lidar com a criança” (GODÓIS, 1910, p. 150). É importante sinalizar que de acordo com a Lei nº. 56, de 15 de maio de 1893, as pessoas que praticavam atos obscenos ou perversos, como os

divorciados, adúlteros e os que fossem dispensados do magistério por crime indisciplinar, não podiam exercer essa profissão. Desse modo, ele listava que, além do saber intelectual, o professor devia ter paciência, brandura natural e afeição intuitiva, maleabilidade e idoneidade, pois “o talento, a cultura e o caráter do mestre são predicados de primeira ordem para o êxito de seu trabalho e a confiança que deve existir entre ele e o educando” (GODÓIS, 1910, p. 154).

Mello escreveu ainda sobre a situação da instrução pública maranhense, enfatizando que a mesma tinha sido “deploravelmente descurada quer pelos governos, encarregados de criá-la e mantê-la, quer pelos encarregados de difundi-la, quer mesmo pelos pais e mais interessados pela criança”. (A ESCOLA, 1902, p. 3). Fala ainda da criação da Escola Normal, onde em outros estados teve melhor aproveitamento: “mas este instituto não tem, infelizmente, desde a sua criação até agora, produzido os frutos desejados, porque os professores diplomados, na sua maioria senhoras não tem querido aceitar cadeiras no interior do nosso estado, onde, como é óbvio mais necessário é a instrução primária” (A ESCOLA, 1902, p. 3).

Da mesma falta se [acham] os grupos escolares da capital, instalados em prédios, “faltos não só de terreno para o recreio ao ar livre e trabalhos manuais, como das acomodações precisas para as próprias classes” (GODÓIS, 1910, p. 130). Enquanto isso, “na escola modelo havia cadernetas semanais estabelecendo correspondências entre a escola e a família, sobre a conduta e o aproveitamento dos alunos, faltam elas nos grupos escolares e nas escolas isoladas, de modo que nestes institutos as respectivas professoras ficam desejadas da cooperação dos pais e protetores das crianças, sob sua regência” (GODÓIS, 1910, 138).

Segundo Saldanha (2009, p. 127), “a Escola Modelo era uma instituição privilegiada, que não representava as reais condições elementares no Maranhão, dispondo de um corpo docente habilitado, de material didático e de recursos sofisticados, de um currículo mais rico e complexo que as demais escolas. Constituía uma instituição destinada à educação dos filhos das elites”. A Escola Modelo²³ foi criada em 1896, a partir da Lei nº. 155, e era destinada à formação pedagógica de meninos e meninas entre a faixa etária de 6 a 12 anos de idade e de campo de estágio para as(os) alunas(os) da Escola Normal. De acordo com Saldanha (2009, p. 127), apesar de ter sido criada em 1896, ela só foi ser inaugurada em 1900, “quando o governo do Estado pôde, enfim, equipá-la. [...]. Caracterizava-se [como] elitista, [...] chegou a ter aula de francês e professores de piano. Seu curso, [a princípio] com duração

²³A Lei n. 167 de 21 de maio de 1896 autoriza o governo a contrair empréstimo com o Banco da República para a fundação da Escola Modelo. (MARANHÃO. Coleção de Leis e Decretos, 1896).

de sete anos, [foi] reduzido a seis em 1906 [e em 1926, a 5 anos]”. As matrículas eram preenchidas pelos filhos das famílias abastadas, superando as das Escolas Estaduais (MOTTA, 2006). Esse número aumentou ainda mais quando foi criada uma segunda cadeira do 2º ano na Escola Modelo. A preferência por essa instituição era em virtude do seu programa e de sua estruturação curricular; pela adoção do método intuitivo e por conter em seu quadro docente, professores habilitados pela Escola Normal ou pelo Liceu Maranhense.

6 AS CASAS DE ENSINO NO MARANHÃO

A criação das *Verdadeiras Casas de ensino* no Maranhão fez parte de um projeto que inspirava grandes desafios ao governador Alexandre Colares Moreira Junior, que assumiu a direção do Estado durante o período de 1902 a 1905. Segundo Vidal (2006), essas escolas não encontraram barreiras à sua implantação, porque eram símbolos de modernidade e constituíam-se como escolas laicas, com liberdade de ensino. Para Souza e Faria Filho (2006, p. 26-27), o Grupo Escolar era definido como:

Uma escola graduada [que] pressupunha o agrupamento dos alunos mediante a classificação pelo nível de conhecimento, o edifício escolar dividido em várias salas de aulas, a divisão do trabalho docente, a ordenação do conhecimento em programas distribuídos em séries, o emprego do ensino simultâneo, o estabelecimento da jornada escolar e correspondência entre classes, sala de aula e série.

Nesse sentido, os Grupos Escolares foram modelos de escolas primárias, de ensino graduado, implantadas no Brasil a partir da Proclamação da República, que visavam consolidar os ideais de ordem e progresso em sintonia com as expectativas de desenvolvimento econômico e social (SOUZA, 2009, p. 30). Para Souza, a visibilidade dos Grupos era fortalecida a partir do “conjunto de dispositivos materiais e simbólicos” (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 30), o qual era materializado na presença de professores normalistas, na definição de períodos letivos, na matrícula, na avaliação, nas regras de conduta para os professores e demais agentes educacionais, como os deveres, as obrigações, os ritos e as festas. Ou seja, todos estes aspectos definiram os Grupos Escolares como “um sistema orgânico, racional e moderno” (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 69).

Podemos considerar que a criação dos Grupos Escolares surgiu com a proposta de disseminação da instrução pública, em conformidade com os ideais de progresso propagados pelos republicanos. Esta reformulação no ensino visava, principalmente, romper com a representação ineficaz das escolas isoladas do século XIX. Da mesma forma, havia a urgência em mudar a configuração do espaço educativo. Era imprescindível para os estados brasileiros se posicionarem como civilizados e dispostos a abraçarem os ideais de progresso propagados pela adoção de um novo regime político.

Como característica de diferenciação entre as escolas isoladas, podemos apontar a possibilidade de agrupar, em um mesmo espaço físico, várias escolas, particularidade que facilitava a fiscalização e avaliação do ensino; outro fator importante era a graduação do

ensino, adoção do método intuitivo, presença de professores normalistas, prédios adaptados, com a divisão de classes, sendo um professor para cada série.

No Maranhão, os Grupos Escolares foram criados mediante um contexto político econômico e social decadente: a economia vivenciava um período de falência das fábricas; no campo social havia o surto de doenças infectocontagiosas, realidade que levou à diminuição da frequência escolar em muitas escolas públicas e privadas; e, no campo político, foi um período marcado pela divergência ou luta para a consolidação da República.

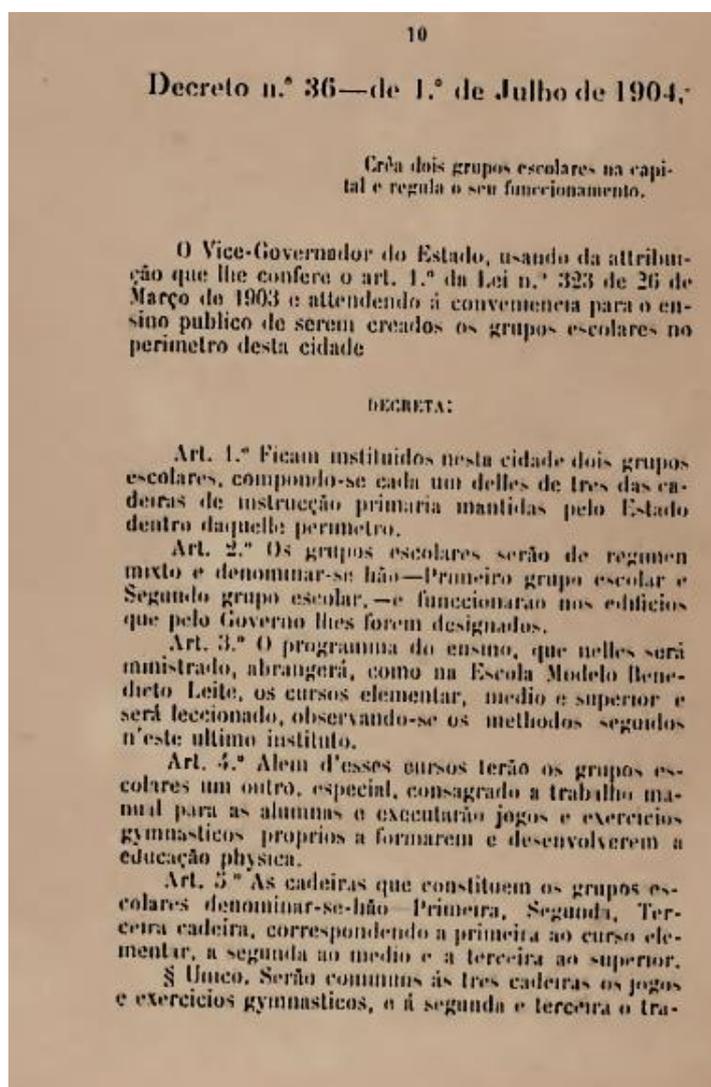
A implantação desses grupos marca uma transição entre o velho e o novo em educação (SOUZA, 2008). Por isso, havia o entendimento que a criação de uma *Verdadeira Casa de Ensino* poderia modificar o estilo de vida da sociedade, isto é, a introdução, via escola, de costumes, postura, saberes e práticas consideradas modernas neste momento.

Trata-se, na verdade, de uma antítese materializada em torno dos modos de ser da escola primária: o novo – Grupo Escolar – se manifesta, mas não anula o velho; o novo irá tomando corpo, mas o velho permanecerá por várias décadas ao lado do novo, constituindo-se como resistência, mas firmado em um estado de incompatibilidade com o novo. Para abusar dos sinônimos, pode-se inclusive considerar que houve necessariamente uma contraposição entre o novo e o velho, mas que não eliminou a convivência dos modos de ser da escola primária fundados na justaposição e na contiguidade (ARAUJO; VALDEMARIN; SOUZA, 2015, p. 33).

Os Grupos Escolares maranhenses, bem como nos demais estados brasileiros, foram criados a partir de uma avaliação negativa da instrução pública primária. O número elevado de analfabetos era uma questão preocupante para um Estado que também ansiava ser reconhecido como civilizado. Dados do anuário estatístico do Maranhão demonstravam que, em 1900, apenas aproximadamente 99.000 pessoas sabiam ler e escrever (SALDANHA, 1992).

Nessa época havia seis escolas estaduais de nível primário no perímetro de São Luís, além da Escola Modelo. Na primeira década republicana, as reformas empreendidas no campo da instrução pública primária maranhense não resultaram em melhorias significativas, especialmente no que se refere ao estímulo das famílias mandarem seus filhos às escolas, cumprindo os dispositivos legais que determinavam a obrigatoriedade do ensino, inclusive multando os pais e responsáveis pelo não cumprimento desta lei. Dessa forma, Colares Moreira, governador do Maranhão, determinou a criação, por meio da lei nº. 323, de 26 de março de 1903, de dois Grupos Escolares, formados cada um por três escolas isoladas mantidas pelo Estado. Esta lei foi regulamentada pelo decreto nº. 36, de 01 de julho de 1904.

FIGURA 8: Decreto de criação dos Grupos Escolares maranhenses.



Fonte: Coleção de Leis e Decretos do Maranhão, 1904.

Os Grupos Escolares eram de regime misto (meninos e meninas agrupados em uma só sala) e composto pela primeira, segunda e terceira cadeira, equivalente ao curso elementar, médio e superior da Escola Modelo. De acordo com o governador, em mensagem apresentada ao Congresso do Estado, em 16 de fevereiro de 1905, enfatizava-se que “a criação dos Grupos Escolares foi uma medida de grande alcance para o ensino primário que não só melhoraria o método adotado, como se achava sujeito de uma fiscalização mais pronta por parte do diretor da Escola Normal” (MARANHÃO, MENSAGEM, 1905).

A notícia de criação dos Grupos Escolares maranhenses foi publicada em vários jornais de grande circulação da época. Dentre eles podemos citar o jornal Diário do Maranhão de 12 setembro de 1904, n. 9327, ano 35:

FIGURA 9: Anúncio de criação dos Grupos Escolares.

Ao senhor Dr. diretor da Escola Normal, para os devidos efeitos remeto-vos inclusos exemplares impressos os decretos n. 36 e 37 que nesta data resolvi expedir, o primeiro criando dois Grupos Escolares na capital e o segundo duas Escolas Mistas. (DIÁRIO DO MARANHÃO 12 set. 1904, n. 9327, ano 35).

— Ao Sr. Dr. Director da Escola Normal do Estado — Comunico-vos, para os devidos fins que, por portaria de hoje resolvi nomear a Vigilante da Escola Modelo D. Lydia da Silva Castro para identico cargo no Primeiro Grupo Escolar da Capital, creado pelo Decreto n. 36 desta data, e para substituir a D. Leonilia dos Santos Estrella, devendo aquella apresentar o titulo que possui na Secretaria do Governo para ser apostillado.

— Ao Sr. Dr. Director da Escola Normal. — Para os devidos efeitos, remetto-vos inclusos exemplares impressos os Decretos n.º 36 e 37 que nesta data resolvi expedir, o primeiro creando dois Grupos Escolares na Capital e o segundo duas Escolas Mistas.

Anúncio de criação dos Grupos Escolares maranhenses.

Havendo a lei n. 323 de 26 de março de 1903 me autorizado a converter em grupos escolares as escolas estaduais existentes no perímetro desta cidade, assim o fiz por decreto n. 36 de 1 de julho do ano passado, criando nos termos do artigo 2 daquela lei, dois grupos escolares. Cada um desses grupos é composto de três das antigas escolas de ensino primário, que deles fazem parte sob a denominação do 1, 2 e 3 cadeiras.

Desse modo, regem-nas por nomeação daquela mesma data, as seguintes professoras das escolas extintas: Primeiro Grupo Escolar: primeira cadeira — a professora da quinta escola estadual d. Maria de Albuquerque Coqueiro de Almeida; segunda cadeira — a professora da primeira escola estadual d. Neomênia da Cruz Gondra; terceira cadeira — a professora da sexta escola estadual d. Corina Cardoso Maia; segundo Grupo Escolar: primeira cadeira — a professora da terceira escola estadual d. Ana Rocha de Oliveira Barroso; segunda cadeira — a professora da segunda escola estadual d. Rita Florestal de Souza Lima Lisboa; terceira cadeira — a professora da quarta escola estadual d. Joaquina Aménia de Souza Pereira Lima, nomeia ainda, na mesma ocasião atendendo a conveniência de ser mantida a disciplina necessária nos novos institutos d. Lydia da Silva Castro e Maria Augusta de Albuquerque Sales, aquela que já exercia o cargo de vigilante da escola modelo, para o de vigilante do primeiro Grupo Escolar, e esta, para idêntico cargo e o segundo Grupo Escolar.

Funcionam os dois grupos escolares por designação minha, o primeiro no prédio da escola pública, a Rua do Sol, e o segundo ao no da escola pública, a Rua Grande.

No seu funcionamento, obedecem ao regimento interno organizado pelo diretor da Escola Normal e baixado por este governo com o decreto n. 38 de 19 de julho do ano passado. É me grato declarar-vos que como previstes, a criação destes estabelecimentos foi uma medida de grande alcance par ao ensino primário, que não só melhorou consideravelmente no método adotado, como se acha sujeito a uma fiscalização mais pronto e eficaz por parte do diretor da Escola Normal.

[...] é me grato declarar-vos que como previstes, a criação destes estabelecimentos foi uma medida de grande alcance para o ensino primário, que não só melhorou consideravelmente no método adotado, como se acha sujeito a uma fiscalização mais pronta e eficaz por parte do diretor da Escola Normal.

[...]. (DIÁRIO DO MARANHÃO 22 mar. 1905, n. 9488, ano 36).

FIGURA 10: Anúncio de criação dos Grupos Escolares maranhenses.

Grupos escolares

Havendo a lei n. 323 de 26 de Março de 1903 me auctorizado a converter em grupos escolares as Escolas Estaduaes existentes no perimetro desta cidade, assim o fiz por Decreto n. 38 de 1.º de Julho do anno passado, creando, nos termos do artigo 2.º d'aquella lei, dois grupos escolares. Cada um desses grupos é composto de tres das antigas escolas de ensino primario, que hoje d'elles fazem parte sob a denominação de 1.ª, 2.ª e 3.ª cadeiras.

Deste modo, regem-n'as, por nomeação daquella mesma data, as seguintes professoras das Escolas extinctas:

Primeiro Grupo escolar: Primeira Cadeira— a Professora da Quinta Escola Estadual, D. Maria de Albuquerque Coqueiro de Almeida; Segunda Cadeira— a Professora da Primeira Escola Estadual, D. Neomenia da Cruz Gandra; Terceira Cadeira— a Professora da Sexta Escola Estadual, D. Corina Cardoso Maia; Segundo Grupo Escolar: Primeira Cadeira— a Professora da Terceira Escola Estadual, D. Anna Rocha de Oliveira Barraso; Segunda Cadeira— a Professora da Segunda Escola Estadual, D. Rita Florestal de Souza Lima Lisboa; Terceira Cadeira— a Professora da Quarta Escola Estadual, D. Joaquina Amena de Souza Pereira Lima. Nomeei ainda, na mesma occasião, attendendo á conveniencia de ser mantida a disciplina necessaria nos novos institutos, D.D. Lydia da Silva Castro e Maria Augusta de Albuquerque Salles, aquella, que já exercia o cargo de Vigilante da Escola Modelo, para o de Vigilante do Primeiro Grupo Escolar, e esta, para idêntico cargo no Segundo Grupo Escolar.

Funcionam os dois Grupos Escolares por designação minha, o Primeiro no predio da Escola Publica, á rua do Sol, e o Segundo no da Escola Publica, á rua Grande.

No seu funcionamento, obedecem ao Regimento Interno organizado pelo Director da Escola Normal e baixado por este Governo com o Dec. n. 38 de 19 de Julho do anno passado.

E' me grato declarar-vos que, como previstes, a criação destes estabelecimentos foi uma medida de grande alcance para o ensino primario, que não só melhorou consideravelmente no methodo adoptado, como se acha sujeito a uma fiscalização mais prompta e effeaz por parte do Director da Escola Normal.

Alem dos dois Grupos Escolares, mantém ainda o Estado, nesta cidade, duas novas Escolas, que institui por Decreto n. 37 de 1.º de Julho do anno proximo findo, por considerar vantajoso ao ensino publico a sua criação e haver a lei de Orçamento vigente consignado verba para o seu custidio. Destinam-se aquellas escolas ao mesmo ensino que os Grupos Escolares e obedecem ao mesmo methodo, e são subordinadas, egualmente, ao Director da Escola Normal.

Na mesma data do Decreto que lhes conferio as denominações de Primeira e Segunda Escola Estadual da Capital, designei para servir-lhes de sódes, respectivamente, os bairros de Sant'Anninha e São Pantaleão e para regel-as as Professoras Normalistas, D.D. Paschoa Galvão Advincula e Zila Angela Paes, aquella, a Primeira, e esta a Segunda Escola.

Das Professoras acima obteve licença a da Terceira Cadeira do Primeiro Grupo Escolar, D. Corina Cardoso Maya, a primeira por tres mezes, com ordenado, em 20 de Julho, e a segunda por sessenta dias em prorrogação, tambem com ordenado, em 26 de Outubro

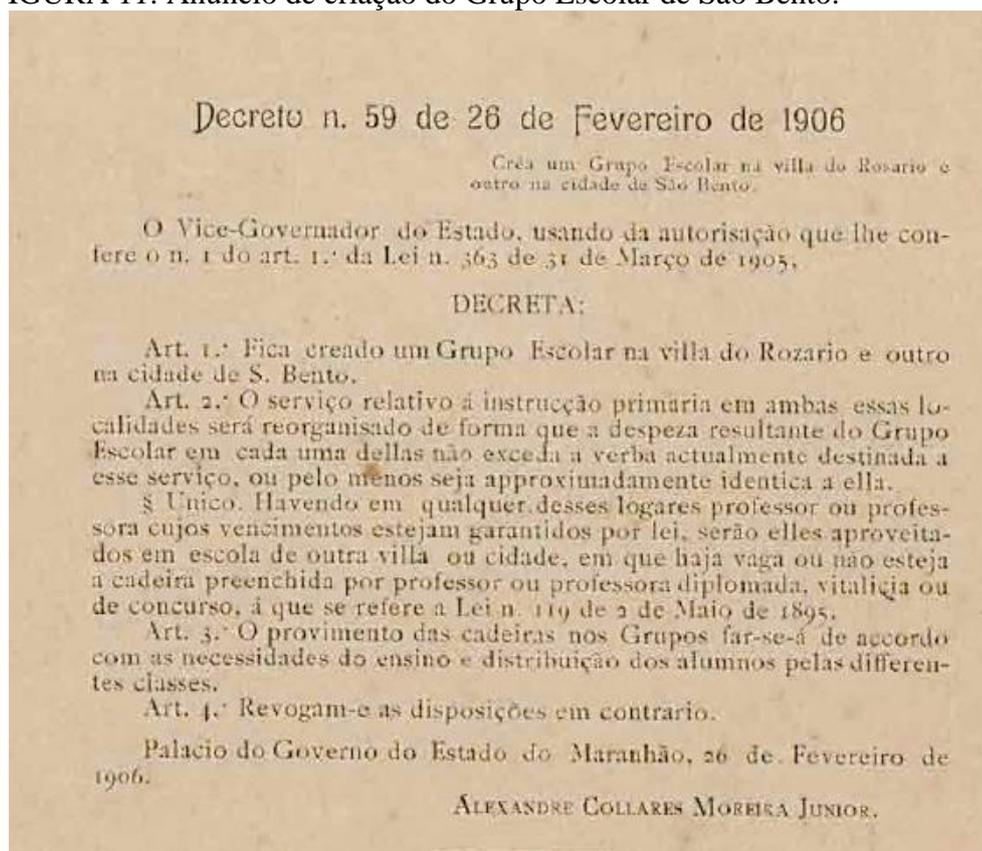
(Continua)

Fonte: Diário do Maranhão, 22 mar. 1905, n. 9488, ano 36.

A maioria das professoras nomeadas para compor o quadro de docentes nos Grupos Escolares fizeram parte da primeira turma de formandos da Escola Normal, entre elas, Neomênia de Oliveira Cruz, natural do Maranhão, filha de Avelino José da Cruz, diplomada em 31 de outubro de 1893; Hermínia A. S. Ferreira, natural do Maranhão, filha de Luís Soares Ferreira, diplomada em 31 de outubro de 1893; Genoveva R. da Costa, filha de Justino Ribeiro da Cunha, diplomou-se em 29 de abril de 1897 e Paschoa Galvão Advíncula, 16 anos, natural de Coroatá, Maranhão, filha de Henriqueta Senhorinha Galvão, matriculada no primeiro ano da Escola Normal em 1899.

A expansão dos Grupos Escolares para o interior do Estado teve início em 1906, no governo de Benedito Leite com a criação de um Grupo Escolar em Rosário sua terra natal e outro em São Bento, de acordo como o Decreto n. 59 de 26 de fev. de 1906.

FIGURA 11: Anúncio de criação do Grupo Escolar de São Bento.



Fonte: Decreto n. 59 de 26 de fev. 1906. In: MARANHÃO. Coleções de Leis e Decretos, 1906.

Em Codó, a criação de uma cadeira se deu em 1908 (MARANHÃO, Códice de 21 de maio de 1908). Encontramos também uma notícia datada de 1911 sobre a possível criação de um Grupo Escolar em Pedreiras.

FIGURA 12: Anúncio de criação de Grupo Escolar em Codó.

Na cidade de Codó foi criada a primeira cadeira de um Grupo Escolar dela sendo encarregada a professora Catharina Moreira. (PACOTILHA, 23 maio 1908, n. 122, ano 18).

Na cidade do Codó foi criada a primeira cadeira de um grupo escolar, della sendo encarregada a professora normalista Filomena Catharina Moreira.

FIGURA 13: Anúncio de criação de Grupo Escolar em Pedreira.

A instrução popular necessita de professores que ensinem pelos métodos pedagógicos modernos. A criação de um Grupo Escolar em Pedreira seria, portanto, uma medida de grande alcance e real utilidade. (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 10540, ano 39, 2 set. 1908).

A instrução popular necessita de professores que ensinem pelos métodos de pedagogia moderna. A criação ahí de um grupo escolar seria, portanto, uma medida de grande alcance e real utilidade.

Barbosa de Godóis era o responsável por todos os Grupos Escolares criados no Maranhão, pois foi ele quem elaborou, em 1904, o Regimento Interno destas escolas, instrumento normativo que apresentava as normas de funcionamento, definindo horários de aulas, período e normas para a matrícula, currículo da primeira, segunda e da terceira cadeira dos Grupos escolares, normas de avaliação, funções dos educadores, direitos, deveres e penalidades tanto para os alunos, quanto para os funcionários. Para a época, essa forma de organização escolar, rígida, representava uma eficiência capaz de possibilitar aos alunos grandes proveitos, segundo Godóis. Em notícia publicada em 1904, no Jornal o Estado do Maranhão, n. 9292, a matéria apresentava a publicação do Regimento Interno.

De acordo com Souza (2009), na obra *Alicerces da Pátria*, onde conta a história da escola primária no Estado de São Paulo, a organização e manutenção dos Grupos Escolares pressupunham altos investimentos, pois o número de funcionários era relativamente maior do que nas escolas isoladas, já que cada grupo era composto por três classes, cada classe tinha um professor, além da presença do diretor, secretário, porteiro, serventes, adotando uma

estrutura burocrática e hierarquizada. Somado a isso, ainda tinham os gastos com os mobiliários e instrumentos próprios para adoção do método intuitivo, que demandava aumento do orçamento. Por fim, havia ainda a construção ou adaptação de prédios escolares próprios para a organização do ensino graduado.

Embora saibamos que o fenômeno Grupo Escolar, desde o seu surgimento, não apresentou uma uniformidade em todos os cantos do país, consideramos que, no Maranhão, este evento, mesmo apresentando inúmeras deficiências, marcou um novo cenário no campo educativo, sobretudo no que se refere, ainda que teoricamente, ao que deveria ser uma *verdadeira casa de ensino*. Em 1905, em mensagem enviada ao governador do Estado, João Nepomuceno, Inspetor Geral da Instrução Pública e diretor do Liceu Maranhense, deixou claro que as escolas implantadas em 1903 se diferenciaram das escolas isoladas existentes em grande parte do Maranhão. No interior, por exemplo, Nepomuceno denunciava que as escolas isoladas existentes não apresentavam o menor grau de prosperidade (MARANHÃO, Mensagem apresentada ao Congresso do Estado em 16 de fevereiro de 1905, pelo exmo. Sr. Coronel Alexandre Colares Moreira Junior, 1905).

Em Rosário, São Bento e Codó foram criados Grupos Escolares, considerados como inovação em educação. Nota-se que nas três cidades não foram contratados funcionários em número suficiente: em Rosário, por exemplo, no Grupo Escolar, criado em 20 de abril de 1906, as aulas já iniciaram fora do prazo previsto no Regimento Interno e houve a nomeação de três professoras, sendo que uma delas desempenhava também a função de secretária. Em relação aos outros funcionários, como diretor, servente e porteiro, foram peças inexistentes na maioria dessas escolas.

Em Codó, no Grupo Escolar criado em 21 de maio de 1908, existia apenas uma professora, Dona Filomena Catarina Moreira, que era a normalista responsável pela escola e que, desde a sua criação apresentou dificuldades para a sua manutenção. No comentário identificado no código de 21 de maio de 1908, o governador do Estado – Benedito Leite²⁴ declarava que, mesmo com existência de verbas para a criação do Grupo Escolar, ele considerava que não havia a necessidade da instalação de três cadeiras para o grupo. A partir disso, resolveu criar apenas a primeira cadeira, não existindo, portanto, a graduação efetiva do ensino neste município.

Outro fator de eficiência estava na racionalização do currículo, que continha a definição de horários para o descanso e recreio, definição de dias de matrícula, início e

²⁴Benedito Pereira Leite governou o Maranhão no período de 1º de março de 1906 a 25 de maio de 1908.

término das aulas, das férias escolares e das datas das provas, que eram rigidamente cumpridos pelos professores. Mesmo assim, a dinâmica das aulas foi alvo de crítica por parte do Inspetor da instrução pública em 1911, onde Antônio Lobo²⁵ denunciava que o diretor Barbosa de Godóis, responsável pelos institutos de formação e ensino, Escola Normal, Modelo, Grupo Escolar e pelas Escolas Estaduais, ao estruturar o currículo das escolas primárias, não atendia aos preceitos de higiene escolar.

E a tal ponto chegava à ignorância ou a desídia desse funcionário por semelhantes preceitos que montava ao cúmulo de mandar ensinar cálculo na última hora de aula [...] [essa] deveria ser a primeira ou umas das primeiras lições do dia numa escola primária, atento o grande coeficiente de fadiga que tal ensino acarreta [...] (MARANHÃO. Inspetoria Geral da instrução Pública do Estado do Maranhão. 1911).

FIGURA 14: Horário de aula da primeira cadeira dos Grupos Escolares.

Horario das aulas da Primeira cadeira dos Grupos Escolares.					
HORAS	2. ^{as} E 4. ^{as} FEIRAS	HORAS	6. ^{as} FEIRAS	HORAS	3. ^{as} , 5. ^{as} E SABBADOS
9— ás 9—15	Entrada, inspeção e cantico	9— ás 10—	Educação physica	9— ás 9—15	Entrada, inspeção e cantico
9—15 ás 10—15	Lingua materna	10— ás 10—25	Transito e descanso	9—15 ás 10—15	Lingua materna
10—15 ás 10—25	Descanso	10—25 ás 10—35	Lingua materna	10—15 ás 10—25	Descanso
10—25 ás 10—40	Instrução civica	10—35 ás 11—5	Descanso	10—25 ás 10—40	Calculo
10—40 ás 10—55	Exercicios oraes	11—5 ás 11—25	Calculo	10—40 ás 11—	Desenho
10—55 ás 11—5	Descanso	11—25 ás 11—35	Recreio	11— ás 11—10	Descanso
11—5 ás 11—25	Lugar	11—35 ás 12—25	Exercicios graphicos	11—10 ás 11—25	Tamanho
11—25 ás 11—55	Recreio	12—25 ás 12—35	Canto	11—25 ás 11—55	Recreio
11—55 ás 12—25	Exercicios graphicos	12—35 ás 12—50	Forma	11—55 ás 12—25	Exercicios graphicos
12—25 ás 12—35	Canto	12—50 á 1—	Cantico, despedida	12—25 ás 12—35	Canto
12—35 ás 12—50	Forma			12—35 ás 12—50	Ensino objectivo
12—50 á 1—	Cantico, despedida			12—50 á 1—	Cantico, despedida.

Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, 1904.

²⁵ Antônio Francisco Leal Lobo nasceu em 4 de julho de 1870 e faleceu em 24 de junho de 1916, aos 46 anos de idade. Filho de policarpo José da Costa Lobo, comerciante que morreu quando Lobo tinha 12 anos. Foi aluno do Liceu, fez o ensino de humanidades no Liceu. Findo a Revista do Norte em 1901 foi professor público primário, oficial da Secretaria do Governo Estadual, oficial de gabinete dos governadores Casimiro Jr. E Belfort Vieira e Cunha Martins. Exerceu também a função de diretor da biblioteca pública do Estado, Inspetor geral da instrução, catedrático de lógica do Liceu e diretor do Liceu. Era abolicionista e republicano – poeta, jornalista, professor, publicista, filosofo, critico, orador, polemista, romancista e tradutor. Foi professor da escola normal – 1905. (GASPAR; LICAR, 2012).

FIGURA 15: Horário de aula da segunda cadeira dos Grupos Escolares.

Horario das aulas da Segunda cadeira dos Grupos Escolares.

HORAS	TERÇAS-FEIRAS	HORAS	QUINTAS E SABBADOS	HORAS	2. ^a , 4. ^a E 6. ^a FEIRAS
9— ás 9—15	Entrada, inspecção e transitio	9— ás 9—15	Entrada, inspecção e cantico	9— ás 9—15	Entrada, inspecção e cantico
9—15 ás 10—	Educação physica	9—15 ás 9—45	Lingua materna	9—15 ás 9—45	Lingua materna
10— ás 10—25	Transito e descanso	9—45 ás 10—15	Exercícios oraes	9—45 ás 10—15	Desenho
10—25 ás 11—	Lingua materna	10—15 ás 10—25	Descanso	10—15 ás 10—25	Descanso
11— ás 11—10	Descanso	10—25 ás 11—	Calculo	10—25 ás 10—55	Calculo
11—10 ás 11—25	Forma	11— ás 11—10	Descanso	10—55 ás 11—5	Descanso
11—25 ás 11—55	Recreio	11—10 ás 11—25	Forma	11—5 ás 11—25	Ensino objectivo
11—55 ás 12—25	Exercícios graphicos	11—25 ás 11—55	Recreio	11—25 ás 11—55	Recreio
12—25 ás 12—35	Canto	11—55 ás 12—25	Exercícios graphicos	11—55 ás 12—25	Exercícios graphicos
12—35 ás 12—50	Instrucção civica	12—25 ás 12—35	Canto	12—25 ás 12—35	Canto
12—50 á 1—	Cantico, despedida	12—35 ás 12—50	Instrucção civica	12—35 ás 12—50	Lugar
		12—50 á 1—	Cantico, despedida	12—50 á 1—	Cantico, despedida

Nas 4.^a e 6.^a feiras haverá uma hora suplementar de trabalho manuaes, para as meninas, de 1 ás 2 horas da tarde.

Fonte: Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, 1904.

FIGURA 16: Horário de aula da terceira cadeira dos Grupos Escolares.

Horario das aulas da Terceira cadeira dos Grupos Escolares.

HORAS	3. ^a FEIRAS	HORAS	5. ^a FEIRAS E SABBADOS	HORAS	2. ^a , 4. ^a E 6. ^a FEIRAS
— ás 10—	Educação physica	9— ás 9—15	Entrada, inspecção e cantico	9— ás 9—15	Entrada, inspecção e cantico
— ás 10—25	Transito e descanso	9—15 ás 9—45	Lingua materna	9—15 ás 9—45	Lingua materna
—25 ás 11—	Lingua materna	9—45 ás 10—15	Desenho	9—45 ás 10—15	Desenho
— ás 11—10	Descanso	10—15 ás 10—25	Descanso	10—15 ás 10—25	Descanso
—10 ás 11—25	Ensino objectivo	10—25 ás 11—	Instrucção civica	10—25 ás 10—55	Calculo
—25 ás 11—55	Recreio	11— ás 11—10	Descanso	10—55 ás 11—5	Descanso
—55 ás 12—25	Exercícios graphicos	11—10 ás 11—25	Ensino objectivo	11—5 ás 11—25	Ensino objectivo
—25 ás 12—35	Canto	11—25 ás 11—55	Recreio	11—25 ás 11—55	Recreio
—35 ás 12—50	Lugar	11—55 ás 12—25	Exercícios graphicos	11—55 ás 12—25	Exercícios graphicos

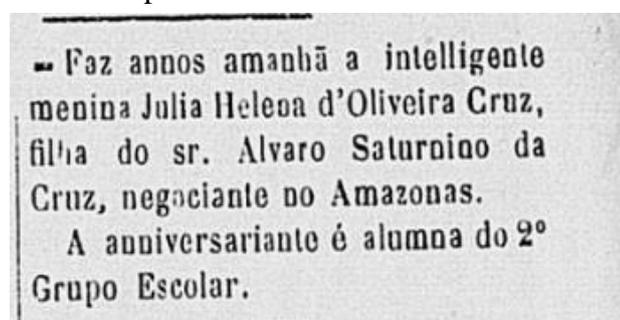
Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, 1904.

Apesar das críticas de Antônio Lobo direcionadas a Barbosa de Godóis, ao denunciar que era um disparate lecionar as disciplinas de cálculo nos últimos horários, quando a mente já estava cansada de tanta informação. O recomendado, segundo Lobo, é que o ensino de cálculo fosse dado nos primeiros horários, quando a mente infantil estava propícia ao aprendizado e à concentração. Não podemos desconsiderar que estes dois intelectuais eram rivais no campo intelectual, travando inúmeros embates em revistas e jornais de grande circulação na época.

Outro dispositivo que diferenciava os Grupos Escolares das escolas isoladas era a presença de um corpo docente formado na Escola Normal. As normalistas eram vistas, segundo Ferro (2010), como professoras “que sabiam entrar no coração das crianças e eram vistas com muita simpatia, [pois] estudara e aprendera a ensinar”. Por esses fatores, eram os Grupos Escolares os colégios almejados pela maioria das famílias maranhenses. Assim, a imagem de instituição escolar eficaz tinha se propagado. Até mesmo famílias abastadas procuravam estes institutos para matricularem seus filhos, como foi o caso da filha de um grande negociante do Amazonas, residente em São Luís:

FIGURA 17: Aluna do Grupo Escolar.

Faz anos amanhã à inteligente menina Júlia Helena d'Oliveira Cruz, filha do senhor Álvaro Saturnino da Cruz, negociante no Amazonas. A aniversariante é aluna do segundo Grupo Escolar. (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 9605, ano 36, 12 ago. 1905).



Um dos grandes empecilhos identificados na documentação analisada corresponde aos constantes pedidos de licença, transferência de professores, falta de material e mobília escolar, e a ausência de salubridade e infraestrutura dos prédios. Estes aspectos motivaram Barbosa de Godóis a afirmar que “é sob uma impressão desagradável que me vem dos Grupos Escolares. Circunstâncias especiais contribuíram eficazmente, onde a instalação desses Grupos [...] não dessem nem pudessem dar os resultados que deles se esperavam”. (MARANHÃO, Secretaria da Escola Normal São Luís, 1907). Esse mesmo intelectual denunciava o estado conflitante ao conceder os pedidos de licença e de transferências de professores

Comunico-vos que, continuando impedida de exercer as funções de seu cargo a professora da segunda cadeira do primeiro Grupo Escolar d. Neomênia Gondra e estando ela substituída pela professora da terceira cadeira do mesmo instituto, d. Corina Cardoso Maia, que, por não ter alunos, havia sido designada para reger a terceira escola estadual, durante a serventia da respectiva professora na escola modelo Benedito Leite, tornei a resolução de mandar que os alunos da mencionada terceira cadeira fossem distribuídos durante aquele impedimento pelas cadeiras do referido Grupo Escolar, conforme seu adiantamento, no intuito de evitar que fossem prejudicados o ensino dos mesmos alunos. O diretor Barbosa de Godóis.

Aliada a essa condição, a junção de várias cadeiras em uma causou mais indignação em Barbosa de Godóis, fato que o levou a afirmar, em 11 de maio de 1907, o seguinte: “em vez de dois estabelecimentos de ensino, temos aí uma balbúrdia na qual só a muito custo conseguem as professoras alguma coisa proveitosa no fim do ano letivo” (MARANHÃO. Códice, 11 maio 1907).

A instalação dos Grupos Escolares se deu nos prédios construídos no século XIX para as escolas estaduais. Estes edifícios não possuíam a divisão devida para a ministração ou organização do ensino graduado, pois os mesmos deveriam ser “um espaço arquitetonicamente definido, segundo regras de higiene pública e de ordem pedagógica que se vai distinguindo dos demais edifícios circundantes” (FELGUEIRAS; SILVA, 2006, p. 58).

Ao serem criados, Colares Moreira já reconhecia que a estrutura desses imóveis não eram as mais apropriadas. O certo era a construção de edifícios próprios, meta não alcançada neste momento, devido às más condições financeiras do Estado. Encontramos vários relatos de Barbosa de Godóis reclamando consertos, reparos dos prédios onde funcionavam esses institutos (MARANHÃO. Secretaria da Escola Normal, 6 fev. 1907, of. 36; Secretaria da Escola Normal, 18 fev. 1908; Códice 2, maio 1907).

Outra crítica sobre os Grupos Escolares foi relatada pelo diretor dessas escolas, a qual pode ser determinante no entendimento do que eram estes institutos para uma parcela da população, que, outrora, acreditava na sua eficiência. Assim, para Barbosa de Godóis, os Grupos Escolares em 1907 se configuravam como uma

Reunião de diferentes aulas num salão sem divisão alguma e perturbando-se reciprocamente não somente tornava mais difícil a missão dos mestres, como influi para que muitos pais, reconhecendo o inconveniente que desse fato resultavam fossem retirando seus filhos desse estabelecimento, cuja frequência nem sempre foi a desejada (MARANHÃO, Códice, 11 maio, 1907).

No período republicano, a fiscalização escolar foi institucionalizada por meio da lei nº. 119, de 2 de maio de 1895, que criou o Conselho Superior da Instrução Pública, órgão responsável por organizar os programas das escolas públicas, pela criação ou elaboração de normas e regulamentos, avaliação de livros e compêndios escolares a serem adotados pelas escolas (MARANHÃO, Regulamento da instrução pública, 1896, p. 4). Para os Grupos Escolares foi designada uma comissão formada por professores da Escola Normal, responsáveis por verificar, em cada visita, o número de alunos matriculados e a frequência de alunos e professores; a aplicação do método intuitivo; os horários de aula; as condições dos prédios; e a média de aproveitamento dos alunos, os quais eram avaliados e transcritos para os seus respectivos livros (livro de ponto dos funcionários, livro de ponto dos alunos, livro de matrícula, livro de termo de visita e livro de exames dos alunos). Nos jornais analisados, há várias publicações sobre os dias em que seriam executadas as provas nos Grupos Escolares. De acordo com o Regimento Interno dessas escolas, os exames contavam com a presença de autoridades do ensino.

A questão da frequência escolar era tratada com muita atenção, já que não havia essa cultura no Estado. Assim, para que o aluno fosse considerado reprovado em função da frequência, ele teria que ter mais de 90 faltas no ano. O segundo Grupo Escolar funcionou apenas seis meses e foi obrigado a interromper suas atividades devido à falta de infraestrutura do prédio onde estava instalado, atuando apenas de agosto a dezembro de 1904. Isto favoreceu o agrupamento de ambos os grupos em apenas um, realidade que levou Antonio Lobo a tecer diversas críticas a essa escola, em 1911, e a cooperar com seus discursos ofensivos para a extinção desses estabelecimentos em 1911.

E para provar dessa última assertiva, basta lembrar-vos dos pseudos-grupos escolares, cada um deles amontoados numa sala única, de capacidade seis vezes inferior a estritamente requerida e confiada a professores em número três, quatro e cinco vezes [...] além do que competia. (MARANHÃO, Inspeção geral da instrução pública e diretoria do liceu maranhense, of. n. 5, São Luís, 14 jan. 1911).

Essa realidade se referia aos constantes pedidos de licença de professores dos Grupos, falta de condições salubres para o desempenho das atividades educativas e falta de recursos orçamentários para o custeio das despesas diárias desses institutos. Dessa forma, dentre os fragmentos pesquisados, a voz de Antonio Lobo se sobressaía ao falar sobre os Grupos Escolares, assemelhando-os a pseudos grupos ou a escolas “inovestas”, isto é, construídas de retalhos, torre de Babel fundamentada em decisões ou em simples resoluções

verbais (MARANHÃO, Inspetoria geral da instrução pública e diretoria do liceu maranhense, of. n. 5, São Luís, 14 jan. 1911).

Com esse quadro, pelo ato de 01 de maio de 1911 - Lei nº. 598 e lei nº. 618, de 14 de abril de 1912, o governo do Maranhão -, Luiz Domingues resolveu determinar a supressão dos Grupos Escolares. Dentre os fatores que resultaram nesta decisão, Silva (2015) aponta a insuficiência de recursos orçamentários, transferência de professores e alunos para outros institutos de ensino, falta de uma cultura escolar por parte da sociedade. Para Lobo (1911), em São Luís, “havia o costume entre nós reinante, de serem em parte retirados os alunos das escolas, logo que elas adquirem certa instrução”. (MARANHÃO, Inspetoria Geral da Instrução Pública e diretoria do liceu maranhense, of. n. 5, São Luís, 14 jan. 1911).

Tal realidade nos motiva a desvendar as representações por parte da sociedade maranhense sobre essas escolas. Até que ponto Lobo tinha razão ao afirmar que estas escolas não deram os resultados esperados, mesmo com essa condição? Será que para o público majoritário, os Grupos Escolares não se constituíram como Verdadeiras Casas De Ensino? Ou será que muitas das críticas apresentadas por Lobo se referem aos embates travados por ele e por Barbosa de Godóis?

7 AS REPRESENTAÇÕES DOS GRUPOS ESCOLARES MARANHENSES

Nesta seção apresentamos as análises das mensagens registradas nos dispositivos (jornais) que circularam no Maranhão na tentativa de divulgar as representações sociais sobre a escola primária, e especificamente sobre os Grupos Escolares maranhenses.

7.1 Os Eventos como canal de sensibilização pública

Os eventos figuravam como importante canal de sensibilização pública dos ideais educativos. Ao participar destes encontros, era “possível conhecer o que se dizia da escola e o que se esperava dela, quem eram seus atores dominantes, como as relações de mando e de disputas de representações ali se organizaram” (BOTO, 2012, p. 21).

Segundo a autora de *A escola como rito de passagem* – (BOTO, 2002) os eventos pedagógicos, configuravam-se como canal irradiador de novas ideias de ensino e, principalmente, como veículo conscientizador de uma nova ordem, de novas posturas e de apresentação da escola como local propício à formatação deste novo homem, pois “havia sim, quem desejasse a escola para seus filhos, havia sim, quem acreditasse que o conhecimento de intervenção mais pronta no processo civilizatório. E havia, também, como via de mão dupla, quem rejeitasse ou fosse indiferente à tarefa de instituição escolar” (BOTO, 2012, p. 142).

A categoria escolhida Eventos está relacionada aos assuntos que envolvem as festas escolares e civis - aniversário de alunos, rituais realizados na passagem de um ano letivo para o outro. Nessas mensagens ou anúncios é possível visualizar alguns aspectos que nos dê um direcionamento plausível quanto às percepções sobre a escola. Para tanto, identificamos três jornais que veicularam informações sobre esse tema. O jornal *Pacotilha*, de 1905 a 1907, deteve-se na difusão de anúncios que convidavam a população para a comemoração de festas públicas, como, por exemplo, a Adesão do Maranhão à República, aniversário de personalidades literárias, como Gonçalves Dias e Nina Rodrigues, aniversário de alunos e um agradecimento ao convite para participar da festa de Nina Rodrigues.

O jornal *O Diário do Maranhão*, de 1905, se deteve em noticiar dois eventos, um sobre aniversário de aluno e outro sobre a festa de Gonçalves Dias. Em *O Jornal*, de 1917 a 1920, identificamos informações sobre as festas escolares, as quais se referiam ao encerramento do ano letivo, entrega de diplomas, exames finais, aniversário de aluno e exposições escolares, nem sempre nessa ordem. Nos exemplos a seguir podemos compreender

a aplicação dos elementos indissociáveis (materialidade do objeto, práticas nas suas diferenças e as configurações), mencionados por Chartier (1988) e ver como eles se articularam. Portanto, apresentamos duas mensagens publicadas nos jornais *Pacotilha* e *Diário do Maranhão* de 1905. Ambas se detiveram na divulgação e na descrição da festa de Gonçalves Dias, reconhecido poeta maranhense, nascido em 10 de agosto de 1823, em Caxias, Maranhão, e falecido aos 41 anos na cidade de Guimarães, Maranhão. Uma das mensagens, ainda sobre esse assunto, faz referência ao aniversário de morte de Nina Rodrigues.

FIGURA 18: Festa de Gonçalves Dias.



Fonte: PACOTILHA: Jornal da Tarde, 4 nov. 1905, n. 262, ano 14.

As festas de ontem

Embora sem a ocorrência do ano passado, a romaria de ontem teve a imponência que são coroar as festas de caráter cívico.

Às cinco e meia da tarde, mais ou menos, o séquito se moveu na Praça João Lisboa desfilando pela Rua Grande, Passeio estacando em frente da estátua do imortal glorificado.

Era esta a ordem a que obedecia o séquito: escola de aprendizes marinheiros; **Primeiro Grupo Escolar da rua grande sob a regência da professora d. Ana Rocha de Oliveira Barroso**; Colégio do Sagrado coração de Jesus de d. Zaira Nina Rosa; Atheneu maranhense do professor A Rodrigues Baima; Colégio de São Sebastião do Cônego João dos Santos Chaves, alunos do Centro Caxeiral com estandartes, Companhia de Bom beijos, com estandarte, a carro, e rodo, material; Comissão do Clube Militar da Guarda Nacional e classes congêneres, com estandarte, a carro; comandante e oficiais da Guarnição Federal, a carro; Governador do Estado representado pelo seu secretário, a carro; oficias do campo de infantaria do estado, a carro; Sociedade União Síria, Oficina dos Novos, com estandartes, a carro; representante do município de Caxias.

A infância foi representada pelo interessante menino José de Ribamar Santos Pereira, que conduzia o estandarte da Oficina dos Novos. Ao chegar à romaria em frente da estátua de Gonçalves Dias, **os alunos do Primeiro Grupo Escolar, no palanque que ali foi erguido, cantaram a “Canção do Exílio”, uma das mais belas composições do comemorado.**

Em seguida falou Antônio Lobo, o orador oficial, fazendo o “Peregrino” do grande poeta. As bandas de música executaram, então, o hino maranhense, começando o concerto popular, que se prolongou até as 10 horas da noite... (PACOTILHA: Jornal da Tarde, 4 nov. 1905, n. 262, ano 14, grifo nosso).

DIÁRIO DO MARANHÃO, 6 nov. 1905, n. 9682.

Gonçalves Dias

Festas comemorativas

Realizou-se ontem ao cair da tarde a romaria cívica, que partiu da Praça João Lisboa, e foi a que tem o nome do imortal gênio, poeta brasileiro, que há 41 anos deixou o mundo, passando o seu nome a ser venerado e respeitado pelas gerações presentes e futuras.

Muito luzido esteve o cortejo, e satisfeito com brilhantismo o programa.

Depois de chegado o cortejo, e de haverem as 3 bandas marciais que ocuparam o palanque tocado o hino maranhense, tomou a palavra o talentoso orador nosso confrade da Revista do Norte, Sr. Antônio Lobo, que ocupou por mais de um quarto de hora a atenção do numeroso auditório, tratando do valor da festa comemorativa a memória do inolvidável lírico, que tanto enriqueceu as letras pátrias.

Ao terminar, uma prolongada salva de palmas, que partiu dos ângulos da Praça, provou mais uma vez quanto agrada a palavra fácil e atraente do estimado cultor das letras.

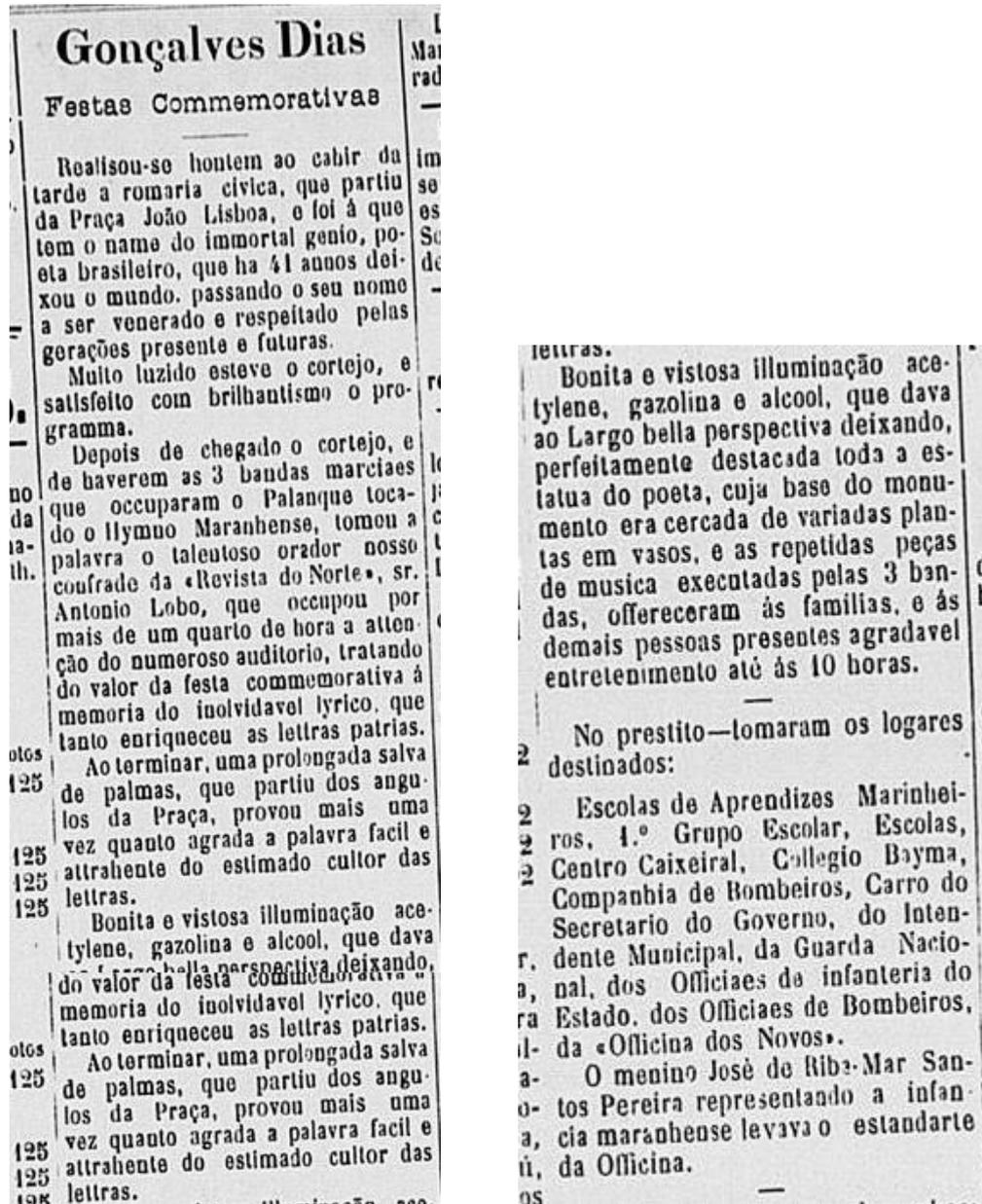
Bonita e vistosa iluminação acetilene, gasolina e álcool, que dava ao largo bela perspectiva deixando, perfeitamente destacada todas a estátua do poeta, cuja base do monumento era cercada de variadas plantas em vasos, e as repetidas peças de música executadas pelas 3 bandas, ofereceram as famílias, e as demais pessoas presentes agradável entretenimento até as 10 horas.

No préstito – tomaram os lugares destinados:

Escolas de aprendizes Marinheiros, Primeiro Grupo Escolar, Escolas, Centro Caixeiral, Colégio Bayma, Companhia de Bombeiros, Carro do Secretario do Governo, do intendente Municipal, da Guarda Nacional, dos Officiaes de Infantaria do Estados, dos Officiaes de Bombeiros, da Oficina dos Novos. O menino José de Riba-Mar Santos Pereira representando a infância maranhense levava o estandarte da Oficina.

Fonte: DIÁRIO DO MARANHÃO, 6 nov. 1905, n. 9682.

FIGURA 19: Festa de Gonçalves Dias.



Fonte: DIÁRIO DO MARANHÃO, 6 nov. 1905, n. 9682.

O anúncio do jornal *Pacotilha* e o jornal *Diário do Maranhão* fazem uma descrição detalhada da festa que se realizou no dia 4 e publicada nos jornais no dia 5 e 6 de

novembro de 1905 respectivamente. No primeiro Jornal a matéria foi publicada com o título “As festas de ontem”, e foi apresentada na primeira página do Jornal, ocupando uma coluna e meia, chamando atenção para a importância das festas cívicas e enaltecendo a memória de Gonçalves Dias, como o Imortal glorificado. A festa iniciou com uma romaria que percorreu as principais Ruas do perímetro urbano de São Luís, começando na Rua Grande, Rua do Passeio e seguindo para a Praça, com o mesmo nome do comemorado.

Quanto à descrição da mensagem, a mesma apresenta os nomes das escolas que participaram do evento, de acordo com a seguinte sequência: Escola de Aprendizes Marinheiros, Primeiro Grupo Escolar, Colégio do Sagrado Coração de Jesus, Atheneu Maranhense, Colégio de São Sebastião, Centro Caxeiral, Cia. de Bom Beijos. Em dois momentos é possível perceber o destaque dado ao Primeiro Grupo Escolar, sob a regência da professora dona Ana Rocha de Oliveira Barroso, onde os alunos dessa escola foram encarregados de recitar, no palanque, uma das belas obras de Gonçalves Dias, “A Canção do Exílio”. A festa teve início às 17h30 e finalizou às 22h, com o concerto da Banda de Música e após a fala do orador oficial, Antônio Lobo.

Esse mesmo evento foi noticiado no Jornal *O Diário do Maranhão*, publicado no dia 6 de novembro. Nessa mensagem, o cabeçalho destaca o nome do “Gonçalves Dias, Festas Comemorativas”. O elemento que se repete ao manter uma comparação entre as duas mensagens é o destaque dado ao alcance do evento, ou seja, a mobilização da sociedade ludovicense, ressaltando o local de saída e de chegada da romaria, a presença das Bandas Marciais e do orador oficial - Antônio Lobo -, a descrição dos nomes das escolas que participaram do evento, com destaque para a escola de Aprendizes Marinheiros, Primeiro Grupo Escolar, Colégio Bayma, Cia. de Bombeiros, Carro da Secretaria do Governo do Intendente Municipal.

A partir da análise desses escritos, consideramos que o Primeiro Grupo Escolar era uma escola creditada, de importância no meio social, sendo a única escola pública primária a ter o nome mencionado nos jornais apresentados. Conforme dito, ambos os impressos apresentaram o nome dessa escola e a função dada aos alunos da professora Ana Barroso, ao organizarem-se e prepararem-se para uma participação especial num evento de grande alcance e de igual prestígio social. Tal dado nos leva a perceber que essa escola tinha certa expressão perante as outras.

Nessas mensagens também é possível ver o destaque dado ao Grupo Escolar na segunda descrição, quando não se mantém o nome de todas as escolas, mas permanece a do

Primeiro Grupo Escolar. Ao participar desse evento e ter seu nome publicado em jornais de grande circulação, confirma-se nossa hipótese de que essas escolas, por meio de táticas plurais, conseguiam burlar algumas das dificuldades de ordem estrutural e se consagrar como *Verdadeiras Casas de Ensino*.

A partir disso, podemos pensar sobre as formas de apropriação da população quanto à publicação dessas mensagens. Alguns poderiam reconhecer a utilidade do Primeiro Grupo Escolar como uma escola capaz de ajudar os seus filhos a terem um ensino mais próximo do que se almejava nesse período; a professora poderia ser vista como eficiente, pois fora capaz de ajudar a popularizar o nome e a atuação dessa escola perante o público; os próprios discentes, ao participarem do evento e se integrarem com os alunos das outras escolas, poderiam perceber o importante papel de ser reconhecido como um integrante do Grupo Escolar e se empenharem para obter uma formação eficaz. Dessa forma, muitas possibilidades podem ser demonstradas para confirmar que os Grupos Escolares, na primeira fase de sua instalação, mesmo sendo extintos em 1912, foram considerados *Verdadeiras Casas de Ensino*.

Tendo em vista que o papel de ambos os jornais foi o de publicizar a participação das escolas e contribuir para a imagem positiva do Estado, neste período gestado por Benedito Pereira Leite (1907) - o qual pretendia ser reconhecido como um republicano que trabalhava e trabalharia pela concretização desse plano, em várias áreas públicas -, podemos pensar que, se por um lado esse evento mobilizou a cidade de São Luís, por outro, ao se listar o nome por extenso das escolas que participaram da festa de Gonçalves Dias e destacar o nome dos professores e demais autoridades presentes, visava-se chamar a atenção para as escolas atuantes e de prestígio perante o governo e o público. Assim, favorecia-se o reconhecimento da utilidade das mesmas e, nessa circunstância, admitimos o destaque dado ao Primeiro Grupo Escolar, que foi a única escola pública primária convidada para participar de um evento desse porte.

De igual modo, no fragmento a seguir, podemos visualizar a importância dada ao Grupo Escolar ao mencionar a sua participação na festa de Nina Rodrigues.

PACOTILHA, Jornal da Tarde, 16 de julho de 1907, n. 167, ano 17.

Primeiro Grupo Escolar.

Da comissão do Club Estadual Nina Rodrigues encarregada de comemorar o primeiro aniversário da morte do seu patrono, recebemos convite para

assistir a sessão solene, que terá lugar amanhã na escola pública da Rua do Sol, onde funciona o Primeiro Grupo Escolar.

Somos gratos pela gentileza do convite.

Observamos a ênfase dada à atuação dessa escola ainda sob a regência de Ana Barroso. Nesta, a professora agradece o convite para participar do aniversário de morte do reconhecido médico legista, psiquiatra, professor e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues, natural de Vargem Grande, Maranhão, nascido em 04 de dezembro de 1862 e falecido em Paris, em 17 de julho de 1906. Esse evento fora realizado na sede do Grupo Escolar, localizado na Rua do Sol.

Ao pensarmos nas práticas das suas diferenças e no alcance desses anúncios na sociedade maranhense, podemos inferir que grande parte do público entendia que o Grupo Escolar era uma escola com um diferencial perante as demais instituições públicas dessa mesma modalidade de ensino. Ao ser usado como cenário para festa de Nina Rodrigues, importante personalidade maranhense, a mensagem deixou claro o que se desejava realmente divulgar, pois o título da notícia poderia ser “festa de Nina Rodrigues” ou “comemoração do aniversário de morte de Nina Rodrigues”. Contudo, o título da mensagem é “Primeiro Grupo Escolar”, demarcando bem a atuação dessa escola, o papel da professora e a atuação dos próprios envolvidos nesse empreendimento, que queriam consolidar a imagem da escola e, prioritariamente, dos Grupos Escolares como uma *Verdadeira Casa de Ensino*.

As festas escolares foram outra forma de enaltecer o papel dos Grupos Escolares e dar visibilidade a esses institutos. Ao serem publicadas matérias sobre os rituais de passagem - encerramento do ano letivo, cerimônias de entrega de diploma ou realização de exames, fortalecia-se a imagem dos Grupos Escolares como escolas de verdade. As mensagens publicadas apresentam estruturas semelhantes, mas não iguais, pois descrevem o ocorrido em tal cerimônia e as notícias, em sua maioria, aparecem na primeira página do Jornal, sem muito realce tipográfico. O destaque é dado aos rituais realizados, como, por exemplo, a exposição de trabalhos manuais ou das prendas femininas. Esse evento contava sempre com a participação de autoridades políticas e sociais, garantindo a notoriedade e o prestígio de tal cerimônia. Ao realizar suas funções, ou seja, promover um ensino digno, com respeito ao tempo escolar e aos rituais previamente planejados, conseguia-se refletir a imagem de uma *Verdadeira Casa de Ensino*.

Sobre esse tipo de evento, encontramos em *O Jornal* algumas matérias que apesar de referir-se ao ano de 1917 em diante, consideramos importante apresentá-la como forma de

entender a continuidade daquilo que se pensava sobre os Grupos Escolares e os reflexos posteriores dessa representação no cenário maranhense após a sua extinção em 1912.

Festas escolares

Na escola Almir Nina realizou-se no domingo a festa anual do grupo escolar Almir Nina.

As crianças a quem esteve entregue a parte teatral, deram fiel desempenho aos seus papéis provocando franca hilaridade na luzida e avultada assembleia.

A porta do edifício tocou a banda de música do corpo militar do estado.

No colégio do Sagrado Coração de Maria, a parte do palco entregue a diversas meninas esteve magnífica, saindo bem impressionados todos quantos assistiram, domingo, à noite, a festa deste importante estabelecimento de ensino, que há anos funciona nesta capital sob a direção das professoras d. Almerinda e Roza Nina Roza.

Os trabalhos manuais das alunas do Sagrado Coração de Maria merecem calorosos elogios das pessoas presentes à festa.

O professor Domingos Afonso Machado fez a entrega de prêmios e diplomas aos alunos que concluíram o curso. (O JORNAL. 20 nov. 1917, n. 913, ano 30.

O JORNAL, 14 nov. 1919, n. 1522, ano 5.

Realizam-se hoje as sabatinas finais assim como as exposições de trabalhos manuais do Grupo Escolar Almeida Oliveira, proficientemente dirigido pela professora normalista d. Zoé Cerveiro.

O grupo não deu alunos do quinto ano, a exames finais e as sabatinas deram os melhores resultados, em todas as classes. A exposição prendeu-nos por algum tempo no espaçoso estabelecimento.

A todos os trabalhos sobejamente agradaram pelo cuidado com que foram acabados, pelo aspecto, pelo gosto e arte com que foram feitos. Os trabalhos de cartonagem, interessante do primeiro, segundo e terceiro ano. Os exercícios de postura e os de caligrafia, que nos foram mostrados, demonstram a satisfação, o esforço e a aplicação dos professores e alunos. Foram presentes a sabatina e promoção os nossos confrades Domingos Barboza, secretário do interior, e Nascimento Morais, lente do Liceu Maranhense. Domingos Barboza saudado por uma das alunas, que lhe ofereceu alguns trabalhos escolares em nome do grupo produziu em resposta belíssimo improviso que vivamente locou o coração da mocidade que lhe levantou entusiásticos vivas.

FIGURA 20: Exames Escolares – Grupo Escolar.

Grupo Escolar Nina Rodrigues

Reunido o corpo docente desta casa de instrução hoje às nove horas com assistência de pessoas gradas, foram entregues os certificados aos alunos que terminaram o curso primário, procedendo-se em seguida, a leitura dos graus de promoção. Após a solenidade foram cantados hinos escolares. Houve exposição de trabalhos manuais. (O JORNAL. 14 nov. 1919, n. 1522, ano 5).

GRUPO ESCOLAR «NINA RODRIGUES»

Reunido o corpo docente desta casa de instrução, hoje, às 9 horas, com assistência de pessoas gradas, foram entregues os certificados aos alunos que terminaram o curso primário, procedendo-se, em seguida, à leitura dos graus de promoção.

Após a solenidade foram cantados hinos escolares.

Houve exposição de trabalhos manuais.

FIGURA 21: Entrega de Diploma Grupo Escolar Sotero dos Reis.

Grupo Escolar «Sotero dos Reis»

No dia 18, às 9 horas, efetua-se, no grupo escolar «Sotero dos Reis», a solenidade dos atos escolares para a entrega de diplomas e leitura dos graus de promoções.

Desde essa hora, inclusive a noite, estará franca ao público a exposição de trabalhos manuais dos alunos da mesma escola.

A sua diretora, professora d. Zila Paes, deseja que os chefes de famílias, que lhes confiaram a educação de seus filhos, e todos que se interessam pelo ensino, vizitem a mesma exposição.

UM DESMENTIDO

Foi desmentida a noticia de que o governo pretenda vender a guyana inglesa ou outra qualquer colonia.

Grupo Escolar Sotero dos Reis

No dia 18 às 19 horas efetua-se no Grupo Escolar Sotero dos Reis a solenidade dos atos escolares para a entrega de diplomas e leitura dos graus de promoção. Desde essa hora, inclusive à noite, estará franca ao público a exposição de trabalhos manuais dos alunos da mesma escola.

A sua diretora, professora d. Zilá Paes, deseja que os chefes de família, que lhes confiaram à educação de seus filhos e todos que se interessam pelo ensino, visitem a mesma exposição. (O JORNAL, 15 nov. 1919, n. 1523, ano 5).

Observa-se que, se por um lado alguns saíam dignificados ao receberem a promoção ou grau de conclusão do curso primário, sendo apresentados à sociedade como que conseguiram concluir esta fase do ensino e estavam aptos a seguir com os estudos secundários, por outro, esses eventos denunciavam, mesmo que não intencionalmente, aqueles que, por diversos motivos, não conseguiam o mesmo proveito. Apesar disso, o que se queria mostrar é que os Grupos Escolares eram escolas formadoras e que prestavam um importante

serviço público, sendo reconhecidos no cenário educacional maranhense como *Verdadeiras Casas De Ensino*.

Há de se registrar que os Grupos Escolares foram extintos oficialmente em 1912 e recriados com a lei de 1919. Entretanto, continuaram existindo em 1917, como podemos comprovar com as ações publicadas em *O Jornal*, em 1917. Essa é uma importante declaração que pode confirmar que a lei decretada não foi suficiente para acabar com a existência dessas escolas, pois, mesmo com a sua extinção, elas continuaram sendo nomeadas pela população como Grupo Escolar.

Ao destacar o nome dos alunos promovidos por professores que dirigiam esse instituto, além do nome das autoridades presentes, a mensagem divulgada queria também caracterizar as pessoas de bem, que compunham a escola e que dela participavam. Não era à toa a menção da presença de “pessoas gradas”, como a própria mensagem descreve - professores, Inspectores, Cônsul, bem como a presença da Banda de Música do Corpo Militar do Estado do Maranhão.

Esses eventos eram vistos como “vitrine do trabalho desenvolvido durante o ano letivo, [...] eram realizados para espetacularizar a superioridade da escola da república, de seus professores, seus métodos e materiais didáticos. Nelas, os pais e a população poderiam observar os artefatos produzidos pelos alunos” (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 163). Nesses momentos de celebração, a escola abria suas portas à sociedade para as demonstrações de trabalhos manuais nas exposições. Um destaque especial pode ser dado à fala da professora Zilá Paes, diretora do Grupo Escolar Sotero dos Reis: “[...] desejo que os chefes de família, que lhes confiam a educação de seus filhos e todos os que se interessam pelo ensino, visitem a mesma exposição” (O JORNAL, 15 de nov. 1917). Ora, o termo “todos aqueles que se interessam” buscava chamar atenção daqueles que não se interessavam por esses eventos e era uma forma de incentivar os filhos a frequentarem a escola.

As exposições escolares, realizadas na última semana do ano tinham por objetivo apresentar aos pais e a comunidade em geral os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos ao longo do ano letivo. A sua abertura era feita com toda a pompa, contava com a presença das autoridades locais e com cobertura da imprensa que ao longo de todo o mês de dezembro divulgava o evento, convidando a população para prestigiá-lo (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 162-163).

Algumas dessas mensagens assumiram um caráter mais descritivo com o caso do anúncio do Grupo Escolar Almeida Oliveira, apresentado acima. Além de noticiar o evento,

uma das mensagens descrevia a presença de autoridades, os brindes distribuídos, o nome da professora do instituto, fazendo sempre menção à sua formação - normalista e os tipos de exercícios realizados na sabatina. Outras mensagens, por exemplo, mesmo sem mencionar o nome de autoridades, faziam menção às pessoas gradadas que estiveram presentes na solenidade; outras ainda, além de mencionar as informações citadas acima, destacavam também o número de educandos que foram promovidos, sendo um total de nove, no Grupo Escolar Almir Nina (1919). Apesar de parecer pequeno o número, se considerarmos o alto número de evasão escolar nesse período, aliado a não cultura da obrigatoriedade escolar, concluímos que essa taxa de aprovação era proveitosa.

A partir dessas informações, podemos pensar nas formas plurais de apropriação desse mesmo conteúdo. Porém, surgia o questionamento sobre a maneira como os pais, na posição de receptores dessa informação, poderiam se comportar com tal notícia e se sentirem estimulados a confiar o ensino de seus filhos a esse instituto. Por outro lado, se pensarmos nas estratégias do Estado, do Professor e dos Organizadores desse evento, compreendemos que era necessário noticiar os graus de promoção numa situação de grande alcance, pois, assim, as famílias interessadas pela educação de seus filhos poderiam ver nos Grupos Escolares a possibilidade de os formarem e proporcionarem outros destinos para eles. Mesmo os negociantes e empresários tinham a possibilidade de manterem seus filhos nessa escola.

GRUPO ESCOLAR ALMIR NINA

Presentes todo o corpo docente, professor Domingos Machado e inspetor escolar, Arthur Paraizo, realizaram-se, no dia 12, sob a presidência da diretoria do Grupo Escolar, exma. Professora d. Maria da Conceição Machado, os exames dos alunos que, em número de nove, concluíram o curso primário.

Ontem-ontem, efetuou-se a solenidade de entrega de diplomas e leitura dos graus de promoção, perante as pessoas acima citadas, do cônsul de Portugal, Sr. Fran Pacheco, além de outras pessoas gradadas.

Sendo este ato, a menina Eugênia Sales tem interessante discurso de despedida em nome de suas colegas, sendo muito aplaudida. Como [...] a solenidade, todos os alunos cantaram o hino maranhense. Pelos alunos do grupo Almir Nina foram oferecidos ao senhor Arthur Paraizo um bouquet de flores naturais e um artístico porta-toalhas. (O JORNAL, 17 nov. 1919, n. 1524, ano 5).

FIGURA 22: Solenidade de Entrega de Diploma – Grupo Escolar.

GRUPO ESCOLAR
RAIMUNDCORREIA

Realizou-se antes de ontem pela manhã, a solenidade da entrega dos diplomas aos alunos Manoel Barboza Soares, Manoela Serejo e Maria do Nascimento Varela, que terminaram o curso do Grupo Escolar Raimundo Correia dirigido pela distinta educadora maranhense Paschoa Galvão que é auxiliada pelas professoras normalistas Alzira Abreu Ribeiro, Brazília Abreu, Francisca Ribeiro e Laura Souza.

O ato foi presidido pelo secretário do interior o nosso confrade Domingos Barboza, liderado pelo capitão Bessa Cunha, representando o presidente do estado professores Ribeiro do Amaral, fiscal dos exames e Dr. Oscar de Barros.

Terminada que foi essa solenidade, ficaram em exposição os trabalhos dos alunos, os quais mereceram fartos elogios, pelos apurados gosto com que foram executados, destacando-se dentre eles os alunos Manoel Serejo, Andreina Goiabeira e Maria Nogueira. A porta fez se ouvir a Banda de Música do Corpo Militar do Estado.

O senhor bispo diocesano teve frases bastante elogiosas sobre os trabalhos expostos.

A escola Aluizio Azevedo reuniu sábado os seus alunos [...]. (O JORNAL, 17 nov. 1919, n. 1524, ano 5).

GRUPO ESCOLAR «RAIMUNDO
CORREIA»

Realizou-se, antes de hontem, pela manhã, a solenidade da entrega dos diplomas aos alunos Menoel Barboza Soares, Manuela Serejo e Maria do Nascimento Varela, que terminaram o curso do Grupo Escolar «Raimundo Correia», dirigido pela distinta educadora maranhense Paschoa Galvão, que é auxiliada pelas professoras normalistas Alzira Abreu Ribeiro, Brazília Abreu, Francisco Ribeiro e Laura Souza.

O ato foi presidido pelo secretario do Interior, o nosso confrade Domingos Barboza, lideado pelo capitão Bessa Cunha, representando o presidente do Estado, profs. Ribeiro do Amaral, fiscal dos exames, e dr. Oscar de Barros.

Terminada que foi essa solenidade, ficaram em exposição os trabalhos dos alunos, os quais mereceram fartos elogios, pelo apurado gosto com que foram executados, destacando se dentre eles os dos alunos Manoela Serejo, Andreina Goiabeira, Judith Barboza, Manoel Barboza Gomes e Maria Nogueira.

--A' porta fez se ouvir a banda de muzica do Corpo Militar do Estado.

—O sr. Bispo Diocesano teve frazes bastantes elogiosas sobre os trabalhos expostos.

—A escola «Aluizio Azevedo», reuniu, sabado, os seus alunos.

Houve uma prelação sobre a data.

FIGURA 23: Entrega de Diploma – Grupo Escolar.

Efetuuou-se o encerramento das aulas no Grupo Escolar Pedro Leal dirigido pela preceptora d. Raimunda G. Costa Roland, que tem com o coadjuvante as professoras Maria da Pureza Torres, Carmem Monteiro da Silva, Odine Estrela e Ana Torres. A cerimônia foi assistida por três alunos, concluíram o curso primário no Grupo Escolar.

Houve exposição de numerosos e variados trabalhos manuais. Seguiram-se bem executados exercícios ginásticos, interessantes monólogos, diálogos, comédia, e com muita expressão, recitaram-se diversas poesias.

Terminou a festa com uma apoteose sendo nessa ocasião cantado o hino nacional por todos os alunos do grupo.

Depois a menina Raimunda Gomes fez um tocante discurso, despedindo-se das colegas e das professoras. (O JORNAL, 26 nov. 1919, n. 1532, ano 5).

As escolas
Grupo escolar "Pedro Leal"

Eletuuou-se o encerramento das aulas do grupo escolar «Pedro Leal», dirigido pela preceptora d. Raimunda G. Costa Roland, que tem como coadjuvantes as professoras Maria da Pureza Torres, Carmem Monteiro da Silva, Odine Estrela e Anna Torres. A cerimonia foi assistida por numerosos cavalheiros, senhoras e senhoritas. Trez alunos concluíram o curso primário no grupo escolar.

Houve exposição de numerosos e variados trabalhos manuais. Seguiram-se bem executados exercícios ginásticos, interessantes monologos, diálogos, comedia, e, com muita aexpressão, recitaram-se diversas poesias.

Terminou a festa com uma apoteoze, sendo nessa ocasião cantado o hino nacional por todos os alunos do grupo.

Depois, a menina Raimunda Gomes fez um tocante discurso, despedindo se das colegas e das professoras.

Segundo Teive e Dallabrida (2011, p. 163) os trabalhos apresentados nas exposições poderiam ser os de “caligrafia, cópia, ditado, composição, solução de problemas aritméticos e geométricos, desenho, cartografia e trabalhos manuais”. Nesses últimos fragmentos, observamos a menção dada aos discursos proclamados pelos próprios alunos e o cântico de hinos patrióticos, ações que ressaltam o papel do Estado e a finalidade geral da escola: formar cidadãos.

Os congressos e as conferências pedagógicas também foram eventos que visavam dar visibilidade a atuação das escolas. De acordo com Barbosa de Godóis (1910), as conferências públicas e os congressos pedagógicos eram formas de se discutir questões de interesse geral sobre determinado assunto. Estes eventos, segundo o autor, eram corriqueiros na Europa, somente realizados quando se queria aprimorar as técnicas de ensino, a formação de professores, a renovação dos conteúdos e os métodos de ensino. A maioria desses eventos era organizada pelo próprio governo, a fim de resolver ou tratar determinada crise relativa à educação. Foi assim que Jules Ferry, quando ministro da instrução pública, recorreu às

conferências pedagógicas, quando quis tratar das escolas primárias de um só mestre (GODÓIS, 1910).

Mas foi no Congresso Internacional de Mous, em setembro de 1905, que se discutiu em nível mundial qual seria o papel da escola primária. Os debates centraram-se necessariamente nas seguintes questões:

1. A preparação à expansão econômica deve ser feita nas escolas primárias;
 2. Quais são os meios mais eficazes para desenvolver na criança a energia da vontade e o espírito empreendedor?;
 3. Quais são os meios de preparar a mocidade para esta expansão, tanto na escola primária, como na de adulto e na escola profissional?;
 4. Quais são os meios de adaptar o pessoal docente às novas necessidades?
- (GODÓIS, 1910).

Para a segunda questão, deveria se investir nas conferências pedagógicas, bibliotecas e no ensino especial; para a terceira, investia-se no ensino de língua estrangeira, iniciação nas indústrias e trabalhos manuais, além da criação de museus escolares; já a quarta questão identificava-se mais de perto com a formação docente e a criação de escolas normais.

No Brasil, a primeira conferência foi realizada no Rio de Janeiro, em 1873, então capital do Brasil, e contou com a participação de D. Pedro II. No Maranhão, o evento foi organizado por Fran Pacheco, em 1922. (COLLICHIO, 1987, p. 7). Nestes eventos refletia-se também sobre o lugar que a escola deveria ocupar naquele momento, quais os valores repassados como modelo para alunos, professores e para a sociedade como um todo. Nesse sentido,

A escola tem de se conformar com a época que atravessa, acompanhando-lhe as mutações e ideias e instituições sociais; tem de elevar o seu ensino a compreensão da noção da pátria e dos deveres que esta exige, fazendo compreender ao mesmo tempo a função que cada indivíduo tem de nela representar, munindo-os dos conhecimentos gerais indispensáveis para desempenhar convenientemente sua missão (GODÓIS, 1910, p. 86).

Godóis ao se referir ao momento de implantação das bases republicanas, chama a atenção para a função que a escola deveria assumir neste momento; a escolar seria o local legalmente instituído e responsável pela formação do cidadão republicano, isto é, lugar capaz de inculcar valores, descrever as obrigações, os direitos e os deveres de homens, mulheres e crianças, além de ressaltar o respeito às autoridades. Esta realidade revelava a função da

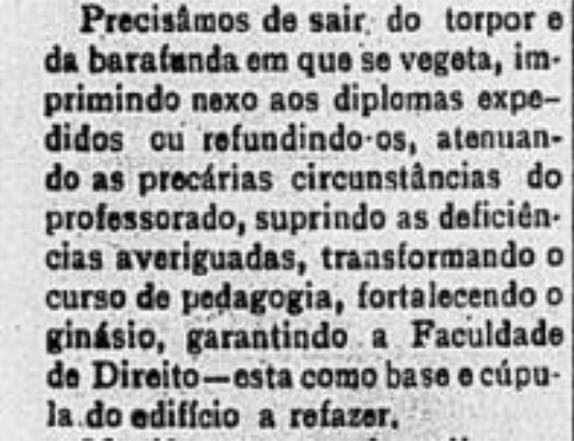
escola nesse momento e definia qual modelo de escola deveria ser implantado, uma vez que segundo Godóis “de nada valeriam as academias enquanto as escolas primárias não fossem uma realidade, [pois] a construção de edifício deveria começar pelos alicerces” (VIVEIROS, 1960, p. 166).

Boto (2012) sinaliza que, para o caso português, dentre os temas de maior destaque nas conferências e congressos pedagógicos estavam as recomendações expressas em leis, que instituíam a gratuidade e a obrigatoriedade, além da defesa da educação pública. Para Collichio (1987, p. 7), as “principais questões levantadas no Congresso Pedagógico eram as competências, liberdade e obrigatoriedade de ensino – criação de jardins de infância – organização do ensino primário, secundário e normal, de adultos, de cegos e deficientes auditivos, criação de uma universidade e outros”.

Como já dito, o primeiro Congresso Pedagógico foi realizado em São Luís, em 1920, organizado pela Faculdade de Direito do Maranhão, com a proposta de discutir os assuntos referentes à educação física, intelectual, técnica, moral, estética, além das teses especiais, criação de escolas de pedagogia, liceus, recursos para a educação, material didático, nomeação de professores, leis, decretos e regulamentos. Para estes eventos, foram convidados em caráter oficial não apenas os profissionais da educação, assim como as autoridades de prestígio à época, considerados como amigos das questões educativas, mas também secretários do interior, maestros, diretor da repartição de obras públicas, médicos, sociedades literárias, alunos de faculdades, desembargador, presidente do tribunal superior de justiça, presidentes de partidos, representantes de igreja, comandante de polícia, empresários. O convite a estas pessoas foi noticiado no Jornal *A Pacotilha*, de 21 de fevereiro de 1922. (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920).

Nesse congresso tencionava-se impedir que as discussões sobre a melhoria da Instrução pública estivessem centradas ou baseadas nas divagações, segundo Fran Pacheco, secretário geral do congresso, pois era necessário “sair do torpor e da barafunda em que se vegeta, imprimindo nexos aos diplomas expedidos ou refundindo-os atenuando as precárias circunstâncias do professorado, suprimindo as deficiências averiguadas” (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 21 fev. 1920, n. 46, ano 40, p. 10).

FIGURA 24: Congresso Pedagógico.



Precisâmos de sair do torpor e da barafunda em que se vegeta, imprimindo nexos aos diplomas expedidos ou refundindo-os, atenuando as precárias circunstâncias do professorado, suprimindo as deficiências averiguadas, transformando o curso de pedagogia, fortalecendo o ginásio, garantindo a Faculdade de Direito—esta como base e cúpula do edifício a refazer.

Fonte: Diário do Maranhão, 12 agosto de 1905, n. 9605, ano 36.

Nesses eventos, os participantes aproveitavam para divulgar as tecnologias utilizadas no processo educativo, que se referiam aos “utensílios pedagógicos por meio das exposições de material didático, mobiliário escolar, laboratórios, livros, mapas, instrumentos científicos, aparelhos de ginástica e até plantas arquitetônicas, utilizadas pelos colégios brasileiros mais bem equipados” (COLLICHIO, 1987, p. 7).

7.2 Aniversários de alunos e de professor

Os anúncios de aniversários de alunos e de professores foram outras formas de chamar a atenção de públicos distintos para a eficiência dos Grupos Escolares. As matérias também eram publicadas na página de abertura do jornal com o título “Dia de família”, no caso do Jornal *Pacotilha*, 1907; “Segundo Grupo Escolar”, no caso do Jornal *O Diário do Maranhão*, de 1905; e “Grupo Escolar Bequimão”, em *O Jornal*, de 1920.

Ao se referir ao aluno aniversariante, mencionava-se também o nome de seu responsável e a profissão do mesmo, seguido do nome da escola em ambos os jornais. As mensagens se utilizavam de uma linguagem de fácil acesso, escritas em poucas linhas, publicadas sempre na página inicial do veículo de informação²⁶. A atribuição dos adjetivos ‘aplicada’, ‘interessante’ e ‘inteligente’ na nomeação de alunos sinalizam que nessas escolas o ensino era efetivo, aprendia-se e sabia se conduzir uma boa educação e instrução para os

²⁶ No jornal *Pacotilha* os anúncios custavam 50 réis por linha, ou a assinatura trimestral por 2\$000 réis.

infantes. Outro ponto que se observa nesses dois últimos anúncios é que pessoas bem sucedidas, negociantes, empresários matricularam seus filhos nos Grupos Escolares.

FIGURA 25: Anúncio de Aniversário de Professora Do Grupo Escolar.

PACOTILHA. 17 ago. 1907, n. 195, ano 27.

Dia de família
Fazem anos:
Hoje a exma. Sra. D. Neomênia da Cruz Gondra, professora do Primeiro Grupo Escolar.
[...].

DIA FAMILIAR

FAZEM ANOS:

Hoje—A exma. sra. d. Neomenia da Cruz Gandra, professora do 1º grupo escolar.
—A graciosa menina Daphine Ribeiro de Castro, interessante filhinha do nosso amigo sr. Victor Ribeiro de Castro.
Amanhã—A exma. sra. d. Alzira de Padua Fortuna, presada esposa do nosso amigo sr. Alfredo da Silva Fortuna, escrivão do juizo federal.
—A exma. sra. d. Joaquina Rosa de Magalhães.
—O sr. Bernardino Ferreira de Queiroz, zeloso auxiliar dos srs. Gaspar Teixeira & Irmãos, Succs.
Segunda-feira—O menino Alcides Gomes Rôxo, aluno da Escola Modelo.
Parabens.

FIGURA 26: Anúncio de Aniversário de Aluno do Grupo Escolar.

Passa hoje o aniversário da interessante Jozeila Perdigão Lopes, filha do senhor José Lopes de Andrade e aplicada aluna do Grupo Escolar Bequimão. A galante menina o Jornal deseja mil felicidades. (O JORNAL, 6 maio 1920, n. 1667, ano 6).

O "Jornal" elegante

ANIVERSARIOS

Hoje—Mme. Ulysses Marques, que por esse motivo tem sido muito felicitada.
A travessa menina Doninha, filha do sr. Benedicto Menezes, auxiliar da fabrica S. Luiz.
A exma. sra. d. Noemi Ramos Guimarães, esposa do sr. Ambrozio Guimarães.
O sr. tenente Manoel do Rozario Pinheiro, que, por esse motivo, tem em festas a sua chacara, ao Caminho Grande.
O sr. João Lopes de Castro, auxiliar da firma Moreira & C.
O sr. Juvencio Mariano Silva, esforçado ajudante de enfermeiro do Hospital Portuguez.
Cumprimentos.

Passa, hoje, o aniversário da interessante Jozeila Perdigão Lopes, filha do sr. José Lopes de Andrade e aplicada aluna do grupo escolar «Bequimão».
A galante menina «O Jornal» deseja mil felicidades.

DIÁRIO DO MARANHÃO, 12 ago. 1905, 9605, ano 36.

Faz anos amanhã a inteligente menina Júlia Helena d'Oliveira Cruz, filha do senhor Álvaro Saturnino da Cruz, negociante no Amazonas.
A aniversariante é aluna do Segundo Grupo Escolar.

O que se esperava com essas mensagens era impactar, estimular ou mesmo dar visibilidade a essas escolas e aos próprios personagens das mensagens publicadas, e, com isso, fazer com que pessoas de renome também vissem nesses estabelecimentos um motivo para matricular seus filhos. Uma das formas de acompanhar essa notoriedade ou consagração que se almejava era ver a lista de matrícula das escolas nesse período e verificar se houve ou não crescimento.

7.3 Tempo escolar

O tempo escolar também foi um aspecto de diferenciação entre as escolas públicas no início do século XX: a definição do início e término do ano letivo, das férias, período de matrículas, das festas ou eventos escolares, os horários das aulas e dos exames. Essa estruturação fortalecia a imagem do que deveria ser uma “*Verdadeira Casa de Ensino*”. (VIDAL, 2006; SOUZA; FARIA FILHO, 2006). Nessa mesma perspectiva, Galego (2008, p. 26) declara que “como nova organização da escola graduada, cada vez mais o tempo se impôs à sociedade, diferenciando-se de outros tempos sociais (como o da família, o do trabalho, e o do lazer). O tempo escolar assumiu um caráter mais normatizado e marcado por regras mais impessoais”. Entende-se por Tempo escolar

O conjunto de medidas e discussões tanto administrativo-organizacionais referentes ao calendário (dias letivos ou não, interrupções das aulas, feriados, férias, matrícula, exames). A duração do que se considerava ensino primário (idade, horário, tempo das aulas) e ainda aquelas voltadas ao emprego do tempo expresso na definição e ordenação os conteúdos a serem desenvolvidos junto às crianças e os modos de fazê-lo (GALEGO, 2008, p. 25).

Sendo assim, de acordo com essa autora, podemos dizer que a regularização da frequência escolar, a definição do início e término da matrícula, idades limites para a inclusão dos alunos nas séries correspondentes ao seu grau de adiantamento, a definição dos dias e horários das festas escolares, dos exames, dos feriados, ou seja, tudo o que estiver relacionado a período temporal, refere-se a tempo escolar.

Se antes a qualquer período podia se procurar a escola para realizarem a matrícula de seus filhos, com a definição desse período, regulamento e noticiado nos veículos de comunicação, formalizava uma prática necessária a administração e fiscalização do ensino, por meio dos dados estatísticos, que poderiam ser melhor controlados e até o controle do fluxo escolar, como por exemplo, número de matriculados e de alunos que conseguiram finalizar seus estudos. Além disso, o tempo da matrícula também foi usado “como parâmetro para saber das condições dos alunos para a realização dos exames sendo esses inscritos quase que regularmente, no fim do ano” (GALEGO, 2008, p. 128).

O tempo escolar nas escolas estaduais foi se estruturando nas Reformas escolares criadas a partir de 1889. No Maranhão, por exemplo, no Regulamento de 1893 (lei n. 56 de 15 de março) dispõe sobre a matrícula:

Art. 35 – por ocasião da entrada de algum aluno, o professor terá o cuidado de declarar no livro de matrícula:

- a) O dia, mês e ano em que for feita;
- b) O nome, idade, naturalidade e filiação do aluno;
- c) O nome, estado, profissão e residência do pai, tutor ou aquele cuja companhia viver o menor.

Art. 36 – a época da matrícula não excederá dos dois primeiros meses do ano escolar, de 15 de janeiro a 15 de março, salvo o caso de mudança de domicílio dos pais devidamente provada.

Sobre o horário de aula, nas escolas públicas primárias funcionavam todos os dias úteis das 9 às 14 horas, com uma hora para o descanso dos alunos. Referindo-se às férias, de acordo com esse mesmo regulamento, as mesmas se estendiam de 15 de dezembro a 15 de janeiro, dias de carnaval e quarta feira de cinzas, além dos três últimos dias da Semana Santa e os dias de festas estaduais.

Em 1901, de acordo com o Artigo 3, do Decreto de número 14, a matrícula iniciava-se no dia 1º de janeiro e finalizava no dia 25º desse mesmo mês. Para tanto, o aluno teria que ter, no ato da matrícula, a idade mínima de 7 e de no máximo 12 anos. As aulas iniciavam dia 1º de fevereiro e finalizava em 30 de novembro, sendo os meses restantes destinados para as férias. As aulas começavam às nove da manhã e iam até às treze e vinte. (MARANHÃO. Coleção de leis e decretos, 1900-1912).

De acordo com o artigo 4º, desse mesmo decreto, estabelecia que na primeira e na segunda escola estaduais eram admitidos apenas crianças do sexo feminino e nas outras, tanto

de uma como de outro sexo. Os critérios para a realização da matrícula era a prova de já ter sido a criança vacinada, bastando para a satisfação desta exigência a inspeção das cicatrizes da vacina, feita pela mesma professora; a declaração da idade exata, ou presumível da criança, de mais de sete anos e menos de doze, solvendo a dúvida que surja a prova pelo aspecto, verificado pela professora, a menos que pelo interesse seja exibido a certidão de idade e a afirmação que ela verificará pelo aspecto da criança de não sofrer esta de moléstia contagiosa, cumprindo-lhe exigir atestado médico, quando tenha a menor suspeita a respeito (DECRETO n. 14, 1901, art. 6).

De acordo com o Regulamento da Escola Normal de 1905, as escolas estaduais poderiam ser as de regime misto ou as do sexo masculino. Nas mistas só poderiam matricular aqueles meninos que na data da matrícula não tivessem completado nove anos de idade. Essas escolas funcionavam das nove horas às treze e vinte da tarde e o período letivo iniciava em primeiro de fevereiro a vinte e cinco de novembro, sendo o período restante reservado para as férias escolares.

Para os Grupos Escolares este mesmo regulamento apresentava como critério para matrícula o não abandono das aulas no correr do ano, assim como durante o período letivo fossem retirados por seus pais, tutores ou protetores, com declaração expressa da respectiva professora ou do diretor da escola normal na capital e a comissão escolar no interior do Estado (REGULAMENTO DA ESCOLA NORMAL, 1905, p. 35). O período de inscrição poderia ser estendido por mais 20 dias, desde que não perturbasse o andamento regular das aulas. Nos Grupos Escolares poderiam ser matriculadas as crianças de seis a doze anos (DECRETO n. 36 de 1 julho de 1904). No primeiro ano de seu funcionamento o Primeiro Grupo contou com a matrícula de 118 alunos, conforme quadro abaixo:

QUADRO 3: Número de alunos matriculados no Primeiro Grupo Escolar.

1º cadeira	2º cadeira	3º cadeira	Total
71	28	19	118

Fonte: MARANHÃO, Mensagem, 1905.

QUADRO 4: Número de alunos matriculados no Segundo Grupo Escolar.

1º cadeira;	2º cadeira	3º cadeira	Total
58	26	15	99

Fonte: MARANHÃO, Mensagem, 1905.

Sobre o tempo escolar dos Grupos Escolares, o jornal se deteve, principalmente, aos anúncios do período de matrícula, dos exames escolares e das festas de fim do ano letivo, evidenciando a organização adotada por esses institutos de educação. Como os Grupos Escolares adotaram o mesmo currículo da Escola Modelo, numa visão geral, podemos inferir que com a organização racional do tempo escolar, os Grupos Escolares se diferenciavam dos outros modelos de escolas existentes na época. Esses aspectos ajudavam a firmar a imagem de uma escola eficaz, moderna, elemento que uma verdadeira escola deveria ter, pois neste período a professora possuía uma formação que lhe garantisse o controle e a fiscalização exigida para impor aos pais e responsáveis a determinação dos períodos limites para a realização de matrícula.

Os jornais *Pacotilha* e *O Diário do Maranhão* foram os veículos de comunicação que mais publicaram anúncios de matrícula. De acordo com os dados analisados, encontramos no primeiro jornal cerca de cinco mensagens em 1907, cinco em 1908 e três em 1909, as quais se referiam ao Primeiro Grupo Escolar. Este, em 1907, esteve sob a regência da professora Ana Rocha d'Oliveira Barrozo e, nos anos seguintes, sob a gestão da professora Maria A. C. d'Almeida. Já n'*O Diário do Maranhão*, encontramos quatro anúncios que referiam sobre o período de matrícula do Primeiro Grupo, em 1907, e nove matérias para o Segundo Grupo, que no período de 1908 e 1909 esteve sob a regência da professora Ana Rocha d'Oliveira Barrozo.

Para chamar a atenção dos interessados, as professoras utilizavam as expressões 'previno', 'científico' e 'comunico' no início das mensagens, fazendo uso de uma linguagem formal, objetiva e, ao mesmo tempo, clara, pois visava atingir todos os públicos e atrair o maior número de interessados. Entende-se que as matrículas eram realizadas na casa da professora responsável pela inscrição, já que o primeiro e o segundo grupo estavam sediados à Rua Grande e o outro à Rua do Sol, respectivamente. As inscrições para o Primeiro Grupo foram realizadas, supostamente, na casa da professora, a qual estava localizada à Rua Colares Moreira, nº 23; e as inscrições do Segundo Grupo Escolar à Rua Santo Antônio, nº 52, residência da professora da primeira cadeira do Segundo Grupo, Ana Barrozo.

Os anúncios que informavam as datas limites para as matrículas eram publicados sempre no início de cada ano, sob a responsabilidade das professoras das primeiras cadeiras. É interessante observar as palavras que eram utilizadas para nomear os responsáveis pela instrução dos menores. Em 1907, a professora Ana Barrozo utilizou os termos 'pais de família', 'tutores' e 'protetores', os quais também foram adotados pela professora do Primeiro

Grupo em 1908. Contudo, nota-se a variação e a permanência quando analisamos a mensagem do Segundo Grupo, publicada em 1908, que se referia aos senhores pais de família ou aos interessados, pois visava incluir todos os que, por qualquer motivo, não se achavam contemplados na redação do primeiro anúncio.

FIGURA 27: Anúncio de matrícula

Primeiro Grupo Escolar

Cientifico aos senhores pais de família, tutores e protetores que as matrículas deste instituto acham-se abertas até o dia 25 do corrente devendo os interessados entenderem-se com a professora da primeira cadeira à rua Coronel Colares Moreira, número 23.

Maranhão, 11 de janeiro de 1907.

Ana Rocha d'Oliveira Barrozo.
(PACOTILHA, 14 jan. 1907, n. 12).

Primeiro Grupo Escolar

Scientifico aos srs. paes de familias, Tutores e Protectores, que as matriculas d'este Instituto acham-se abertas até o dia 25 do corrente devendo os interessados entenderem-se com a professora da primeira cadeira a rua Coronel Collares Moreira n. 23.

Maanhão, 11 de Janeiro de 1907

Maria A. Coqueiro d'Oliveira.
152-5

FIGURA 28: Anúncio de matrícula.

Primeiro Grupo Escolar

Comunico aos senhores pais, tutores e protetores que acha-se aberto a matrícula deste instituto até o dia 26 do corrente, devendo os interessados entenderem-se com a baixo assinada a rua Coronel Colares Moreira, 23.

Maranhão, 3 de janeiro de 1908.

Maria A. C. d'Almeida.
(PACOTILHA, 9 jan. 1908, n. 7).

1.º Grupo Escolar

Comunico aos srs. paes, tutores e protectores, que acha-se aberta a matricula deste Instituto, até o dia 26 do corrente, devendo os interessados entenderem-se com a abaixo assignada, á rua Coronel Collares Moreira n. 23.

Maranhão, 3 de Janeiro de 1908.

Maria A. C. d'Almeida.
80-15

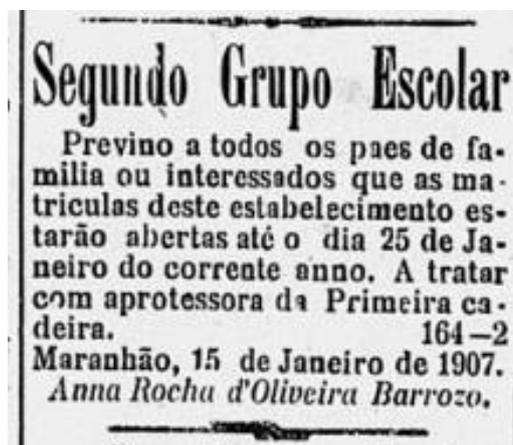
FIGURA 29: Anúncio de matrícula.

Segundo Grupo Escolar.

Previno a todos os senhores pais de família ou interessados que as matrículas deste estabelecimento encontram aberta até o dia 25 do corrente, a Rua de Santo Antônio, n. 52, residência da professora da primeira cadeira.

Maranhão, 11 de janeiro de 1908.

Ana Rocha de Oliveira Barrozo.
(PACOTILHA, 16 jan. 1907, n. 14).



Segundo Grupo Escolar

Previno a todos os paes de família ou interessados que as matrículas deste estabelecimento estarão abertas até o dia 25 de Janeiro do corrente anno. A tratar com aprofessora da Primeira cadeira. 164-2

Maranhão, 15 de Janeiro de 1907.

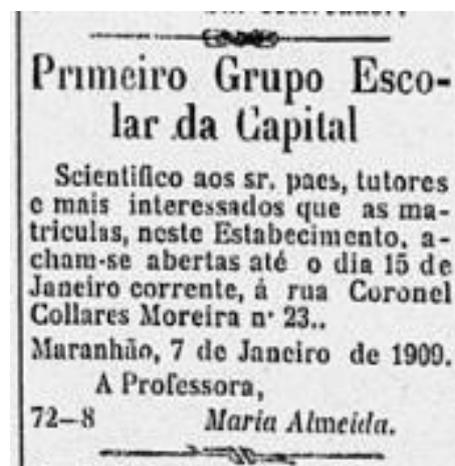
Anna Rocha d'Oliveira Barrozo.

FIGURA 30: Anúncio de matrícula.

Primeiro Grupo Escolar Científico aos senhores pais, tutores e mais interessados que as matrículas neste estabelecimento acham-se abertas até o dia 15 de janeiro corrente, a Rua Coronel Colares Moreira, n. 23.

Maranhão, 7 de janeiro de 1909.

Maria A. C. d'Almeida.
(PACOTILHA, 7 jan. 1909, n. 5).



Primeiro Grupo Escolar da Capital

Scientífico aos sr. paes, tutores e mais interessados que as matrículas, neste Estabecimento, acham-se abertas até o dia 15 de Janeiro corrente, á rua Coronel Collares Moreira n° 23..

Maranhão, 7 de Janeiro de 1909.

A Professora,
72-8 *Maria Almeida.*

A história cultural também nos impõe a necessidade de especificar a estrutura da materialidade do objeto. No caso desses anúncios, em todos os jornais analisados, eles aparecem sempre na primeira página, com o destaque tipográfico em negrito no cabeçalho “Primeiro ou Segundo Grupo Escolar”. Os anúncios dos jornais eram divididos em cabeçalho (Grupo Escolar), mensagem, local e data, além do nome da professora anunciante e responsável pela inscrição. O lugar social de produção desse objeto se refere ao espaço onde essa informação foi redigida e por quem. Nesse caso, era a própria professora quem divulgava

a informação, utilizando-se de uma linguagem direta e de fácil compreensão, já que a intenção era estimular os pais e responsáveis para a realização das matrículas de seus filhos. Tanto a extensão do texto como o tamanho da fonte eram pequenos, não se destacando dentre os outros escritos.

O período de matrícula, de acordo com o Regimento Interno dos Grupos Escolares, incluía o dia 2 de janeiro, finalizando no dia 25 do mesmo mês. Essa data foi atendida pelas professoras responsáveis pela inscrição, porém, no ano de 1909, no Primeiro Grupo, a data de término da matrícula foi em 15 de janeiro. Nessa mensagem não fica clara a intenção da escolha desse período, já que o início das aulas não foi alterado. Se por um lado a professora poderia influenciar os interessados na realização das matrículas, por outro, não podemos dizer a mesma coisa sobre a permanência dos alunos durante todo o ano letivo. Nesse período, lutava-se ainda contra o velho costume reinante, como dizia Lobo: era costume alguns pais de família tirarem seus filhos da escola logo que se aprendia as primeiras letras. Tal fato só poderia ser vencido ou minimizado com o tempo (MARANHÃO. MENSAGEM, 1912).

Acreditamos que o dispositivo cultural foi estrategicamente escolhido para garantir ao maior número de pessoas o alcance dessa informação, pois era necessário estimular a matrícula de alunos para os Grupos Escolares, dando visibilidade aos mesmos e notoriedade às docentes. No século XIX, observamos que quando se instalou o ensino lancastrino, as professoras eram as responsáveis pela matrícula dos alunos e de incentivá-los, recebendo, por parte do governo, um acréscimo no valor de seus salários, conforme pode ser visualizado no fragmento abaixo:

Cabe aqui ponderar, senhores que havendo a referida lei n. 267, dividido em três categorias os professores de primeiras letras, fixando o número de alunos como condições para que no ensino se siga o método individual, simultâneo ou lancastrino, e marcando na mesma proporção os ordenados e gratificações, não exigiu novas e diversas habilitações dos professores, como parece necessário: de sorte que o professor até agora só tinha 20 ou 30 alunos era equiparado ao que tinha 100 ou 150, ensinava pelo método individual e percebia as mesmas vantagens que o outro: ,as se esse mesmo professor conseguir elevar o número de seus alunos a mais de 80, passará por esse só fato a perceber o duplo ou mais dos vencimentos que tinha antes da lei e será obrigado a ensinar pelo método lancastrino, sem que aliás se mostre para isso habilidade [...]. (MARANHÃO, Fala do Exm^o. Presidente do Maranhão, Honório Pereira de Azeredo Coutinho, 1850).

Apesar disso, a frequência tornou-se alvo de preocupação dos professores, já que, historicamente, eram eles os responsáveis pela permanência dos alunos na escola e sabiam

que, apesar dos esforços, o problema era cultural, ou seja, se para algumas famílias o ensino primário era algo imprescindível para o sucesso de seus filhos, para outras, porém, o ensino não proporcionava tantos proveitos, mantendo apenas seus filhos com alguma ocupação.

A regulamentação e controle sobre a frequência de alunos e professores foi intensa na escola oitocentista [...]. Desde o início do século, os professores ficaram obrigados a emitir mapas semestrais atestando a matrícula e comparecimento dos alunos, e cabia ao serviço de inspeção atestar mensalmente a frequência do professor como requisito para recebimento de salário. Nessa rede de vigilância, a frequência tornou-se alvo de preocupação permanente de professores, dos responsáveis pela instrução pública e dos políticos que expressavam diferentes posições na forma de interpretar o problema: desleixo dos professores, falta de interesse da população pela escola, descaso dos poderes públicos pela educação do povo (SOUZA, 2009, p. 34).

Podemos entender que muitas dessas docentes se empenhavam não apenas pelo interesse em obter vantagens salariais, mas também pelo prestígio de serem reconhecidas como verdadeiras professoras que trabalhavam pelo sucesso da escola durante suas administrações.

De acordo com o regulamento, o dispositivo utilizado tanto para a efetuação da matrícula, quanto para a fiscalização e controle dos educandos era o livro de matrícula, criado especificamente para isso. Ele fora elaborado com a seguinte estrutura: número de ordem, nome do aluno, filiação, idade, naturalidade, data de matrícula, data da saída e um campo reservado para as observações. Era por meio desse dispositivo cultural que se elaboravam os relatórios ou mapas, os quais indicavam o comportamento de cada classe, isto é, frequência e evasão.

QUADRO 5: Modelo de Livro de Matrícula.

Número de ordem	Nome do aluno	Dias do mês marcação de frequência	Número de faltas	Aproveitamento diário	Aproveitamento mensal	Obs.
-----------------	---------------	------------------------------------	------------------	-----------------------	-----------------------	------

Fonte: MARANHÃO. Regimento Interno dos Grupos Escolares, 1904.

Diante disso, acreditamos que essa cultura de sucesso, ou não, do número de matrículas recaia sempre no empenho da professora em garantir que pais e demais interessados pela instrução dos seus filhos realizassem a matrícula dos mesmos nesse instituto. Para tanto, as exigências do Regimento Interno dos Grupos Escolares para essa ação eram as seguintes:

- a) Prova de já ter sido a criança vacinada, bastando para a satisfação dessa exigência a inspeção das cicatrizes da vacina, feita pela mesma professora;
- b) Declaração da idade exata ou presumível da criança com mais de seis anos e menor de doze. Havendo a dúvida, a prova era feita pelo aspecto, cuja verificação ficava a cargo da professora, a menos que o interessado exhibisse a certidão de idade;
- c) A afirmação de não sofrer de moléstia contagiosa, que a professora verificava pelo aspecto da criança, cumprindo-lhe exigir atestado médico, quando tenha a menor suspeita a esse respeito.

A definição dos critérios para a realização de matrícula também pode ser considerada um diferencial dos Grupos Escolares. A apresentação de um documento legal que comprove a idade dos menores demonstra o cuidado que alguns desses responsáveis tinham com a criança, preocupando-se com as moléstias contagiosas e mandando vacinar seus filhos, prevenindo-os de doenças comuns ou epidêmicas desse período. Essa atenção demonstra ainda que muitas dessas famílias respeitavam as normatizações instituídas pelo Estado e acreditava que esse - o caminho para a escola - era o melhor a ser trilhado pelos seus filhos.

O livro de matrícula era um dos dispositivos de controle utilizado tanto nas escolas públicas, quanto nas particulares. Por meio dele era possível elaborar relatórios ou mapas que identificassem o crescimento, a diminuição da assiduidade ou a evasão escolar. Nesse sentido, podemos inferir que os anúncios de jornais, de certa forma, contribuíram para que os interessados efetivassem a matrícula de seus filhos e mantivessem a frequência. Em contrapartida, dependia-se de outros fatores que iam além das forças das professoras. Sobre isso, podemos indicar vários motivos, porém, o que nos interessa é saber o alcance dessas mensagens e se, de fato, conseguiram influenciar a sociedade na procura pelos Grupos Escolares. No ano de inauguração dessas escolas, observamos que cerca de 130 alunos foram matriculados na primeira turma. Em 1909, apesar do número de matrícula ter decaído, houve cerca de 100 alunos matriculados na primeira turma dos Grupos Escolares.

Ao publicar os anúncios nos jornais, a professora ocupou uma posição estratégica, já que era ela a emissora das mensagens aos pais, aos tutores e aos responsáveis pela instrução das crianças. Era também a responsável pela matrícula dos alunos e por tomar a decisão quanto à divulgação da informação para os públicos. A pergunta central nesse caso é: o que os diferentes receptores fizeram com os modelos que lhes foram impostos? Muitos pais se

apropriaram de diferentes formas dessa mesma informação, ou seja, procuraram a escola para a realização das matrículas no período indicado; e, em outros casos, deixaram para realizar a matrícula fora do prazo, pois observamos a ampliação da extensão dessas datas, que era de 2 a 25 de janeiro, em 1904, e, em 1907, deu-se de 2 de janeiro a 1 de fevereiro. Em um dos casos houve a redução, em 1909, para o dia 15 de janeiro.

Utilizando a mesma forma de escrita, observamos que a professora também assumiu outra posição, a de tática de apropriação, ao transmitir às normas, os regulamentos, a definição dos prazos e dos critérios para a realização da matrícula dos alunos. Nesse caso, qual a atitude das professoras ao repassar as imposições criadas pelo Estado e pelo diretor da própria escola? Algumas delas estenderam ou reduziram o limite de matrícula, considerando que alguns pais procuraram a escola fora do período de inscrição.

Se considerarmos que no início do século XX não era costume de obedecer ao estabelecimento de datas para a matrícula e nem para o período letivo, compreendemos a postura de muitos pais ao procurar a escola em qualquer tempo do ano para matricularem seus filhos. Com essa imposição por parte do Estado, as professoras também se apropriavam dessa regra e agiam de diferentes formas, tentando garantir o maior número de alunos para sua escola, reservando um lugar em sua casa para os serviços administrativos, como, no caso, as matrículas de aluno.

7.4 Os exames escolares

A aplicação dos exames nos Grupos Escolares era efetuada a partir de uma rede de ritualização, previamente planejada, onde a definição do dia, hora e comissão avaliadora era regularizada em lei. Todos que participavam desse ato público carregavam consigo a sensação de estar participando de uma das cerimônias mais importantes da escola, bem como, da sociedade. O ritual de passagem contava com a presença de autoridades do ensino, como o Secretário Geral da Instrução Pública, professores normalistas e o Diretor do Grupo. Os exames escolares consistiam na qualificação de uns e exclusão de outros, pois, por meio deles, classificavam-se os alunos habilitados, os não habilitados, os que eram aprovados com distinção e os simplesmente aprovados (AZEVEDO, 2009).

Os exames nos Grupos Escolares maranhenses eram aplicados por uma mesa examinadora designada pelo Governador do Estado, e constituída em cada classe por um presidente, pela professora da respectiva cadeira e por outra professora normalista, indicada

pelo diretor da Escola Normal. Ao serem finalizados os exames, a professora de cada classe lavrava o termo competente em livro especial, o qual seria assinado pela mesa examinadora e pelas autoridades superiores de ensino que estivessem presentes no ato da aplicação da prova. É interessante ressaltar que, apesar da atenção dada aos exames finais, os alunos eram avaliados diariamente. O professor utilizava o livro de ponto do aluno para atribuir notas por comportamento e participação nas aulas (ao solicitar que os alunos praticassem a leitura em voz alta, as cópias de textos, as respostas a alguma perguntas orais ou demonstradas no quadro negro, e as práticas de lições de coisas).

Os alunos do último ano da terceira cadeira dos Grupos Escolares, que fossem aprovados, receberiam carta de habilitação assinada pela mesa avaliadora dos exames, atestando a conclusão do Curso Primário. Os critérios de aprovação e reprovação eram elaborados a partir da avaliação diária do aluno, onde os professores atribuíam nota por comportamento, pela realização das tarefas e pela apresentação dos materiais requeridos para o ensino de desenho e de lições de coisas.

As provas versavam sobre os conteúdos ensinados no decorrer do ano e eram aplicadas de forma escrita, prática e oral. As provas escritas duravam cerca de três horas e o aluno tinha direito a mais quinze minutos, caso fosse necessário; as provas práticas também poderiam ser executadas em, no máximo, três horas, e, no mínimo, vinte minutos. No ato da realização das provas, o aluno era impedido de manter qualquer contato com os colegas de classe ou com a mesa examinadora, imposição que nem sempre era possível de ser evitada, mesmo quando os professores mais severos tentavam impedir tal ato por meio da vigilância. Dentre os anúncios de realização ou divulgação dos resultados de exames escolares, encontramos alguns recortes que visavam dar visibilidade a este evento, convocando e anunciando a presença de autoridades, e ao mesmo tempo, chama a atenção de pais, responsáveis, familiares e demais interessados para o cumprimento daquilo que fora estabelecido em lei.

FIGURA 31: Exames Escolares.

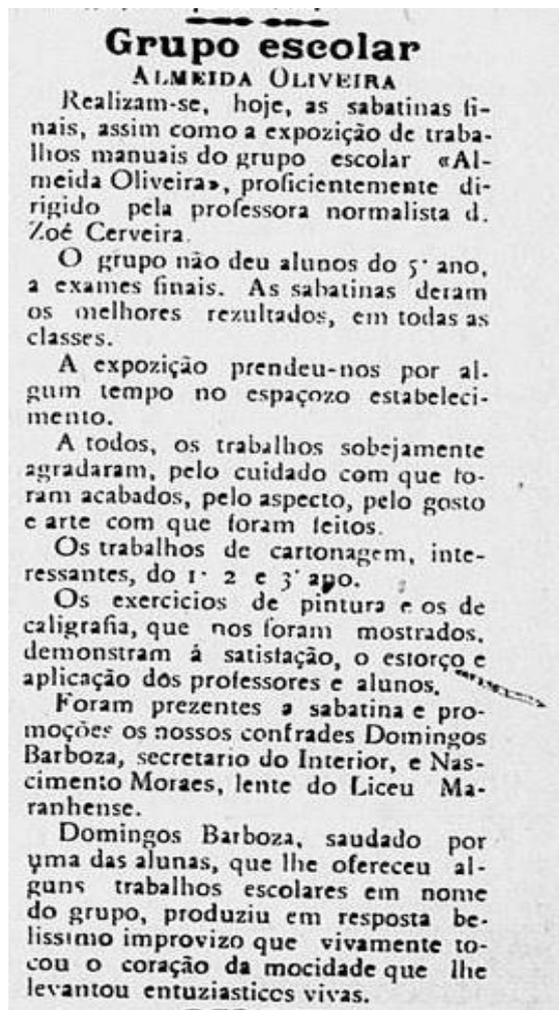
Amanhã no salão deste instituto à Rua Grande, realizar-se-ão os exames do ano letivo, começando às 10h pelas alunas da 1ª classe até os do 6º ano. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 20 nov. 1906, n. 9992, ano 37)

Segundo Grupo Escolar
Amanhã, no salão deste Instituto à rua Grande, realizar-se-ão os exames do ano lectivo, começando às 10 horas pelas alunas de 1.ª classe até as do 6º ano.

FIGURA 32: Exames Escolares.

Realizam-se hoje as sabatinas finais como as exposições de trabalhos manuais do Grupo Escolar Almeida Oliveira, proficientemente dirigido pela professora Zoé Cerveira. [...]. As sabatinas deram os melhores resultados em todas as classes. (O JORNAL, 14 nov. 1919, n. 1522, ano 5).

No dia 18 às 19h efetua-se no Grupo Escolar Sotero dos Reis a solenidade dos atos escolares para a entrega dos atos escolares para a entrega dos diplomas e leitura dos graus de promoção [...]. A professora Zilá Paes deseja que os chefes de família que lhes confiaram a educação de seus filhos e todos que se interessaram pelo ensino, visitem a mesma exposição (O JORNAL, 15 nov. 1919, n. 1522, ano 5).



De acordo com esses escritos, podemos observar o destaque dado ao nome da professora nos dois últimos anúncios, o sucesso do evento, no caso as sabatinas e os exames finais. Podemos afirmar que essa categoria foi utilizada como meio de enaltecer não apenas a escola, mas a professora à frente da instituição. Sobre os exames escolares, localizamos várias mensagens divulgando a data, o local, a mesa examinadora. Outras mensagens se detinham à divulgação das notas dos candidatos e da entrega de diplomas. Há de se mencionar também que os jornais pesquisados apresentam apenas mensagens de exames dos Grupos Escolares, da Escola Modelo e da Escola Normal.

Ao se referir aos exames do fim do ano letivo, os jornais sempre apresentam essa informação conjunta com as festas de fim de ano, quando eram realizadas as cerimônias solenes, com a presença de autoridades do setor econômico, social e político do Estado.

7.5 Formas literárias

Com as análises das diferentes formas literárias - poemas, contos e crônicas -, podemos constatar que todas as mensagens utilizavam uma linguagem de fácil entendimento na tentativa de garantir a compreensão de públicos distintos, crianças, jovens, homens, mulheres, comerciantes. Essa foi uma estratégia por parte dos donos de escolas, professores e do Estado, que viam nessa forma de anúncio a possibilidade de estimular a frequência das crianças à escola, por meio da divulgação de mensagens na forma de contos, versos e crônicas, os quais apresentavam personagens fictícios e que poderiam ser espelhados para a vida real.

Esse tipo de mensagem apresentada em formatos variados tinha como fim consagrar a imagem da escola como necessária: ir à escola e dela participar; constatar a sua utilidade era uma das missões desses escritos. Se por um lado, ao utilizar das formas literárias o emissor tentava menosprezar as escolas públicas, por outro, essa mesma forma podia ser usada na tentativa de enaltecer os Grupos Escolares, não desmentindo a inutilidade da escola pública, mas apresentando-a como modelo mais apropriado para o momento: os Grupos Escolares, que, em tese, aplicavam um ensino moderno, prático e mais próximo da realidade nesse momento, tinham como um dos principais diferenciais a presença de professores normalistas e a graduação do ensino.

Pode-se dizer que, como acontecia também no caso de Portugal, “nos jornais a instrução pública era apresentada como motor privilegiado para a regeneração nacional; para a efetivação do progresso social e político; e para possibilitar a prosperidade econômica” (BOTO, 2012, p. 110). Em um conto divulgado no jornal *A Escola*, de 1902, chamava-se atenção para a forma que a escola pública era apresentada no início do século XX. Nele, o autor enfatizava o desperdício de dinheiro e de tempo ao colocar um filho nessas escolas:

Um Sr. F... matriculou seu filho em um colégio, e [...] repara que o pequeno nada adiantava: tirando-o daquele, coloca-o noutro e ... qual história, nada do pequeno aproveitar.

Vai a um terceiro, ao quarto e finalmente cansado de tanto percorrer colégios, deixou-o no quinto. [...], pois bem aí o pequeno parou quatro anos e fez muitos preparatórios. Uma noite, chama-lhe o pai para ler os jornais do dia [...].

- então, porque encalha ai na leitura? Desembucha rapaz!

- é que... papai... este número é muito grande... e... eu... não acerto!

- então seu tratante! E foi para isso que gastei tanto dinheiro? Quatro anos numa escola e não sabe ler um número?

Caladinho. (*A ESCOLA*, 1902, p. 2, n. 1, ano 1).

Neste fragmento é possível perceber o descaso para com as escolas públicas primárias, aquela que na realidade não ensinava se quer a ler satisfatoriamente. É importante sinalizar que mesmo nas escolas estaduais aqueles alunos que não eram pensionistas pagavam determinado valor referente ao custeio de seus estudos. Da mesma forma, vale lembrar que o dono do jornal *A Escola* ede um colégio particular e, nesse sentido, fazia questão de ressaltar as fragilidades das escolas públicas. Na mensagem acima, não fica claro se o autor se refere à escola pública ou privada, mas fica a intenção de demonstrar aos pais de família a inutilidade de enviarem seus filhos para uma pseudo escola. Por meio desse escrito, vemos o descrédito de um pai de aluno que passou anos investindo na instrução do filho e não viu nele proveito algum. Era esse tipo de decepção que a publicação dessas mensagens buscava evitar, pois, indiretamente, influenciava pais e responsáveis na procura de um estabelecimento digno, onde o seu esforço pudesse surtir os efeitos esperados, fossem eles públicos ou privados.

Os Grupos Escolares apresentavam uma estrutura racional, no que diz respeito ao currículo – conteúdos e horários estrategicamente organizados, levando-se em consideração os horários de descanso, lições de cálculo, leitura e outros; integrado por professoras normalistas, que eram aquelas que aprendiam a ensinar crianças, como dizia Cazuza (CORREA, 1971). Nas entrelinhas, essa era a escola de verdade, que não funcionava na casa de professores ou em fundos de quintal, merecendo o mérito de ser reconhecida como uma escola de verdade.

A forma história apresenta uma estrutura sequenciada em três partes - cabeçalho, mensagem e autoria. Essa mensagem era de autoria de “Caladinho”, pseudônimo bem sugestivo para uma publicação que tinha como pano de fundo denunciar a ineficiência das escolas públicas primárias do início do século XX e por conseguinte, a má atuação do governo para com esse setor. A linguagem utilizada era simples, com histórias que se aproximavam da realidade, não porque os colégios públicos e alguns privados não proporcionassem um efetivo ensino, mas pela razão da falta de infraestrutura e de condições basilares para o seu funcionamento.

No conto *Memorial de um estudante*, publicado em 1909 no Jornal *A Escola*, fica clara a intenção de implantar ou disseminar a utilidade da instrução primária. Nesse fragmento, apresenta-se o relato de um menino insatisfeito com o fato de ir à escola, pois lá fora ridicularizado e perseguido por um colega de turma, já que ele não sabia soletrar a palavra “politécnica”. Por conta disso, o menino decidiu que pediria ao seu pai para tirá-lo da escola:

Eu saíra zangado da escola nessa tarde. Caminhava para casa disposto a pedir a meu pai que me pusesse a trabalhar no campo com os primos, o tio Pedro não mandara ensinar os filhos e eles aí estavam gordos e contestes. A escola é um tormento dizia eu comigo, e o mestre é um bandido!

Fez-me copiar 25 vezes, só porque errei uma palavra politécnica! Decididamente quero trabalhar no campo. Os meus colegas zombavam, acompanhando-me pela estrada afora, a gritar-me: - O' da politécnica!

Eu, humilhado, sentia a vontade de chorar e não corria como de costume. Querendo livrar daquele acompanhamento importuno do rapazio, mal avistei a casa do tio Pedro, corri para ela e entrei, fechando atrás de mim a porta.

Minha tia, sentada na sala de jantar, segurava nas mãos uma carta aberta: rodeavam-na de perto o marido e os filhos. Logo que apareci, abriram-se os braços numa efusão de ternura a que eu não estava habituado.

- Vem cá meu Chico, disse-me a pobre mulher, olhando bondosamente para mim, lê aqui uma palavra que teu tio não pode entender. É uma carta do mano Antônio... desgraçadamente os pequenos não sabiam ler e teu tio... em fim não admira... olha, filho, é esta a palavra.

E apontava-me com o dedo picado da agulha um ponto mais amarrotado do papel, repetindo é aqui, é aqui. Eu, orgulhoso do meu saber, li alto e corretamente, com todo o vagar, pronunciando sílaba por sílaba.

- po-li-tec-ni-ca!

Atroz perseguição! Ao mesmo tempo em que aos meus lábios saíra clara e distinta essa atormentadora palavra, fazia-se uma confusão maldita no meu espírito e nadava-me na alma a cólera: desesperado levantei os olhos e vi toda a família a olhar para mim, atônita; ao movimento brusco que fiz, romperam o silêncio, murmurando encantados.

- como o Chico lê bem!

Aquele elogio curvei a cabeça num agradecimento e dispus-me a sair, mas a esposa do tio Pedro segurou-me carinhosamente a mão, dizendo-me de novo:

- Ó filho, já agora faze-me o favor de ler toda a carta sim?

- que havia eu de fazer? Li-a de espaço a espaço, rompiam em exclamações e eu era obrigado a interromper-me para dar lugar aos ahis, oha e ihs! Prolongados.

A carta era grande: o tio Antônio dava à irmã a consoladora notícia de que seu filho mais velho entrara para a escola politécnica e que, graças ao seu talento e aos mestres, que tivera, enchia agora de alegria e honra os pais.

O triunfo de Alfredo abalou sinceramente a opinião dos meus bons tios. Um as invejasitas formigavam-lhes no coração.

A dizer a verdade, era tamanha a satisfação e orgulho do velho, ao falar no seu Alfredo que a força de estudo e trabalho entrava para uma carreira brilhante, que eu, pobre de mim, senti-me comovido também!

- E o Chico: dizia então a tia batendo-me nas costas; e este pirralho, que já lê tão bem?

- Está aí outro Alfredo! Concluiu o tio Pedro. Fitando admirado em mim, os olhos pardos e pequenos.

Houve uma pausa durante a qual a pobre mãe derramou o seu olhar molhado de lágrimas pelos três filhos. Que pensaria ela? Não sei, mas nunca expressão mais dolorosa vi em ninguém.

Por fim, como si tivessem combinado, lembraram ao mesmo tempo, marido e mulher mandarem ensinar os filhos. Voltando-se para mim, pediram-me instantemente que os apresentassem no dia seguinte ao meu professor. Prometi fazer-lhe a vontade, e, na manhã imediata roguei a minha mãe eu me desse o almoço mais cedo.

Por quê? Perguntou ela, alisando-me cuidadosamente o cabelo.

- Porque vou hoje apresentar na escola os primos...
 - Sim?! Mas o tio Pedro dizia ser asneira mandarmos o nosso Chico a lição!
 Contei-lhe tudo, entre envergonhado e risonho. Ela, a minha doce amiga, ouviu-me com atenção, sorrindo com a sua costumada polidez; depois, atraindo-me para o seio, disse-me com voz segura e afetuosa:
 - Vai meu filho, cumpre o teu dever, ouve sempre com respeito os conselhos do mestre, obedece-lhes em tudo. Olha que senão fosse ele, não teria eu hoje a ventura de te ver assim, terminou ela dando-me dois beijos na face.
 Desde esse dia, parecia me ver, estendida como uma asa imaculada, a mão branca de minha mãe a apontar-me a escola, onde nunca mais faltei!
 Júlia Lopes de Almeida. (PACOTILHA, 27 jan. 1909, n. 22, ano 18).

Essa História nos leva a crer que o fato de frequentar uma instituição de ensino se transformava num fator de diferenciação para uma sociedade que, naquele momento, apresentava altos índices de analfabetismo, além de possibilitar mudanças sociais, já que por meio da instrução, iniciando com instrução primária, poderia se dar continuidade aos estudos e se ter acesso a outras formas de trabalho. Observa-se também o destaque dado à possibilidade de alcançar uma carreira brilhante ao seguir o caminho da escola, ao ouvir o conselho do mestre e ao obedecer aos pais.

Vemos a forte persuasão diretamente anunciada nessa mensagem e, a partir desse escrito, podemos pensar nas formas plurais de recepção e reação de pais, tutores e mais interessados ao lerem a história, lembrando que não era costume mandar ensinar aos filhos. Da mesma forma, podemos compreender que esses anúncios levavam a uma reflexão necessária às famílias que desacreditavam da utilidade da escola. A necessidade de frequentar uma instituição de ensino não se dava apenas por questões práticas, ou seja, para a formação profissional, mas como forma de possibilitar uma independência ao ler ou ao escrever cartas confidenciais por pessoas fora do âmbito familiar, tendo, assim, parte de sua intimidade revelada.

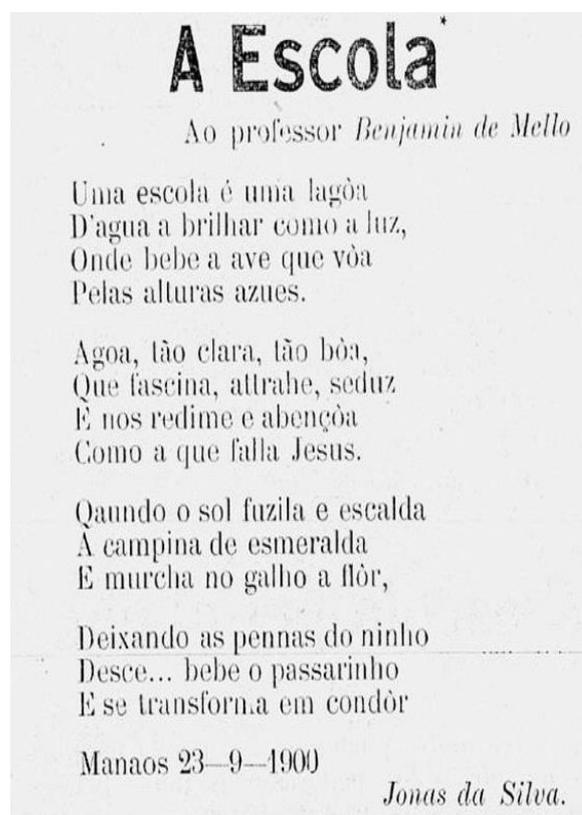
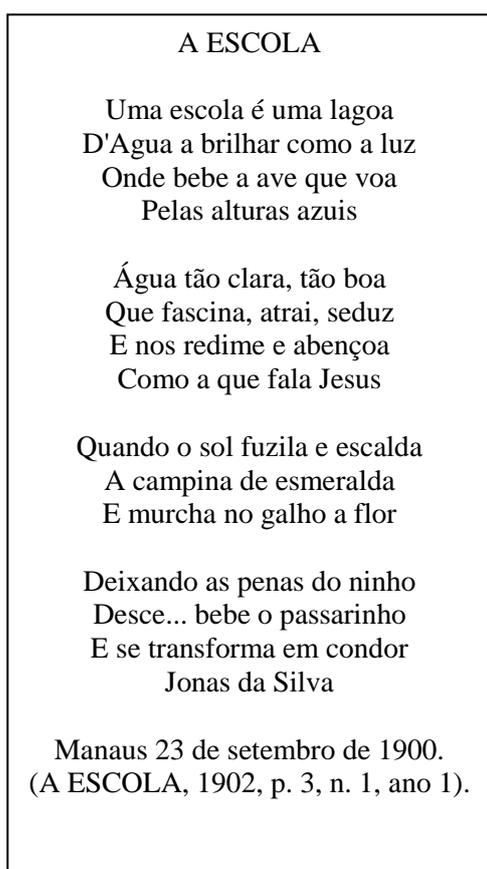
Notamos com isso, várias indicações da necessidade da escolarização, especificamente de frequentar a escola e dos resultados catastróficos de não a frequentar. Se por um lado, muitas famílias não viam ou sentiam essa necessidade. Nessa mensagem, vemos a estratégia utilizada para impactar as famílias na compreensão de que todos precisam de instrução, pois os usos plurais dela são requeridos e necessários por qualquer família. Nessa mensagem também é possível perceber a linguagem utilizada, os personagens presentes no contexto da história, a ênfase dada aos gestos e às atitudes dos personagens, além da ideia central que se quer passar com tal relato.

Menino obediente, limpo, mãe cuidadosa e incentivadora. Além disso, sábia, pois mandara o filho para a escola. Em oposição, a família do tio Pedro pode ser visualizada como

uma família de pessoas ignorantes, pai que acreditava ser perda de tempo o ensino dos seus filhos, mãe protetora, porém submissa ao marido, filhos que se dedicavam à roça e que não enxergavam outra forma de profissão, acomodando-se com a situação em que viviam. A carta enviada pelo tio Antônio foi apresentada como estratégia central, tanto para o aluno Chico, como para a família do tio Pedro, pois foi por meio dela que o menino conseguiu definitivamente entender a utilidade da leitura e, portanto, da sua escolarização. Do mesmo modo, a família compreendeu o mal cultivado por não mandar os filhos à escola e os benefícios conquistados ao se investir nesse caminho.

Trazemos ainda dois poemas utilizados para fortalecer essa questão. O primeiro trata de um verso intitulado *A Escola*, o qual apresenta a mesma como uma preciosidade, marcando bem a imagem de como deveria ser uma escola de verdade e os benefícios de integrar essa instituição:

FIGURA 33: Poema a Escola.



Nesse poema, a escola é apresentada como lugar de saciedade, lugar abençoado, lugar de transformação, lugar capaz de preparar os alunos para novas exigências que se faziam urgentes, sejam elas relacionadas ao mercado de trabalho ou ao convívio em

sociedade. Também é possível observar a transformação obtida por meio da frequência à escola. Com a utilização do termo ‘lagoa’ onde há água boa, o autor do poema atribui a transformação do passarinho em condor, o ato de se frequentar a escola. Já no segundo poema, apresentado a seguir, intitulado *Lamentação*, o educando da 4ª série utiliza o termo ‘trabalho’ e ‘escola’ como sinônimos, pois ambos têm uma rotina árdua, de cobranças e de obrigações.

FIGURA 34: Poema Lamentação.

LAMENTAÇÃO

Esta vida de mais trabalhosa
e preciso me é trabalhar
Sete anos, apenas eu conto
Desde agora começo a lutar

Se as lições não as levo sabidas
O meu mestre me quer castigar
Oh que luta, meu Deus, que
trabalhos
Já tão cedo, começo a lutar.
O Adhemar da 4ª série
(A ESCOLA, 1902, p. 4, n. 1, ano 1).

Lamentação

Esta vida é de mais trabalhosa,
É preciso me é trabalhar;
Sete annos, apenas, eu conto,
Desde agora começo a lutar.

Se as lições não as levo sabidas,
O meu mestre me quer castigar;
Oh que luta, meu Deus, que trabalhos,
Já, tão cedo, começo a lutar !

O Adhemar da 4ª.

A forma ‘poema’ apresenta a seguinte estrutura: título, estrofes, autoria, local e data. O primeiro foi escrito por Jonas da Silva, natural de Manaus, aluno de uma escola desse mesmo Estado, e publicado em 1902, pelo diretor do Colégio 15 de Novembro, no jornal *A Escola*. No segundo caso, quem redige o poema também é um aluno e quem publica é o mesmo responsável pela publicação do primeiro poema.

De acordo com as análises desses dois fragmentos dá para perceber que o objetivo de ambas as publicações era o de transmitir a utilidade da escola para a sociedade, por meio da apresentação de versos com linguagem de fácil entendimento e acessível a toda inteligência (mulheres e crianças). Constata-se que essas mensagens são apresentadas quase sempre na primeira página e que esses textos eram escritos para as famílias que não admitiam a utilidade da escola.

Os poemas se diferenciam dos outros escritos no jornal pela sua própria forma, em versos e estrofes, o que chama a atenção do leitor. É possível ver a ênfase dada ao ato de

estudar como sendo um ofício, trabalho árduo, mas necessário, enfatizando também a idade obrigatória para o início dos estudos, a necessidade de cumprir com as obrigações letivas, ou seja, estudar, fazer as lições diariamente e conviver com a vigilância do professor ao imprimir castigos. Estes, mesmo que não fossem físicos, constrangiam da mesma forma.

No *A vida no lar*, jornal distribuído gratuitamente a mando do seu diretor, o senhor Raul C. Machado, e publicado em 1913, de igual modo, por meio de versos, tentava demonstrar a utilidade da escola, preocupando-se com o futuro das crianças e dos jovens brasileiros. A publicação mencionava que a felicidade e o progresso dos infantis estava na educação, mas não em qualquer educação, e sim naquela que lhes permitissem o mesmo proveito das crianças das famílias com melhores condições financeiras.

A vida no lar

A felicidade não está na riqueza

O futuro dos filhos não está na opulência de que possam ser cercados, porque esta também alucina os sentidos.

A felicidade consiste em estar contente com a sorte, **e o futuro das crianças na educação que se lhe dá. É mesmo, consequência dessa educação.**

[...]

Qualquer indivíduo pode conseguir esse bem-estar.

[...]

O verdadeiro bem que um rico pode proporcionar a seus filhos, pode-o também o pobre.

[...]

E estamos certos de que essa propaganda é eficaz sendo, antes de tudo salutar e verdadeiro (A VIDA DO LAR, Maranhão, ano 1, out. 1913, p. 1, n. 4).

Essa mensagem intitulada “Conselho útil” ressalta as virtudes que promoviam a felicidade de uma vida no lar: proteção, habitação e educação. A felicidade é apresentada em oposição à fortuna, já que esta é opulenta e o caminho está na educação, possibilidade que é dada a qualquer família independente de sua situação financeira. Esses eram aspectos que faziam parte da arte de um homem bom, de uma vida digna nesse momento. A escola aparece em destaque, pois seria o local mais propício para aprender o convívio em sociedade e promover o futuro das crianças, sobretudo por meio da educação que lhes era oferecida. Nesse caso, educação e instrução são utilizadas como sinônimos.

7.6 Organização escolar

Sobre a reforma da instrução pública, podemos dizer que este foi um dos temas intensamente debatidos e publicados nos jornais maranhenses analisados no período em foco. Nos textos pesquisados há uma constante associação entre os termos ‘reforma’ e ‘crítica’ à instrução pública primária. No entanto, podemos considerar que as ‘reformas’ tratavam de demonstrar as ações do governo, na tentativa de inserir o Maranhão no cenário de escolas modernas e para justificar os gastos com a estruturação da instrução pública no Estado.

Ainda que fosse comum encontrar censuras direcionadas à situação precária do cenário educacional maranhense, especialmente no que se refere às más condições da instrução pública primária, a ausência de uma Escola Normal e os baixos salários pagos aos professores chamava atenção para a necessidade de mudanças, ou seja, para uma reforma em todos os níveis de ensino na tentativa de corrigir os insucessos das reformas anteriores.

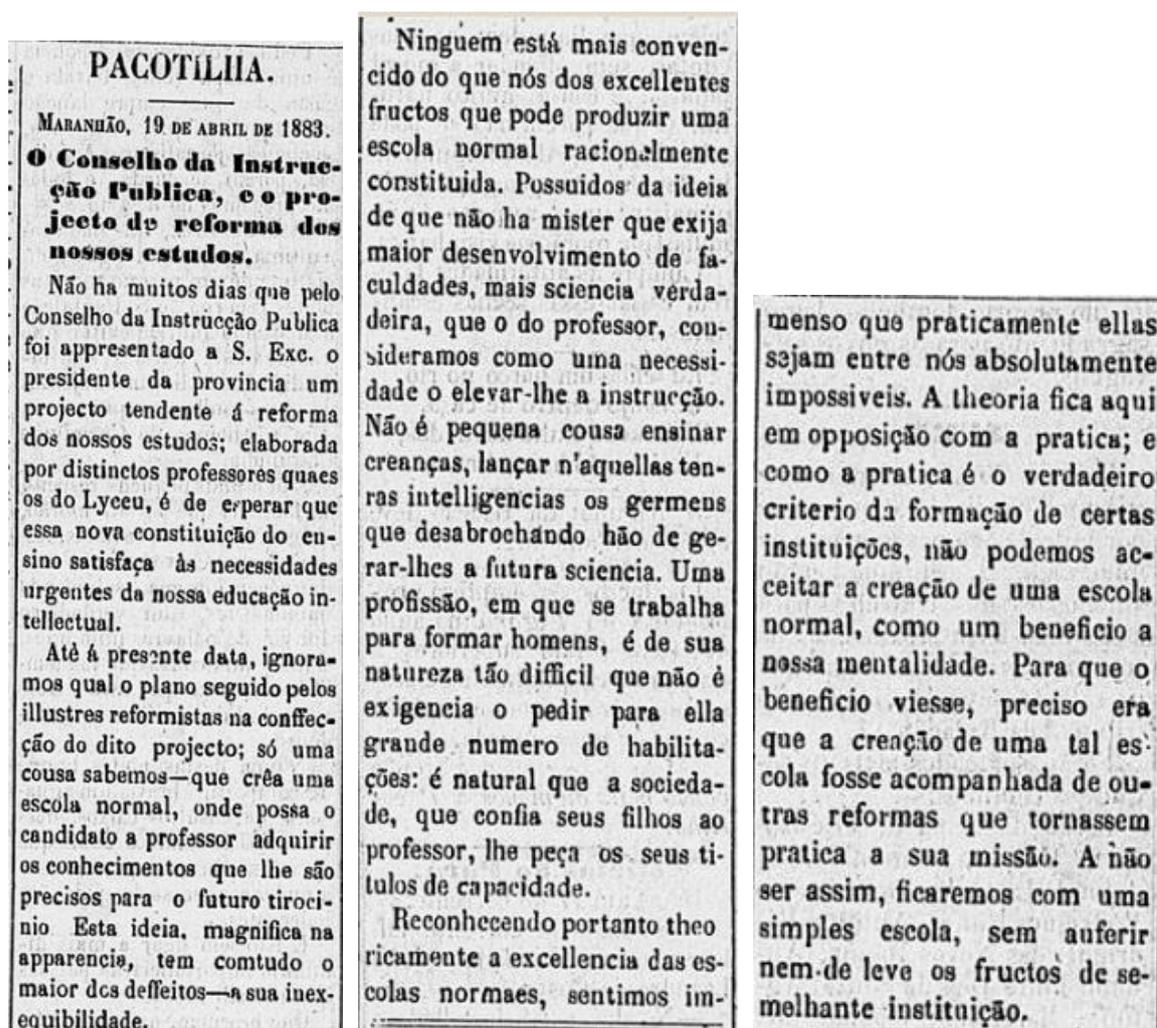
Dentre as críticas à instrução pública, destacava-se a falta ou carência de formação de professor voltada para o magistério primário. Criar escolas sem professores formados foi uma prática que permitiu que muitas escolas primárias públicas fossem reconhecidas por sua inutilidade. Notadamente, o governo se detinha na criação de escolas ou cadeiras isoladas para garantir a oportunidade da instrução às camadas desprivilegiadas da população, contudo, ele não se ocupou da criação de institutos formadores de professores capazes de transmitir os conteúdos necessários à formação infantil. Por isso, em várias mensagens dos jornais pesquisados vemos a insatisfação de famílias que, mesmo mandando seus filhos à escola, não conseguiam ver o desenvolvimento que era garantido. Isso se dava, em parte, pela inexistência de um corpo docente especializado, formado para o exercício exclusivo do ensinar, seja pelo método clássico, seja pelo moderno.

Acontece que são indivíduos extremamente pobres os que se dedicam a tal profissão e como faltos de meios não pudessem fazer estudos regulares recorrem às influências políticas que, mediante um simulacro de exames, os provem nas cadeiras primárias. Assim entrega-se a ignorância a direção moral da infância, tem-se professores *in nomine*, incapazes de cumprir com os deveres de seu encargo. (PACOTILHA, 19 abr. 1883a, n. 106).

A crítica à instrução pública primária, elaborada por um grupo de professores do Liceu Maranhense e publicada no jornal *Pacotilha* de 19 de abril de 1883, destacava claramente a necessidade de criação de uma escola normal por acreditarem na sua utilidade prática. Essa mensagem, ao mesmo tempo em que reconheciam a utilidade da criação de uma

escola normal, falava sobre a possibilidade de sua inexequibilidade, pois o professor teria de demonstrar na prática sua capacidade no manejo do ensino.

FIGURA 35: Projeto de Reforma da Instrução Pública Maranhense - 1883.



Fonte: PACOTILHA, 19 abr. 1883a, n. 106.

O Conselho da instrução pública, e o projeto de reforma dos nossos estudos.

Não há muitos dias que pelo Conselho da Instrução Pública foi apresentado a S. Exm. O presidente da província um projeto tendente à reforma dos nossos estudos; elaborada por distintos professores quis os do Liceu, é de esperar que essa nova constituição do ensino satisfaça às necessidades urgentes da nossa educação intelectual.

Até a presente data, ignoramos qual o plano seguido pelos ilustres reformistas na confecção do dito projeto; só uma cousa sabemos – que cria uma escola normal onde possa o candidato a professor adquirir os conhecimentos que lhe são precisos para o futuro tirocínio. Esta ideia,

magnífica na aparência, tem, contudo, o maior dos defeitos – a sua inexequibilidade.

Ninguém está mais convencido do que nós dos excelentes frutos que pode produzir uma escola normal racionalmente constituída. Possuídos da ideia de que não há mister que exija maior desenvolvimento de faculdades, mais ciência verdadeira, que o do professor, consideramos como uma necessidade o elevar-lhe a instrução. Não é pequena cousa ensinar crianças, lançar n'aquelas tenras inteligências os germens que desabrochando hão de gerar-lhes a futura ciência. Uma profissão, em que se trabalha para formar homens, é de sua natureza tão difícil que não é exigência o pedir para ela grande número de habilitações: é natural que a sociedade, que confia seus filhos ao professor, lhe peça os seus títulos de capacidade.

Reconhecendo, portanto, teoricamente a excelência das escolas normais, sentimos incurso que praticamente elas sejam entre nós absolutamente impossível. A teoria fica aqui em oposição com a prática; e como a prática é o verdadeiro critério da formação de certas instituições, não podemos aceitar a criação de uma escola normal, como um bem ofício a nossa mentalidade porque o benefício viesse, preciso era que a criança de tal escola fosse acompanhada de outras reformas que tornassem práticas a sua missão. A não ser assim, ficaremos com uma simples escola, sem auferir nem de leve os frutos de semelhante instituição. (PACOTILHA, 19 abr. 1883a, n. 106).

Esse fragmento refere-se à criação de uma Escola Normal, desvinculada de um colégio de aplicação necessário à prática docente. Nesse período, o Estado se ressentia tanto por uma escola de formação de professores, como por uma escola de aplicação. Porém, o fato foi revertido, inicialmente com a criação da Escola Normal em 1890 e da Escola Modelo em 1896²⁷.

As contradições do campo educacional maranhense denunciavam uma realidade que precisava ser revertida, combatida: o analfabetismo e a necessidade de escolarizar; o incentivo à frequência escolar, por meio da decretação de lei da obrigatoriedade e por conta da cultura de não ir à escola; e a existência de escolas sem professores com a competência exigida. Todos esses aspectos revelavam o lugar que o ensino primário ocupava na sociedade nesse período e a própria desvalorização dos educadores, pois “o professor primário só é abraçado pelos desvalidos da fortuna, e a causa deste fato é simplesmente a mesquinhez dos vencimentos marcados por lei ao professor” (PACOTILHA, 19 abril, 1883).

Em verdade, os vencimentos dos professores primários não atraíam grande parte da população apta a assumir uma cadeira da instrução pública primária, sendo o ensino secundário o pretendido por aqueles que tinham alguma formação. Isso pode ser confirmado

²⁷A Escola Modelo Benedito Leite foi criada no governo do Sr. Belfort Vieira, por força da lei nº 155 de 06 de maio de 1896 e recebeu essa denominação em 1899, uma homenagem do Governador Torreão da Costa, ao seu ilustre fundador. Inaugurada em 15 de março de 1900.

no fragmento a seguir, que acentua o quanto a profissão docente era árdua e penosa nesse período.

FIGURA 36: Crítica a profissão docente.

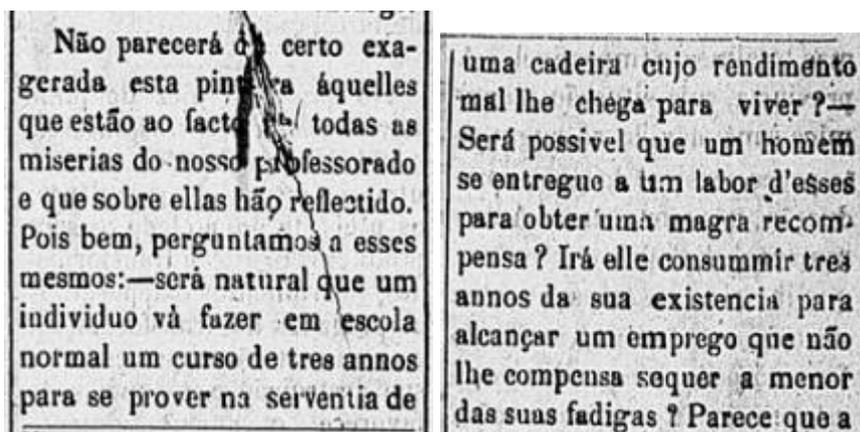
É fato não contravertido entre nós que o professorado primário só é abraçado pelos desvalidos da fortuna; e a causa deste fato é simplesmente a mesquinhez dos vencimentos marcados por lei ao professor. Ninguém que possa livremente abraçar qualquer carreira lucrativa se condena ao árduo labor do ensino primário, cujo benefício econômico é tão pequeno que pouco falta ao professor para um mendigo, ninguém que possua mesmo um pequeno capital, se vai sacrificar numa tarefa útil, mas essencialmente ingrata. Acontece que são indivíduos extremamente pobres os que se dedicam a tal profissão; e como, faltos de meios, não pudessem fazer estudos regulares, recorrem às influências políticas que, mediante um simulacro de exame, os provem nas cadeiras primárias. Assim entrega-se à ignorância e a direção moral da infância, tem-se professores in nomine, incapazes de cumprir com os deveres de seu encargo. (PACOTILHA, 19 abril, 1883a, n. 106).

E' facto não contravertido entre nós; que o professorado primario só é abraçado pelos desvalidos da fortuna; e a causa d'este facto é simplesmente a mesquinhez dos vencimentos marcados por lei ao professor. Ninguém que possa livremente abraçar qualquer carreira lucrativa, se condena ao arduo labor do ensino primario, cujo beneficio economico é tão pequeno que pouco falta ao professor para um mendigo; ninguém que possua, mesmo um pequeno capital, se vai sacrificar n'uma tarefa util, mas essencialmente ingrata. Acontece que são individuos extremamente pobres os que se dedicam a tal profissão; e como, faltos de meios, não pudessem fazer estudos regulares, recorrem ás influencias politicas que, mediante um simulacro de exame, os provêm nas cadeiras primarias. Assim entrega-se á ignorancia a direcção moral da infancia, têm-se professores *in nomine*, incapazes de cumprir com os deveres de seu encargo.

Esse escrito dizia ainda que somente aquelas pessoas que estavam em estado de extrema pobreza se dedicavam à profissão docente, tendo por muito tempo no cenário educacional professores “incapazes de cumprir o dever do seu cargo” (PACOTILHA, 19 abril 1883a, n. 106). Assim, fica então claro compreender que, por meio das mensagens publicadas nos jornais de grande circulação, como *Pacotilha*, a intenção, ao mesmo tempo em que chamava atenção para as dificuldades enfrentadas no magistério primário, contribuía para que muitos dos futuros candidatos se desinteressassem por essa função, haja vista que os

benefícios econômicos de tal cargo eram quase inexistentes. Nesse caso, aqueles que lhes eram franqueados outro ofício, mais lucrativos, deixavam de seguir a carreira docente.

FIGURA 37: Crítica ao vencimento do professor primário.



Fonte: PACOTILHA, 19 abril 1883a, n. 106.

[...] será natural que um indivíduo vá fazer em escola normal um curso de três anos para se prover na serventia de uma cadeira cujo rendimento mal chega para viver? – Será possível que um homem se entregue a um labor desses para obter uma magra recompensa? – Irá ele consumir três anos de sua existência para alcançar um emprego que não lhe compensa sequer a menor das suas fadigas? (PACOTILHA, 19 abril 1883a, n. 106).

Nesse trecho dá para perceber o lugar que a instrução pública ocupou no estado do Maranhão na década de 1880, e de que forma essa mentalidade, por meio das transformações sociais, econômicas e políticas, foi mudando com a consolidação do pensamento republicano brasileiro. Em outras palavras, em que momento a valorização do professorado, em relação à sua formação, remuneração salarial e papel desempenhado, passaram a ser mais visíveis; e como a sociedade foi absorvendo qualitativamente os benefícios promovidos por intermédio desse profissional até ser utilizado como um diferencial entre as escolas públicas primárias e, especificamente, nos Grupos Escolares.

Há de se pensar que mesmo com toda essa pressão midiática denunciando a desvalorização do professor, principalmente relacionado ao valor do seu salário, observamos que, em diferentes momentos, alguns sujeitos continuaram lecionando da forma que sabiam, mesmo com o cenário caótico. Esses professores davam prosseguimento aos seus trabalhos, que havia de ser reconhecido por uma parte da população: aquela que não possuía nenhum

recurso para a manutenção do ensino de seus filhos e tinham nesses professores o único meio de se aproximar de uma possível formação, por mais rasteira que fosse.

Isso nos faz pensar nas formas de apropriação de professores ao assumirem a responsabilidade de ensinar, mesmo não tendo o apoio merecido do governo. Alguns desses indivíduos atuaram com dedicação, assumindo a missão de desempenhar seus serviços da melhor forma possível. Por isso, esses professores firmavam compromisso não apenas com a Secretaria da Instrução Pública, mas com a sociedade e consigo mesmo, sobretudo por acreditarem que, de certa forma, poderiam contribuir com a melhoria do ensino e por assumirem um cargo público, esperando ou acreditando que, em algum momento, o governo reverteria à questão das condições salariais e aumentaria os seus ordenados.

Outros professores, também pelo fato de terem uma ocupação social e serem reconhecidos pela sociedade maranhense como professores nomeados pelo Estado, tinham por meio desse ato alguma notoriedade e respeito à sua pessoa, já que um dos critérios para assumir o magistério, seja ele público ou privado, era a reconhecida idoneidade. É importante sinalizar que, de acordo com a Lei nº. 56, de 15 de maio de 1893, as pessoas que praticavam atos obscenos ou pervertidos, como os divorciados, adúlteros e os que fossem dispensados do magistério por crime indisciplinar, não podiam exercer essa profissão. Desse modo, ele listava que, além do saber intelectual, o professor devia ter paciência, brandura natural e afeição intuitiva, maleabilidade e idoneidade, pois “o talento, a cultura e o caráter do mestre são predicados de primeira ordem para o êxito de seu trabalho e a confiança que deve existir entre ele e o educando” (GODÓIS, 1910, p. 154). Em complemento, para Godóis, o professor “competente seria aquele de reconhecida idoneidade moral e profissional e antes mesmo de concorrer para esta carreira, deve consultar a sua própria disposição, decidindo-se, conforme a vocação o impeli ou não para a tarefa de lidar com a criança” (GODÓIS, 1910, p. 150).

Se no texto da *Pacotilha* de 1883 enfatizava o lugar que o professor ocupava para os governantes, em 1895, nessa mesma perspectiva, encontramos uma forte indicação da pouca mudança de pensamento dos administradores do Maranhão em relação ao professor e à função por ele desempenhada. Nessa época já havia sido criada uma Escola Normal, permanecendo com os baixos salários e a pouca valorização por parte do governo, como pode ser demonstrado no fragmento a seguir:

FIGURA 38: Crítica de professores enviadas ao Congresso Legislativo do Maranhão

Ao encetarem os trabalhos legislativos no ano que acaba de fundar de cujo curso ainda nos restam recordações penosas a única classe de empregos públicos atirados à margem – a de professores enviou inúmeras reclamações ao respectivo Congresso e ansiosa aguardava um acesso de vencimento para sua manutenção, mas, baldados foram os esforços, porque, essas vozes não tiveram eco e o professorado continua indigente, procurando uma atmosfera mais pura onde possa respirar um ar livre; visto como, o procedimento dos estadistas de então, manifestos ardentes desejos pelo seu afixamento. Em pleno século XIX, em um estado como o Maranhão, que tem dado exuberantes provas da sua marcha na vanguarda do progresso literário, citando entre outras capacidades os nomes de João Lisboa, Odorico Mendes, Trajano Galvão, Sotero dos Reis e outros, muitos que constituem o seu padrão de Glória, cremos que essas súplicas não chegaram aos ouvidos dos congressistas (O MONITOR CODOENSE, 14 fev. 1895, n. 26, ano. 1 grifo nosso).

INSTRUÇÃO PUBLICA

Ao encetarem os trabalhos legislativos do anno que acaba de fundar, de cujo curso ainda nos restam recordações penosas a unica classe de empregados publicos atirada á margem— a de professoras enviou inumeras reclamações ao respectivo Congresso e ansiosa aguardava um accesso de vencimentos para sua manutenção.

Nas, baldados foram, os esforços, porque, essas vozes não, tiveram eco e o professorado continua indigente, procurando uma atmosfera mais pura onde possa respirar um ar livre; visto, como, o procedimento dos estadistas de então, manifestou ardente desejo pelo seu asphixiamento.

Em pleno seculo XIX, em um estado como o do Maranhão, que tem dado exuberantes provas da sua marcha na vanguarda do progresso litterario, citando, entre outras capacidades os nomes de João Lisboa, Odoricó Mendes, Trajano Galvão, Sotero e outros muitos que constituem o seu padrão de gloria, cremos que essas supplicas não chegaram aos ouvidos dos congressistas.

O abandono desta causa, a mais sagrada, justa e honrosa das que auferem salarios dos cofres publicos, é verdadeiro indicio da falta de patriotismo e do pouco em nenhum valor ligado a instrucção primaria; constructora do alicerce social.

Emquanto os legisladores brasileiros encaram com indifferentismo para a causa da instrucção, nos paizes civilizados como a França, Italia, Estados Unidos, Inglaterra, Dinamarca, Belgica, Hollanda, Suissa, Hespanha, Portugal e até a Turquia, tratam de estudo acurado sobre ella e tem ido aos Estados da pedagogica Allemanha verdadeiras emnencias e notabilidades observar e estudar a organisação, direcção e progressos da instrucção elemental, considerando-a como elemento vital da sua nacionalidade.

Sobre essa mesma temática, o Jornal *O Ser* (ano 1, n. 2, Rosário, 16 de nov. 1904) enfatizava que a educação escolar era uma das mais complicadas, pois a educação dada na escola ressaltava o papel do professor nesse ofício e mostrava o quão difícil era a tarefa e dedicação exercidas por ele, sem receber em troca aquilo que lhe era devido. Criticavam-se

ainda as recomendações legais por se adotar o ensino moderno, sem, no entanto, assegurar as condições mínimas para tal.

Enquanto os legisladores brasileiros encaravam com indiferença a causa da instrução, nesse mesmo texto encontramos referências aos países civilizados, como França, Itália, Estados Unidos, Portugal, Inglaterra, Dinamarca, Bélgica, Irlanda, Suíça, Espanha e até a Turquia, que tratavam de estudos acurados sobre a instrução e tinham ido aos estados da pedagogia alemã, a qual era a verdadeira eminência e notabilidade. Os países ‘civilizados’ observavam e estudavam a organização, direção e progresso da instrução elementar, considerando-a como elemento vital da sua nacionalidade (MONITOR CODOENSE, 14 fev. 1895, n. 26, ano 1) e um dos meios, segundo os legisladores, para a prosperidade do país, seria o caminho da instrução.

[...] A instrução referindo-se a ideia motriz, o seu efeito necessário é a ilustração, e uma vez esta adquirida, a civilização não se faz esperar. Logo, a primeira condição para o bem do povo, reside na instrução primária. Se uma dezena, uma centena de crianças ou todas que habitam longínquos lugares distantes das vilas e povoados onde há mestres, deixam por carência de meios de receber os primeiros inícios de instrução, é evidente que essas crianças quando chegam à adolescência desconhecem os frutos que dão as letras, e dessa inexpiável falta originará a prática das más e brutais ações a que o analfabeto é inclinado. (MONITOR CODOENSE, 14 fev. 1895, n. 26, ano 1).

É certo o reconhecimento de que a educação já figurava como necessária ao progresso e bem-estar de uma nação. Porém, o medo dos descaminhos trilhados por aqueles que se ressentiam do hábito de estudar ou de frequentar a escola pairava nas mentes dos administrados e dos que ansiavam pela reforma no ensino, e conseqüente valorização do professor. No Monitor Maranhense também se constata o incentivo à frequência escolar e à necessidade da criação de escola.

De um editorial d’A verdade, de Itajubá: e tudo é assim desde o momento que falta o elemento principal que é a seiva do espírito tão desprezado entre nós. Victor Hugo dizia: Se for necessário pôr debaixo de cada árvore uma escola, ponha-se, que um povo sem instrução concorre [...] para a infelicidade da pátria. O governo deve tomar na mais elevada consideração as palavras desse grande pensador e procurar derramar a instrução em todas as localidades [...] (MONITOR CODOENSE, 9 mar. 1895, n. 29, ano 1).

Nesse período (final do século XIX) vivia-se no Brasil o entusiasmo da educação, movimento que tinha como finalidade estimular a criação de escolas e chamar atenção para a sua necessidade. A consequência drástica de não seguir o conselho de Victor Hugo era a infelicidade da Pátria, pois a garantia de criação de escolasurgia como imprescindível para o progresso de uma nação. Ao mesmo tempo, os pais de família, ao saberem dos prejuízos adquiridos por não se ter escolas em número suficiente para a instrução de seus filhos, poderiam, de alguma forma, requerer ao Estado a criação de instituições de ensino, ação que, até o momento, estava sendo desprezada por parte dos legisladores. Além disso, havia o cuidado com os descaminhos das crianças, que poderiam estar seguras ao se dirigirem à escola, pois

FIGURA 39: Crítica ao vencimento de professores.

[...] neste Estado há muitos núcleos de infelizes brasileiros que nascem, vegetam e morrem na obscuridade, desconhecendo os mais comezinhos princípios de civilidade [...] habitam em povoados, distantes, vinte e trinta léguas das vilas onde há por ventura um professor para o ensino primário mal remunerado, já se vê, e cujo ordenado não lhe dá independência para só aplicar-se no exercício da cadeira, sendo, alguns até forçados a fazer roça. Os ilustres congressistas [...] deverão tomar a peito as necessárias providências de modo a melhorar a posição dos preceptores da mocidade e criando outras muitas cadeiras nos diversos núcleos que delas precisam. (MONITOR CODOENSE, 9 mar. 1895, n. 29, ano 1).

Vivendo, ou para melhor dizer, vegetando em tão densas trevas, quanto de proveito não teriam se uma escola os fosse surpreender ? !
Com cariesa que faria o mesmo effeito d'aquelle historico milagre fiat lux, de emanação divina na formação do mundo !
Pois bem; neste estado ha muitos nucleos de infelises brasileiros, que nascem, vegetam e morrem na obscuridade, desconhecendo os mais comezinhos principios de civilidade !
Para elles é que devemos voltar as nossas vistas.
Habitam em povoados, distantes, vinte e trinta leguas das villas onde ha por ventura um professor para o ensino primario, mal remunerado, ja se vê, e cujo ordenado não lhe dá independencia para só applicar-se no exercicio da cadeira, sendo, alguns, até forçados a fazer roças !
Os illustres congressistas, secundados pelo não menos illustre capitão-tenente Governador do Estado, deverão tomar a peito as necessarias providencias de modo a melhorar a posição dos preceptores da mocidade, e creando outras muitas cadeiras, nos diversos nucleos que d'ellas precisam.
Esperamos que na presente sessão do Congresso se providencie de modo terminante sobre o caso, que importa no bem do paiz.
Voltaremos ao assumpto, não com

Nessa mesma perspectiva, o Jornal *Pacotilha* denunciava as ações mal planejadas do legislador: “A verdade é que como tudo que é objeto das [...] vistas do governo, a instrução

é aí uma coisa pronta sempre para amoldar-se à conveniência exercida por uma série de atos que o menos [querem] é o melhoramento do ensino [...]” (PACOTILHA, 19 abr. 1883a, n. 106). Em complemento: “Por essas e outras é que o Conselho em um dos seus momentos de bom humor já disse que o senhor Benedito Leite está convencido do que isto de Reforma de ensino consiste apenas, em nomeação de lentes” (PACOTILHA, 30 abr. 1902).

A nomeação de professores sem as qualificações exigidas e a criação ou abertura de cadeiras foram práticas que existiram simultaneamente com o fechamento de escolas e licença de professores. Essas ações justificam, por exemplo, a contratação de docentes não habilitados para o exercício do magistério, mas que eram aceitos para tal fim, conforme o Regulamento da Escola Normal de 1895. O próprio legislador deixava bem claro a possibilidade de contratação de docentes sem a formação exigida.

Para a cadeira que não estiver preenchida na forma dos artigos antecedentes, ou que, por qualquer motivo, não estiver sendo exercida pelo respectivo funcionário, o inspetor geral da instrução pública na capital, e as comissões escolares no interior, nomearão **peçoas idôneas independente de aprovação**, para reger provisoriamente durante o concurso impedimento ou licença do funcionário. (MARANHÃO. Lei n. 119 de 2 de maio de 1895. Reorganiza a instrução pública do estado. Coleção das leis do estado do Maranhão, 1895. Artigo 4º).

Encontramos ainda essa mesma referência no decreto de 1890, que dizia: “as vagas que se derem ao professorado do ensino primário, enquanto não houver diplomados na Escola Normal, e bem assim, as que ocorrerem nesta e no Liceu enquanto não houver lugar o concurso para o preenchimento das cadeiras será suprimida por nomeação interinas do governo do Estado” (MARANHÃO, Decreto nº 1890). Sobre essa mesma temática, encontramos outro comentário que discorria sobre a nomeação de professores sem as habilitações exigidas.

Outro fato que corrobora a nossa primeira asserção, isto é, que os governos têm descuidado da nossa instrução primaria, é o que se observa diariamente no provimento de cadeiras do interior, recaindo a escola, em regra em um amigo político e eleitoral, ou numa filha, neta ou parente do chefe local, as mais das vezes sem a instrução mais rudimentar. É uma lastima então verem-se essas pseudo-escolas primarias transformadas em patíbulos da língua, do método e, mais ainda da inteligência dos pobres criancinhas, não é só a incompetência a maior parte das nossas escolas do interior prima pela falta de frequência, motivada pelos professores que, não comparecendo durante semanas, quinzenas, e até meses inteiros a aula obtém, contudo, o atestado de frequência, documento mentiroso e falso que lhes faculta receberem desonestamente os vencimentos do tesouro exausto. Se quisermos enumerar todas as faltas do governo contra nossa instrução primária, apontamos-ia inúmeras, porém as mais graves aí ficam para o nosso fim basta por enquanto (A ESCOLA, 10 de março de 1902, n. 1).

Nessa mensagem fica claro que o governo não investiu satisfatoriamente no ensino primário, apesar da criação de leis e decretos. Porém, não podemos deixar de desconsiderar que alguns esforços foram empreendidos para o alcance, mesmo que tardio, da criação da Escola Normal, das reformas empreendidas na última década do século XIX e da nomeação de professores. Esses investimentos contribuíram para as mudanças no cenário educacional maranhense e para que os seus reflexos fossem sentidos com a criação dos Grupos Escolares.

Algumas mensagens publicadas nos jornais denunciavam ações das escolas, principalmente aquelas que estavam situadas no interior do Estado, lugar onde muitos professores se recusavam a lecionar, seja pela distância da sede, seja por causa dos salários mais baixos, pois as professoras da cidade tinham o ordenado maior que as do interior (povoados e vilas); seja pelo isolamento da família, pois era comum que os pais impedissem as filhas de assumirem cargos longe do seu recinto familiar e da proteção dos seus responsáveis. É fácil compreender essa postura se considerarmos os costumes da época, pois não era visto com bons olhos meninas ou mulheres andarem desacompanhadas. Havia um rigor moral e o cuidado das famílias em protegerem suas filhas sobre as difamações recorrentes nesse período.

O texto também utiliza a expressão ‘pseudo escolas primárias’, caracterizando bem esse tipo de escola, ou seja, as instituições de ensino que eram compostas por professores sem a habilitação necessária, indicados apenas por ato político ou familiar, com o uso de métodos arcaicos²⁸. De fato, o Estado não poderia exigir que, para o exercício da profissão docente, fossem contratados apenas aqueles professores formados na Escola Normal, já que esta teria surgido efetivamente em 1890. Sem falar que a atuação na escola de aplicação só seria possível depois de 1900, quando a Escola Modelo fora inaugurada.

A Escola Normal, por sua vez, era um estabelecimento de ensino profissional de regime misto, destinada ao preparo dos professores que deveriam ministrar o ensino nas escolas primárias do Estado. Compreendia um Curso de Instrução Geral, Curso de Instrução Técnico, uma Escola Modelo de Aplicação, própria para o exercício do magistério, e Curso Anexo à Escola Modelo, com caráter complementar. Segundo o inciso 4º, “os alunos tanto de uma categoria, quanto de outra, deverão ser de ambos os sexos, em igual número” (MARANHÃO, Regulamento da Instrução Pública, 1890, p. 4).

²⁸ Métodos arcaicos faziam referência ao método memorístico, pois tinha como consequência a baixa frequência dos professores, pois muitos faltavam o mês inteiro na escola.

O curso era concluído em quatro anos e abrangia conteúdos de instrução geral e técnica. A primeira se referia ao ensino de língua portuguesa e francesa, literatura, matemática elementar, ciências físicas e naturais, geografia, história geral e do Brasil, instrução cívica e caligrafia, desenho, música, ginástica e, exclusivo para o sexo feminino, economia doméstica, prendas femininas e desenho aplicado a estes. Já a instrução técnica se referia à história da educação e da pedagogia, observação crítica e prática na Escola Modelo. Segundo o artigo 7º, para o estudo prático dos materiais que exigirem, a Escola Normal teria os gabinetes e laboratórios necessários.

Como se pretendia adotar o ensino moderno, o art. 8º desse regulamento determinava que a Escola Normal também deveria possuir um museu pedagógico, “onde os alunos possam encontrar para facilitar-lhes o estudo dos métodos e processos de ensino, livros, documentos, plantas, desenhos, coleções, mobília e material escolar em constante exposição”. Segundo a remodelação desse espaço, era necessária a criação de uma biblioteca, que serviria de sala de leitura para professores e alunos, e, assim que possível, a criação de uma revista pedagógica dos atos oficiais no âmbito da instrução pública.

7.7 Impressões de viagens

Outra forma de dar visibilidade à atuação dos Grupos Escolares e, ao mesmo tempo, justificar os investimentos dos cofres públicos para a criação dessas escolas, tanto na capital como no interior do estado, corresponde às descrições de impressão de viagem. Nesses relatos observamos como os Grupos Escolares consagraram sua imagem como verdadeiras casas de ensino.

Impressões de viagem no Maranhão.

Publicado no “Estandarte” de São Paulo a seguinte descrição de viagem feita a nossa capital pelo ilustrado missionário Sr. Higgins que esteve há meses entre nós [...]

Dias felizes foram esses que passei no seio da igreja e da sociedade maranhense [...]

Há no Maranhão, um espírito de sociabilidade e de união, um cultivo de virtude cívica e de efeitos domésticos, um anelo pela verdade e pela liberdade que encantam e cativam [...]

Conforme foi já noticiado pelo “Estandarte” preguei diversas vezes na sede de nossos cultos no bairro do Anil, onde há uma grande fábrica de tecido de algodão e fiz cinco conferências públicas no vasto salão do Grupo Escolar situado a Rua Grande. (DIÁRIO DO MARANHÃO 12 agosto de 1905, n. 9605, ano 36).

FIGURA 40: Impressões de viagem.

Impressões de viagem
No Maranhão

Com este título acabamos de ler no «Estandarte», de S. Paulo, a seguinte descrição de viagem, feita á nossa capital pelo illustrado missionista, sr. Higgins, que esteve ha mezes entre nós, e onde as suas conferencias foram tão apreciadas:

Dias felizes foram esses que pas sei no seio da igreja e da sociedade maranhense.

A capital é aprazivel, e os recentes melhoramentos dão-lhe a feição de cidade moderna. Lá desembarcando, no dia 4 de Maio, apreciei sen bom caes, suas avenidas largas e arborizadas, suas praças ajardinadas, suas ruas bem cuidadas.

Uma dessas praças impressionou-me agradavelmente. Ao centro ergue-se, em alto pedestal, a estatua alva de Gonçalves Dias, gloria do Maranhão e da Patria. Ao redor, palmeiras reaes, palmeiras de nossa terra, enchem toda a praça com o diaphano verde de sua folhagem e abrigam com carinho a fronte eleita do cantor. E parece nos ouvir o poeta a cantar atraz das palmas es perancosamente esverdeadas, com a saudade infusa do coração patriota, com essa cadencia indizivelmente melancolica, que prende, fascina e arrebatá para a terra do ideal, para o seio amante da Patria, a canção suavissima do exilio:

«Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá;
As aves que aqui gorjeiam
Não gorjeiam como lá

Nosso céu tem mais estrellas,
Nossos campos tem mais flores,
Nossos bosques tem mais vida,
Nossa vida mais amores !»

E parece que a briza, balonçando religiosamente as copas das palmeiras ao redor do poeta, repete num ciclo saudoso, atraz do silencio sagrado do local, as palavras da canção:

«Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá;
As aves que aqui gorjeiam
Não gorjeiam como lá !»

Ha, no Maranhão, um espirito de sociabilidade e de união; um cultivo de virtudes civicas e de affectos domesticos; um anhelo pela verdade e pela liberdade, que encantam e captivam.

Esse nobre povo conserva ainda as glorias tradicionaes do passado ! Não é, pois, de admirar que nossos irmãos, na capital maranhense, manifestem esses mesmos predicados augmentados e sanctificados pelo Evangelho, e dêsem passo firme e seguro no caminho da nossa independencia ecclesiasticas.

Foi com muito amor e muita consideração que essa igreja recebeu o enviado do nosso presbyterio, amor sómente igualado pelo que tem mostrado votar-lhe a sua propria igreja.

Conforme foi já noticiado pelo «Estandarte», preguei diversas vezes na sede de nossos cultos, no bairro da Anil, onde ha uma grande fabrica de tecidos de algodão, e fiz cinco conferencias publicas no vasto salão do grupo escolar, situado á rua Grande.

O successo dessas conferencias excedeu muitissimo ás nossas expectativas e os jornaes da capital dellas se occuparam em termos generosissimos.

A' primeira concorreram umas

duzentas e cincoenta pessoas; á segunda umas trezentas e cincoenta e foi assim o auditorio crescendo até que, na quinta e ultima, para cima de seicentos ouvintes se acovelavam no amplo salão da escola publica.

José M. Higgins.
(Continua)

Fonte: DIÁRIO DO MARANHÃO, 12 ago. 1905, n. 9605, ano 36.

Nesse fragmento, observamos que ao noticiar que uma pessoa ilustre utilizava o espaço do Grupo Escolar para proferir palestra, fortalecia-se a imagem da instituição e assegurava notoriedade à mesma. Ora, se formos pensar nas formas de recepção dessa mensagem e da imagem da escola que fora utilizada como espaço público para realização de uma conferência por um missionário que percorria todo o Brasil, concluímos que a própria mensagem designa que a palestra foi realizada por um ilustrado, no vasto salão do Grupo

Escolar, localizado em uma rua de grande circulação. Essa ação nos possibilita questionar o porquê essa conferência não se realizou em outra escola e sim no primeiro Grupo Escolar.

Com essa possibilidade de congregar várias pessoas no mesmo espaço, havia também a intenção de promover a imagem da escola como uma instituição atuante e reconhecida. Nesses eventos, a população podia conhecer as dependências da escola e, principalmente, conferir as principais diferenças entre o instituto e as escolas isoladas existentes no período.

Outro tipo de mensagem que pode ser apresentada para comprovar a visão que se tinha dos Grupos Escolares refere-se às visitas realizadas pelo governador do Estado, momento em que essa personalidade demonstrava à população o seu compromisso com a instrução pública em todo o Estado. Além disso, frisava-se a eficiência na criação de escola e justificavam-se os gastos com tais investimentos, levando a população a acreditar no progresso que se poderia conseguir com esse empreendimento:

Notícia de São Luís a Teresina.
Barão de Grajaú, 21 julho 1906.
Visita de Benedito Leite

Ontem, vindo o Vapor amanheceu encahalado e o comandante esgotando os recursos manda pôr a bagagem na terra...
Chegamos ao porto de Codó ao meio dia a bordo diversas **pessoas gradas** que se demoraram em amistosa palestra com o governador do Estado
[...]

Fomos a duas escolas públicas estaduais do sexo masculino. A primeira cadeira é regida pelo professor Hemenegildo Estevam dos Santos e tem 104 alunos matriculados, regulando a frequência média de 60 alunos. A segunda, dirigida pelo professor Joao Henrique de Souza Figueiredo tem mais ou menos o mesmo número de alunos matriculados, sendo que a frequência média é de 45 alunos.

Pensam os codoenses que trarão resultados de alto lance múltiplas reformas que pretendem levar a cabo. **Na praça do cruzeiro será construído o edifício para o Grupo Escolar que o estado vai organizar na importante cidade.** Os poderes municipais, auxiliados por alguns particulares partidários do progresso, acham-se já aparelhados não só para auxiliar as despesas com a aquisição do respectivo material escolar, como também a municipalidade sem orçamento, disporá de verba para auxiliar as despesas com o professor. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 31 ago. 1906, n. 9924).

FIGURA 41: Visita de Benedito Leite.



Fonte: DIÁRIO DO MARANHÃO, 31 ago. 1906, n. 9924.

Nessa mensagem é descrita uma visita feita por Benedito Leite à cidade de Codó, em 1906. O governador do Estado foi recebido por pessoas gradas, conforme a própria documentação menciona, isto é, pessoas da alta posição social, convidadas, especialmente, para recepcioná-lo. Apresentada em linguagem de fácil compreensão, podemos ver que a ênfase da mensagem é dada a algumas ações, por exemplo: a visita feita às duas escolas estaduais, a frequência e o número de matriculados, o nome dos professores, a partir do qual podemos inferir que se tratava de escolas para o sexo masculino, já que era regido por professores e não professoras.

A partir do discurso de Benedito Leite, as pessoas gradas também confirmaram a sua ajuda para a realização de reformas nesse município, ajudando a esfera pública com a

doação de parte dos recursos para a criação de um Grupo Escolar. Para tanto, teria sido indicada a Praça do Cruzeiro para edificação do instituto. Apesar dessa empolgação, observa-se que muito do que foi dito nessa visita de Benedito Leite ao município de Codó somente se concretizou em parte, pois, em 1908, foi criada apenas uma cadeira do Grupo Escolar, sob a regência da professora Catharina Moreira. Tal fato desmentia, de certo modo, a mensagem divulgada em 1906, que dizia que haveria recursos para auxiliar nas despesas com os professores, além de criar um prédio próprio, fato que não se concretizou, já que apenas uma cadeira foi criada e permaneceu assim até a extinção em definitivo dos Grupos Escolares, em 1912.

Ao noticiar que o governador do Estado esteve em Codó e que nessa oportunidade se dirigiu a duas escolas primárias, tentava-se demonstrar que ele se preocupava com tal modalidade de instrução e com a escolarização dos filhos dos homens dessa terra. Da mesma forma, os pais de família eram influenciados a ver nessa atitude algo incentivador e assumirem com isso a responsabilidade de enviarem seus filhos à escola. Havia também a esperança de melhoria do ensino, da estrutura e da disponibilização de recursos para a manutenção e pagamento dos professores, fato que, mesmo não se concretizando totalmente, influenciava e chamava a atenção de toda a população para a atuação do Estado nesse município.

Já na descrição da visita ao município de Rosário, realizada no dia 5 de setembro de 1906, terra natal do então governador do Estado, Benedito Leite, reconhecia-se a necessidade de melhorar a situação da instrução pública no município, sobretudo no que se refere à estrutura física do Grupo Escolar, criado em 20 de abril de 1906. Nessa ocasião, as aulas começaram fora da data determinada pelo regimento interno, fazendo com que o governador constatasse a falta de estrutura para acomodação das duas turmas que foram criadas para esse instituto. O governador prometeu a construção de um edifício durante a sua gestão, fato que, assim como no Grupo Escolar de Codó, não foi concretizado totalmente.

[...] chegamos a Rosário às 4 horas da manhã

O Grupo Escolar instalado em abril último está num edifício acanhado, a matrícula tem excessivo número de alunos em relação a casa e as crianças não se podem distender conforme aconselha a pedagogia moderna, o Grupo Escolar rosariense vai ter instalação especial. A direita da igreja matriz há um terreno que se presta admiravelmente para o edifício que querem construir, o senhor Benedito Leite examinou esse terreno e prometeu na sua administração dotar a terra natal com esse admirável melhoramento. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 5 set. de 1906, n. 9928).

FIGURA 42: Visita de Benedito Leite a Rosário.

O Grupo Escolar, instalado em abril ultimo, está num edificio acabado. A matricula tem excessivo numero de alumnos em relação á casa, e as crianças não se podem distender conforme aconselha a pedagogia moderna. Vae o Grupo Escolar Rosariense ter installação especial. A' direita da igreja Matriz ha um terreno que se presta admiravelmente para o edificio que querem construir. O sr. Benedito Leite examinou esse terreno e prometeu, na sua administração, dotar a terra natal com esse inadiavel melhoramento.

Fonte: DIARIO DO MARANHÃO, 5 set. de 1906, n. 9928.

Essa mensagem, apresentada na página inicial do Jornal *O Diário do Maranhão*, demonstrava a atuação de um governo que se sensibilizava pela educação, que investia recursos públicos na melhoria da instrução pública do estado e, da mesma forma, pretendia levar à população a crença na funcionalidade desse governo e o reconhecimento de que o projeto de interiorização dos Grupos Escolares estava sendo concretizado. A divulgação dessas visitas, aliada às propagandas em prol da instrução pública, incentivava muitas famílias a procurarem essas instituições para matricular seus filhos, já que, no comentário acima, mencionava-se que essas escolas tinham uma frequência considerável. Contudo, os Grupos Escolares estavam instalados em um prédio com pouca estrutura, sendo a criação de um edificio amplo e adequado para o empreendimento, pois as crianças estavam amontoadas, o que não correspondia aos preceitos da pedagogia moderna.

Essa constatação de que os Grupos Escolares necessitariam de espaço adequado, estruturado e racionalmente organizado, leva-nos a inferir que essas escolas eram vistas como Verdadeiras Casas de Ensino e que o governo se preocupava em estender a criação desses empreendimentos de qualidade para o interior do Maranhão. Mencionava-se, por exemplo, que a cidade de Rosário precisava desse admirável melhoramento, referindo-se à criação de um edificio para os Grupos Escolares. Outro comentário que podemos citar trata-se de uma visita do reverendo Francisco de Paula, bispo de São Luís ao Grupo Escolar.

DIÁRIO DO MARANHÃO n. 11144, ano 41, 22 ago. 1910.

O reverendo senhor Dr. Francisco de Paulo, virtuoso o ilustrado bispo desta diocese [...] visitou o Grupo Escolar, bem como uma escola particular que aqui existe, sendo em ambos os estabelecimentos recebidos festivamente.

FIGURA 43: Visita do Bispo de São Luís ao Grupo Escolar De Rosário.

Rosario—A proposito da visita do prelado diocesano ao Rosario, escrevem-nos dessa villa, em data de 16 do corrente:

«Em regresso de sua visita pastoral, esteve entre nós s. exc. revma. o sr. d. Francisco de Paula, virtuoso e ilustrado bispo desta diocese, desde o dia 12 até hontem, retirando-se para essa capital na lancha «S. Luiz».

Durante os poucos dias, em que aqui se demorou, o prelado maranhense pregou todas as noites, por occasião das novenas de S. Benedicto, cuja festividade se está celebrando nesta localidade.

Escusado é dizer que as predicas do estimado pastor, visando sobretudo combater o erro e exhortando ao cumprimento dos deveres religiosos, agradaram em toda linha, já pela pericia e singeleza da dicção, já pelo mimo e brilho das imagens empregadas.

S. exc. revma. visitou o grupo escolar, bem como uma escola particular que aqui existe, sendo em ambos os estabelecimentos recebido festivamente.

Os operarios da olaria «Ilha S. Antonio», precedidos de seu director, Mr. Antoine Graziere, e de uma banda de muzica, foram cumprimentar o illustre viajante, que respondeu ás suas saudações com uma brilhante oração analogica, conforme ja havia feito nas escolas.

Tambem deixou aqui fundas sympathias, pela affabilidade e fino trato, o revdm.º sr. padre Lemerrier, digno secretario de s. exc. revdm.º

O sr. dr. José Domingues, engenheiro chefe da 2.ª secção da E. de Ferro de S. Luiz a Caxias, proporcionou ao exm.º sr. bispo e aos demais cavalheiros que o acompanharam, um ameno passeio a trem, até ao ponto onde se acha assente a linha ferrea.

O embarque de s. exc. foi feito com crecido acompanhamento de familias, cavalheiros e povo, todos igualmente empenhados em dar-lhe o saudoso adeus de despedida.

A' sua exc. reiteramos daqui os protestos da nossa respeitosa admiração, fazendo os mais ardentes votos pela sua preciosa saúde e prosperidade na administração episcopal.

Fonte: Diário do Maranhão, 22 ago. 1910.

Não sabemos dizer qual o motivo da visita, mas o mais importante em demonstrá-la é justamente destacar que, a partir desse acontecimento e ao ser publicado no jornal, mesmo que a notícia não tenha sido apresentada com destaque tipográfico e nem ocupe um lugar privilegiado no jornal, esse tipo de informação impactava em grande parte da população. Ao saber que uma escola do Estado recebia como visitante uma pessoa ilustre, confirmava-se sua

representação como uma *Verdadeira Casa de Ensino*, atribuindo-se à sua imagem de uma instituição reconhecida, organizada e bem quista pela sociedade maranhense.

Se por um lado alguns jornais reforçavam a imagem dos Grupos como sendo de uma instituição de prestígio, por outro, encontramos críticas feitas ao governador do Estado em uma notícia sobre a visita ao Maranhão do Presidente da República, Afonso Pena, em 1906. Nesta Benedito Leite foi acusado de maquiar o cenário educativo nesse momento, tentando convencer as autoridades presentes que a instrução estaria tendo os efeitos desejados, conforme se pode conferir no fragmento abaixo:

FIGURA 44: Visita de Afonso Pena.



Fonte: PACOTILHA, 13 jun. 1906, n. 139. ano 26.

O senhor Benedito Leite, cuja megalomania está hoje no domínio de todo mundo, não perde vasa para se inculcar como modelador da instrução pública nesta terra, exausta de aturar os constantes despautérios, as rematadas tonterias de tão iminente estadista.

É assim que, para armar ao efeito, e como trabalho de encenação, o jacumahuba das mexidelas fez seguir para Caxias, tocando nas demais localidades do rio Itapecurú, o senhor Dr. João Machado, inspector da

instrução pública do estado, a fim de acordar ao modo porque deve ser recebido nesses pontos, a visita do dr. Afonso Pena.

Entre outras determinações que fez ao seu emissário, o senhor Benedito Leite ordenou que ele impusesse aos professores a obrigação de comparecerem ao desembarque do presidente eleito, acompanhados da respectiva petizada, que deverá trajar uniformes brancos, meias pretas e sapatos rasos, também brancos. Para que a meninada escolar não apareça em toda a sua insignificância numérica, o emissário levou instrução no sentido de ao séquito estadual se incorporar o maior número possível de crianças, embora estas não frequentem as aulas do governo.

O que o senhor Benedito Leite visa com semelhante embuste, é que o senhor Afonso Pena se convença de que a instrução está tão derramada pelo estado que mesmo no interior, onde, aliás, quase todas as escolas foram suprimidas, é enorme, é estupenda a população escolar. Onde já se viu um charlatão dessa ordem. (PACOTILHA, jornal da tarde, 13 jun. 1906, n. 139, ano 16).

Essa crítica revela que, mesmo com as mudanças ocorridas no campo da instrução pública – nomeação de lentes, criação de cadeiras –, o Maranhão ainda se ressentia por uma cultura escolar favorável, onde se percebesse as mudanças pretendidas. Quando falamos da criação dos Grupos Escolares, por exemplo, estes tiveram uma tímida expansão, seja por motivos de ordem econômica ou política. Mesmo nos lugares onde foram criados, apresentavam problemas estruturais, especialmente quanto ao prédio escolar, à frequência de alunos, à falta de professores e à ausência de materiais.

Para o redator desse jornal, Benedito Leite não passava de um charlatão, porém não podemos perder de vista que esse jornal era de oposição ao governo. Em contrapartida, apesar dessas denúncias, num processo lento, mas, ao mesmo tempo, possível e necessário, o público-alvo entenderia a importância da instrução. Nessa mensagem podemos ainda destacar os adjetivos que remontam pejorativamente a imagem do governador do Estado: o *Jacumahuba das mexidelas* – índio da desordem; *despautério* – ação despropositada, disparate; *modelador da instrução pública* – em tom irônico; *rematadas tonterias* – comportamento tonto; absurdo no proceder, loucura; *embuste* – mentira; *charlatão* – engana a boa fé do povo. Simultaneamente, esses adjetivos tanto desmereciam a atuação do governador quanto ressaltavam a importância que devia ser dada à instrução pública, necessitando, de fato, que ela se propagasse por todas as partes do Estado, sem apenas maquiagem essas visitas.

Esta mesma notícia também foi divulgada em Mensagem do dia 21 de fevereiro de 1908, apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Maranhão, pelo Exm. Snr. Dr. Benedito Pereira Leite. Governador do Estado.

Um outro fato e da maior importância foi a visita a este estado do Exm. Sr. Afonso Augusto Pena, Presidente eleito da Republica.

Dominada pelo sentimento de patriotismo e pelo desejo de esclarecer o mais possível o espírito para o exercício do seu elevado cargo, empreendeu Sr. Exm. Uma viagem aos Estados. A fim de ficar conhecendo-os de perto, tanto quanto lhe fosse possível, de modo a poder no governo atender com conhecimento de causa as necessidades de cada um deles, orientando-se ao mesmo tempo para a gestão dos negócios referentes a toda a federação [...], chegou ao porto desta cidade a bordo do Vapor maranhense, no dia 5 de julho do ano próximo passado. Achando-se em obras o Palácio do governo, foi Sr. Exm. Com toda a sua comitiva hospedada no palácio episcopal para isso gentilmente cedido pelo ilustre governador do bispado, Monsenhor Vicente Galvão.

[...] em todas as localidades do nosso estado foi S. Exm. Recebido com as maiores demonstrações de afeto, as quais todas tive o prazer de assistir, assim como as que S. Exm. Recebeu também na capital do estado vizinho (Pará).

Durante todo o tempo em que estive neste estado procurei cercar a S. Exm. Das mais significativas homenagens a que tinha direito já pelo alto cargo para que se achava eleito, já pela veneração que merece de todos os brasileiros (MARANHÃO, MENSAGEM. 1907, p. 4-5).

Nesta mensagem podemos ver o esforço de Benedito Leite em apresentar as condições satisfatórias na qual se encontrava o Maranhão relativas à instrução pública. De fato, Afonso Pena foi recebido por um público entusiasmado com a visita de um presidente da república. Outro ponto que merece ser ressaltado foram as tomadas pelo governador para impressionar o presidente, Benedito Leite conseguiu mobilizar grande parte da população mesmo sem ter de fato promovido satisfatoriamente as melhorias necessárias ao bom encaminhamento da instrução no Estado.

As professoras também se mobilizaram, criando estratégias para que os Grupos Escolares consolidassem sua imagem como *Verdadeiras Casas de Ensino*. O *Diário do Maranhão* também noticiou visitas realizadas pelos alunos e professores do Grupo Escolar à sede do governo do Estado.

As três professoras e uma comissão de alunos de segundo Grupo Escolar foram hoje ao palácio cumprimento o exm. Sr. Dr. governador do estado, que as recebeu no salão nobre.

A aluna Amélia de Souza Martins [...]. Em nome de suas colegas, oferecendo-lhes belíssimos ramalhetes de flores naturais.

O manifestado agradeceu, penhorado, a homenagem de que foi alvo. (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 11008, ano 41, 12 mar. 1910).

FIGURA 45: Visita do Grupo Escolar ao Palácio do Governo do Maranhão.

[...]. As três professoras e uma comitiva de alunos do Segundo grupo escola foram hoje ao palácio cumprimentar o exm. Sr. Dr. Governador do Estado, que as recebeu no salão nobre. A aluna Amélia de Souza Martins saudou o exc. em nome de suas colegas, oferecendo-lhe belíssimos ramalhetes de flores naturais. O manifestado agradeceu, penhorada, a homenagem de que foi alvo. [...] (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 11025, ano 41. 2 abr. 1910).

Veio para o governo do Maranhão não em missão partidária, e sim para promover o bem estar do Estado, com o consenso de todos os maranhenses, sem distincção de partidos.

—As tres professoras e uma comissão de alumnas do 2.º grupo escolar foram hoje a palacio cumprimentar o exm- sr. dr. governador do Estado, que as recebeu no salão nobre.

A alumna Amélia de Souza Martins saudou s. exc., em nome de suas collegas, offerecendo-lhe bellissimos ramalhetes de flores naturaes.

O manifestado agradeceu, penhorado, a homenagem de que foi alvo.

—O exm. sr. dr. Luiz Domingues visitou hoje, pela manhã, as obras do Gaes da Sagração, percorrendo os trechos construidos e a construir, em companhia do deputado Virgilio Domingues e dos engenheiros Anisio Pahlano e Eivaldo Nina.

—Por portaria de hontem, foi nomeado juiz municipal da comarca do Godó o dr. Raimundo Leoncio Rodrigues, actual promotor da Tutoya.

FIGURA 46: Visita do Grupo Escolar ao Palácio do Governo do Maranhão.

[...] os alunos do primeiro Grupo Escolar de que é secretária a exma. Sra. D. Ana Rocha de Oliveira Barroso, visitam hoje o senhor governador do estado, acompanhados das respectivas professoras. (DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 11025, ano 41. 2 abr. 1910).

—O sr. governador sancionou os projectos:

1) Que cria um externato na Barrã do Corda:

2) Que suprime o termo de Curralinho e restabelece o de Burity.

3) Que auctorisa o governo do Estado a abrir os creditos de 2:744\$600 e 1:797\$400, para pagamento de ajuda do custo a deputado e pretis ao destacamento de Carolina.

4) Que cria o logar de delegado de policia do municipio da capital.

5) Que permite aos serventurios de justiça passar o exercicio do cargo independente de licença.

6) Que cria diversas cadeiras de easino publico.

—Os alumnos do 1.º grupo escolar, de que é secretaria a exm.ª sra. d. Anna Rocha de Oliveira Barroso, visitaram hoje o sr. governador do Estado, acompanhados das respectivas professoras.

Na primeira mensagem podemos confirmar que nos Grupos Escolares, mesmo com os pedidos de licença e aposentadoria, transferência e empréstimo de professores para a realização de outras atividades em outras escolas ou repartições, se conseguiu manter a graduação do ensino, pois havia a presença das três professoras nesse período. No segundo comentário também observamos a manutenção dessa informação, que se referia ao primeiro Grupo Escolar.

De fato, a existência da graduação do ensino era um diferencial entre as escolas estaduais. A partir delas se poderia progredir gradativamente, conforme o aprendizado dos alunos. Esse foi um dos fatores que levou essas escolas a serem idealizadas como *Verdadeiras Casas de Ensino*. De qualquer forma, o que as professoras desejavam com essa publicação era dar uma resposta ao poder público sobre a sua atuação na direção dos Grupos Escolares. Essa era uma forma de garantir a manutenção de seus vencimentos e ou gratificações, e reivindicar alguma melhoria, seja estrutural ou salarial.

Desse modo, a sociedade, ao ler as mensagens sobre os Grupos Escolares ou sobre a agenda do governo, percebia que os Grupos eram escolas bem-conceituadas, regidas por professoras influentes, pois o fato de visitarem o governador do Estado atestava essa notoriedade. Logo, era também uma forma de aumentar o número de alunos matriculados, fato que impulsionava a divulgação desses eventos.

7.8 Por Gladio a pena e por escudo o livro: entre as críticas e elogias a instrução pública

Barbosa de Godóis, sendo um dos responsáveis pela educação pública primária do Maranhão, desde a gestão da Escola Normal (1890) até a direção dos Grupos Escolares em 1912, destacou as melhorias empreendidas no período em que esteve à frente desses institutos, quando obteve aprovação popular e fortaleceu a sua imagem como um bom educador. Em sua fala, sempre tentou amenizar as dificuldades existentes no ambiente escolar: se de um lado ele defendia a instalação das Escolas Normais, por outro não conseguia garantir a efetiva formação desses educandos.

Apesar disso, ele ressaltava as melhorias empreendidas na sua gestão: “não pretendemos inculcar que esteja completa a nossa organização escolar e nem que ela seja invulnerável, salientamos apenas os esforços empregados, desde certa data, entre nós para a melhora do ensino público primário” (GODÓIS, 1910, p. 127). Dessa forma, apresentou as principais iniciativas implementadas durante a sua gestão:

Ninguém ignore, entre nós que a começar da instituição do novo regime político no Maranhão, a instrução primária na capital começou a ter maior desenvolvimento, com a criação, pelo município, de um avultado número de escolas do primeiro grau o número dos analfabetos decresceu naturalmente e em larga escala, em face da numerosa frequência de alunos em muitos desses estabelecimentos, a sim que decresceu a frequência das poucas escolas estaduais que existem na capital. De 1899 em diante, com a reforma da Escola Normal nesse ano e a inauguração da escola modelo em 1900, dos grupos escolares da capital em 1903, do curso anexo em 1909 etc. Subiu ainda mais e extraordinariamente o movimento escolar, efetuando-se, além disso, a transformação dos programas métodos e processos de ensino, nas escolas estaduais e nos próprios institutos particulares (GODÓIS, 1910, p. 146).

No entanto, no jornal *Pacotilha*, número 2, de 30 de abril de 1902 - jornal de oposição ao governo Colares Moreira -, foi feita a denúncia de que essas investidas não passavam, em sua maioria, de atos legais, pois “a instrução é aí uma coisa pronta sempre para amoldar-se à conveniência exercida por uma série de atos que o que menos visam é o melhoramento do ensino”. Por essas e outras, segundo Godóis (1910), o conselheiro, em um dos seus momentos de bom humor, já dizia que o Sr. Benedito Leite estava convencido de que as reformas de ensino consistiam, apenas, em nomeações de lentes.

Ao mesmo tempo em que Barbosa de Godóis ressaltava os proveitos obtidos com a criação de várias escolas, no que se refere ao aumento da frequência escolar, da mesma forma, ele reconhecia que essas iniciativas não foram suficientes para promover efetivas mudanças no campo da instrução pública. Na realidade, quando observamos que Barbosa de Godóis assumiu um lugar privilegiado, ocupando-se do gerenciamento de várias instituições escolares nesse período, e que, durante esse transcurso, solicitou algumas melhorias para a instrução pública, sem obter êxito, compreendemos que nos relatórios elaborados por ele, Godóis pretendia destacar a sua atuação e se manter ainda na direção dessas instituições, intenções que nos mostram os motivos que levaram esse intelectual a tecer comentários contraditórios dessa natureza.

O certo é que, apesar dos investimentos empreendidos nesse momento, observamos que a situação na qual se encontrava a instrução pública carecia de mais tempo e de mais atenção por parte dos legisladores. O Jornal *O Porvir* (São Luís, fev. 1902, n. 2, mensal), em contraste com o Jornal *A Escola* de igual período, apresenta um comentário sobre a mudança do cenário caótico da instrução pública maranhense.

FIGURA 47: Notícia sobre o cenário da instrução pública maranhense, 1902.



Fonte: O Porvir, n. 2, ano. 1, fev. 1902, p. 1.

O Maranhão [...] vai penetrando aos poucos com os demais estados da república, no marasmo assustador da crise financeira; mas como que para compensar essa ruina material que pouco vale nos olhos daqueles que estão habituados a lutar contra os revezes da fortuna, tem-se notado que a ciência e a literatura vão se erguendo gradualmente da atonia em que as havia lançado a indiferença criminosa dos homens sem ideias.

O dinheiro vai desaparecendo [...] mas a ideia, sublime, radiante, vem assomando majestosamente no horizonte que nos cerca, espreado por sobre nós essa imensidade de luz benéfica que purifica os espíritos incultos, e santifica as almas peccadoras.

A mocidade maranhense, reconhecendo que a evolução do progresso de uma nação está na razão direta do cultivo intellectual do povo dessa nação [...]

concorrendo para que o Maranhão volte a ocupar o lugar de honra que já foi a ele conferido no mundo científico e literário.

De fato, nota-se em todos e em tudo uma animosa febre de entusiasmo pelo cultivo das letras e ciências, sentimentos que todos os dias tomam maiores proporções, invadindo até aqueles que, como nós, sentem-se fracos para trabalhar pelo elevamento do espírito nacional.

À frente dessa falange de lutadores que se erguem tendo por **gladio - a pena e por escudo - o livro**, destaca-se o vulto empático de Antônio Lobo [...] Pedro Nunes. (O PORVIR, n. 2, ano. 1, fev. 1902, p. 1).

É importante salientar que Antônio Lobo era um dos redatores chefes desse jornal. Nesse período também ocupava um cargo público – o de Diretor da Biblioteca Pública do Maranhão e, por tal ofício, elencava as ações do governo como benefício popular. Lobo também era um dos defensores dos ideais republicanos e tencionava, por meio de seus escritos, estimular as mentes da população para os benefícios de enviar seus filhos à escola, chamando atenção nesse comentário que havia um grande entusiasmo pelo cultivo das letras. Vale lembrar que Antônio Lobo nessa época (1898 a 1910) como diretor da Biblioteca Pública do Maranhão criou uma sala de leitura específica para o público infantil e adequou uma sala de leitura exclusiva para as mulheres (SILVA, 2012).

No Jornal *O Porvir* (1902), encontramos também uma listagem das instituições que lutavam pela ciência e pela literatura - Oficina dos Novos, Renascença Literária, Centro Artístico Eleitoral, Grêmio Literário Theófilo Dias. Apresenta também o título dos livros e jornais que contribuíram para o movimento educativo no Estado: Livros - *Os milagres de São José de Ribamar*, comédia de Américo Azevedo; *Questões transcendentais*, de Sergio A. Vieira; *Instrução cívica*, de A. R. Barbosa de Godóis; *Obras completas* de João Francisco Lisboa, reimpressão de Pedro Nunes Leal; *Fragmentos para a Corografia do Maranhão*, de Justo Jansen Ferreira; *Debate*, romance de Sienkiewicz e tradução de Antônio Lobo; Revistas e jornais - *Revista do Norte*; *A renascença*; *Jornal dos Artistas*; *Os novos*; *Avante e O Povir*.

Como bem dizia Godóis, “a cultura que a escola proporciona denuncia o preparo de quem a rege”. Em uma publicação registrada no Jornal *A Escola*, muitos “alunos saíam da escola primária sem a capacidade de continuar seus estudos nas casas de ensino, por não receberem instrução sólida e segura, estão incapazes de exercer qualquer emprego, por mais elementar que sejam os conhecimentos exigidos” (A ESCOLA, 1902). Ele dizia ainda que:

É este um dos pontos para o qual chamamos muito a atenção dos poderes constituídos e bem assim dos exms. Srs. Pais de família que zelam pela educação de seus filhos. Não é só em nosso Maranhão, é geral em nosso país essa fantasia que reina na instrução da mocidade e especialmente na instrução primária, onde os prejuízos são consideravelmente maiores;

quantos moços saem das escolas primárias e não podem mais frequentar casas de ensino? Se não receberam na escola primária um pouco de instrução sólida e segura, estão incapazes de exercer qualquer emprego, por mais elementar que sejam os conhecimentos exigidos. É com experiência e com pesar que escrevo estas linhas, por ver como são iludidos os pais que confiam seus filhos a uma casa de ensino ou mesmo particular com raras exceções. O objetivo afinal é apenas um efeito surpreendente para o momento dos exames, em que é dado aos pais e interessados ajuizar do aproveitamento de seus filhos ou tutelares. A nossa maneira de pensar é franca e em nossas linhas escritas pode se ler a expressão da verdade e do sentimento que reina em nossos corações sobre um menino de uma escola primária com o seu certificado de exame.

A instrução primária entre nós agasalhado nestas colunas resolvemos sair por um minuto da nossa penumbra e estar a escrever uma série de considerações sobre o momentoso assunto da instrução primária, se não temos outra pretensão se não a de sermos útil ao nosso torrão e concorrermos na medida das nossas forças para a formação e desenvolvimento da intelectualidade das criancinhas maranhenses que são os futuros continuadores das nossas honrosas tradições intelectuais. Desde que, há doze anos, nos decidimos ao magistério, temos observado que a instrução primária do nosso estado tem sido deploravelmente descuidada quer pelos governos, encarregados de criá-la e mantê-la quer pelos encarregados de difundi-la, quer mesmo pelos pais e mais interessados pelas crianças.

Na capital onde a vista dos governos, está mais próxima dos interesses da coletividade e deveria por isso cuidar-se mais seriamente a instrução, aqui mesmo este ramo do público serviço tem sido colocado em plano inferior, contrariamente ao que acontece em outros estados da república.

Tendo desaparecido os concursos públicos, que para nós, constituíam, quando honestamente realizados, o melhor e o mais seguro meio de aproveitar aptidões para o magistério criou-se a escola normal para como nos outros estados, preparar futuros preceptores da mocidade, nos primeiros passos desta na senda da instrução.

Nada mais benéfico nem mais proveitoso, mas este instituto não em infelizmente desde a sua criação até agora, produzido os frutos desejados, porque os professores diplomados, na sua maioria senhoras não tem querido aceitar cadeiras no interior do nosso estado onde, como é obvio, mais necessário é a instrução primária, preferindo as que não são aproveitadas para as cadeiras da capital, ficar em completa inação. Além disso, sendo nulo o número dos professores normalistas do sexo masculino não podem ser providas as escolas deste sexo no interior por professores habilitados. E este fato é devido, pensamos, a diminuta remuneração consignada por lei a esses professores, que bem merecem uma recompensa compatível com o grande papel que lhes é confiado.

O governo do estado, nestes últimos tempos, procurando difundir e melhorar a nossa instrução primária criou aqui na capital grande número de escolas providas de professores e adjuntas com grande peso para os cofres do erário, mas sem nenhum proveito para a infância, por que esses estabelecimentos faltos de aparelhos móveis e utensílios próprios e até de casarão passam das velhas escolas de outrora.

Assim a boa e louvável intenção o governo vem sendo em pura perda melhor fora reduzir o número de escolas e com produtos da consequente economia melhorar o material didático das restantes assistindo a tudo isso grande critério na escolha dos professores só tendo em vista o preparo e, sobretudo, a divisão deles.

[...].

Estamos profundamente convencidos de que não é a nossa escola normal a que nos há de dar professores para a escola modelo, eles ainda deverão ser feitos, antes disso a escola modelo apenas será o nome de um maranhense que ama a instrução de sua terra, mas que ainda precisa fazer por ela. (A ESCOLA, 1902, p. 2).

FIGURA 48: Críticas as escolas primárias.

A escola primaria

I

E' este um dos pontos para o qual chamamos muito a attenção dos poderes constituídos e bem assim dos exims. srs. pais de familias que zelam pela educação de seus filhos. Não é só em nosso Maranhão, é geral em nosso paiz essa phantasia que reina na instrucção da mocidade e especialmente na instrucção primaria, onde os prejuizos são consideravelmente maiores. Quantos moços sahem das escolas primarias e não podem mais frequentar casas de ensino?! Se não receberem na escola primaria um pouco de instrucção solida e segura, estão incapazes de exercer qualquer emprego, por mais elementares que sejam os conhecimentos exigidos. E' com esperiencia e com pesar que escrevo estas linhas, por ver como são iludidos os pais que confiam seus filhos a uma

casa de ensino publico ou mesmo particular com raras excepções. O objectivo actual é apenas um effeito surprehendente para o momento dos exames, em que é dado aos pais e interessados ajuzar do aproveitamento de seus filhos ou tutelados. A nossa maneira de pensar é franca e em nossas linhas escriptas pode se ler a expressão da verdade e do sentimento que reina em nossos corações. Sahe um menino de uma escola primaria, com o seu certificado de exame;—um camões de baixo do braço, uma grammatica de 3.º anno de J. Ribeiro, uma arithmetica de Serrasqueiro e outros livros de curso superior, á vista dos quaes a nossa primeira impressão é de estar muito desenvolvida a instrucção em nosso terra. Mas, terrivel desillusão! Tudo aquillo é méra phantasia! E sabeis qual é a realidade? Eil-a:—a creança não sabe ler direito e mal escreve. Não sabe sommar nem diminuir.

No Rio de Janeiro, não ha muito tempo, tivemos occasião de apreciar os exames de um dos mais afamados collegios e eis o que vimos em um exame de gographia: Uma menina de oito annos desenhar num quadro preto o nosso Estado do Maranhão. Satisfeito com tal exhibição fui cumprimental-a, com permissão da directora, e procurei conversar com a menina sobre outros estados do Brazil; mas, sempre a mesma phantasia:—ella só tinha preparado o *Maranhão* para o exame.

São estas as primeiras verdades que apresento hoje aos nossos leitores, almejando que ellas sejam lidas com o verdadeiro interesse que deve haver em materia de educação. Certos de que sem instrucção não haverá progresso e sem progresso voltaremos a barbaria.

Palmaria.

A instrucção primaria entre nós

I

Agasalhado n'estas columnas resolventes sahir por um momento da nossa penumbra e tentar escrever uma serie de considerações sobre o momentoso assumpto da instrucção primaria. Temos outra pretensão sinão a de sermos util ao nosso torrão e concorrermos na medida das nossas forças para a formação e desenvolvimento da intellectualidade das creancinhas maranhenses que são os futuros continuadores das nossas honrosas tradições intellectuaes.

Desde que, ha doze annos, nos dedicamos ao magisterio, temos observado que a instrucção pri-



maria do nosso Estado tem sido deploravelmente descuidada quer pelos Governos, encarregados de creal-a e mantel-a, quer pelos encarregados de difundil-a, quer mesmo pelos paes e mais interessados pelas crianças.

Na capital onde a vista dos governos, está mais proxima dos interesses da collectividade e deveria por isso cuidar-se mais seriamente a instrucção, aqui mesmo este ramodo publico serviço têm sido collocado em plano inferior, contrariamente ao que acontece em outros Estados da Republica.

Tendo desaparecido os concursos publicos, que, para nós, constituíam, quando honestamente realizados, o melhor e o mais seguro meio de aproveitar aptidões para o magisterio—creouse a Escola Normal para, como nos outros Estados, preparar futuros preceptores da mocidade, nos primeiros passos d'esta na senda da instrucção.

Nada mais benéfico nem mais proveitoso.

A criação da Escola Modelo,—si ella fosse o que realmente deve ser, seria um grande passo a favor da Instrucção Primaria. O benemerito maranhense, que a idealizou e creou, não contava certamente com a exiguidade dos nossos recursos financeiros, e pena é, na verdade, que tão proveitoso tentamen não seja ainda uma realidade.

Estamos profundamente convencidos de que não é a nossa Escola Normal a que nos ha de dar professores para a Escola Modelo; elles ainda deverão ser feitos; antes disso a Escola Modelo apenas será o nome d'um maranhense que ama a ins-

Mas este instituto não tem, infelizmente, desde a sua criação até agora, produzido os fructos desejados, porque os professores diplomados, na sua maioria senhoras não têm querido aceitar cadeiras no interior do nosso Estado, onde, como é obvio mais necessario é a instrucção primaria, preferindo as que não são aproveitadas para as cadeiras da Capital, ficar em completa inacção. Alem disso sendo nullo o numero dos professores normalistas do sexo masculino, não podem ser providas as escolas d'este sexo no interior por professores habilitados. E este facto é devido, pensamos, á diminuta remuneração consignada por lei a esses professores, que bem merecem uma recompensa compatível com o grande papel que lhes é confiado.

O Governo do Estado, n'estes ultimos tempos, procurando diffundir e melhorar a nossa instrucção primaria, creou aqui na capital grande numero de escolas providas de professores e adjunctas com grande peso para os cofres do erario mas sem nenhum proveito para a infancia, porque esses estabelecimentos faltos de aparelhos, moveis e utensilios proprios e até de casa—não passam das velhas escolas de outr'ora. Assim a boa e louvavel intenção do Governo vai sendo em pura perda. Melhor fora reduzir o numero de escolas e com producto da consequente economia melhorar o material didatico das restantes, assistindo a tudo isso grande criterio na escolha dos professores só tendo em vista o preparo e sobretudo a dedicação d'elles.

trucção de sua terra mas que muito ainda precisa fazer por ella.

Outro facto que corrobóra a nossa primeira asserção, isto é, que os Governos têm descuidado da nossa instrucção primaria, é o que se observa diariamente no provimento de cadeiras do interior, recabindo a escolha, em regra, em um amigo politico e eleitoral, ou n'uma filha, neta ou parenta do chefe local, ás mais das vezes sem a instrucção mais rudimentar. E' uma lastima então verem-se essas pseudo-escolas primarias transformadas em patibulo da lingua, do metodo e, mais ainda, da intelligencia das pobres criancinhas. Não é só a incompetencia: a maior parte das nossas escolas do interior prima pela falta de frequencia, motivado pelos professores que, não comparecendo durante semanas, quinzenas e até mezes inteiros á aula obtêm, contudo, o attestado de frequencia, documento mentiroso e falso que lhes faculta receberem deshonestamente os vencimentos do Thezouro exausto.

Si quisessemos enumerar todas as faltas dos Governos contra a nossa instrucção primaria, apontal-as-iamos innumeradas, porem as mais graves ahi ficam; para o nosso fim basta por enquanto.

A seguir.

A.

Fonte: A ESCOLA, 1902, p. 2.

Vemos nesse trecho a crítica tecida aos governantes por não terem se empenhado satisfatoriamente, segundo o diretor de *A Escola*. O número de professores insuficientes mal supria às necessidades das escolas da capital, como garantir os mesmos proveitos nas escolas do interior do Estado? Colares Moreira investiu na criação de escolas e na nomeação de

professores, mas permanecia a insatisfação de pais de família com a realidade das escolas públicas. Nesse trecho, o jornal enfatiza a situação da instrução pública maranhense, destacando que a mesma tinha sido “deploravelmente descuidada”, ou seja, negligenciada, relaxada, descuidada, não apenas pelos governantes, mas até mesmo pelos responsáveis pelas crianças, responsabilizando os professores também por não se empenharem na difusão e na manutenção da frequência escolar. Aponta como um dos fracassos que permitiu essa realidade, a falta de interesse de professores ao se recusarem a assumir cadeiras no interior. O interesse pelas vagas na cidade se refere a vários fatores, como por exemplo, a média salarial maior e a comodidade de estar próxima a sua família. Além disso, a sociedade nessa época não via com bons olhos a idade de moças, desacompanhadas de seus pais, tutores ou protetores para lugares distantes, mesmo que fosse para assumir algum cargo público, essa realidade vai mudando à medida que a sociedade também muda.

Na Lei nº 119 de 2 de maio de 1895, responsável pela reorganização da instrução pública no Maranhão, o governador Manoel Ignácio Belfort Vieira elevou os vencimentos dos professores normalistas, formados pela Escola Normal, para 1.500\$000 réis. O artigo 6º dessa lei ressaltava a obrigatoriedade da instrução primária para as crianças entre oito e doze anos, permitindo que a mesma fosse dada na casa da família, nas escolas ou no estabelecimento particular de instrução, escolas municipais ou nas estaduais (MARANHÃO. Lei nº 119 de 2 de maio de 1895. Reorganiza a instrução pública do estado. Coleção das leis do estado do Maranhão, 1895).

No Jornal *Pacotilha* é onde vemos o maior número de críticas feitas à instrução pública. Em verdade, fica claro o nível de compromisso do governo para com essa modalidade de ensino. Outra crítica identificada nesses dispositivos trata de uma mensagem que denunciava os métodos de ensino, recomendando-se que se adotassem procedimentos metodológicos modernos desde o final do Período Imperial.

[...] que mais satisfaçam as necessidades sociais do país. Essa inspiração gera-se como consequência do nada que é o nosso sistema de instrução há produzido, todos pedimos convictamente um meio de sair deste caos de conhecimento desconexo, em que o mais das vezes naufragam os talentos que a organização da nossa raça produz. (PACOTILHA, n. 106, 19 abr. 1883).

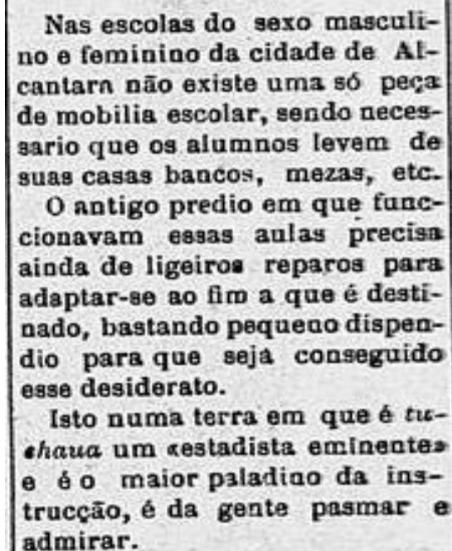
No exemplo a seguir, o jornal trata das escolas de Alcântara, interior do Maranhão. Nesse período não existia Grupo Escolar na localidade e a escola existente não apresentava a estrutura básica para o seu funcionamento.

FIGURA 49: Escola de Alcântara.

Nas escolas do sexo masculino e feminino da cidade de Alcântara não existe uma só peça de mobília escolar, sendo necessário que os alunos levem de suas casas bancos, mesas...

O antigo prédio em que funcionavam essas aulas precisa ainda de ligeiros reparos para adaptar-se aos fins a que é destinado, bastando pequeno dispêndio para que seja conseguido esse desiderato.

Isto numa terra em que [tachava] um “estadista eminente” e é o maior paladino de instrução, é da gente pasmar e admirar. (PACOTILHA O Jornal da Tarde, n. 223, ano 18, 19 set. 1908).



Nas escolas do sexo masculino e feminino da cidade de Alcântara não existe uma só peça de mobília escolar, sendo necessário que os alunos levem de suas casas bancos, mesas, etc.

O antigo prédio em que funcionavam essas aulas precisa ainda de ligeiros reparos para adaptar-se ao fim a que é destinado, bastando pequeno dispendio para que seja conseguido esse desiderato.

Isto numa terra em que é tachava um estadista eminente e é o maior paladino da instrução, é da gente pasmar e admirar.

O autor, ao se referir ao “estadista eminente”, refere-se a Benedito Pereira Leite, governador do Maranhão (1906-1910), que, em seus discursos, ressaltava a utilidade social e política das escolas públicas. Esmerava-se ainda em expor melhorias no ensino durante sua gestão, no entanto, como puderam ser observadas, muitas críticas foram direcionadas à sua pessoa, pois se acreditava que a maioria das ações realizadas no contexto educativo não passava da nomeação de professores e da abertura de cadeiras isoladas. Em contrapartida, a questão da estruturação das escolas, no que se refere à compra de materiais escolares e adaptação de prédios, foi uma ação quase ausente na maioria das escolas maranhenses nesse período, realidade que era em parte suprida na medida em que alunos e professores traziam mobília e outros artefatos de suas casas.

No Jornal *A República* (Jornal do Povo, ano 1, n. 3, Maranhão São Luís, 31 março de 1914) encontramos ainda críticas que perduravam no cenário educativo maranhense. Nesse período, os Grupos Escolares já haviam sido extintos, o ensino ficou restrito às escolas mistas estaduais, dando a impressão, de acordo com esse comentário, que a educação estava em total abandono.

FIGURA 50: Crítica ao cenário educacional maranhense – 1914.



Fonte: A República, Jornal do Povo, ano 1, n. 3, Maranhão São Luís, 31 março de 1914.

Já é provincial dizer-se [...] que movimento se opera nos estados, se não o da politicagem vergonhosa [...] de tudo quanto, justamente, poderia impulsionar o progresso?

Pelas ruas vagam [...] crianças que crescem [...] prostituindo, desde cedo, os mais belos sentimentos, sem que uma lei obrigue a frequentar as escolas, onde as transformariam em cidadão útil a si e à sociedade.

[...]

As escolas em número insuficiente para a nossa população infantil funcionam em quase todo o estado, com raras exceções, em casebres que não correspondem às exigências do ensino. Não há atenção para o magistério público, para os professores nenhum carinho que lhes estimule o esforço, nem garantias que compensem os sacrifícios da árdua e civilizadora missão.

As escolas são verdadeiros esqueletos apavorantes, desprovidas dos mais necessários e, que [...]. (A REPÚBLICA, Jornal do Povo, ano 1, n. 3, Maranhão São Luís, 31 março de 1914)

Observamos nesse fragmento o estado deficitário no qual se encontrava as escolas primárias. A lei que determinava a obrigatoriedade do ensino e a frequência escolar, que foi criada ainda no período imperial e na segunda década do século XX ainda não tinha sido concretizada.

A questão da obrigatoriedade faz emergir dois aspectos essenciais à compreensão da história da educação popular. O primeiro, [...], é o de que em nenhum momento a educação comum para todos se apresenta como um fim em si mesmo, mas, ao contrário, aparece sempre como indivíduos para a realização de fins das responsabilidades da cidadania. O segundo aspecto diz respeito ao fato de que as populações ainda não buscavam a escola espontaneamente, que a frequência escolar só seria obtida se e quando imposta às comunidades pelo poder público e que, portanto, as tentativas de implantação da educação popular no Brasil; não aparecem [...] como um produto de emergência de aspirações educacionais entre os habitantes; mas

foram criados ou estimulados pelo poder público. É algo que as elites responsáveis pela evolução da sociedade se propunham levar às massas incultas do país (MORAES, 2006, p. 150-151).

Preocupação com o desvirtuamento de crianças e adolescentes, já que com o esvaziamento das salas de aula proporcionava o risco de não impulsionar o progresso tão almejado. Por outro lado, observamos que a partir de 1912, com a extinção dos Grupos Escolares, o governo se deteve na criação de várias escolas mistas e de escolas isoladas nos municípios. Essa foi uma alternativa, talvez, não tanto satisfatória, sobretudo, se pensarmos que durante esse período, mesmo apresentando algumas dificuldades de ordem técnica e financeira, os Grupos Escolares eram as escolas pretendidas por muitas famílias.

Com o retorno das escolas mistas e isoladas, observamos que a graduação do ensino ficou em segundo plano, já que uma única professora encarregava-se pela ministração das aulas para todos os alunos, independente de seu grau de adiantamento. Outro indício que nos leva a pensar que os Grupos Escolares eram considerados como *Verdadeiras Casas de Ensino*, é o fato de, no período de extinção dessas escolas (1912 a 1919), algumas escolas ainda continuar sendo denominadas como Grupo Escolar, como foi o caso da escola Almir Nina, em uma festa noticiada em *O Jornal*, em 1917. Em verdade, com a extinção legal dessas escolas, o cenário da instrução pública no Estado, de acordo com *A Renascença*, órgão literário e noticioso de publicação mensal (MARANHÃO. Caxias, 2 jun. 1914, n 1.), era:

[...] triste e lamentável o estado da nossa instrução pública que tende a desaparecer, por completo, si não se apiedar o governo procurando melhorá-la ou reanima-la mesmo. Sim. Prezados leitores! Lamentável e triste, eis o que um membro meu humilde, porém, bastante sentido, deste soberbo colosso que chamam mocidade, pode dizer daquela que devia ser o seu sustentáculo: daquela que, finalmente, devia rasgar, com [...] os densos e negros veios que encobrem impedindo a centenas de moças pobres a bela e sublime estrada da civilização.

E se o Dr. Herculano Nina Parga, atual governador no nosso estado, não a melhorar, sem dúvida que a essa legião de moços pobres, sucederão as outras e Caxias verdadeiramente chorosa verá seus filhos vagarem pelas suas ruas [...] de serviços grosseiros, próprios somente daqueles que nada sabem e nada veem.

Entretanto, se tivéssemos [...] uma casa de instrução moderna, habilmente dirigida e finalmente capaz de educá-los guiando-os para o caminho belíssimo da civilização breve muito breve, teria a pátria [...] defensores, intrépidos que garantissem os seus direitos.

E como não a temos e nem esperança de tê-lo um dia continuarão atirados, no grande abismo do nada, aquelas crianças mui pobres que já prestes a serem devoradas, gritam mui fortemente, até o dia em que escutar, adormecerão enfim à beira de tão horrível precipício e o acordarão quando estiverem em face do tribunal recebendo a punição pelo crime de roubo, de assassinato, ou ainda para a maior honra, muitas vezes da prostituição,

cometidos quando dormiam naquele mundo de miséria e perversidade, sobre pesadelo horrível do álcool.

[...]

Em uma sociedade, escreve Felix Narjoux cujo princípio de governo repousa sobre o sufrágio não é permitido a nenhum cidadão o não saber ler e escrever

[...]

Caxienses [...] [não] é possível que, em pleno século XX, época do progresso e da civilização, nós filhos deste pedaço sublime de Brasil [...] deixemos a instrução [...] que como diz Martin 'é para um povo o que o sangue é para o organismo, morrer assim miseravelmente'.

Não! A mocidade caxiense se levanta de todos os lados, de todos os recantos desta [...] terra, pujante, rigorosa mesmo, e bater-se-á pela instrução pública do sexo masculino, em Caxias. Cloves do Amaral (12-5-14). (A RENASCENÇA, órgão literário e noticioso de publicação mensal, ano 1, Maranhão. Caxias, 2 jun. 1914, n 1.)

Nesse fragmento observamos a preocupação com a falta de uma casa de instrução moderna, dirigida por uma pessoa habilitada, que eduque e guie para a civilidade. Essa mensagem, ao ser recebida pelos pais de família e, ao mesmo tempo, reconhecida pelo governo, poderia contribuir para a mobilização em prol da melhoria da instrução pública, especialmente quanto à criação de escolas estruturadas, formadas por professores normalistas capazes de repassar uma formação mais próxima do que se esperava de uma *Verdadeira Casa de Ensino*. Nessa mesma perspectiva, observamos que a mensagem poderia ser lida e apropriada por pais de família, chamando atenção para a importância da instrução pública primária.

8 CONCLUSÃO

Entender a representação dos Grupos Escolares por meio dos discursos ou mensagens registradas nos jornais requer um esforço no sentido de apreender nas entrelinhas os ditos e os não ditos sobre a escola pública primária na Primeira República. Da mesma forma, perceber os propósitos de cada anúncio ao transmitir determinada mensagem realça com mais fidedignidade os sentidos que os Grupos Escolares expressavam para a sociedade maranhense.

De acordo com as análises de tais mensagens foi possível compreender que os diálogos estabelecidos nos jornais nem sempre eram neutros, pois, muitas vezes, tentavam escamotear ou camuflar as reais situações enfrentadas no campo educativo. A partir dessa realidade, vemos os esforços cada vez maiores dos gestores públicos, diretores de escolas, professores e redatores dos jornais em apresentar essas escolas como as Verdadeiras Casas de Ensino.

Diante disso, ao visualizar o papel do veículo de comunicação, a forma, a estrutura, a frequência com que cada mensagem aparece e desaparece, bem como as formas diversas com que cada notícia foi recepcionada e/ou apropriada pelos seus interlocutores, tem nos permitido uma aproximação em torno da representação dos Grupos Escolares maranhenses, sobretudo a partir do entendimento das práticas cotidianas encenadas no e sobre o ambiente escolar e noticiadas para a sociedade, por meio de mensagens diversas divulgadas ou propagadas nos jornais da época. É nesse montar e desmontar que conseguimos enxergar os sentidos simbólicos que são partilhados pelo grupo social sobre as Verdadeiras Casas de Ensino no Maranhão.

Estruturalmente, os Grupos Escolares maranhenses apresentaram aspectos ou características peculiares em relação aos outros grupos criados no Brasil, a exemplo de São Paulo, Minas Gerais, Pará. Dentre essas características, estão as condições endógenas e exógenas, típicas da época, que contribuíram para que as diferenças se revelassem e se mantivessem. As tentativas do Estado maranhense em apresentar os Grupos Escolares como Verdadeiras Casas de Ensino foram várias, seja pela voz dos reformadores ou intelectuais, seja pela atuação dos professores ao programar e noticiar os eventos realizados, visando dar a visibilidade pretendida pelos republicanos.

Nessa mesma perspectiva, entendemos que as mensagens noticiadas nos jornais analisados tiveram ampla influência no pensamento coletivo, em especial ao apresentar a

eficiência dos Grupos Escolares e ao mesmo tempo, caracterizar a situação deficitária das escolas estaduais, ou seja, das escolas isoladas, com menor estrutura e, por sua vez, de menor prestígio. Nos Grupos Escolares mencionavam a presença de professores normalistas, do ensino graduado, a definição do tempo escolar, a presença de pessoas ou de filhos de pessoas gradadas, e a necessidade da expansão desse projeto para o interior do Estado. Do mesmo modo, eram dirigidas críticas à instrução pública primária ao denunciar aquilo que deveria ser mudado.

A atuação dos legisladores, por exemplo, demonstrava que fazia parte das ações do governo contribuir, por meio de reformas, para a criação de escolas modernas, priorizando a estrutura física, o currículo e os métodos adequados à nova conjuntura política, econômica e social, à formação de professores, à graduação do ensino. Tais ações, de fato, têm seu reflexo com a criação dos Grupos Escolares, em 1903.

Os reformadores atuaram principalmente via mecanismo legal, consolidando exigências que já eram requeridas no período anterior, como a criação de uma Escola Normal, a organização do ensino em seus níveis primário, secundário, profissional e superior, e a necessidade dele mesmo garantir as condições basilares para a adoção do ensino compulsório e da frequência escolar, que, durante a última década republicana, oscilaram entre a facultatividade e a obrigatoriedade. Foi por meio também do debate político que vimos florescer os discursos em prol da instrução pública primária, atrelando a sua falta à carência ou ao atraso existente na sociedade. A atuação desses políticos possibilitou que parte da população assimilasse que o momento exigia mudanças e que estas seriam ofertadas pelo Estado e também contava com a participação das famílias interessadas em dar um futuro mais digno aos seus filhos, para isso, caberia uma verdadeira revolução cultural, das práticas de pais, tutores e de protetores entenderem os proveitos da instrução pública e assim, garantir tanto a matrícula quanto a frequência escolar, enviando seus filhos para a escola.

Não podemos perder de vista que, se por um lado, os reformadores instituíram Leis, Decretos, Pareceres e Reformas, por outro, muitos deles, pelas próprias condições enfrentadas pelo Estado, não garantiram efetivamente a consolidação de parte dessas reformas. Estas, por sua vez, dependiam da participação social e da assimilação dos proveitos garantidos por essas ações, tais como a frequência escolar e a efetiva adoção da obrigatoriedade do ensino. Esses temas eram constantemente debatidos nos pronunciamentos dos reformadores e de educadores do final do século XIX e início do XX.

Observa-se que as reformas se concentraram na defesa da criação de uma Escola de Formação de Professores, reivindicação requerida e anunciada desde o período imperial, onde os próprios políticos criticavam a inexistência dessas instituições e reconheciam os seus benefícios para a sociedade maranhense. Além disso, outros ganhos podem ser apontados para superação do atraso educacional existente, a exemplo da adoção de métodos considerados modernos e de um currículo estruturado, consoante às exigências da época.

É importante salientar que todas essas mudanças dependiam de investimentos econômicos, os quais deveriam ser justificados. A criação da Escola Normal refletia na formação de um quadro de professores especializados, capazes de dar prosseguimento ao projeto republicano, de estabelecer a ordem e o progresso por meio da educação. Portanto, com a criação dos Grupos Escolares, a elevação dos gastos com a formação de professores e com a manutenção de uma escola de aplicação estava aprovada.

O contexto de criação dos Grupos Escolares maranhenses remonta uma época onde as famílias não viam como necessário e nem proveitoso o envio de seus filhos para a escola. A sensibilização dessa carência foi em parte reforçada pelos discursos dos intelectuais, que saíam em defesa da escolarização enquanto prática de superação do caos instalado no Estado e caminho para promover o desenvolvimento tão esperado pelos reformadores. Tal desenvolvimento, de fato, só seria possível com uma gama de investimentos no cenário educativo. Nesse sentido, observamos que tais iniciativas contribuíram para que em 1903 os Grupos Escolares pudessem ser criados na capital e no interior do Estado. Observamos que esse esforço se deu em virtude dos republicanos reconhecerem que em uma República era incoerente apresentar um número expressivo de analfabetos, aliado a isso, vimos também o foco na formação de eleitores, que teriam de comprovar os rudimentos da leitura e da escrita para ter o direito ao voto garantido.

Os investimentos no campo educativo ressaltaram mais ainda as diferenças entre as Escolas Primárias Isoladas e os Grupos Escolares, pois a presença de professores normalistas; a adoção de métodos modernos e do currículo cientificamente planejado; a definição do tempo escolar; e o rigor no cumprimento de algumas ações em prol da consolidação de uma escola de verdade demonstravam à sociedade os proveitos desse tipo de escola e a necessidade de sua manutenção. Definitivamente, os jornais atuaram como propagadores dos ideais republicanos, noticiando tanto a criação dessas escolas na capital quanto a necessidade de sua expansão para o interior do Estado. Por isso, os veículos de comunicação veicularam as Leis, os Regulamentos e os Regimentos internos dos Grupos

Escolares, ressaltando o empenho dos governadores em promover mudanças que urgiam no cenário educativo.

A análise das mensagens nos possibilitou o conhecimento daquilo que se falava sobre a escola e o modelo de escola que se queria ou que não se desejava mais. As mensagens, em sua maioria, utilizavam linguagem de fácil acesso, visando alcançar todos os públicos. Nesse caso, identificamos diferentes formas de tratar o mesmo objeto, utilizando-se de anúncios de matrícula, exames e aniversário; formas literárias diversas, crônicas, críticas à instrução pública primária. No caso das formas literárias, por exemplo, visava-se atingir as crianças e mulheres que tinham leituras definidas nesse período.

Em relação às críticas sobre a instrução pública primária, destacam-se as formas literárias, as descrições de visita de autoridades e as notícias que se referiam à situação educacional do Estado. É importante salientar que, ao mesmo tempo em que são feitos comentários desabonadores sobre a instrução pública maranhense, expondo as principais dificuldades vivenciadas nesse nível de ensino, é também dito, nas entrelinhas, aquilo que a sociedade maranhense não admitia, seja em relação ao método de ensino, à presença de professores não habilitados para o exercício do magistério, à indefinição do tempo escolar, seja pela não graduação do ensino, dentre outros elementos que definiam uma escola de verdade.

Então, fica nítido observar que, ao criticar o funcionamento dos Grupos Escolares tanto na capital como no interior do Estado, o que se queria era dizer que a sociedade reconhecia esses institutos de educação como escolas de verdade. Nessa circunstância, não se aceitava que um estabelecimento desse porte não apresentasse as devidas condições de atuação. É ainda importante sinalizar que os Grupos Escolares maranhenses, em alguns casos, mesmo não apresentando a graduação do ensino, foram reconhecidos como escolas eficientes, pois quem estava à frente desse empreendimento eram as professoras normalistas, que aprenderam a arte de ensinar, empenhando-se por manter a regularidade das aulas.

Observamos também as diferentes maneiras de enaltecer a eficiência dos Grupos Escolares e de preservar a sua representação como Verdadeiras Casas de Ensino. Ao noticiar a participação dos Grupos Escolares nas festas cívicas ou escolares, o nome dos grupos sempre aparecia em destaque, ressaltando a participação, integração e utilidade das escolas, a efetiva atuação dos professores e a atenção do Estado. Todos esses fatores contribuíam para que a comunidade maranhense concebesse as vantagens dos grupos sobre os outros modelos de escola, demonstrando a ordem, o rigor, o cumprimento daquilo que foi planejado e executado

por tal escola. Nos anúncios de aniversário de alunos e de professores, as mensagens faziam menção de que tal aniversariante pertencia ao dia a dia escolar. Isso demonstra o interesse em noticiar a mensagem, pois se a escola era considerada uma *Verdadeira Casa de Ensino*, as pessoas integrantes dessa escola também eram consideradas verdadeiros estudantes.

Sobre os exames escolares, entendemos que esse evento contribuiu para que as escolas demonstrassem, na prática, seu aproveitamento, o trabalho dos professores e o papel da escola ao realizar os exames finais para formar alunos nesse nível de ensino. Observamos nas análises que, ao noticiar a realização dos exames escolares, uma banca formada por intelectuais e pessoas de renome era também apresentada como parte integrante da comissão avaliadora. Esse fato pode ter sido uma estratégia utilizada para dar visibilidade aos Grupos Escolares, pois não era qualquer escola que contaria com a participação de um Cônsul ou mesmo do Governador do Estado, ainda que este tenha sido representado por outra autoridade.

De fato, consideramos que essas foram as escolas de verdade no ideário da população maranhense, ou seja, o melhor modelo de escola a ser implantado para formar o novo homem – afeito ao trabalho, respeitador das autoridades e da pátria. Os exames eram um meio de demonstrar ou provar para a sociedade que os Grupos Escolares eram as escolas formadoras, os alunos conseguiam finalizar os seus estudos na época certa e, simultaneamente, eram reconhecidos como bons. Ao divulgar os nomes dos alunos concluintes nos jornais, ressaltavam-se a organização e o zelo dos professores em cumprir sua missão com eficiência. Há de se destacar que, durante a realização desses eventos, buscava-se enaltecer a utilidade e os proveitos dessa escola, como também fortalecer a imagem e o papel do Estado enquanto nação republicana, sobretudo por meio do cântico dos hinos pátrios, da ordem ou disciplina presente nas formalidades desses eventos.

Ao se referir sobre o tempo escolar, as mensagens também deixavam nítidas as diferenças entre os Grupos Escolares e os outros modelos de escolas existentes na época. Noticiar dia, horário, local definido de matrícula, além de mencionar que uma professora normalista era a responsável por tal escola, colaborava para que as imagens dos grupos se consolidassem como Verdadeiras Casas de Ensino. Mais uma vez, vemos o empenho do governo em querer implantar os Grupos Escolares no Maranhão, pois, por meio dos discursos, ou de um conjunto considerável de ações, poder-se-ia reverter a imagem do ensino público primário e fortalecer a representação dos Grupos Escolares como Verdadeiras Casas de Ensino.

Nessa perspectiva, sustentamos a ideia de que as Verdadeiras Casas de Ensino existiram no Maranhão e foram denominadas de Grupos Escolares. Entendemos que a sociedade via essas escolas com um diferencial que precisava ser mantido, pois seria por meio dele que um grande número de crianças poderia sair do torpor, da ignorância e do insucesso promovido pela falta de instrução. Ao expor as normas para a matrícula e permanência nesse instituto, ao mencionar a presença de professores normalistas, ao noticiar que nessas escolas havia um programa de ensino organizado em níveis de adiantamento do aluno, havia a graduação do ensino. Por fim, ao indicar os deveres e direitos do corpo escolar, ao criticar a situação de caos e abandono dos Grupos Escolares, chamando atenção para o que não deveria existir numa escola desse porte, mesmo dizendo que os prédios careciam de reparos, indicava que essas escolas eram diferentes e a sociedade também a via como tal.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, J; Governos. MARQUES, C. Dicionário; MEIRELES, M. História. Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/infger_o7/governadores/gov-ma.htm>. Acesso em: 25 abr. 2016.

ARAÚJO, José Carlos; VALDEMARIN, Vera Teresa; SOUZA, Rosa Fátima de. A contribuição da pesquisa em perspectiva comparada para a escrita da história da escola primária no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima de; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. *História da escola primária no Brasil*. Aracaju: Edise, 2015.

AZANHA, José Mário Pires. Abstracionismo pedagógico: a importância do cotidiano. In: _____. *Uma ideia de pesquisa educacional*. São Paulo: Edusp, 1992. p. 41-72.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. *Grupos escolares em Sergipe (1911 - 1930): cultura escolar, civilização e escolarização da infância*. Natal: UFRN, 2009.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAHIA, Juarez. *História e técnica: história da imprensa brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Manad X, 2009.

BENCOSTA, Marcus Levy Albino. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos Grupos Escolares de Curitiba (1903-1971). VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercados das letras, 2006.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. v. 7. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00295770#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

_____. *Índice alfabético do Dicionário bibliográfico brasileiro*. Compilado pelo dr. Jango Fischer. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00295770#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

BOTO, Carlota. *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução francesa*. São Paulo: Edunesp, 1996.

_____. *A escola primária como rito de passagem: ler, escrever, contar e se comportar*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004. p. 17-43.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CARVALHO, Marta M. C. de. *A escola e república*. São Paulo: Brasiliense, [s.n], 1989.

_____. NUNES, Clarice. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). *Pesquisa em História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 17-62.

CARVALHO, J. M. *A formação das almas: imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. *Práticas de leitura no Maranhão na Primeira República: entre apropriações e representações*. São Luís: EDUFMA, 2010.

CASTRO, César Augusto. *Leis e regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império: 1835-1889*. São Luís: EDUFMA, 2009.

_____. Arquivo e produção em história da educação. In.: CAVALACANTE, Maria Juraci Maia. et. al. (Org.). *História da educação comparada: discursos, ritos e símbolos da educação popular, cívica e religiosa*. Fortaleza: UFC, 2011.

_____. Os percursos da obrigatoriedade escolar no Maranhão. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lúcia Gaspar de (Org.). *Obrigatoriedade escolar no Brasil*. Cuiabá: Edufmat, 2013.

_____; CASTELLANOS, Samuel Luiz Velazquez. Arquitetura escolar: entre construções e adaptações. In: SOUZA, Rosa Fátima; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). *História da escola primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional*. Aracaju: Edise, 2015.

CHARTIER, Roger. *Formas e sentido, cultura escolar: entre distinção e apropriação*. Tradução de Maria de Lourdes Meirelles Matêncio. Campinas, SP: Mercado das letras, 2003.

_____. *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, [1988].

CLARCK, Jorge Uilson. *A imigração norte americana para a região de Campinas: análise da educação liberal no contexto histórico e educacional brasileiro*. Campinas, Unicamp. 1998. (tese de mestrado)

COLLICHIO, Therezinha A. Ferreira. *Dois eventos importantes para a história da educação brasileira: a exposição pedagógica de 1883 e as conferências populares da Freguesia da Glória*. R. Fac. Educ. São Paulo, n. 13, v. 2, p. 5-14, jul./dez. 1987.

CONGRESSO PEDAGÓGICO. São Luís, 1920.

CORREA, Viriato. *Cazuza*. 22º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversando sobre história e imprensa*. Projeto história, São Paulo, n. 33, p. 253-270, dez. 2007.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira república*. Passo Fundo: UFP, 2000.

_____. *Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios*. In: BENCOSTA, Marcus Levy (Org.). *Cultura escolar, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Reformas educacionais no Brasil: democratização e qualidade da educação pública*. Belo Horizonte: Mazza, 2010.

FELGUEIRAS, Margarida Louro; VIEIRA, Carlos Eduardo. *Cultura escolar, migrações e cidadania*. Porto: SPCE, 2010.

_____. SILVA, Elizabeth Poubel e. *A implantação das escolas centrais em Portugal*. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercados das letras, 2006.

FERNANDES, Henrique Costa. *Administrações maranhenses 1822/1929*. São Luís: Imprensa Oficial, 1929.

FERRO, M. A. B. *Cazuza e o sonho da escola ideal*. São Luís: EDUFMA, 2010. 308 p.

FOUREZ, Gérard. *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. 1995.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. 3. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1974.

GALEGO, Rita de Cássia. *Tempo, temporalidade e ritmos nas escolas primárias em São Paulo: heranças e negociações (1846-1890)*. 328 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

GAMBOA, Silvio Sánchez. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologia*. Chapecó: Argos, 2007.

GODÓIS, Barbosa. *O mestre e a escola*. Maranhão: Imprensa oficial, 1910.

_____. *Os rumos da educação: escola primária*. Maranhão: Imprensa Oficial, 1914.

GONDRA, José Gonçalves. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da educação brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Infância, escola e modernidade*. São Paulo: Cortez; Curitiba: EUFPN, 1997.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes. Fontes históricas. In: PINSKY, Carla B. fontes históricas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

JORNAL A PACOTILHA, n. 168, de 16 de julho de 1904, p. 4.

JORGE, Mercio de Miranda. *Álbum do Maranhão*. São Luís: [s.n.], 1950.

KOHAN, Walter Omar. Infância de um ensinar e de um aprender (J. Rancière). In: _____. *Infância: entre educação e filosofia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 181-205.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

KUHLMAN JÚNIOR, Moyses. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediações, 1998.

LARROSA BONDÍA, Jorge. *Pedagogia profana*. 4. ed. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Notas sobre experiência e o saber de experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://www.amped.org.br/rbe/rbdigital/RBE19_04_jorge_larrosa_bondia.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2017.

LICAR, Ana Carolina Neres Castro. *A questão do livro na Escola modelo Benedito Leite: cultura e material escolar e poder disciplinar no Maranhão (1900-1911)*. 2010. 164p. dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão, 2010.

LIMA, Lauro Rosa de. *Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. 3. ed. ampl. Rio de Janeiro: Brasília/Rio, 1981.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. *Tendências da educação brasileira*. Organização de Ruy Lourenço Filho e Carlos Monarcha. 2. Ed. Brasília: MEC/INEP, 2002.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. *Técnicas de Pesquisa*. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Ananias Alves. *São Luís: fundamentos do patrimônio cultural-sec. XVII, XVIII e XIX*. São Luís: Sanluiz, 1997.

MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. 3. ed. São Luís: Fundação Autêntica, 2001.
 _____. *História de São Luís*. Organização de Carlos Gaspar e Caroline Castro Licar. São Luís: Faculdade Santa Fé, 2012.

_____. *História de São Luís*. 2. Ed. São Luís: AML, 2015.

MIGNOT, Ana Christina Venâncio; GONDRA, José Gonçalves. (Org.). *Viagens pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007.

MILLS, C. W. *Sobre o artesão intelectual*. Tradução de Antônio Ianni Segatto. Araraquara: Laboratório editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004.

MONARCHA, Carlos Roberto. *A reinvenção da cidade e da multidão: dimensão da modernidade brasileira – a Escola Nova*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *História da educação (brasileira): formação do campo, tendências e vertentes investigativas*. [2007]. Disponível em: <[http://file:///C:/Users/Pc%20User/Downloads/29391-113550-1-PB%20\(2\).pdf](http://file:///C:/Users/Pc%20User/Downloads/29391-113550-1-PB%20(2).pdf)>. Acesso em: 20 maio 2016.

_____. *A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros (Brasil – século XIX e XX)*. Uberlândia:EDUFU, 2016.

MORAES, Maria Cândida. *O paradigma educacional emergente*. Campinas: Papyrus, 1997.

MORAES, Carmen Sylva Vidigal. *O ideário republicano e a educação*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

MORAES, Jomar. *A vida e obra de Antônio Lobo*. São Luís: Revista Legenda editora, 1969.

MORMUL, Nagla Mehanna; MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa e a educação brasileira: os pareceres de 1882, Cadernos de História da educação*, v. 12, n. 1, 2013.

MOTTA, Diomar das Graças. A emergência dos Grupos escolares no Maranhão. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercados das letras, 2006.

_____. NUNES, Iran de Maria Leitão. Escola normal: uma instituição tardia no Maranhão. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Ana Maria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). *As Escolas Normais no Brasil: do império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008.

_____. A emergência dos Grupos escolares no Maranhão. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercados das letras, 2006.

_____. O estado do Maranhão e a institucionalização da escola graduada na Primeira República. In: ARAÚJO, José Carlos Sousa; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubra-Mar Nunes. (Org.). *Escola primária na primeira república (1889-1930): subsídios para uma história comparada*. 1. ed. Araraquara: Junqueira e Marin, 2012, p. 78-99.

_____. Espelho nas relações de gênero, no fazer historiográfico na educação maranhense. In: CASTRO, Cesar Augusto. (Org.). *Escritos de história da educação: Brasil e Portugal*. 1ed. São Luís: Café e Lápis, 2012, p. 133-140.

_____. Mensagens, relatórios governamentais. In: Souza, Rosa Fátima de. (Org.). *Fontes para o estudo da história da escola primária no Brasil*. São Paulo: UNEP, 2011.

_____. A história da educação na historiografia maranhense. In: FARIA, Regina Helena Martins de; COELHO, Elizabth Maria Beserra Coelho. (Org.). *Saberes e fazeres em construção: Maranhão Séc. XIX-XXI*. São Luís: EDUFMA, 2011.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

NUNES, Clarice. Historiografia da educação e fontes. *Cadernos da ANPED*, Porto Alegre, n. 5, 2003.

ORTEGA Y GASSET. Sobre o estudar e o estudante: primeira lição de um curso. In: ARENDT, Hannah et al. *Quatro textos excêntricos: filosofia e educação*. Seleção, prefácio e tradução de Olga Pombo. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.

OLIVEIRA, A. de Almeida. *O ensino público*. v. 4. Brasília: Senado Federal, 2003.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adulto*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

_____. *Um Século de Educação Republicana*. Revista Pro-Posições. v. 1, n. 2, jul. 1990. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644495/11914>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. *Educação no Brasil – anos 20*. São Paulo: Loyola, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

POPPER, Karl. Colocação de alguns problemas fundamentais. In: _____. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1972. p. 27-58.

RICOEUR, Paul. Ciência e ideologia. In: _____. *Interpretação e ideologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 63-95.

SALDANHA, Lilian Maria Leda. *A instrução maranhense na primeira década republicana*. Imperatriz, MA: Ética, 2009.

_____. *A instrução pública maranhense na primeira década republicana*. 1992. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1992.

SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Sílvio Sanchez. *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 4. ed. Lisboa: Afrontamento, 1995. p. 164-201.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a História da educação. In.: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). *Fontes, História e Historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 2004.

SCHUELER, Alessandra Frota M. de. *Escolas de verdade para a República do Brasil: os grupos escolares na Capital Federal*. Disponível em: <<http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/contente/anais>>. Acesso em: 11 abr. 2010.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996, p.231-270.

SHIROMA, Eneida Otto et. al. (Org.). *Política educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, Diana Rocha da. *A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão (1903-1920)*. São Luís: EDUEMA, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Alicerces da pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

_____. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Unesp, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A Contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercados das letras, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. Faces da obrigatoriedade escolar: lições do passado, desafios do presente. In: _____; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lúcia Gaspar (Org.). *A obrigatoriedade escolar no Brasil*. Cuiabá: Edufimt, 2013.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. *A escola da República: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)*. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

VALDEMARIN, Vera Teresa. *Educando as lições de coisas: análise dos fundamentos filosóficos do método de ensino intuitivo*. Campinas: Autores associados, 2004.

VASCONCELLOS, Francisco. *Porciúncula Governador do Maranhão*. Disponível em: <ihp.org.br/26072015/lib_ihp/does/fjrv200109167.htm#topo>. Acesso em: 13 abr. 2016.

VEIGA, Cynthia Greice. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. Faces da obrigatoriedade escolar: lições do passado, desafios do presente. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lúcia Gaspar de (Org.). *A Obrigatoriedade escolar no Brasil*. Cuiabá: EDUFMT, 2013.

_____. (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercados das letras, 2006.

VILANETO, Quincas. *Catálogo Histórico da Imprensa Maranhense: do prelo ao prego. 1821-2007/ capital*. v. 1. São Luís: UEMA, 2008.

_____. *Catálogo Histórico da Imprensa Maranhense: do prelo ao prego. 1833–2007/ municípios*. v. 1. São Luís: UEMA, 2008.

VIVEIROS, Jerônimo de. *Benedito Leite: um verdadeiro republicano*. 2. ed. São Paulo: Serviço de documentação, 1960.

_____. *Apontamentos para a História da Instrução Pública e Particular no Maranhão*. São Luís: O Combate, 1937. Disponível em: <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/pdf.php?MagNo=589>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

_____. *História do comércio no Maranhão*. São Luís: Associação comercial, 1954.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: _____. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Organização e introdução de H. H. Gerth e C. Wright Mills. Tradução de Waltenstr [Mills] Dutra. São Paulo: Livros técnicos e científicos editora, 1982. p. 154-183.

ZIMAN, John. O trabalho científico individual. In: _____. *Conhecimento público*. São Paulo: Edusp, 1979.

FONTES HISTÓRICAS

MARANHÃO. *Falla dirigida pelo exm. Presidente da província do Maranhão, Honório Pereira de Azeredo Coutinho, á Assembléa Legislativa Provincial, por ocasião de sua installação no dia 7 de setembro de 1850.* Maranhão, impresso na Typ. Const. de I.J. Ferreira, 1850

_____. *Decreto n. 21, de 15 de abr. 1890. In: Collecção de leis das Leis, Pareceres, Resoluções do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão, 1889-1892.* Maranhão: Typ. A Vapor dos Frias, 1893.

_____. *Decreto n. 94, de 1 de set. 1891. In: Collecção de leis das Leis, Pareceres, Resoluções do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão, 1889-1892.* Maranhão: Typ. A Vapor dos Frias, 1893.

_____. *Lei n. 56 de 15 de maio de 1893. In: Collecção de leis das Leis, Pareceres, Resoluções do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão, 1889-1892.* Maranhão: Typ. A Vapor dos Frias, 1893.

_____. *Lei nº. 56 de 15 de maio de 1893 e 119 de 2 de maio de 1895. In: Collecção de leis do Estado do Maranhão (1892-1899).* São Luís: Typ. Frias, [1900].

_____. *Collecção de leis do Estado do Maranhão (1892-1899).* São Luís: Typ. Frias, [1900].

_____. *Regulamento geral da Instrução pública.* Maranhão: Tipografia a Vapor dos Frias, 1896.

_____. *Collecção de leis das Leis, Pareceres, Resoluções do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão, 1889-1892.* Maranhão: Typ. A Vapor dos Frias, 1893.

_____. *Collecção de leis das Leis, Pareceres, Resoluções do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão.* Maranhão: Typ. A Vapor dos Frias, 1895.

_____. *Lei nº 119 de 2 de maio de 1895. Reorganiza a Instrução Pública do Estado.* Coleção das Leis do Estado do Maranhão, 1895

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso do Estado em 15 fev. 1900, pelo Exmo. Sr. Dr. João Torreão da Costa.* Maranhão, 1900.

_____. *Edição das Leis, Pareceres, Resoluções do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão, 1901.* Maranhão: Typ. Frias, 1902.

_____. *Decreto n. 14, 10 de abr. 1901. In: Coleção das Leis, Pareceres, Resoluções do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão, 1901.* Maranhão: Typ. Frias, 1902.

_____. *Lei, n. 348, 1 maio 1904. Collecção de Leis e Decretos e Decisões do Estado do Maranhão de 1903.* Maranhão: Typ. Frias, 1904. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160713093338.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2016.

_____. Lei. n. 323, 26 mar. 1903. *Colleção de Leis e Decretos e Decisões do Estado do Maranhão de 1903*. Maranhão: Typ. Frias, 1904. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160713093338.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2016.

_____. Decreto n. 38, 19 jul. 1904. *Regimento Interno dos Grupos Escolares*. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20161025122725.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2015.

_____. Decreto n. 36 de 1 de julho de 1904. In: *Coleção das leis do estado do Maranhão*, 1904.

_____. Lei, n. 363, 31 mar. 1905. In: *Coleção das Leis e pareceres do Congresso do Estado do Maranhão de 1905*. Maranhão, 1905.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso do Estado em 16 de fevereiro de 1905, pelo exmo. Sr. Coronel Alexandre Colares Moreira Junior, 1905*.

_____. *Regulamento da Escola Normal dos Institutos que lhe são jurisdicionados e da Escola Modelo Benedito Leite. Curso anexo*. Maranhão: Typ. Frias, 1905.

_____. *Colleção de Leis e Decretos e Decisões do Estado do Maranhão de 1903*. Maranhão: Imprensa Oficial, 1906.

_____. Decreto n. 59 de 26 de fev. 1906. In: *Coleções de Leis e Decretos*, 1906.

_____. *Colleção de Leis e Decretos e Decisões do Estado do Maranhão de 1906*. Maranhão: Imprensa Oficial, 1907.

_____. *Secretaria da Escola Normal, of. 36, 6 fev. 1907*.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso do Estado em 07 fev. 1907, pelo Exmo. Sr. Dr. Benedito Pereira Leite*. Maranhão: Typ. Da Imprensa Oficial, 1905.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso do Estado em 16 de fevereiro de 1905 pelo Exm. Sr. Coronel Alexandre Colares Moreira Junior, 1º Vice-Governador*. Maranhão: Typ. Frias, 1905.

_____. *Secretaria da Escola Normal*, 18 fev. 1908.

_____. *Lei n. 506 de 16 de março de 1909*.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Maranhão em 11 de fevereiro de 1909 pelo Exm. Snr. Dr. Arthur Quadros Colares Moreira. 2º vice-governador do Estado*. Maranhão: imprensa Oficial, 1909.

_____. *Inspetoria Geral da instrução pública e diretoria do Liceu maranhense. of. n. 5*. São Luís, 14 jan. 1911.

_____. *Inspetoria Geral da Instrução Pública do Estado do Maranhão*. Antônio Lobo, 1911.

_____. *Lei n. 598 e 618 de 14 abr. 1912*.

_____. *Lei nº 618, 14 de abril de 1912*.

CÓDICES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO MARANHÃO

MARANHÃO. *Inspetoria da Instrução Pública*. Códice n. 1101, 1 jul. 1904.

_____. *Códice n. 1102, 1 de julho de 1904*.

_____. *Códice 1103, 7 ago. 1906*.

_____. *Códice. Secretaria da Escola normal, 7 maio 1907*.

_____. *Códice 2, maio 1907*

_____. *Códice 11 maio 1907*.

_____. *Códice, 21 maio 1908*.

_____. *Códice. Instrução pública, n. 1101, 1910*.

OFÍCIOS INSPETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO MARANHÃO

MARANHÃO. *Inspetoria Geral da Instrução Pública e Diretoria do Liceu maranhense. Of. n. 5.* São Luís, 14 de janeiro, 1911.

_____. *Inspetoria Geral da Instrução Pública. Antônio Lobo. Of. n. 155, 29 jul. 1911.*

_____. *Inspetoria Geral da Instrução Pública. Antônio Lobo, 1 dez. 1911.* (Mapa de frequência de alunos).

_____. *Inspetoria geral da Instrução Pública e diretoria do Liceu maranhense. Of. n. 5.* São Luís, 14 jan. 1911.

_____. *Inspetoria geral da Instrução Pública do estado do Maranhão.* Antônio Lobo, 1911.

PERIÓDICOS

A ESCOLA, Maranhão, ano 1, n.1, 1902. Disponível em:

<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272312441409191964_75491409191964_7549.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

A RENASCENÇA, n. 1, ano 1, Maranhão. Caxias, 2 jun. 1914. Disponível em:

A REPÚBLICA (Jornal do Povo, ano 1, n. 3, Maranhão São Luís, 31 março de 1914.

Disponível em:

<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408280040361409197236_85091409197236_8509.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2016.

DIÁRIO DO MARANHÃO 12 set. 1904, n. 9327, ano 35. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DIÁRIO DO MARANHÃO 13 mar. 191, 1n.11315. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DIÁRIO DO MARANHÃO, 1908. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DIÁRIO DO MARANHÃO, 20 nov. 1906, n. 9992, ano 37. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DIÁRIO DO MARANHÃO, 5 set. de 1906, n. 9928. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DIÁRIO DO MARANHÃO, 6 nov. 1905, n. 9682. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 10540, ano 39, set. 1908. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 11008, ano 41, 12 mar. 1910. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 11022, ano 41, 30 mar. 1910. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 11025, ano 41, 2 abr. 1910. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em:
21 nov. 2016.

DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 11144, ano 41, 22 ago. 1910. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em:
21 nov. 2016.

DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 9488, ano 36, 22 mar. 1905.
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em:
21 nov. 2016.

DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 9605, ano 36, 12 ago. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em:
21 nov. 2016.

DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 9605, ano 36, 12 ago. 1905. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em:
21 nov. 2016.

DIÁRIO DO MARANHÃO, 22 mar. 1905, n. 9488, ano 36. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em:
21 nov. 2016.

DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 9924, 31 ago. 1906. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em:
21 nov. 2016.

DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 9928, 5 set. 1906. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em:
21 nov. 2016.

JORNAL O DIA, ano 1, n. 5, 5 de junho de 1924.

MONITOR CODOENSE, 9 mar. 1895, n. 29, ano 1. Disponível em:
<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20141117143350.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

MONITOR CODOENSE, fev. 1895, n. 26, ano 1. Disponível em:
<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20141117143350.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

O COMBATE, ano 1, n. 1, Maranhão, 18 ago. 1906.

O JORNAL, 15 nov. 1919, n. 1522, ano 5. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720593&pasta=ano%20191&pesq=00913>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

O JORNAL, 17 nov. 1919, n. 1524, ano 5. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720593&pasta=ano%20191&pesq=00913>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

O JORNAL, 26 nov. 1919, n. 1532, ano 5. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720593&pasta=ano%20191&pesq=00913>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

O JORNAL, n. 913, ano3, 20 nov. 1917. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720593&pasta=ano%20191&pesq=00913>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

O JORNAL. 14 nov. 1919, n. 1522, ano 5. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720593&pasta=ano%20191&pesq=00913>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

O JORNAL. 15 nov. 1919, n. 1522, ano 5. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720593&pasta=ano%20191&pesq=00913>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

O JORNAL. 17 nov. 1919, n. 1524, ano 5. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720593&pasta=ano%20191&pesq=00913>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

O JORNAL. 20 nov. 1917, n. 913, ano 3. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720593&pasta=ano%20191&pesq=00913>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

O JORNAL. 6 maio 1920, n. 1667, ano 6. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720593&pasta=ano%20191&pesq=00913>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

O PORVIR, n. 2, fev. 1902, São Luís. Disponível em:
<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272337061409193426_88141409193426_8814.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2016.

PACOTILHA, 16 jul. 1904, n. 168. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA, 16 jan. 1907, n. 14. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA O Jornal da Tarde, n. 223, ano 18, 19 set. 1908. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA 7 de jan. 1909 n. 5. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA, 14 jan. 1907. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA, 16 de julho de 1907, n. 167, ano 17.

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA, 19 abril de 1883 n106. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA, 27 jan. 1909, n. 22, ano 18. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA, de 21 de fevereiro de 1922. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA, 7 ago. 1907. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA, 7 mar. 1901. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA, 9 de janeiro de 1908 n. 7. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA, n. 102. 30 abr. 1902. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA, n. 139, ano 16, 13 jun. 1906.

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA, n. 195, ano 17, 17 ago. 1907.

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA, n. 2, 30 abr. 1902. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA, n. 22, ano. 18, 27 Jan. 1909. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA, n. 223, ano 18, 19 set. 1908. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA, n. 262, ano 14, 4 nov. 1905.

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 12 out. 2016.

PACOTILHA. 23 maio 1908, n. 122, ano 18. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=429>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

A VIDA DO LAR, Maranhão, ano 1, out. 1913, p. 1.

<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20150721141114.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MANUSCRITOS DA ESCOLA NORMAL

MARANHÃO. *Comissão Escolar da capital*. São Luís, 1903-1906.

_____. *Comissão Escolar de Pinheiro*. São Luís, 1913.

_____. *Escolas Públicas de Diversos Municípios*. São Luís, 1904-1918.

_____. *Escola Modelo*. São Luís, 1906 - 1910.

_____. *Secretaria da Escola Normal*. São Luís, 1903.

_____. *Secretaria da Escola Normal*, São Luís, 1904.

_____. *Secretaria da Escola Normal*, São Luís, 1905.

_____. *Secretaria da Escola Normal*. São Luís, 1906, of. 126.

_____. *Secretaria da Escola Normal*. São Luís, 6 fev. 1907. of. 36.

_____. *Secretaria da Escola Normal*. São Luís, 7 jun. 1907. of. 37.

_____. *Secretaria da Escola Normal*. São Luís, 4 set. 1907, of. 115.

_____. *Secretaria da Escola Normal*. São Luís, 19 set. 1907.

_____. *Secretaria da Escola Normal*. São Luís, 8 fev. 1908. of. 18.

_____. *Secretaria da Escola Normal*. São Luís, 30 set. 1908. of. 104.

_____. *Secretaria da Escola Normal*. São Luís, 5 nov. 1908. of. 118.

_____. *Secretaria da Escola Normal*. São Luís, 3 jan. 1909.

_____. *Secretaria da Escola Normal*. São Luís, 15 jan. 1909.

_____. *Secretaria da Escola Normal*. São Luís, 15 out. 1910.

_____. *Secretaria da Escola Normal*. São Luís, 30 abr. 1911.

_____. *Secretaria da Escola Normal*. São Luís, 1912.

_____. *Secretaria da Escola Normal*. São Luís, 1913.

_____. *Secretaria da Escola Normal*. São Luís, 1914.

_____. *Secretaria da Instrução Pública e Liceu Maranhense – 1906-1910*.

_____. *Secretaria do Interior. Mapa de matrícula de frequência de alunos de diversos municípios (1915-1918)*.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUADRO TRANSCRIÇÃO DAS MENSAGENS

NOME DO JORNAL/ PREÇO/ PERIODICIDADE	CIDADE/ DATA	EXPEDIENTE /TIPOGRAFIA	CATEGORIA	NOME DA NOTÍCIA	TRANSCRIÇÃO
<p>PACOTILHA: jornal da tarde.</p> <p>Local/Editor: Maranhão: Typ. a vapor d'a Pacotilha, imp. A. Auger da Silva</p> <p>53 cm. Redatores; Victor Lobato e Agrippino Azevedo.</p> <p>Entre os seus redatores-chefes se destacam Antônio Lobo e João da Mata de Moraes Rego, filhos de famílias tradicionais de proprietários rurais, que se apresentavam como liberais.</p> <p>1880-1939</p>	<p>9 de abril de 1883.</p>	<p>Jornal de grande expressão no cenário jornalístico, fundado por Victor Lobato, em 1880. Era propagandista da abolição e da República. Pacotilha parou de circular em janeiro de 1881, voltando em abril do mesmo ano com novo formato. No ano de 1930, o jornal deixava de circular novamente, retornando somente em 1934.</p> <p>O Jornal Pacotilha, se configurou como um veículo de grande circulação no cenário maranhense. impresso na Tipografia A Vapor d'a Pacotilha, por Auger da Silva, foi um dos grandes propagandistas da abolição e dos ideais republicanos, tendo como redatores chefes Antônio Lobo e Joao da Mata de Moraes Rego, parou de</p>	<p>Crítica à ausência de escola normal</p> <p>Baixo salário dos professores</p> <p>Reforma do ensino</p> <p>Escola normal</p> <p>Salário</p>	<p>Reforma da instrução</p>	<p>O Conselho da Instrução pública e o projeto de reforma dos nossos estudos</p> <p>Não há muitos dias que pelo Conselho da Instrução pública foi apresentado a S. Excl. O presidente da província um projeto tendente a reforma dos nossos estudos, elaborada por distintos professores quais os do Liceu, e é de esperar que essa nova constituição do ensino satisfaça as necessidades urgentes da nossa educação intelectual.</p> <p>Até a presente data, ignoramos qual o plano seguido pelos ilustres reformistas na confecção do dito projeto: só uma coisa sabemos que cria uma escola normal, onde possa o candidato a professor adquirir os conhecimentos que lhe são preciosos para o futuro tirocínio. Esta ideia, magnífica na aparência, tem, contudo, maior dos defeitos e a sua inexecuibilidade.</p> <p>Ninguém está mais convencido do que nos dão excelentes frutos que pode produzir uma escola normal racionalmente constituída possuidora da ideia de que não há mister que exija maior desenvolvimento de faculdades mais ciência verdade, que o do professor, considerando como uma necessidade o elevar-lhe a instrução, não é pequena coisa ensinar crianças, lançar naquelas tenras inteligências os germens que desabrochando hão de gerar-lhes a futura ciência. Uma profissão em que se trabalha para formar homens é de sua nobreza tão difícil que não é exigência o pedir para ela grande número de habitações é natural que a sociedade que confia seus filhos ao professor lhe peça os seus títulos de capacidade.</p> <p>Reconhecendo, portanto, teoricamente a excelência das escolas normais, sentimos incurso que praticamente elas sejam entre nós absolutamente impossíveis. A teoria fica aqui em oposição com a pratica; e como a pratica é o verdadeiro critério da formação de certas instituições, não podemos aceitar a criação de uma escola normal, como um benefício a nossa mentalidade porque o benefício viesse, preciso era que a criança de uma tal escola fosse acompanhada de outras reformas que tornassem prática a sua missão. A não ser</p>

		<p>circular em 1939.</p>		<p>assim, ficaremos com uma simples escola, sem auferir nem de leve os frutos de semelhante instituição.</p> <p>É fato contravertido entre nós que o professor primário só é abraçado pelos desvalidos da fortuna; e a causa deste fato é simplesmente a mesquinhez dos vencimentos marcados por lei ao professor.</p> <p>Ninguém que possa livremente abraçar qualquer carreira lucrativa se condena ao árduo labor do ensino primário, cujo benefício econômico é tão pequeno que pouco falta ao professor para um mendigo, ninguém que possua mesmos um pequeno capital, se vai sacrificar numa tarefa útil, mas essencialmente ingrata. Acontece que são indivíduos extremamente pobres os que se dedicam a tal profissão e como faltos de meios não pudessem fazer estudos regulares recorrem às influências políticas que, mediante um simulacro de exames, os provem nas cadeiras primarias. Assim entrega-se a ignorância a direção moral da infância, tem-se professores in nomine, incapazes de cumprir com os deveres de seu encargo.</p> <p>Não parecerá de certo exagerada esta postura aquelas que estão ao fato de todas as nossas [] do nosso professorado e que sobre elas não refletido pois bem, perguntamos a esses mesmos – será natural que um indivíduo vá fazer em escola normal um curso de 3 anos para se prover na servência de uma cadeira cujo rendimento mal chega para viver? – Será possível que um homem se entregue a um labor desses para obter uma magra recompensa? – Irá ele consumir três anos de sua existência para alcançar um emprego que não lhe compensa seguir a menor das suas fadigas? Parece que a tais perguntas todos responderão negativamente, é uma tal negativa é a condenação de escolas normais, em quanto se não der ao professor um digno salário.</p> <p>Da justa retribuição de um serviço depende forçosamente a excelência do mesmo, o egoísmo tão natural ao homem, deixa-se em tudo levar pelo atrativo do ganho. Um professor bem pago é um homem que se apaixonou pela sua tarefa, que toma gosto pelas suas funções.</p> <p>Se lhe atribuem, porém mal o trabalho ficará deleitado, descuidará seus deveres, será de uma negligencia enorme na sua profissão, não o condenam por isso: os culpados das suas faltas são aqueles que não sabem ou não querem pagar-lhes o elevado trabalho: tem salário</p>
--	--	--------------------------	--	--

					proporcional ao seu labor daria a sociedade o direito de mais exigir do professor, em quanto com os atuais vencimentos seria uma injustiça pedir-lhe para fazer mais do que faz.
	PACOTILHA: jornal da tarde 10 abril de 1883, n. 97 ano 3 – 40 reis capital – 80 reis interior		Reforma da instrução pública Crítica ao ensino humanístico Ensino moderno Ensino primário	A reforma da instrução pública no Brasil	<p>A necessidade de uma reforma na instrução que se ministra ao nosso povo, reforma que abranja o complexo dos nossos estudos – desde a escola primaria em que se aprendem rudimentos da língua, até as academias, se vai beber as mais elevadas teorias científicas é um fato positivo que se impõe mesmo aos espíritos menos adiantados. Habitados a rotina pedagógica do ensino primário, esterilizados pela influência essencialmente clássica dos liceus, viciados pela educação metafísica das academias onde os fatos mais simples da ciência vão revestidos dum quê de nebuloso improdutivo dos períodos retumbantes de palavras, que encobrem a mutilidade do pensamento, temos, contudo, a instrução de uma nova forma de ensino, que mais satisfaça as necessidades sociais do país. Esta inspiração gera-se como consequência do nada que é o nosso sistema de instrução há produzido, todos pedimos convictamente um meio de sair deste caos de conhecimento desconexos, em que o mais das vezes naufragam os talentos que a organização da nossa raça produz. Desde o decreto do senhor Leôncio de Carvalho é as reformas propostas pelo senhor Rodolfo Dantas, chara se mostra esta necessidade de reformar o ensino do país. Mas esta reforma não tem vindo, porque, ano obstante a sua necessidade, discordantes não são os juízos emitidos a respeito. De um só salto querem os nossos governantes achar-se a par da instrução mais avantajada, que se pode dar ao país, do ensino clássico pretendem de uma vez chegar ao científico, do metafísico ao positivismo da ciência moderna. Este salto não pode ser dado, atendendo-se a evolução do povo brasileiro que neste século se constitui.</p> <p>Fundando numa época em que o velho mundo desenganado dos regimes autoritários do passado sem esperança na democracia, cujo excesso noventa e três mostrara a nação brasileiro, recebeu ao nascer a influência espiritualista eclético que os primeiros anos desse século devastou as inteligências. Este espírito literariamente pelo [].</p> <p>A constituição do nosso país revelou uma e outra cousa. Dando lugar nas suas instituições a monarquia o povo brasileiro mostrou-se descrente dos progressos da democracia estabelecendo uma religião de estado, fiel se apresentou a religiosidade como elemento</p>

					constitutivo da vida nacional.
	Jornal da tarde. 10 dez. 1901		Resultado de exames Escola mista	Escola municipal	Resultado dos exames procedidos na escola mista municipal do 2 distrito da capital, regida pela professora normalista da capital, Corina Cardoso, os quais tiveram lugar no dia 29 do próximo passado.
	PACOTI LHA: jornal da tarde. JORNAL DA TARDE, 30 abr. 1902, n. 102.		Crítica à instrução pública Reforma	Instrução pública	A verdade é que como tudo que é objeto das [] vistas do governo, a instrução é aí uma coisa pronta sempre para amoldar-se à conveniência exercida por uma série de atos que o que menos [querem] é o melhoramento do ensino. ... Por essas e outras é que o conselho, em um dos seus momentos de bom humor já disse que o senhor Benedito Leite está convencido do que isto de reformas de ensino consiste, apenas, em nomeações de lentes.
	PACOTI LHA: jornal da tarde 4 maio 1902 n. 54		Curso noturno Instrução primária	Instrução primária	Curso noturno limitado – instrução primária – rua de Santana, n. 49 Mensalidade 5\$000 reis
	PACOTI LHA: jornal da tarde 6 novembro de 1905, n. 262, ano 14.		Festa escolar Grupo escolar	Gonçalves Dias	Gonçalves Dias As festas de ontem Embora sem a ocorrência do ano passado, a romaria de ontem teve a imponência que são coroar as festas de caráter cívico. As cinco e meia da tarde, mais ou menos, o séquito se moveu na praça João Lisboa desfilando pela rua Grande, Passeio estacando em frente da estátua do imortal glorificado. Era esta a ordem a que obedecia o séquito: escola de aprendizes marinheiros; primeiro grupo escolar da rua grande sob a regência da professora d. Ana Rocha de Oliveira Barroso; Colégio do Sagrado coração de Jesus de d. Zaira Nina Rosa; Atheneu maranhense do professor A Rodrigues Baima; Colégio de são Sebastião do Cônego João dos Santos Chaves, alunos do Centro Caxeiral com estandartes, Companhia de Bom beijos, com estandarte, a carro, e rodo, material; comissão do clube militar da guarda nacional e classes congêneres, com estandarte, a carro; comandante e oficiais da guarnição federal, a carro; governador do Estado representado pelo seu secretário, a carro; officias do carpo de infantaria do estado, a carro; sociedade união

					<p>Síria, oficina dos novos, com estandartes, a carro; representante do município de Caxias.</p> <p>A infância foi representada pelo interessante menino José de Ribamar Santos Pereira, que conduzia o estandarte da Oficina dos Novos. Ao chegar a romaria em frente da estátua de Gonçalves Dias, os alunos do primeiro grupo escolar, no palanque que ali foi erguido, cantaram a “Canção do Exílio”, uma das mais belas composições do comemorado.</p> <p>Em seguida falou Antônio Lobo, o orador oficial, fazendo o “Peregrino” do grande poeta. As bandas de música executaram, então, o hino maranhense, começando o concerto popular, que se prolongou até as 10 horas da noite...</p>
	22 junho de 1906, n. 147, ano 16.		Organizaçã o escolar EUA		<p>A organização escolar tem assumido nos Estados Unidos uma importância extraordinária. O estado de Nova York fez despesas elevadíssimas nos últimos anos para aumentar o número de escolas. Em 1904 as despesas do ensino forma aumentadas em 112 mil contos de reis em consequência da incorporação das escolas livres.</p> <p>Cada aluno das escolas inferiores do estado de Nova York custa 1:200\$. O número das escolas que em 1903 era de 175.098, subiu no ano seguinte a 181.893, das quais mais de 88.000 destinadas ao ensino público e cerca de 13.000 ao ensino particular.</p>
	27 março de 1907, n. 74, ano 17.		Reestabelecimento do 2º G. E.	2º grupo escolar	Pelo senhor Inácio Parga, relator da primeira comissão foi lido o parecer reestabelecendo o segundo grupo escolar, com auxílio do município. Esse parecer foi a imprimir.
	PACOTI LHA: jornal da tarde. 7 maio de 1907 n. 108, ano 17		Reestabelecimento do 2 grupo escolar	Diário oficial	<p>Inserer três telegramas actos do legislativo e do executivo publica, sancionadas as seguintes leis</p> <p>...</p> <p>Autorizando o governo a reestabelecer o 2 grupo escolar da capital sob o auxilio do município, e marcando o prazo para entrarem em execução as leis e decretos estaduais e revogando o artigo 1 da lei n; 445, de 15 de outubro de 1906. Inicia a publicação da ata da 30 sessão ordinária do congresso do estado Editais, anúncios etc.</p>
	PACOTI LHA: jornal da tarde 8 de maio de 1907 n. 109,		Anúncio de reestabelecimento do 2 grupo escolar	Grupo escolar	Por decreto de ontem ontem foi reestabelecido o 2 grupo escolar da capital

	ano 17				
	PACOTI LHA: jornal da tarde 16 julho 1907, n. 167, ano 17		Aniversário de Nina Rodrigues Primeiro grupo escolar	1 grupo escolar	Da comissão do club estadual Nina Rodrigues encarregada de comemorar o primeiro aniversário da morte do seu patrono, recebemos convite para assistir a sessão solene, que terá lugar amanhã na escola pública da rua do sol, onde funciona o primeiro grupo escolar. Somos gratos pela gentileza do convite.
	PACOTI LHA: JORNAL DA TARDE. Maranhão. 1º de agosto de 1907 n. 181. Ano XXVII.			Escola de música	Segundo se vê do Diário Oficial a Escola de música funcionará das 2 às 6 horas da tarde, na Escola pública à rua Grande onde pela manhã, funciona o segundo grupo escola.
A Pacotilha: Jornal da Tarde	PACOTI LHA, 7 de agosto de 1907.		Reforma do ensino	A Reforma do ensino	Na longa exposição de motivos com que o senhor Ministro do Interior demonstra ao senhor Presidente da República a necessidade urgente da reforma do ensino, exposição publicada pelo Jornal do Comércio, de 23 de junho último, encontra-se este trecho, que é por si mesmo um programa: “uma divisão de cursos, modificações no processo de exames, frequência dos estudantes regularizada, determinação de um limite máximo para matrícula em cada ano, uma orientação segura no ensino – parte em que muito me é de esperar da autonomia das congregações que convém seja alongada uma revisão geral dos regulamentos uniformizando-os tanto quanto possível – e teremos dado um grande passo.
	PACOTI LHA. 17 de agosto 1907 n. 195. Ano XXVII.		Aniversário de aluno	Dia de família	Fazem anos: Hoje a exma. Sra. D. Neomenia da Cruz Gondra, professora do Primeiro Grupo Escolar.
	PACOTI LHA. 19 de outubro de 1907 n. 249, ano		Escola normal Resultado de exames	Escola normal Resultado de exames	Resultado de exames de ontem 1 serie 1º ano Língua francesa

	XXVII			<p>Maria Fernandes, grau 9</p> <p>Lucilia Fernandes – 8</p> <p>Julieta Sampaio – 8</p> <p>Zenade Silva – 6</p> <p>Amélia Alves – 5</p> <p>2º ano</p> <p>Aritmética</p> <p>Amélia Lobo – grau 9</p> <p>Laura Rosa – 6</p> <p>Maria Rodrigues – 5</p> <p>Arthemisa Lima – 4</p> <p>Resultado dos exames de hontem:</p> <p>1º ano</p> <p>Prendas femininas</p> <p>Naisa Silva - 9</p> <p>Enedina Silva - 9</p> <p>Elvira Alves – 9</p> <p>Undine Pinho – 9</p> <p>Maria J. Martins – 9</p> <p>Aurine Borges – 9</p> <p>Aderia Borges – 9</p> <p>Beatriz Veiga – 9</p> <p>Maia J. Barreiros – 9</p> <p>Maia D. Cunha – 9</p> <p>Maia L. Costa – 9</p> <p>Lucia Souza – 9</p> <p>Jovila Machado – 9</p> <p>Silvana Telles – 8</p> <p>Zuleide Andrade – 8</p> <p>Filomena Cruz – 8</p> <p>Maia chaves – 7</p> <p>Raymunda Oliveira – 6</p> <p>Analia Costa – 6</p> <p>Eurinda Gonçalves – 6</p> <p>Edith Rego – 6</p> <p>2º ano – caligrafia</p> <p>Nilza Godois – 10</p> <p>Rosa Castro – 10</p> <p>Julieta Sampaio – 10</p>
--	-------	--	--	---

					<p>Francisca Correa – 10</p> <p>Maria Santos – 10</p> <p>Virginia Machado – 9</p> <p>José Souza – 9</p> <p>Joseph Amazonas – 9</p> <p>Amelia Alves – 8</p> <p>Lucília Fernandes - 8</p> <p>Augusta Jesus – 8</p> <p>Amelia Ribeiro – 7</p> <p>Zenaide Silva – 7</p> <p>Maria J. Fernandes – 7</p> <p>Almerinda Rodrigues – 6</p> <p>Saturnino Bello – 6</p> <p>Josula Costa – 4</p> <p>Maria dos Remédios Fonseca – 4</p> <p>José Cruz – 4</p> <p>3 ano – Algebra</p> <p>Cleomenes Falcão – 10</p> <p>Euzira Machado – 10</p> <p>Fernando Cardoso – 8</p> <p>Ermelinda Maramaldo – 7</p> <p>Carmem Cruz – 6</p> <p>4º ano – musica</p> <p>Ana Torres – 8</p> <p>Na próxima segunda-feira realizar-se-ao exames de ginastica as 8 horas do dia</p>
	PACOTI LHA. 21 de outubro de 1907, n. 250, ano XXVII		<p>RESULTADO DE EXAMES</p> <p>Escola normal</p>	Resultado de exames	<p>Resultado dos exames de sábado</p> <p>1 ano – cosmografia</p> <p>Grau 9</p> <p>Beatriz Veiga</p> <p>Maia Lopes da Cunha</p> <p>Maria T. da Costa</p> <p>Grau 8</p> <p>Naiza p. da Silva</p> <p>Maia J. Bello Martins</p> <p>Grau 7</p> <p>Enedina Silva</p> <p>Elvira Assis</p> <p>Undine Pinho</p>

					<p>Zuleide Andrade</p> <p>Grau 6</p> <p>Cândida Reis</p> <p>Filomena Ramos</p> <p>Lucia Souza</p> <p>Grau 5</p> <p>Marcelina Henriques</p> <p>Alfredo Bastos</p> <p>Eurinda Gonçalves</p> <p>Ana Brandao</p> <p>Analia Costa</p> <p>Oda Cabral</p> <p>Jovita Machado</p> <p>Maria Chaves</p> <p>Aderia Borges</p> <p>Filomena Cruz</p> <p>Maia Costa Rodrigues</p> <p>Grau 4</p> <p>Edith Rego</p> <p>José C. Fernandes</p> <p>Maria J. Barreiros</p> <p>Setembrina Lisboa</p> <p>3 reprovados</p> <p>3º ano – álgebra</p> <p>Grau 10</p> <p>Aryne Oliveira</p> <p>Withehnina Cesar</p> <p>Grau 9</p> <p>José S. Fernandes</p> <p>Nila Araujo</p> <p>Grau 8</p> <p>Maria Julia Henriques</p> <p>Amanhã serão chamadas a exame os alunos de musica do 1º ano, inglês do 2º e caligrafia do 3º</p>
			Resultado de exames Escola normal	Resultado de exames da escola normal	<p>Ginastica – 1 ano</p> <p>Grau 10</p> <p>Beatriz Veiga</p> <p>Zuleide Andrade</p> <p>José C. Fernandes</p>

					<p> Maria A. Chaves Aurina Borges Silvana Teles Maia Barreiros Maria Borges da Cunha Filomena Cruz Maira T. Costa Lucia Souza Naiza Silva Enedina Silva Elvira Assis Undine Pinho Alfredo Bastos Maira B. Martins Grau 8 Eurinda Gonçalves Analia Costa Raimunda Oliveira Jovita Machado Aderia Borges Setembrina Lisboa Grau 7 Edith Rego 2 ano Grau 10 Nilza Godois Rosa Castro] Josuila Costa Amelia Ribeiro Francisca Correia Julieta Sampaio Maria Fonseca Maria José Fernandes Lucília Fernandes Augusta Jesus Grau 9 José Souza Zenaide Silva José Maria da Cruz </p>
--	--	--	--	--	--

					<p>Grau 7</p> <p>Maria Neves dos Santos</p> <p>Almerinda Rodrigues</p> <p>Grau 6</p> <p>Amélia Alves</p> <p>Grau 5</p> <p>Josefa Amazonas</p> <p>Grau 4</p> <p>Virginia Machado</p> <p>3 ano</p> <p>Grau 10</p> <p>Cleomenes Falcão</p> <p>Cândida Porto</p> <p>Euzira Machado</p> <p>Nila Araújo</p> <p>Ayrine Fernandes</p> <p>José S. Oliveira</p> <p>Wilhelmina Cesar</p> <p>Maia Julia Henriques</p> <p>Grau 9</p> <p>Fernando Cardoso</p> <p>Laura Rosa</p> <p>Grau 8</p> <p>Bendita Guimaraes</p> <p>Maia R. C. Rodrigues</p> <p>Arthemisa Lima</p> <p>4 ano</p> <p>Grau 4</p> <p>Ana Fria Torres</p> <p>Amanhã serão chamados a exames os alunos de língua portuguesa do 1 ano e francesa do 3.</p>
	24 de outubro de 1907, n. 253, ano XXVII – quarta feira		Resultados de exames Escola normal	Resultado de exames	<p>3 ano – francês</p> <p>1º e 2º turma</p> <p>Grau 9</p> <p>Cleomenes Falcão</p> <p>Candido Porto</p> <p>Grau 8</p> <p>Ayrine Oliveira</p> <p>José S. Fernandes</p>

					<p>Wilbelmina Cesar Benedita Guimaraes Maria C. Rodrigues Henriqueta Souza Grau 7 Laura Rosa Fernando Cardoso Grau 6 Maia J. Henriques Carmem Cruz Esmelinda Maramaldo 3 não compareceram Português 1 turma e 1 ano Grau 9 Aciolina Sampaio Grau 8 Naira Silva Grau 7 Elvira Assis Maria B. Martins Grau 6 Benedito Ricardo Guimaraes Grau 5 Enedina Silva Grau 4 El-zuila Souza Marcelina Henriques Alfredo Bastos Eurinda Gonçalves 1 não compareceu 1 não respondeu a prova oral 1 levantou-se da prova escrita e outro não foi admitida a prova oral Serão chamados a exames, amanhã os alunos de corografia do Brasil e desenho do 3 e 4 anos, as 8 horas do dia</p>
	26 de outubro de 1907 - sábado		Resultado dos exames escola normal	Resultado de exames	<p>1 ano português – 2 e 3 turma Grau 10 Beatriz Veiga Maria Cunha</p>

					<p>Zuleide Andrade Maria T. da Costa Grau 9 Maia Barreiros Silvana Teles Grau 6 Sembrina Lisboa Grau 5 Aurina Borges Aderea Borges Jovina Machado Grau 4 Amelia Meireles Oda Cabral 8 prejudicadas na prova escrita Musica 3 ano Grau 10 Nila Araujo Wilhelmina Cesar Maria J. Henriques Grau 9 Cleomenes Falcão Cândida Porto Ayrine Oliveira Grau 7 José Fernandes Benedita Guimaraes Grau 4 Fernando Cardoso Geometria – 4 ano Grau 5 Ana Torres Amanhã serão chamados a exame os alunos de desenho aplicado a trabalhos femininos</p>
	30 DE outubro de 1907, n. 258, ano XXVII		Resultado de exames escola normal	Resultado de exames	Aritmética – 2 ano

	N, 264		RESULTADO DOS EXAMES – Escola Normal	Resultado de exames	2 ano – aritmética Língua francesa 1, 2 e 3. 1 ano aritmética 3 ano prendas femininas Química 5 ano
	PACOTILHA. 15 de novembro de 1907 n. 271 ano XXVII		Escola modelo Anúncio de exames e de entrega de diplomas	Escola modelo	Perante a congregação dos professores da escola normal, realiza-se amanhã ao meio dia, o exame oral dos alunos do 6 ano da escola modelo. Na próxima segunda feira também ao meio dia, haverá a entrega de diploma do 6 ano aos alunos da escola modelo que foram julgados habilitados. Realizar-se-a igualmente a declaração a promoção dos alunos do 1, 2 3 e 4 anos da mesma escola
A Pacotilha Jornal da Tarde. 17 de agosto 1907 n. 195. Ano XXVII.			Aniversário de aluno	Dia de família	Fazem anos: Hoje a exma. Sra. D. Neomenia da Cruz Gondra, professora do Primeiro Grupo Escolar.
	19 de novembro de 1907 n. 274 ano XXVII		Escola modelo Festa da Adesão do Maranhão a República Nome das alunas aprovadas na escola normal	Escola modelo	A festa das crianças que anualmente atrai a escola modelo uma assistência considerável e seleta, teve ontem mais uma das suas solenidades com as promoções e entrega de diploma dos alunos deste estabelecimento e proclamação do resultado final dos atos do curso anexo. Era pouco mais de uma hora, quando perante o corpo docente desses dois institutos presidido pelo seu diretor, o dr. Bardosa de Godois, e com a presença do senhor governador do estado procedeu-se a solenidade anunciada que se destinava igualmente a comemorar adesão do maranhão ao regime republicano. Em nome da congregação do professor da escola modelo, dirigiu a palavra aos alunos que terminaram recentemente o curso na escola, a professora do 6 ano, exma; sra. D. Luzia Emíliana Pereira de Castro, produzindo uma excelente alocação sobre mérito dos modernos métodos de ensino. Duas de suas alunas, as senhoritas Maria de Barros Segadilha e Dona Gayoso Neves, retribuíram as saudações da sua dedicada professora, estendendo as suas palavras, cheias de emoção, aos demais membros do corpo docente desse instituto.

				<p>Proclamada a promoção havida no curso anexo, e antes que se passasse a promoção nas cinco primeiras classes a escola modelo, foram por alguns instantes interrompidos os trabalhos com a penhorante e significativa manifestação dos anexistas ao senhor governado do estado, diretor do estabelecimento e corpo docente, aos quais ofereceram lindos buquês de flores naturais, o que, antes, havia também sido feito em nome da escola ao seu fundador, pela exma. Sra. D. Luzia Castro e, em nome das diplomadas, ao seu diretor, pela senhorita dona Neves. Foi como se ve, uma festa em que a alegria juvenil, expansiva e sincera, se juntava o delicioso perfume das flores que vai tao bem com os sentimentos que desabocham nos corações da primeira e segunda infância. O dr. Barbosa de Godois em breve palavras agradeceu a essas manifestações cativantes que deram realce a solenidade escolar que se efetuava. Passou-se então a leitura, nas aulas, das notas das promoções realizadas.</p> <p>Aprovados no dia anterior, pelo júri da escola Normal receberam ontem diploma de modelista, os seguintes alunos</p> <p>Dora Gayoso Neves Adalgiza Theodora da Costa Lais Carneiro Brigida A. Fonseca Maira izabel Bastos Simas Joana dos Santos Reis Maria de Barros Segadilha Thereza A. Fonseca Maria Benedita Bastos Simas Claudio Ribeiro da Costa Nelio Airles Tavares</p> <p>Foram estas as promoções da 2 ano verificadas no curso anexo de acordo com o resultado dos exames das matérias do programa desse instituto:</p> <p>Nilza de Matos Carvalho Nerine Neuza Valente Lebre Hulda Alves Pereira Margarida Alves Pereira Rosilda Lusanila Ribeiro Agripina Ferreira de Souza Ilná Castro</p>
--	--	--	--	--

					<p>Cecília Coelho de Souza</p> <p>Esmeralda Saraiva de Paiva</p> <p>Alcançaram a qualidade de ouvinte do mesmo ano:</p> <p>Maria elconora Varela</p> <p>Almerinda da Conceição Parada</p> <p>Leonor Maria de Moraes Rego</p> <p>Neusa Pereira da Silva</p> <p>1º aula do 1º ano</p>
	PACOTI LHA. 31 dezembro de 1907, n. 310 ano XXVII		<p>Escola modelo e curso anexo</p> <p>Anúncio de matrícula</p>	Escola modelo e curso anexo	Abrem-se depois d'amanhã as matrículas para o 1 ano da escola modelo e curso anexo
	PACOTI LHA. 31 dezembro de 1907, n. 310 ano XXVII		<p>Escola normal</p> <p>Anúncio de matrícula</p>	Escola normal	Estará aberta a matrícula para os diferentes anos da escola normal de 2 a 26 do mês de janeiro próximo.
	PACOTI LHA. 2 de janeiro de 1908, n. 2, ANO XXVIII		<p>Escola normal</p> <p>Escola modelo e curso anexo</p>	Escolas	Abriam-se hoje as matriculas das escolas normal, modelo e curso anexo
	PACOTI LHA, 3 de janeiro de 1908, n. 3, ano XXVIII		<p>Escola modelo</p> <p>Matrícula</p>	Escola modelo	<p>Ontem dia da abertura da matricula da escola modelo, foram apresentadas a diretoria devidamente instruída as petições de matricula das seguintes crianças:</p> <p>Jacinto d'Oliveira Machado</p> <p>Filomena Asterica Bastos</p> <p>Joaquim de Matos Carvalho</p> <p>Maria Benedita Valois</p> <p>Almir Serejo de Carvalho</p> <p>Herminia Magalhães de Assis</p> <p>Francisco Emílio Lisboa Viana</p> <p>Eudes de Lima Pereira</p> <p>Maud de Lima Pereira</p> <p>Neusa de Lima Pereira</p>

					<p>Conceição de Maria Correa</p> <p>Houve outras petições a que deixaram de acompanhar os documentos legais e, por isso, não foram despachados</p>
	PACOTI LHA. 4 janeiro de 1908, n. 4, ano, XXVIII		Escola normal Exames da 2 época	Escola normal	
1 ano	PACOTI LHA. 8 janeiro de 1908, n. 6 ano XVIII		Matrícula Curso anexo	Curso anexo	<p>Estao matriculadas no 2 ano do curso anexo a escola modelo as seguintes alunas</p> <p>Nilza de Matos Carvalho</p> <p>Nerine Neuza Valente Febre</p> <p>Hulda Alves Pereira</p> <p>Rosilda Lusanila Ribeiro</p> <p>Ilná Castro</p> <p>Cecília Coelho de Souza</p>
	PACOTI LHA. 9 de janeiro de f1908, n 7, ano XVIII		Matrícula de alunos	Primeiro grupo escolar	<p>Comunico aos senhores pais, tutores e protetores, que achar-se aberta a matrícula deste instituto, até o dia 26 do corrente, devendo os interessados entenderem-se com a abaixo assinada a rua coronel Moreira, n. 23.</p> <p>Maranhão, 3 de janeiro de 1908</p> <p>Maria A. C. d'Almeida</p>
	PACOTI LHA. 10 de jan. 1908, n. 9, ano 18		Matrícula de alunos	Primeiro Grupo escolar	<p>Comunico aos senhores pais, tutores e protetores, que acha-se aberta a matrícula deste instituto até o dia 26 do corrente, devendo os interessados entenderem-se com a abaixo assinada à rua Coronel Colares Moreira n. 23.</p> <p>Maranhão. 3 jan. 1908.</p> <p>Maria A. C. d'Almeida</p>
	PACOTI LHA. 11 de jan. de 1908.		Matrícula de alunos	Primeiro Grupo escolar	<p>Comunico aos senhores pais, tutores e protetores, que acha-se aberta a matrícula deste instituto até o dia 26 do corrente, devendo os interessados entenderem-se com a abaixo assinada à rua Coronel Colares Moreira n. 23.</p> <p>Maranhão. 3 jan. 1908.</p> <p>Maria A. C. d'Almeida</p>
	PACOTI LHA, 14 jan. 1907		Matrícula		<p>Primeiro grupo escolar</p> <p>Cientifico aos senhores Pais de família, tutores e protetores que as matrículas deste instituto</p>

					<p>acham-se abertas até o dia 25 do corrente, devendo os interessados entenderem-se com a professores da primeira cadeira à rua Coronel Colares Moreira, número 23.</p> <p>Maranhão, 11 de janeiro de 1907.</p>
.....	PACOTI LHA, 15 JAN. 1907, n. 13		Matrícula		<p>Primeiro grupo escolar</p> <p>Científico aos senhores Pais de família, tutores e protetores que as matrículas deste instituto acham-se abertas até o dia 25 do corrente, devendo os interessados entenderem-se com a professores da primeira cadeira à rua Coronel Colares Moreira, número 23.</p> <p>Maranhão, 11 de janeiro de 1907</p> <p>Ana Rocha d'Oliveira Barrozo.</p>
.....	PACOTI LHA, 16 JAN. 1907, n. 14		Matrícula		<p>Primeiro grupo escolar</p> <p>Científico aos senhores Pais de família, tutores e protetores que as matrículas deste instituto acham-se abertas até o dia 25 do corrente, devendo os interessados entenderem-se com a professores da primeira cadeira à rua Coronel Colares Moreira, número 23.</p> <p>Maranhão, 11 de janeiro de 1907</p> <p>Ana Rocha d'Oliveira Barrozo.</p>
.....	17 janeiro 1907, n. 15		Matrícula		<p>Primeiro grupo escolar</p> <p>Científico aos senhores Pais de família, tutores e protetores que as matrículas deste instituto acham-se abertas até o dia 25 do corrente, devendo os interessados entenderem-se com a professores da primeira cadeira à rua Coronel Colares Moreira, número 23.</p> <p>Maranhão, 11 de janeiro de 1907</p> <p>Ana Rocha d'Oliveira Barrozo.</p>
.....	PACOTI LHA, 18 jan. n. 21		Matrícula		<p>Primeiro grupo escolar</p> <p>Científico aos senhores Pais de família, tutores e protetores que as matrículas deste instituto acham-se abertas até o dia 25 do corrente, devendo os interessados entenderem-se com a professores da primeira cadeira à rua Coronel Colares Moreira, número 23.</p> <p>Maranhão, 11 de janeiro de 1907</p> <p>Ana Rocha d'Oliveira Barrozo.</p>

Pacotilha Jornal da Tarde. Maranhão. 1º de agosto de 1907 n. 181. Ano XXVII.			Escola de música Endereço do G. E.		Segundo se vê do Diário Oficial a Escola de música funcionará das 2 as 6 horas da tarde, na Escola pública à rua Grande onde pela manhã, funciona o segundo grupo escola.
Pacotilha Jornal da Tarde. Maranhão 7 de agosto de 1907.			Reforma Uniformiz ação do ensino Organizaçã o do ensino	A Reforma do ensino	Na longa exposição de motivos com que o senhor Ministro do Interior demonstra ao senhor Presidente da República a necessidade urgente da reforma do ensino, exposição publicada pelo Jornal do Comércio, de 23 de junho último, encontra-se este trecho, que é por si mesmo um programa: “uma divisão de cursos, modificações no processo de exames, frequência dos estudantes regularizada, determinação de um limite máximo para matrícula em cada ano, uma orientação segura no ensino – parte em que muito me é de esperar da autonomia das congregações que convém seja alongada uma revisão geral dos regulamentos uniformizando-os tanto quanto possível – e teremos dado um grande passo.
A Pacotilha Jornal da Tarde. 20 de setembro de 1907. Sexta feira. N. 224. Ano XXVII.			Reforma	Instrução pública	A Reforma da instrução pública
A Pacotilha Jornal da Tarde. 9 jan, 1908. N. 7. Ano XXVIII			Matrícula GE	Primeiro Grupo escolar	Comunico aos senhores pais, tutores e protetores, que acha-se aberta a matrícula deste instituto até o dia 26 do corrente, devendo os interessados entenderem-se com a abaixo assinada à rua Coronel Colares Moreira n. 23. Maranhão. 3 jan. 1908. Maria A. C. d’Almeida
A Pacotilha Jornal da Tarde, 10 de jan. 1908, n. 9,			Matrícula GE	Primeiro Grupo escolar	Comunico aos senhores pais, tutores e protetores, que acha-se aberta a matrícula deste instituto até o dia 26 do corrente, devendo os interessados entenderem-se com a abaixo assinada à rua Coronel Colares Moreira n. 23.

ano 18.					Maranhão. 3 jan. 1908. Maria A. C. d'Almeida
A Pacotilha Jornal da Tarde, 11 de jan. de 1908.			Matrícula	Primeiro Grupo escolar	Comunico aos senhores pais, tutores e protetores, que acha-se aberta a matrícula deste instituto até o dia 26 do corrente, devendo os interessados entenderem-se com a abaixo assinada à rua Coronel Colares Moreira n. 23. Maranhão. 3 jan. 1908. Maria A. C. d'Almeida
A Pacotilha O Jornal da tarde, 21 ago. 1908, n. 198, ano 18			Transferência de função GE	Grupo escolar	. A professora normalista d. Maria Pureza Torres, que interinamente, rege a terceira e auxilia a segundo do grupo escolar da cidade de São Bento, foi designada para exercer as funções de secretária passando a substitui-la naquela a professor a d. Ana Iria Torres, que ocupa a primeira cadeira do referido grupo, também interinamente.
A Pacotilha O Jornal da tarde, 19 set. 1908, n. 223, ano 18.			Mobília escolar Crítica a instrução pública Infraestrutura		Nas escolas do sexo masculino e feminino da cidade de Alcântara não existe uma só peça de mobília escolar, sendo necessário que os alunos levem de suas casas bancos, mesas ... O antigo prédio em que funcionavam essas aulas precisa ainda de ligeiros reparos para adaptar-se aos fins a que é destinado, bastando pequeno dispêndio para que seja conseguido esse desiderato. Isto numa terra em que [tachava] um “estadista eminente” e é o maior paladino de instrução , é da gente pasmar e admirar.
A Pacotilha O Jornal da tarde, 7 jan 1909, n. 5 ano 19.			Matrícula	Grupo escolar	Científico senhores pais, tutores e mais interessados que as matrículas neste estabelecimento acham-se abertas até o dia 15 de janeiro corrente, a rua Coronel Colares Moreira, n. 23. Maranhão. 7 de janeiro de 1909 A professora Maria Almeida.
	PACOTILHA. 19 de fevereiro de 1908, n. 42, ano 18		Escola de música Exame de admissão	Escola de música	Os candidatos que requerem exames de admissão a escola de musica deverão comparecer, para esse fim, na próxima sexta-feira, 21 do corrente, as 2 horas da tarde, no edifício em que funciona o 1 grupo escolar, a rua do sol, para onde foi provisoriamente transferido aquele estabelecimento

	PACOTILHA. 23 maio 1908, n. 6, 7, 8,, 10, 12 ano 18.		Matrícula grupo escolar Primeiro Grupo escolar	Primeiro Grupo escolar	Científico senhores pais, tutores e mais interessados que as matrículas neste estabelecimento acham-se abertas até o dia 15 de janeiro corrente, a rua Coronel Colares Moreira, n. 23. Maranhão. 7 de janeiro de 1909 A professora Maria Almeida.
	A Pacotilha O Jornal da tarde, 23 maio 1908, n. 122, ano 18.		Criação de cadeira GE	Grupo escolar	Na cidade de Codó foi criada a primeira cadeira de um grupo escolar dela sendo encarregada a professora Catharina Moreira.
	PACOTILHA 2 julho 1908, n. 155, ano 18.		Transferência de função Grupo escolar de São Bento		Por portaria de 30 do passado foi mandado à imprensa oficial para auxiliar o diretor interino dessa repartição, o professor da segunda cadeira do grupo escolar de São Bento Luís Viana.
	PACOTILHA 6 julho de 1908, n. 158, ano 18.		Segurança		Ontem às 10h da noite um dos nossos companheiros transitando pela Rua Grande, onde funcionava a escola de música e o primeiro grupo escolar observou-se que uma das janelas do edifício se achava completamente aberta.
	PACOTILHA 21 ago. 1908, n. 198, ano 18.		Transferência de cargo Grupo escolar São Bento		A professora normalista d. Maria Pureza Torres, que interinamente, rege a terceira e auxilia a segundo do grupo escolar da cidade de São Bento, foi designada para exercer as funções de secretária passando a substituí-la naquela a professor a d. Ana Iria Torres, que ocupa a primeira cadeira do referido grupo, também interinamente.
	PACOTILHA 7 jan. 1909, n. 5 ano 19.		Matrícula grupo escolar Primeiro Grupo escolar	Primeiro Grupo escolar	Científico senhores pais, tutores e mais interessados que as matrículas neste estabelecimento acham-se abertas até o dia 15 de janeiro corrente, a rua Coronel Colares Moreira, n. 23. Maranhão. 7 de janeiro de 1909 A professora Maria Almeida.
	PACOTILHA 13 de janeiro de 1909, n. 10		Matrícula grupo escolar Primeiro Grupo escolar	Primeiro Grupo escolar	Científico senhores pais, tutores e mais interessados que as matrículas neste estabelecimento acham-se abertas até o dia 15 de janeiro corrente, a rua Coronel Colares Moreira, n. 23. Maranhão. 7 de janeiro de 1909

					A professora Maria Almeida.
	PACOTI LHA 15 de janeiro de 1909, n. 12		Matrícula grupo escolar Primeiro Grupo escolar	Primeiro Grupo escolar	Científicos senhores pais, tutores e mais interessados que as matrículas neste estabelecimento acham-se abertas até o dia 15 de janeiro corrente, a rua Coronel Colares Moreira, n. 23. Maranhão. 7 de janeiro de 1909 A professora Maria Almeida.
	PACOTI LHA 27 jan. 1909, n. 22, ano 18.		Reflexão sobre a escola Estória - escola	MEMORI AL DE UM ESTUDA NTE	Eu saíra zangado da escola nessa tarde. Caminhava para casa disposto a pedir a meu pai que me pusesse a trabalhar no campo com os primos, o tio Pedro não mandara ensinar os filhos e eles aí estavam gordos e contestes. A escola é um tormento dizia eu comigo, e o mestre é um bandido! Fez-me copiar 25 vezes, só porque errei uma palavra politécnica! Decididamente quero trabalhar no campo. Os meus colegas zombavam, acompanhando-me pela estrada afora, a gritar-me: - O' da politécnica! Eu, humilhado, sentia vontade de chorar e não corria como de costume. Querendo livrar daquele acompanhamento importuno do rapazio, mal avistei a casa do tio Pedro, corri para ela e entrei, fechando atrás de mim a porta. Minha tia, sentada na sala de jantar, segurava nas mãos uma carta aberta: rodeavam-na de perto o marido e os filhos. Logo que apareci, abriram-se os braços numa efusão de ternura a que eu não estava habituado. - vem cá meu chico, disse-me a pobre mulher, olhando bondosamente para mim, lê aqui uma palavra que teu tio não pode entender. É uma carta do mano Antônio ... desgraçadamente os pequenos não sabiam ler e teu tio ... em fim não admira ... olha, filho, é esta a palavra. E apontava-me com o dedo picado da agulha um ponto mais amarrotado do papel, repetindo é aqui, é aqui. Eu, orgulhoso do meu saber, li alto e corretamente, com todo o vagar, pronunciando sílaba por sílaba. - po-li-tec-ni-ca! Atroz perseguição! Ao mesmo tempo que aos meus lábios saíra clara e distinta essa atormentadora palavra, fazia-se uma confusão maldita no meu espírito e nadava-me na alma a cólera: desesperado levantei os olhos e vi

				<p>toda a família a olhar para mim, atônita; ao movimento brusco que fiz, romperam o silêncio, murmurando encantados.</p> <p>- como o chico lê bem!</p> <p>Aquele elogio curvei a cabeça num agradecimento e dispus-me a sair, mas a esposa do tio Pedro segurou-me carinhosamente a mão, dizendo-me de novo:</p> <p>-Ó filho, já agora faze-me o favor de ler toda a carta sim?</p> <p>- que havia eu de fazer? Li-a de espaço a espaço, rompiam em exclamações e eu era obrigado a interromper-me para dar lugar aos ahis, oha e ihs! Prolongados.</p> <p>A carta era grande: o tio Antônio dava a irmã a consoladora notícia de que seu filho mais velho entrara para a escola politécnica e que, graças ao seu talento e aos mestres, que tivera, enchia agora de alegria e honra os pais.</p> <p>O triunfo de Alfredo abalou sinceramente a opinião dos meus bons tios. Umhas invejasitas formigavam-lhes no coração.</p> <p>A dizer a verdade, era tamanha a satisfação e orgulho do velho, ao falar no seu Alfredo que a força de estudo e trabalho entrava para uma carreira brilhante, que eu, pobre de mim, senti-me comovido também!</p> <p>- E o chico: dizia então a tia batendo-me nas costas; e este pirralho, que já lê tão bem?</p> <p>- Está aí outro Alfredo! Concluiu o tio Pedro. Fitando admirado em mim, os olhos pardos e pequenos.</p> <p>Houve uma pausa durante a qual a pobre mãe derramou o seu olhar molhado de lágrimas pelos três filhos. Que pensaria ela? Não sei, mas nunca expressão mais dolorosa vi em ninguém.</p> <p>Por fim, como si tivessem combinado, lembraram ao mesmo tempo, marido e mulher mandarem ensinar os filhos. Voltando-se para mim, pediram-me instantemente que os apresentassem no dia seguinte ao meu professor. Prometi fazer-lhe a vontade, e, na manhã imediata roguei a minha mãe eu me desse o almoço mais cedo.</p> <p>Porque? Perguntou ela, alisando-me cuidadosamente o cabelo.</p> <p>- Porque vou hoje apresentar na escola os primos ...</p> <p>- Sim?! Mas o tio Pedro dizia ser asneira mandarmos o nosso chico a lição!</p> <p>Contei-lhe tudo, entre envergonhado e</p>
--	--	--	--	--

					<p>risonho. Ela, a minha doce amiga, ouviu-me com atenção, sorrindo com a sua costumada polidez; depois, atraindo-me para o seio, disse-me com voz segura e afetuosa:</p> <p>- Vai meu filho, cumpre o teu dever, ouve sempre com respeito os conselhos do mestre, obedece-lhes em tudo. Olha que senão fosse ele, não teria eu hoje a ventura de te ver assim, terminou ela dando-me dois beijos na face.</p> <p>Desde esse dia, parecia -me ver, estendida como uma asa imaculada, a mão branca de minha mãe a apontar-me a escola, onde nunca mais faltei!</p> <p>Júlia Lopes de Almeida.</p>
	<p>PACOTI LHA 9 março 1909 n. 57</p> <p>Ato do Poder Executivo, 5 março 1909</p>		<p>Nomeação de professor/t ranferencia de cargo</p> <p>Grupo escolar de São Bento</p>	<p>Ato do poder executivo, de 5 do corrente</p>	<p>Foi designado o guarda do Tesouro público do estado, Cândido Aleixo Ferreira para auxiliar o serviço da Secretaria da Junta Comercial. Ao professor da segunda cadeira do Grupo escolar da cidade de São Bento, cidadão Luiz Viana foi concedida a exoneração solicitada, das funções desse cargo.</p> <p>Foi nomeado para a segunda cadeira do grupo escolar da cidade de São Bento a professora da Primeira cadeira do mesmo grupo, Laura Guterres de Souza, a qual passou a ser regida pela professora Ana Fria Torres.</p>
	<p>PACOTI LHA 1 de maio de 1909 n. 102</p>		<p>Nomeação de professora</p> <p>São Bento</p>	<p>Grupo escolar</p>	<p>A professora da terceira cadeira do grupo escolar de São Bento d. Maria da Pureza Torres foi nomeada para exercer efetivamente esse cargo</p>
	<p>PACOTI LHA 31 julho de 1909, n. 179</p>		<p>Nomeação de professora</p>	<p>Grupo escolar</p>	<p>Para regerem respectivamente a primeira e a terceira cadeira do segundo grupo escolar desta capital, as professoras normalistas d. Raymunda da Parga Leite de Meireles e Hermelinda de Souza Martins.</p>
<p>A Pacotilha O Jornal da tarde, 23 maio 1908, n. 6, 7, 8., 10, 12 ano 18.</p>			<p>Matrícula</p>	<p>Grupo escolar</p>	<p>Científico senhores pais, tutores e mais interessados que as matrículas neste estabelecimento acham-se abertas até o dia 15 de janeiro corrente, a rua Coronel Colares Moreira, n. 23.</p> <p>Maranhão. 7 de janeiro de 1909</p> <p>A professora</p> <p>Maria Almeida.</p>
<p>A Pacotilha Jornal da tarde. 4 julho 1904 , 157 ano XXIV</p>			<p>Nomeação de professores</p>	<p>Grupo escolar</p>	<p>Para comporem os dois grupos escolares, criados pelo decreto desta data, as seguintes professoras</p>

<p>A Pacotilha Jornal da tarde. 4 novembro de 1905, n. 262, ano 14.</p>			<p>Festa</p>	<p>Gonçalves Dias</p>	<p>As festas de ontem</p> <p>Embora sem a ocorrência do ano passado, a romaria de ontem teve a imponência que soe coroar as festas de caráter cívico.</p> <p>As cinco e meia da tarde, mais ou menos, o séquito se moveu na praça João Lisboa desfilando pela rua Grande, Passeio estacando em frente da estátua do imortal glorificado.</p> <p>Era esta a ordem a que obedecia o séquito: escola de aprendizes marinheiros; primeiro grupo escolar da rua grande sob a regência da professora d. Ana Rocha de Oliveira Barroso; Colégio do Sagrado coração de Jesus de d. Zaira Nina Rosa; Atheneu maranhense do professor A Rodrigues Baima; Colégio de são Sebastião do Cônego João dos Santos Chaves, alunos do Centro Caxeiral com estandartes, Companhia de Bom beijos, com estandarte, a carro, e rodo, material; comissão do clube militar da guarda nacional e classes congêneres, com estandarte, a carro; comandante e oficiais da guarnição federal, a carro; governador do Estado representado pelo seu secretário, a carro; officas do carpo de infantaria do estado, a carro; sociedade união Síria, oficina dos novos, com estandartes, a carro; representante do município de Caxias.</p> <p>A infância foi representada pelo interessante menino José de Ribamar Santos Pereira, que conduzia o estandarte da Oficina dos Novos. Ao chegar a romaria em frente da estátua de Gonçalves Dias, os alunos do primeiro grupo escolar, no palanque que ali foi erguido, cantaram a “Canção do Exílio”, uma das mais belas composições do comemorado.</p> <p>Em seguida falou Antonio Lobo, o orador oficial, fazendo o “Peregrino” do grande poeta. As bandas de música executaram, então, o hino maranhense, começando o concerto popular, que se prolongou até as 10 horas da noite...</p>
<p>A Pacotilha Jornal da tarde. 13 junho 1906, n. 139. Ano 16.</p>			<p>Crítica a instrução pública</p> <p>Visita de Afonso Pena</p>		<p>O senhor Benedito Leite, cuja megalomania está hoje no domínio de todo mundo, não perde rasa para se inculcar como modelador da instrução pública nesta terra, exausta de aturar os constantes despautérios, as rematadas tonterias de tão iminente estadista.</p> <p>É assim que, para armar ao efeito, e como trabalho de encenação, o jacumahuba das mexidelas fez seguir para Caxias, tocando nas demais localidades do rio Itapecurú, o senhor dr. João Machado, inspetor da instrução pública do estado, a fim de acordar ao modo porque deve ser recebido nesses pontos, a</p>

					<p>visita do dr. Afonso Pena.</p> <p>Entre outras determinações que fez ao seu emissário, o senhor Benedito Leite ordenou que ele impusesse aos professores a obrigação de comparecerem ao desembarque do presidente eleito, acompanhados da respectiva petizada, que deverá trajar uniformes brancos, meias pretas e sapatos rasos, também brancos. Para que a meninada escolar não apareça em toda a sua insignificância a numérica, o emissário levou instrução no sentido de ao séquito estadual se incorporar o maior número possível de crianças, embora estas não frequentem as aulas do governo.</p> <p>O que o senhor Benedito Leite visa com semelhante embuste, é que o senhor Afonso Pena se convença de que a instrução está tão derramada pelo estado que mesmo no interior, onde, alias, quase todas as escolas foram suprimidas, é enorme, é estupenda a população escolar. Onde já se viu um charlatão dessa ordem.</p>
A Pacotilha Jornal da tarde. 22 junho de 1906, n. 147, ano 16.			Organizaçã o escolar Estados Unidos		<p>A organização escolar tem assumido nos estados unidos uma importância extraordinária. O estado de Nova York fez despesas elevadíssimas nos últimos anos para aumentar o número de escolas. Em 1904 as despesas do ensino foram aumentadas em 112 mil contos de reis em consequência da incorporação das escolas livres.</p> <p>Cada aluno das escolas inferiores do estado de Nova York custa 1:200\$. O número das escolas que em 1903 era de 175.098, subiu no ano seguinte a 181.893, das quais mais de 88.000 destinadas ao ensino público e cerca de 13.000 ao ensino particular.</p>
A Pacotilha Jornal da tarde. 1 agosto 1907, n. 181, ano 17			Escola de música funcionam ento		<p>Segundo se vê no diário oficial, a escola de música funcionará das 2 as 6 horas da tarde, na escola pública a rua grande, onde pela manhã funciona o segundo grupo escolar.</p>
A PACOTILHA. Jornal da tarde. 7 mar. 1901.			Crítica a instrução pública	Na sessão instrução pública	<p>Em nosso artigo afirmamos estes pontos: que o governo do Estado por muito tempo não se preocupou com a instrução pública.</p> <p>Relata também que muitos professores teriam sido nomeados apenas por ato político sem se quer ter a formação exigida.</p>

<p>A PACOTIL HA. JORNAL DA TARDE. 19 de abril de 1883.</p>			<p>Reforma Crítica a instrução pública</p>	<p>O Conselho da Instrução pública e o projeto de reforma dos nossos estudos</p>	<p>Não há muitos dias que pelo Conselho da Instrução pública foi apresentado a S. Exc. O presidente da província um projeto tendente a reforma dos nossos estudos, elaborada por distintos professores quais os do Liceu, e é de esperar que essa nova constituição do ensino satisfaça as necessidades urgentes da nossa educação intelectual.</p> <p>Até a presente data, ignoramos qual o plano seguido pelos ilustres reformistas na confecção do dito projeto: só uma coisa sabemos que cria uma escola normal, onde possa o candidato a professor adquirir os conhecimentos que lhe são preciosos para o futuro tirocínio. Esta ideia, magnífica na aparência, tem, contudo maior dos defeitos e a sua inexequibilidade.</p> <p>Ninguém está mais convencido do que nos dão excelentes frutos que pode produzir uma escola normal racionalmente constituída possuidor da ideia de que não há mister que exija maior desenvolvimento de faculdades mais ciência verdade, que o do professor, considerando como uma necessidade o elevar-lhe a instrução, não é pequena coisa ensinar crianças, lançar naquelas tenras inteligências os germens que desabrochando hão de gerar-lhes a futura ciência. Uma profissão em que se trabalha para formar homens é de sua nobreza tão difícil que não é exigência o pedir para ela grande número de habitações é natural que a sociedade que confia seus filhos ao professor lhe peça os seus títulos de capacidade.</p> <p>Reconhecendo, portanto, teoricamente a excelência das escolas normais, sentimos incurso que praticamente elas sejam entre nós absolutamente impossíveis. A teoria fica aqui em oposição com a pratica; e como a pratica é o verdadeiro critério da formação de certas instituições, não podemos aceitar a criação de uma escola normal, como um benefício a nossa mentalidade porque o benefício viesse, preciso era que a criança de uma tal escola fosse acompanhada de outras reformas que tornassem prática a sua missão. A não ser assim, ficaremos com uma simples escola, sem auferir nem de leve os frutos de semelhante instituição.</p> <p>É fato contravertido entre nós que o professor primário só é abraçado pelos desvalidos da fortuna; e a causa deste fato é simplesmente a mesquinhez dos vencimentos marcados por lei ao professor.</p> <p>Ninguém que possa livremente abraçar qualquer carreira lucrativa se condena ao árduo labor do ensino primário, cujo benefício</p>
--	--	--	---	--	---

				<p>econômico é tão pequeno que pouco falta ao professor para um mendigo, ninguém que possua mesmos um pequeno capital, se vai sacrificar numa tarefa útil, mas essencialmente ingrata. Acontece que são indivíduos extremamente pobres os que se dedicam a tal profissão e como faltos de meios não pudessem fazer estudos regulares recorrem às influências políticas que, mediante um simulacro de exames, os provem nas cadeiras primarias. Assim entrega-se a ignorância a direção moral da infância, tem-se professores in nomine, incapazes de cumprir com os deveres de seu encargo.</p> <p>Não parecerá de certo exagerada esta postura aquelas que estão ao fato de todas as nossas [] do nosso professorado e que sobre elas não refletido pois bem, perguntamos a esses mesmos – será natural que um indivíduo vá fazer em escola normal um curso de 3 anos para se prover na servência de uma cadeira cujo rendimento mal chega para viver? – será possível que um homem se entregue a um labor desses para obter uma magra recompensa? – irá ele consumir três anos de sua existência para alcançar um emprego que não lhe compensa seguir a menor das suas fadigas? Parece que a tais perguntas todos responderão negativamente, é uma tal negativa é a condenação de escolas normais, em quanto se não der ao professor um digno salário.</p> <p>Da justa retribuição de um serviço depende forçosamente a excelência do mesmo, o egoísmo tao natural ao homem, deixa-se em tudo levar pelo atrativo do ganho. Um professor bem pago é um homem que se apaixonou pela sua tarefa, que toma gosto pelas suas funções.</p> <p>Se lhe atribuem, porém mal o trabalho ficará deleitado, descurará seus deveres, será de uma negligencia enorme na sua profissão, não o condenam por isso: os culpados das suas faltas são aqueles que não sabem ou não querem pagar-lhes o elevado trabalho: tem salario proporcional ao seu labor daria a sociedade o direito de mais exigir do professor, em quanto com os atuais vencimentos seria uma injustiça pedir-lhe para fazer mais do que faz.</p>
A escola				

<p>A escola é um título de um pequeno e bem redigido semanário, cujo segundo número vem a ser distribuído . É órgão do colégio 15 de novembro que tem como diretor o senhor professor Benjamin Melo. Traz bons artigos sobre instrução e interessantes produções literárias em prosa e verso.</p>	<p>A ESCOL A. 10 de março de 1902 n. 1</p>		<p>Escola primária</p> <p>Crítica as escolas primárias e a escola modelo</p> <p>instrução primária</p>	<p>A escola primária</p>	<p>É este um dos pontos para o qual chamamos muito a atenção dos poderes constituídos e bem assim dos exms. Srs. Pais de família que zelam pela educação de seus filhos. Não é só em nosso Maranhão, é geral em nosso país essa fantasia que reina na instrução da mocidade e especialmente na instrução primaria, onde os prejuízos são consideravelmente maiores; quantos moços saem das escolas primarias e não podem mais frequentar casas de ensino? Se não receberam na escola primaria um pouco de instrução solida e segura, estão incapazes de exercer qualquer emprego, por mais elementar que sejam os conhecimentos exigidos. É com experiência e com pesar que escrevo estas linhas, por ver como são iludidos os pais que confiam seus filhos a uma casa de ensino ou mesmo particular com raras exceções. O objetivo afinal é apenas um efeito surpreendente para o momento dos exames, em que é dado aos pais e interessados ajuizar do aproveitamento de seus filhos ou tutelares. A nossa maneira de pensar é franca e em nossas linhas escritas pode se ler a expressão da verdade e do sentimento que reina em nossos corações sobre um menino de uma escola primária com o seu certificado de exame.</p> <p>A instrução primária entre nós agasalhado nestas colunas resolvemos sair por um minuto da nossa penumbra e estar a escrever uma serie de considerações sobre o momentoso assunto da instrução primária, se não temos outra pretensão se não a de sermos útil ao nosso torrão e concorrermos na medida das nossas forças para a formação e desenvolvimento da intelectualidade das criancinhas maranhenses que são os futuros continuadores das nossas honrosas tradições intelectuais. Desde que, há doze anos, nos decidimos ao magistério, temos observado que a instrução primária do nosso estado tem sido deploravelmente descuidada quer pelos governos, encarregados de cria-la e mantê-la quer pelos encarregados de difundi-la, quer mesmo pelos pais e mais interessados pelas crianças.</p> <p>Na capital onde a vista dos governos, está mais próxima dos interesses da coletividade e deveria por isso cuidar-se mais seriamente a instrução, aqui mesmo este ramo do publico serviço tem sido colocado em plano inferior, contrariamente ao que acontece em outros estados da republica.</p> <p>Tendo desaparecido os concursos públicos, que para nos, constituíam, quando</p>
---	--	--	--	--------------------------	--

				<p>honestamente realizados, o melhor e o mais seguro meio de aproveitar aptidões para o magistério criou-se a escola normal para como nos outros estados, preparar futuros preceptores da mocidade, nos primeiros passos desta na senda da instrução.</p> <p>Nada mais benéfico nem mais proveitoso, mas este instituto não em infelizmente desde a sua criação até agora, produzido os frutos desejados, porque os professores diplomados, na sua maioria senhoras não tem querido aceitar cadeiras no interior do nosso estado onde, como é obvio mais necessário é a instrução primaria, preferindo as que não são aproveitadas para as cadeiras da capital, ficar em completa inação. Além disso sendo nulo o numero dos professores normalistas do sexo masculino não podem ser providas as escolas deste sexo no interior por professores habilitados. E este fato é devido, pensamos, a diminuta remuneração consignada por lei a esses professores, que bem merecem uma recompensa compatível com o grande papel que lhes é confiado.</p> <p>O governo do estado, nestes últimos tempos, procurando difundir e melhorar a nossa instrução primária, criou aqui na capital grande numero de escolas providas de professores e adjuntas com grande peso para os cofres do erário mas sem nenhum proveito para a infância, por que esses estabelecimentos faltos de aparelhos moveis e utensílios próprios e até de casarão passam das velhas escolas de outrora.</p> <p>Assim a boa e louvável intenção o governo vem sendo em pura perda melhor fora reduzir o numero de escolas e com produtos da consequente economia melhorar o material didático das restantes assistindo a tudo isso grande critério na escolha dos professores só tendo em vista o preparo e sobretudo a divisão deles.</p> <p>A criação da escola modelo se ela fosse o que realmente deve ser, seria um grande passo a favor da instrução primaria. O benemérito maranhense, que a idealizou e criou, não contava certamente com a exiguidade dos nossos recursos financeiros, e pena é na verdade, que tao proveitoso lentamem seja ainda uma realidade.</p> <p>Estamos profundamente convencidos de que não é a nossa escola normal a que nos há de dar professores para a escola modelo, eles ainda deverão ser feitos, antes disso a escola modelo apenas será o nome de um maranhense que ama a instrução de sua terra</p>
--	--	--	--	--

					<p>mas que ainda precisa fazer por ela;</p> <p>Outro fato que corrobora a nossa primeira asserção, isto é, que os governos tem descurados da nossa instrução primaria, é o que se observa diariamente no provimento de cadeiras do interior, recaindo a escola, em regra em um amigo politico e eleitoral, ou numa filha, neta ou parente do chefe local, as mais das vezes sem a instrução mais rudimentar. É uma lastima então verem-se essas pseudos-escolas primarias transformadas em patíbulo da língua, do método e, mais ainda da inteligência dos pobres criancinhas, não é so a incompetência a maior parte das nossas escolas do interior prima pela falta de frequência, motivada pelos professores que, não comparecendo durante semanas, quinzenas, e até meses inteiros a aula obtém contudo, o atestado de frequência, documento mentiroso e falso que lhes faculta receberem desonestamente os vencimentos do tesouro exausto. Se quisermos enumerar todas as faltas do governo contra nossa instrução primaria, apontamos-ia inúmeras porem as mais graves ai ficam para o nosso fim basta por enquanto.</p>
--	--	--	--	--	--

Diário do Maranhão

Trata-se de um jornal do comércio, lavoura e indústria. A sua publicação era diária, exceto nos dias santos e feriados. Era composto por três folhas. Na primeira apresentava o Editorial e as notícias provinciais e nacionais. Na segunda folha se encontra a Secção Geral, na qual eram feitos os anúncios referentes à vida social e econômica da província, ou seja, o movimento de entrada e saída de navios do porto; a propaganda comercial; eventos sociais (festas, casamentos e óbitos), bem como os anúncios de venda, de compra e aluguel de escravos; de fugas; de homicídios praticados por escravos e de notícias a respeito de quilombos. Na terceira folha publicavam-se os anúncios gerais referentes à administração pública provincial.

	DIÁRIO DO MARANHÃO. 31 março de 1903		Lei de conversão das escolas estaduais em grupos escolares	Reforma	Publicação da lei que autoriza a conversão das 6 escolas públicas estaduais em 2 grupos escolares. Lei n. 323, 26 mar. 1903
	DIÁRIO DO MARANHÃO 2 julho de 1904		Nomeação dos professores e funcionários Grupo escolar	Atos oficiais	Publicação da composição dos grupos escolares, nomeação de professores, local de funcionamento, funcionários
	DIÁRIO DO MARANHÃO 3 agosto de		Continuação do regimento interno	Regimento interno	Regimento interno

	1904, n. 9295 ano 15				
	DIÁRIO DO MARANHÃO 5 de agosto de 1904 n. 9296 ano 15		Continuação do regimento interno	Regimento interno	Regimento interno
	DIÁRIO DO MARANHÃO 6 de agosto de 1904 n. 9297 ano 15		Continuação do regimento interno	Regimento interno	Regimento interno
	DIÁRIO DO MARANHÃO 8 de agosto de 1904		Continuação do regimento interno	Regimento interno	Regimento interno Horário das aulas grupo escolar
	DIÁRIO DO MARANHÃO 12 de setembro de 1904 n. 9327 ano 35		Nomeação de professor Grupo escolar Anuncio da criação dos grupos escolares e de escola mista	Grupo escolar	Nomeação de professor para o grupo escolar e funcionários pelo diretor da escola normal Ao senhor diretor da escola normal do estado – pelo vosso officio de 18 do corrente fica ciente e aprovo a designação que fizeste da professora da primeira escola estadual d. Paschoa Galvão Advincula, para reger a terceira cadeira do primeiro grupo escolar, enquanto estiver impedida a respectiva professora d. Corina Cardoso Maya, designação aquela que, conforme dizeis em mais prejudica o outro instituto Ao senhor dr. diretor da escola normal, para os devidos efeitos remeto-vos inclusos exemplares impressos os decretos n. 36 e 37 que nesta data resolvi expedir, o primeiro criando dois grupos escolares na capital e o segundo duas escolas mistas
	DIÁRIO DO MARANHÃO 12 de setembro de		Anuncio de criação dos grupos escolares	Criação dos grupos escolares	O vice governador do estado, tendo nesta data criado dois grupos escolares nesta cidade nos termos da lei n. 323 de 26 de março de 1903 resolve nomear para o primeiro grupo as seguintes professoras estaduais da capital

	1904 n. 9327 ano 35				
	DIÁRIO DO MARANHÃO 26 de setembro de 1904 n. 9339 ano 35		Infraestrutura Cultura material escolar Conserto do relógio de parede 1 grupo escolar		Ao senhor diretor da escola normal do estado – respondendo ao vosso ofício de 26 do corrente, em o qual veio anexo um outro da professora da 1 cadeira do 1 grupo escolar, tratando da danificação do relógio de parede da classe a seu cargo, tendo a declarar-vos que podeis mandar fazer o concerto de que o mesmo relógio necessita, correndo a despesa pela verba expediente.
	DIÁRIO DO MARANHÃO 22 de novembro de 1904 n. 9387 ano 35		Reparos do prédio Infra estrutura Primeiro grupo escolar		Ao senhor diretor da escola normal do estado – declaro-vos em resposta ao vosso ofício de 19 do corrente, que ficam autorizado a mandar operar os reparos que se tornam indispensáveis no quadro negro, em duas estantes e no relógio de parede pertencentes a segunda cadeira do primeiro grupo escolar da capital, remetendo-me oportunamente a conta para se pagar)1905
	DIÁRIO DO MARANHÃO 22 março de 1905 n. 9488 ano 36		Anúncio de criação dos grupos escolares Organização dos grupos escolares	Grupo escolar	Havendo a lei n. 323 de 26 de março de 1903 me autorizado a converter em grupos escolares as escolas estaduais existentes no perímetro desta cidade, assim o fiz por decreto n. 36 de 1 de julho do ano passado, criando nos termos do artigo 2 daquela lei, dois grupos escolares. Cada um desses grupos é composto de três das antigas escolas de ensino primário, que deles fazem parte sob a denominação do 1, 2 e 3 cadeiras. Desse modo, regem-nas por nomeação daquela mesma data, as seguintes professoras das escolas extintas: primeira grupo escolar: primeira cadeira – a professora da quinta escola estadual d. Maria de Albuquerque Coqueiro de Almeida; segunda cadeira - a professora da primeira escola estadual d. Neomenia da Cruz Gondra; terceira cadeira – a professora da sexta escola estadual d. Corina Cardoso Maia; segundo grupo escolar: primeira cadeira – a professora da terceira escola estadual d. Ana Rocha de Oliveira Barroso; segunda cadeira – a professora da segunda escola estadual d. Rita Florestal de Souza Lima Lisboa; terceira cadeira – a professora da quarta escola estadual d.

					<p>Joaquina Amenia de Souza Pereira Lima, nomeia ainda, na mesma ocasião atendendo a conveniência de ser mantida a disciplina necessária nos novos institutos d. Lydia da Silva Castro e Maria Augusta de Albuquerque Sales, aquela que já exercia o cargo de vigilante da escola modelo, para o de vigilante do primeiro grupo escolar, e esta, para idêntico cargo e o segundo grupo escolar.</p> <p>Funcionam os dois grupos escolares por designação minha, o primeiro no prédio da escola publica, a rua do sol, e o segundo ao no da escola pública, a rua grande.</p> <p>No seu funcionamento, obedecem ao regimento interno organizado pelo diretor da escola normal e baixado por este governo com o decreto n. 38 de 19 de julho do ano passado. É me grato declarar-vos que como previstes, a criação destes estabelecimentos foi uma medida de grande alcance par ao ensino primário, que não só melhorou consideravelmente no método adotado, como se acha sujeito a uma fiscalização mais pronto e eficaz por parte do diretor da escol anormal.</p> <p>Além dos grupos escolares, mantem ainda o estado, nesta cidade, duas novas escolas que institui por decreto n. 37 de 1 de julho do ano próximo findo por considerar vantajoso ao ensino publico a sua criação e haver a lei de orçamento vigente consignado verba par o seu custeio. Destinam-se aquelas escolas ao mesmo ensino que os grupos escolares e obedecem ao mesmo método e são subordinadas igualmente ao diretor da escola normal. Na mesma data do decreto que lhes conferiu as denominações de primeira e segunda escola estadual da capital, designei para servi-lhes de sede, respectivamente os bairros de Santana e São Pantaleão e para rege-la as professoras normalistas d. Pascoa Galvao Advincula e Zila Angelo Pais, aquela a primeira e esta a segunda escola.</p> <p>Das professoras acima obteve licença a da 3 cadeira do 1 grupo escolar d. Corina Cardoso Maya, a 1 por 3 meses, com ordenado, em 20 de julho e a 2 por 6º dias em prorrogação, também com ordenado em 26 de outubro.</p>
	<p>DIÁRIO DO MARANHÃO 12 agosto de 1905, n. 9605, ano 36.</p>		Impressões de viagens	Impressões de viagem no Maranhão	<p>Impressões de viagem no Maranhão</p> <p>Publicado no “Estandarie” de São Paulo a seguinte descrição de viagem feita a nossa capital pelo ilustrado missionário sr. Higgrio que esteve há meses entre nós ...</p> <p>Dias felizes foram esses que passei no seio da igreja e da sociedade maranhense ...</p>

	Edição 9643				<p>Há no Maranhão, um espírito de sociabilidade e de união, um cultivo de virtude cívica e de efeitos domésticos, um anelo pela verdade e pala liberdade que encantam e cativam ...</p> <p>Conforme foi já noticiado pelo “Estandarie” preguei diversas vezes na sede de nossos cultos no bairro do Anil, onde há uma grande fábrica de tecido de algodão e fiz cinco conferencias públicas no vasto salão do grupo escolar situado a rua grande.</p>
	DIÁRIO DO MARANHÃO 31 AGO 1906, N. 9924.		<p>Frequência escolar</p> <p>Grupo escolar Codó</p> <p>Propõe a criação de um grupo escolar</p>	<p>Visita de Benedito Leite</p>	<p>Notícia de São Luís a Teresina.</p> <p>Barão de Grajaú, 21 julho 1906.</p> <p>Visita de Benedito Leite</p> <p>Ontem, vindo o Vapor amanheceu encalhado e o comandante esgotando os recursos manda pôr a bagagem na terra...</p> <p>Chegamos ao porto de Codó ao meio dia a bordo diversas pessoas gradas que se demoraram em amistosa palestra com o governador do Estado</p> <p>...</p> <p>Fomos a duas escolas públicas estaduais do sexo masculino. A primeira cadeira é regida pelo professor Hemenegildo Estevam dos Santos e tem 104 alunos matriculados, regulando a frequência média de 60 alunos. A segunda, dirigida pelo professor Joao Henrique de Souza Figueiredo tem mais ou menos o mesmo número de alunos matriculados, sendo que a frequência média é de 45 alunos.</p> <p>Pensam os codoenses que trarão resultados de alto lance múltiplas reformas que pretendem levar a cabo. Na praça do cruzeiro será construído o edifício para o grupo escolar que o estado vai organizar na importante cidade. Os poderes municipais, auxiliados por alguns particulares partidários do progresso, acham-se já aparelhados não só para auxiliar as despesas com a aquisição do respectivo material escolar, como também a municipalidade sem orçamento, disporá de verba para auxiliar as despesas com o professor.</p>
	DIÁRIO DO MARANHÃO 5 setembro de 1906, n. 9928.		<p>Crítica ao G. E. Rosário</p> <p>Propõe a compra de um terreno para a construção</p>		<p>[...] chegamos a Rosário as 4 horas da manhã</p> <p>O grupo escolar instalado em abril último está num edifício acanhado, a matrícula tem excessivo número de alunos em relação a casa e as crianças não se podem distender conforme aconselha a pedagogia moderna, o grupo escolar rosariense vai ter instalação especial. A direita da igreja matriz há um terreno que se presta admiravelmente para o edifício que querem construir, o senhor</p>

			de um grupo escolar		Benedito Leite examinou esse terreno e prometeu na sua administração dotar a terra natal com esse admirável melhoramento.
	DIÁRIO DO MARANHÃO 9682		Festa de Gonçalves Dias 1 grupo escolar	Festa de Gonçalves Dias	Nesta comemoração que mobilizou toda a sociedade maranhense para homenagear ao poeta Gonçalves Dias, a romaria teve início na praça Joao Lisboa e foi até a Praça Gonçalves Dias. Teve a presença de 3 bandas marciais e como orador Antonio Lobo. “no restrito tomaram lugares destinados Escola de aprendizes marinheiros 1 grupo escolar Colégio Bayma Cia de Bombeiro Carro da Secretaria do Governo do intendente municipal
	DIÁRIO DO MARANHÃO 20 nov. de 1906, n. 9992, ano 37		Anuncio de realização de exames	2 grupo escolar	Amanhã no salao deste instituto a rua grande, realizar-se-ao os exames do ano letivo, começando as 10 h pelas alunas da 1 classe até as do 6 ano
	DIÁRIO DO MARANHÃO n. 10343 3 de janeiro de 1908		Matricula 1 grupo escolar	Grupo escolar	Comunico aos senhores pais, tutores e protetores que acha-se aberto a matricula deste instituo até o dia 26 do corrente, devendo os interessados entenderem-se com a baixo assinada a rua coronel Colares Moreira, 23 Maranhão 3 de janeiro de 1908 Maria A. C. d’Almeida
	DIÁRIO DO MARANHÃO 10344		Matricula 1 grupo escolar	Grupo escolar	Comunico aos senhores pais, tutores e protetores que acha-se aberto a matricula deste instituo até o dia 26 do corrente, devendo os interessados entenderem-se com a baixo assinada a rua coronel Colares Moreira, 23 Maranhão 3 de janeiro de 1908 Maria A. C. d’Almeida
	DIÁRIO DO MARANHÃO 10345		Matricula 1 grupo escolar	Grupo escolar	Comunico aos senhores pais, tutores e protetores que acha-se aberto a matricula deste instituo até o dia 26 do corrente, devendo os interessados entenderem-se com a baixo assinada a rua coronel Colares Moreira, 23 Maranhão 3 de janeiro de 1908

					Maria A. C. d'Almeida
	DÍARIO DO MARANHÃO 10346		Matricula 1 grupo escolar	Grupo escolar	Comunico aos senhores pais, tutores e protetores que acha-se aberto a matricula deste instituo até o dia 26 do corrente, devendo os interessados entenderem-se com a baixo assinada a rua coronel Colares Moreira, 23 Maranhão 3 de janeiro de 1908 Maria A. C. d'Almeida
	DÍARIO DO MARANHÃO 10346		Matricula	Segundo grupo escolar	Previno a todos os senhores pais de família ou interessados que as matriculas deste estabelecimento encontram aberta até o dia 25 do corrente, a rua de Santo Antonio , n. 52, residência da professora da 1 cadeira Maranhão, 11 jan. 1908 Ana Rocha de Oliveira Barroso
	DÍARIO DO MARANHÃO n. 10347		Matricula	Segundo grupo escolar	Previno a todos os senhores pais de família ou interessados que as matriculas deste estabelecimento encontram aberta até o dia 25 do corrente, a rua de Santo Antonio , n. 52, residência da professora da 1 cadeira Maranhão, 11 jan. 1908 Ana Rocha de Oliveira Barroso
	DÍARIO DO MARANHÃO n. 10348		Matricula	Segundo grupo escolar	Previno a todos os senhores pais de família ou interessados que as matriculas deste estabelecimento encontram aberta até o dia 25 do corrente, a rua de Santo Antonio , n. 52, residência da professora da 1 cadeira Maranhão, 11 jan. 1908 Ana Rocha de Oliveira Barroso
	DÍARIO DO MARANHÃO n. 10348(2)		Matricula	Segundo grupo escolar	Previno a todos os senhores pais de família ou interessados que as matriculas deste estabelecimento encontram aberta até o dia 25 do corrente, a rua de Santo Antonio , n. 52, residência da professora da 1 cadeira Maranhão, 11 jan. 1908 Ana Rocha de Oliveira Barroso

	DÍARIO DO MARANHÃO 10350		Matricula	Segundo grupo escolar	Previno a todos os senhores pais de família ou interessados que as matriculas deste estabelecimento encontram aberta até o dia 25 do corrente, a rua de Santo Antonio , n. 52, residência da professora da 1 cadeira Maranhão, 11 jan. 1908 Ana Rocha de Oliveira Barroso
	DÍARIO DO MARANHÃO 10352		Matricula	Segundo grupo escolar	Previno a todos os senhores pais de família ou interessados que as matriculas deste estabelecimento encontram aberta até o dia 25 do corrente, a rua de Santo Antonio , n. 52, residência da professora da 1 cadeira Maranhão, 11 jan. 1908 Ana Rocha de Oliveira Barroso
	DÍARIO DO MARANHÃO 10356		Matricula	Segundo grupo escolar	Previno a todos os senhores pais de família ou interessados que as matriculas deste estabelecimento encontram aberta até o dia 25 do corrente, a rua de Santo Antonio , n. 52, residência da professora da 1 cadeira Maranhão, 11 jan. 1908 Ana Rocha de Oliveira Barroso
	DÍARIO DO MARANHÃO 10358		Matricula	Segundo grupo escolar	Previno a todos os senhores pais de família ou interessados que as matriculas deste estabelecimento encontram aberta até o dia 25 do corrente, a rua de Santo Antonio , n. 52, residência da professora da 1 cadeira Maranhão, 11 jan. 1908 Ana Rocha de Oliveira Barroso
	DÍARIO DO MARANHÃO n. 11008, ano 41, 12 mar. 1910.		Visita ao governador do estado 2º grupo escolar		As três professoras e uma comissão de alunos de 2 grupos escolas foram hoje ao palácio cumprimento o exm. Sr. Dr. governador do estado, que as recebeu no salão nobre. A aluna Amélia de Souza Martins o senhor exc. Em nome de suas colegas, oferecendo-lhes belíssimas ramalhetes de flores naturais. O manifestado agradeceu, penhorado, a homenagem de que foi alvo.
	DÍARIO DO MARANHÃO n. 11144, ano 41, 22 ago. 1910.		Visita do bispo de São Luís ao grupo escolar de Rosário	Rosário.	O reverendo senhor dr. Francisco de Paulo, virtuoso o ilustrado bispo desta diocese [...] visitou o grupo escolar, bem como uma escola particular que aqui existe, sendo em ambos os estabelecimentos recebidos festivamente.

	DIÁRIO DO MARANHÃO n. 11279, ano 42, 28 jan. 1911.		Reunião dos professores primários das escolas estaduais e dos grupos escolares adoção de livros reabertura de aula	A instrução pública	A instrução pública Realizou-se hoje, as 9 horas da manhã, na sala da congregação dos lentes do Liceu maranhense, sob a presidência do senhor Antônio Lobo, inspetor geral da instrução pública, a reunião dos professores primários das escolas estaduais e dos grupos escolares, ora nesta cidade. [...] Ficou assentada a adoção de livros para o ensino primário nas escolas e grupos escolares. Deliberou-se também a reabertura das aulas será de primeiro de março vindouro [...]
	DIÁRIO DO MARANHÃO 13 mar. 1911.		Criação de grupo escolar Grajaú	Grupo escolar	Criação de um grupo escolar em Grajaú.
Diário do Maranhão, 12 agosto de 1905, n. 9605, ano 36.			Aniversário		Faz anos amanhã a inteligente menina Júlia Helena d'Oliveira Cruz, filha do senhor Álvaro Saturnino da Cruz, negociante no Amazonas. A aniversariante é aluna do segundo grupo escolar.
DIÁRIO DO MARANHÃO			Criação dos grupos escolares Criação de escolas mistas	Instrução pública	Ao senhor direto da Escola normal para os devidos efeitos remeto-vos inclusas exemplares impressos os decretos n. 36 e 37 que nesta data resolvi expedi o primeiro criando dois grupos escolares na capital e o segundo duas escolas mistas.
DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 10540, ano 39, set. 1908.			Instrução pública Instrução popular Grupo escolar Falta de professores	Pedreira	A instrução popular necessita de professores que ensinem pelos métodos pedagógicos modernos. A criação de um grupo escolar seria, portanto, uma medida de grande alcance e real utilidade.
DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 11022, ano 41, 30 mar.			Visita	Escola Normal	O senhor governador do estado visitou ontem a escola normal, onde chegou a uma hora da tarde. O exc. Foi recebido pelo dr. Barbosa de Godois e os funcionários percorrendo demoradamente, em companhia do primeiro todas as salas do vasto edifício onde aquela hora,

1910.					funcionavam as aulas... O senhor dr. Luiz Domingues fez também ontem uma visita o segundo grupo escolar, a rua de Sant'Ano.
DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 11025, ano 41. 2 abr. 1910.			Visita Criação de cadeiras		O senhor governador sancionou os projetos: Que cria diversas cadeiras de ensino público e os alunos do primeiro grupo escolar de que é secretária a exma. Sra. D. Ana Rocha de Oliveira Barroso, visitam hoje o senhor governador do estado, acompanhados dos respectivos professores.
DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 11054, ano 41, 6 maio 1910.			Aluguel de prédio grupo escolar Infraestrutura		O senhor governador dirigiu o officio abaixo a comissão escolar do termo de Rosário. Acusando o recebimento do officio de 15 de abril último, em que me comunicais que o proprietário da casa em que funciona o grupo escolar dessa vila exigem que o estado a desocupe por me não haver eu conformado com a outra sua exigência de ser feito pela diretoria, o pagamento do aluguel e que por essa razão sois de parecer que eu ceda a exigência, pela falta absoluta de outra casa em que possa funcionar o grupo, determino que façais a desocupação quanto antes e que si não achardes de fato outra casa para o grupo nessa vila, comuniquéis as respectivas professoras que o tenho fechado, ficando livre a escolha de outro lugar em que possam exercer o magistério sem a submissão do interesse do estado as conveniências particulares de quem quer que seja.
DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 11279, ano 42, 28 jan. 1911.			Reunião G.E.	A instrução pública	Realizou-se hoje as 9 horas da manhã, na sala da congregação dos lentes do Liceu maranhense, sob a presidência do senhor Antonio Lobo, inspetor geral da instrução pública, a reunião dos professores primários das escolas estaduais e dos grupos escolares, ora nesta cidade. [...] Ficou assentada a adoção de livros para o ensino primário nas escolas e grupos escolares. Deliberou-se também a reabertura das aulas será de primeiro de março vindouro [...]
DIÁRIO DO MARANHÃO, 13 mar. 1911.			Criação de G. E. Grajaú		Notícia de criação de um grupo escolar em Grajaú.

CORREIO DA TARDE					
CORREIO DA TARDE.	CORREIO DA TARDE. Folha diária, 1 fev. 1910, n. 51, ano II. Periodicidade 6 vezes por semana	Jornal noticioso, com colunas variadas, que surgiu em 11 de dezembro de 1909	Mudança de endereço 2º grupo escolar	Grupo escolar	O segundo grupo escolar que tinha a sua sede na escola da rua do sol, funciona provisoriamente a rua de Santana, esquina de São Pantaleão.
A ESCOLA					
A escola é um titulo de um pequeno e bem redigido semanário, cujo segundo numero vem a ser distribuído. É órgão do colégio 15 de novembro que tem como diretor o senhor professor Benjamin Melo. Traz bons artigos sobre instrução e interessantes produções literárias em prosa e verso.					
Agradece mos o exemplar que remeteram D'A Federação.	A ESCOLA, 1902, p. 4		Escola Versos	Lamentação	LAMENTAÇÃO Esta vida de mais trabalhosa e preciso me é trabalhar sete anos, apenas eu conto desde agora começo a lutar se as lições não as levo sabidas o meu mestre me quer castigar oh que luta, meu Deus, que trabalhos já tão cedo, começo a lutar. O Adhemar da 4º série (A ESCOLA, 1902, p. 4).
	23 de setembro de 1902		Escola Versos	Ao professor Benjamin de Mello	Uma escola é uma lagoa D'agua a brilhar como a luz Onde bebe a ave que voa Pelas alturas azuis Agua, toa clara, tão boa Que fascina, atrai e seduz E nos redime e abençoa Como a que fala Jesus Quando o sol fuzila e escalda A campina de esmeralda E murcha no galho a flor Deixando as penas do ninho Desce... bebe o passarinho E se transforma em condor Manaus, 23 de setembro de 1900 Jonas da Silva

	<p>A ESCOL A, n. 1, ano 1, Maranhã o. 9 out. 1909.</p>	<p>Órgão de propaganda dos modernos métodos de ensino – publicação bimensal – diretor prof. Joaquim Santos .</p> <p>A escola é um órgão de instrução que visa auxiliar a propagação dos modernos métodos de ensino</p>	<p>Divulgaçã o dos processos didáticos</p> <p>Ensino moderno</p>	<p>. Até hoje cinco tentativas houve no sentido de divulgar os processos didáticos no estado utilizando um jornal pedagógico.</p> <p>1º - iniciativa do estado, criando uma revista pedagógica pelo decreto de 7 de março de 1900;</p> <p>2º - do dr. José Barreto Costa Rodrigues oferecendo ao inesquecível médico e prof. Almir Parga Nina, e a nós, uma seção da Pacotilha, para escrevermos sobre assuntos exclusivamente pedagógico;</p> <p>3º - do dr. Almir Parga Nina, fundando uma Revista Pedagógica para professor.</p> <p>4ª – dos professores Jerônimo Viveiros, Antônio Lopes da Cunha e nós, criando em 27 de maio de 1908 uma revista que saíra à luz com o nome de Revista Pedagógica maranhense;</p> <p>5º - a que hoje faz aparecer a escola</p> <p>O ensino moderno</p> <p>Para bem se compreender as vantagens do ensino moderno , é necessário um ligeiro retrospecto sobre o que se faz o antigo.</p> <p>Como não ignoramos nós a todos os que, como nós, aprenderam sob o influxo da escola velha, para a criança começar a prender a ler, metia-lhe na mão a carta de ABC, o pior dos métodos para se principiar a ler, como classifica a moderna pedagogia .</p> <p>Nenhum desses ignora o que é esta carta: um folego sem atrativo algum para crianças, o qual se alguma coisa opera, nada mais faz que aborrecer o principiante e levar este por sua vez a aborrecer o livro.</p> <p>Por isso é que tem havido crianças e há delas onde está em vago a carta de ABC, que passaram meses e meses, todos os dias a carta as mãos rasgaram uma e mais carta e muito custaram a dar os primeiros passos em leitura. [...]</p> <p>Para se aprender o cálculo vinha outro folheto – a tabuada, irmã gêmea da carta de ABC, que a seu turno produzia no domínio do número estrago idêntico ao do ABC na arte de ler. Quanto à escrita, jamais saiu da escola uma criança que soubesse redigir duas linhas, e os alunos mais adiantados sabiam apenas copiar.</p> <p>E quanto ao mais tudo era trabalho fatigante de memória, que os alunos executavam inconscientemente. [...]</p> <p>Eis aí, o que era a escola antiga. Hoje tudo se deve passar de outra maneira: em vez de um folheto sem gosto algum para a criança, deve-</p>
--	--	--	--	--

					<p>se lhe dar um livro de agradável aspecto, de figuras que ela gosta de ver, de texto que não enfatiza, já pela sua extensão, já pelo tamanho de letra, já pelo assunto que é propriamente infantil.</p> <p>Em lugar de uma tabuada nas condições daquela a que já nos referimos – um livro atraente como o de leitura, onde se cultivem observação e o raciocínio infantil, tornando assim, os primeiros passos em número um poderoso meio de cultura mental da criança, e o cálculo, que a tanta gente e boa enfastia e parece tão inextricável [...].</p> <p>A escrita para as classes mais adiantadas não mais se limitará a cópia, mas deve chegar até a redação inclusive, e cópia de um ditado não há de mais restringir-se à grafia das palavras lidas, porem será um trabalho completo onde o aluno tem de revelar que não somente sabe grafar as palavras, mais ainda aplicar as notações sintáticas em o auxílio do mestre. Segundo esse escrito cabia aos professores da escola normal implantar no estado os modernos métodos de ensino.</p>
O JORNAL					
O JORNAL	<p>O JORNAL . 20 nov. 1917, n. 913, ano 3.</p> <p>Periodicidade – 6 vezes por semana</p>	<p>Folha informativa, literária, recreativa, cujo diretor era Alcides Pereira. Era de propriedade de Alfredo Teixeira. Divulgava notas direcionadas à administração pública, reivindicando soluções de problemas como vandalismo, irregularidades nas prestações de serviço entre outros. Surgiu em 1 de setembro de 1914.</p>	<p>Festa escolar</p> <p>Festa escolar G. E. Almir Nina</p> <p>Exposição de trabalhos manuais</p>	<p>Festa escolar</p>	<p style="text-align: center;">Festas escolares</p> <p>Na escola Almir Nina realizou-se no domingo a festa anual do grupo escolar Almir Nina.</p> <p>As crianças a quem esteve entregue a parte teatral, deram fiel desempenho aos seus papéis provocando franca hilaridade na luzida e avultada assembleia.</p> <p>A porta do edifício tocou a banda de música do corpo militar do estado.</p> <p>No colégio do Sagrado Coração de Maria, a parte do palco entregue a diversas meninas esteve magnífica, saindo bem impressionados todos quantos assistiram, domingo, a noite, a festa deste importante estabelecimento de ensino, que há anos funciona nesta capital sob a direção das professoras d. Almerinda e Roza Nina Roza.</p> <p>Os trabalhos manuais das alunas do Sagrado Coração de Maria merecem calorosos elogios das pessoas presentes à festa.</p> <p>O professor Domingos Afonso Machado fez a entrega de prêmios e diplomas aos alunos que concluíram o curso.</p>

	O JORNAL n. 920, ano 3, 28 nov. 1917.		Convite para assistir a festa de fim de ano		A professora d'Ana Rocha de Oliveira Barroso, diretora do grupo escolar Nina Rodrigues veio convidar-vos para assistirmos as festas de fim de ano daquele estabelecimento de ensino, que se realizarão hoje, as 19 horas.
	O JORNAL 28 de novembro de 1917 n. 920 ano 3		Festas escolares Exposição de trabalhos manuais	Festas escolares	Mais uma vez o instituto Roza Nina realizou domingo pela manhã, perante escolhida e numerosa assistência, uma de suas festas escolares. O desempenho dado pela petizada ao programa que foi realmente esplendido, nada deixou a desejar. As representações lograram fartos e merecidos aplausos. A exposição de trabalhos foi muito elogiada pela delicadeza das costuras, bordados, flores e pinturas que se arrumavam em uma das salas num conjunto inesquecível de graça. Do vasto programa, as partes mais palmeadas foram o bacharelzinho levado a cena pela menina Lizete Costa Rodrigues, a camponez, por um grupo de seis alunos. Damos parabéns a exma. Sra. D. Maria da Glória Parga Nina pelo êxito estrondoso de sua competência como educadora eximia, revelada pelo modo brilhante por que se houve o corpo discente de seu acreditado colégio.
	O JORNAL 28 de novembro de 1917 n. 920 ano 3		Convite do grupo escolar Nina Rodrigues para as festas de fim do ano		A professora d. Ana Rocha de Oliveira Barroso diretora do grupo escolar Nina Rodrigues, veio convidar-nos para assistirmos as festas de fim de ano daquele estabelecimento de ensino, que se realizarão hoje as 19 horas Gratos.
	O JORNAL 28 de novembro de 1917 n. 920 ano 3				A professora d. Zilá Paes agradeceu-nos em um bonito cartão as palavras, aliás justas, com que noticiamos a festa de sua escola, realizada domingo passado
	O JORNAL 8 nov. 1919, n. 1517, ano 5.		Anuncio de Entrega de diploma		Amanhã pelas 9 horas, efetuar-se-á a entrega dos diplomas aos alunos do grupo escolar Almir Nina.
	O JORNAL 14 de nov. 1919, n. 1522,		Avaliação/sabatina Exames finais		Grupo escolar Almeida Oliveira Realizam-se hoje as sabatinas finais assim como as exposições de trabalhos manuais do grupo escolar Almeida Oliveira, proficientemente dirigido pela professora

	ano 5.		Exposição de trabalhos manuais (cartonagem, caligrafia,) exercícios de postura		<p>normalista d. Zoé Cerveiro.</p> <p>O grupo não deu alunos do quinto ano, a exames finais as sabatinas deram os melhores resultados, em todas as classes.</p> <p>A exposição prendeu-nos por algum tempo no espaçoso estabelecimento.</p> <p>A todos os trabalhos sobejamente agradaram pelo cuidado com que foram acabados, pelo aspecto, pelo gosto e arte com que foram feitos.</p> <p>Os trabalhos de cartonagem, interessante do primeiro, segundo e terceiro ano.</p> <p>Os exercícios de postura e os de caligrafia, que nos forma mostrados, demonstram a insatisfação, o esforço e a aplicação dos professores e alunos. Foram presentes a sabatina e promoção os nossos confrades Domingos Barboza, secretario do interior, e Nascimento Morais, lente do Liceu Maranhense.</p> <p>Domingos Barboza saudado por uma das alunas, que lhe ofereceu alguns trabalhos escolares em nome do grupo produziu em resposta belíssimo improvisado que vivamente locou o coração da mocidade que lhe levantou entusiásticos vivas.</p>
	O JORNAL 14 de nov. 1919, n. 1522, ano 5.		Entrega de diploma Encerramento de aula Exposição de trabalhos manuais		<p>Grupo escolar Nina Rodrigues</p> <p>Reunido o corpo docente desta casa de instrução hoje as nove horas com assistência de pessoas gradadas, foram entregues os certificados aos alunos que terminaram o curso primário, procedendo-se em seguida, a leitura dos graus de promoção.</p> <p>Após a solenidade foram cantados hinos escolares.</p> <p>Houve exposição de trabalhos manuais.</p>
	O JORNAL 15 de nov. 1919, n. 1523, ano 5.		Entrega de diploma Encerramento de aula Exposição de trabalhos manuais		<p>Grupo escolar Sotero dos Reis</p> <p>No dia 18 as 19 horas efetua-se no grupo escolar Sotero dos Reis a solenidade dos atos escolares para a entrega de diplomas e leitura dos graus de promoção.</p> <p>Desde essa hora, inclusive a noite, estará franca ao público a exposição de trabalhos manuais dos alunos da mesma escola.</p> <p>A sua diretora, professora d. Zila Paes, deseja que os chefes de família, que lhes confiaram a educação de seus filhos e todos que se interessam pelo ensino, visitem a mesma exposição.</p>

	O JORNAL 17 nov. 1919, n. 1504, ano 5.		Festa escolar Encerramento de aula Exposição de trabalhos manuais		<p>As escolas</p> <p>Perante numerosíssima assistência realizou-se ontem a festa promovida pelos alunos deste estabelecimento, dirigido pela professora d. Raimunda Roland.</p> <p>A execução do programa agradou imensamente, assim como os exercícios ginásticos. Mereceram francos aplausos os trabalhos manuais.</p> <p>Depois de recitado por uma interessante menina o discurso de despedida, todos os alunos cantaram o hino nacional. Ao ato esteve presente o inspetor escolar, sr. Arthur Paraizo, que foi distinguido pelo aluno, com um bouquet de flores naturais.</p>
	O JORNAL 17 nov. 1919, n. 1504, ano 5.		Exames escolares Entrega de diploma		<p>GRUPO ESCOLAR ALMIR NINA</p> <p>Presentes todo o corpo docente, professor Domingos Machado e inspetor escolar, Arthur Paraizo, realizaram-se, no dia 12, sob a presidência da diretoria do grupo escolar, exma. Professora d. Maria da Conceição Machado, os exames dos alunos que, em número de nove, concluíram o curso primário.</p> <p>Ontem-ontem, efetuou-se a solenidade de entrega de diplomas e leitura dos graus de promoção, perante as pessoas acima citadas, do cônsul de Portugal, sr. Fran Pacheco, além de outras pessoas gradas.</p> <p>Sendo este ato, a menina Eugênia Sales tem interessante discurso de despedida em nome de suas colegas, sendo muito aplaudida. Como [] a solenidade, todos os alunos cantaram o hino maranhense. Pelos alunos do grupo Almir Nina foram oferecidos ao senhor Arthur Paraizo um bouquet de flores naturais e um artístico porta-toalha,</p>
	O JORNAL 17 nov. 1919, n. 1504, ano 5.		Entrega de diploma Exposição de trabalhos manuais		<p>GRUPO ESCOLAR RAIMUNDO CORREIA</p> <p>Realizou-se ontem-ontem pela manhã, a solenidade da entrega dos diplomas aos alunos Manoel Barboza Soares, Manoela Serejo e Maria do Nascimento Varela, que terminaram o curso do grupo escolar Raimundo Correia dirigido pela distinta educadora maranhense Paschoa Galvão que é auxiliada pelas professoras normalistas Alzira Abreu Ribeiro, Brasília Abreu, Francisca Ribeiro e Laura Souza. O ato foi presidido pelo secretário do interior o nosso confrade Domingos Barboza, liderado pelo capitão Bessa Cunha, representando o presidente do estado professores Ribeiro do Amaral, fiscal dos exames e dr. Oscar de Barros.</p> <p>Terminada que foi essa solenidade, ficaram em exposição os trabalhos dos alunos, os</p>

					<p>quais mereceram fartos elogios, pelos apurados gostos com que foram executados, destacando-se dentre eles os alunos Manoel Serejo, Andreлина Goiabeira e Maria Nogueira. A porta fez se ouvir a banda de música do corpo militar do estado.</p> <p>O senhor bispo diocesano leve frases bastantes elogiosas sobre os trabalhos expostos.</p> <p>A escola Aluizio Azevedo reuniu sábado os seus alunos [...].</p>
	O JORNAL, 26 nov. 1919, n. 1532, ano 5.		Encerramento de aula Exposição de trabalhos manuais	Grupo escolar Pedro Leal	<p>Grupo escolar Pedro Leal</p> <p>Efetuiu-se o encerramento das aulas no grupo escolar Pedro Leal dirigido pela preceptora d. Raimunda G. Costa Roland, que tem com o coadjuvante as professoras Maria da Pureza Torres, Carmem Monteiro da Silva, Odine Estrela e Ana Torres. A cerimônia foi assistida por três alunos, concluíram o curso primário no grupo escolar.</p> <p>Houve exposição de numerosos e variados trabalhos manuais. Seguiram-se bem executados exercícios ginásticos, interessantes monólogos, diálogos, comédia, e com muita expressão, recitaram-se diversas poesias.</p> <p>Terminou a festa com uma apoteose sendo nessa ocasião cantado o hino nacional por todos os alunos do grupo.</p> <p>Depois a menina Raimunda Gomes fez um tocante discurso, despedindo-se das colegas e das professoras.</p>
	O JORNAL 27 nov. 1919, n. 1533, ano 5.		Agradecimento ao anuncio de Exposição de trabalhos manuais		A distinta professora Mille Zilá Paes mandou-nos uma carta agradecendo as palavras, aliás justas, com que noticiamos a artística exposição de trabalhos das alunas do grupo escolar sob sua competente direção.
	O JORNAL 8 novembro de 1919, n. 1517 ano 5		Convite Exposição	Exposição escolar	Da diretora, professores e alunos do grupo escolar Raimundo correia recebemos gentil convite para assistir a exposição que de 12 a 15 levarão a efeito nessa escola. Agradecidos.
	O JORNAL 26 fev. 1920, n. 1608, ano 6.		Licença de professor Caxias		À professora normalista Laura Roza foi concedido 30 dias de licença, diretora do grupo escolar João Lisboa em Caxias.

	O JORNAL 26 fev. 1920, n. 1608, ano 6.		Notícia de aniversário de aluno		Passa hoje o aniversário da interessante Jozeila Perdigão Lopes, filha do senhor José Lopes de Andrade e aplicada aluna do grupo escolar Bequimão. A galante menina o Jornal deseja mil felicidades.
	O JORNAL 22 junho de 1920, n. 1707, ano 6.		Doação de terreno p G. E. Brejo	No interior do Estado	No interior do Estado. Brejo [...] O prefeito telegrafou ao presidente oferecendo em nome do município um terreno próprio para edificação do prédio para nele funcionar o grupo escolar dos que pretende fundar o benemérito chefe do estado. O município prometeu auxiliar a construção dentro das forças do orçamento. Causou ótima impressão esse gesto dos poderes municipais.
	O JORNAL . 1 julho 1919, n. 1405, ano 5.		Nomes de professores	Ensino primário Grupo escolar	Conforme correção feita na portaria publicada no "Diário oficial" de ontem ontem, e que transcrevemos na segunda página, houve, nas mesmas as seguintes modificações, feitas ontem no mesmo diário. A secretária do primeiro grupo escolar é a professora Ayrine Oneide de Oliveira; a diretora do quarto grupo é a professora Zoé Cerveira; a secretária do mesmo grupo é a professora Maria dos Remédios Fonseca Pinho; a secretária do sexto grupo é a professora Adelena Sampaio Guimarães; a diretora do sétimo grupo é a professora Raimunda Guilhermina da Cosa Roland é a secretária, professora Maria da Pureza Torres.
	O JORNAL , 8 nov. 1919, n. 1517, ano 5.		Exposição escolar Grupo escolar	Exposição escolar	Da diretora, professora e alunos do grupo escolar Raimundo Correia recebemos gentil convite para assistir a exposição que de 12 a 15 levarão a efeito nessa escola. Agradecidos.
	O JORNAL , 26 nov. 1919, n. 1532, ano 5		Encerramento das aulas Diplomas Exposição de trabalhos manuais	Grupo escolar Pedro Leal	Efetuiu-se o encerramento das aulas no grupo escolar Pedro Leal dirigido pela preceptora d. Raimunda G. Costa Roland, que tem com coadjuvante as professoras Maria da Pureza Torres, Carmem Monteiro da Silva, Odine Estrela e Ana Torres. A cerimonia foi assistida por três alunos, concluíram o curso primário no grupo escolar. Houve exposição de numerosos e variados trabalhos manuais. Seguiram-se bem executados exercícios ginásticos, interessantes monólogos, diálogos, comédia, e com muita expressão, recitaram-se diversas poesias. Terminou a festa com uma apoteose sendo nessa ocasião cantado o hino nacional por

					<p>todos os alunos do grupo.</p> <p>Depois a menina Raimunda Gomes fez um tocante discurso, despedindo-se das colegas e das professoras.</p>
NOME DO JORNAL/ PREÇO/ PERIODICIDADE	CIDADE/ DATA/ ANO	EXPEDIENTE /TIPOGRAFIA	CATEGORIA	NOME DA NOTÍCIA	TRANSCRIÇÃO
O COLEGIAL					
O COLEGIAL. Número especial, ano 2, n. 2, Periodicidade indeterminada	O COLEGIAL. Número especial, ano 2, n. 2, Maranhão, 13 set. 1916.	Jornal publicado pelos alunos do instituto maranhense, em homenagem ao aniversário de seu diretor Dr. Oscar de Barros	Analfabetismo Combate ao analfabetismo		“Procurar extirpar o analfabetismo do território pátrio é um dever de honra para todos os brasileiros” (O COLEGIAL, 1916, p. 7).
O COMBATE, ano 1, n. 1,	Maranhão, 18 de ago. 1906. semanal	Folha cujo redator e proprietário era Herbert Jansen. Surgiu em 18 de agosto de 1906, dizendo-se neutro e indiferente às lutas partidárias	Imprensa – utilidade		No jornal O Combate, no seu expediente há a menção da utilidade prática dos jornais “a imprensa é o vasto cenário em que se desenvolvem as ideias dominantes num povo, e as lutas que nela se ferem, se destinam sempre à promoção do progresso e do desenvolvimento que são as mais palpitantes aspirações do povo” (O COMBATE, ano 1, n. 1, Maranhão, 18 de ago. 1906).
O SER, no 1, n. 2,	Rosário, 16 de nov. 1904.	Periódico crítico, literário e noticioso. Dava mais ênfase para a área cultural, especialmente a literatura, já que o outro órgão de notícias da cidade (o Rosariense) era mais crítico. Impresso na Tipografia de O Rosariense, era dirigido por Quintino Martins e tinha como redator Leslie Tavares e Álvaro Costa,	Crítica a educação Papel do professor Ensino moderno Baixos salários		Na edição de 16 de nov. 1904 na primeira página há uma mensagem com o título a Instrução Pública, nela menciona-se que a educação escola é uma das mais complicadas, isto é, aquela dada na escola, ressalta o papel do professor nesse ofício e quão difícil tarefa e dedicação para ele, sem receber em troca, aquilo que lhe é devido. “Os salários são atirados como se fossem esmolas”. Critica ainda as recomendações legais em se adotar o ensino moderno, sem, no entanto, assegurar as condições mínimas para tal.

		além de diversos colaboradores.			
<p>O PORVIR. Propriedad e do Club Literário Theophilo Dias. Publicação mensal. Assinatura trimestral. 1\$000 contos. Redação à rua de São João, n. 17, ano 1,</p>	<p>São Luís, fev. 1902, n. 2 mensal</p>	<p>Jornal essencialmente crítico e literário, mas também noticioso que visava manter a cidade de São Luís na vanguarda artística Brasileira. Epígrafe: “O trabalho e a ciência são d’ora em diante os senhores do mundo”. Criado em 1895.</p>	<p>Crise financeira</p> <p>Ciências e literatura em progresso</p> <p>Cultivo intelectual do povo</p> <p>Instituições literárias</p>	<p>Mensagem título – O movimento científico e literário no Maranhão.</p>	<p>O Maranhão [...] vai penetrando aos poucos com os demais estados da república, no marasmo assustador da crise financeira; mas como que para compensar essa ruína material que pouco vale nos olhos daqueles que estão habituados a lutar contra os revezes da fortuna, tem-se notado que a ciência e a literatura vão se erguendo gradualmente da atonia em que as havia lançado a indiferença criminosa dos homens sem ideias.</p> <p>O dinheiro vai desaparecendo [...] mas a ideia, sublime, radiante, vem assomando majestosamente no horizonte que nos cerca, espraiando por sobre nós essa imensidade de luz benéfica que purifica os espíritos incultos, e santifica as almas pecadoras.</p> <p>A mocidade maranhense, reconhecendo que a evolução do progresso de uma nação está na razão direta do cultivo intelectual do povo dessa nação [...] concorrendo para que o Maranhão volte a ocupar o lugar de honra que já foi a ele conferido no mundo científico e literário.</p> <p>De fato, nota-se em todos e em tudo uma animosa febre de entusiasmo pelo cultivo das letras e ciências, sentimentos que todos os dias toma maiores proporções, invadindo até aqueles que, como nós sentem-se fracos para trabalhar pelo elevamento do espírito nacional.</p> <p>À frente dessa falange de lutadores que se erguem tendo por gladio – a pena e por escudo – o livro, destaca-se o vulto empático de Antônio Lobo [...] Pedro Nunes.</p> <p>Ele apresenta o nome das instituições que lutavam pela ciência e pela literatura – Oficina dos Novos, Renascença literária, Centro Artístico eleitoral, Grêmio literário Theófico Dias. E apresenta também o título dos livros e jornais que contribuíram para o movimento:</p> <p>Livros – Os milagres de São José de Ribamar – comédia de Américo Azevedo;</p> <p>Questões transcendentais de Sergio A. Vieira;</p> <p>Instrução cívica – de A. R. Barbosa de Godóis;</p> <p>Obras completas de João Francisco Lisboa – reimpressão de Pedro Nunes Leal;</p> <p>Fragmentos para a corografia do Maranhão – de Justo Jansen Ferreira</p>

					<p>Debate – Romance de sienkiewicz – tradução de Antônio Lobo;</p> <p>Revistas e jornais</p> <p>Revista do Norte</p> <p>A renascença</p> <p>Jornal dos artistas</p> <p>Os novos</p> <p>Avante</p> <p>O Povir</p>
A REPÚBLICA. Jornal do Povo, ano 1, n. 3	Maranhão São Luís, 31 março de 1914.	Órgão que orientava a opinião pública para a situação de corrupção da época. Divulgava notícias sobre a administração pública e dava relevo a crimes. Apresentava anúncios publicitários e notas relativas ao interesse geral	<p>Politicagem</p> <p>Baixa frequência escolar</p> <p>Obrigatoriidade escolar</p> <p>Insuficiências de escolas</p> <p>Crítica a falta de escola normal</p> <p>professores</p> <p>Crítica a estrutura da escola</p>	Notícia – Instrução pública	<p>Já é provincial dizer-se [...] que movimento se opera nos estados, se não o da politicagem vergonhosa [...] de tudo quanto, justamente, poderia impulsionar o progresso?</p> <p>Pelas ruas vagam [...] crianças que crescem [] prostituindo, desde cedo, os mais belos sentimentos, sem que uma lei obrigue a frequentar as escolas, onde as transformariam em cidadão úteis a si e à sociedade.</p> <p>[...]</p> <p>As escolas em número insuficiente para a nossa população infantil, funcionam em quase todo o estado, com raras exceções, em casebres que não correspondem as exigências do ensino. Não há atenção para o magistério público, para os professores nenhum carinho que lhes estimule o esforço, nem garantias que compensem os sacrifícios da árdua e civilizadora missão.</p> <p>As escolas são verdadeiros esqueletos apavorantes, desprovidas dos mais necessários e, que [].</p>
A RENASCENÇA. Órgão literário e noticioso, ano 1,	Maranhão. Caxias, 2 jun. 1914, n 1. mensal	Jornal de pequeno formato, direcionado à mocidade caxiense, visando incentivá-la no caminho da verdade, contra o pessimismo	Crítica a instrução pública	Notícia – A INSTRUÇÃO PÚBLICA DE CAXIAS	<p>É triste e lamentável o estado da nossa instrução pública que tende a desaparecer, por completo, si não se apiedar o governo procurando melhorá-la ou reanima-la mesmo. Sim. Prezados leitores! Lamentável e triste, eis o que um membro meu humilde, porém, bastante sentido, deste soberbo colosso que chamam mocidade, pode dizer daquela que devia ser o seu sustentáculo: daquela que, finalmente, devia rasgar, com [...] os densos e negros veios que encobrem impedindo a centenas de moças pobres a bela e sublime estrada da civilização.</p> <p>E se o dr. Herculano Nina Parga, atual governador no nosso estado, não a melhorar, sem dúvida que a essa legião de moços pobres, sucederão as outras e Caxias verdadeiramente chorosa verá seus filhos vagarem pelas suas ruas [...] de serviços grosseiros, próprios somente daqueles que</p>

					<p>nada sabem e nada veem.</p> <p>Entretanto, se tivéssemos [...] uma casa de instrução moderna, habilmente dirigida e finalmente capaz de educa-los guiando-os para o caminho belíssimo da civilização breve muito breve, teria a pátria [...] defensores, intrépidos que garantissem os seus direitos.</p> <p>E como não a temos e nem esperança de tê-lo um dia continuarão atirados, no grande abismo do nada, aquelas crianças mui pobres que já prestes a serem devoradas, gritam mui fortemente, até o dia em que escutar, adormecerão enfim à beira de tão horrível precipício e o acordarão quando estiverem em face do tribunal recebendo a punição pelo crime de roubo, de assassinato, ou ainda para a maior honra, muitas vezes da prostituição, cometidos quando dormiam naquele mundo de miséria e perversidade, sobre pesadelo horrível do álcool.</p> <p>[...]</p> <p>Em uma sociedade, escreve Felix Narjoux cujo princípio de governo repousa sobre o sufrágio não é permitido a nenhum cidadão o não saber ler e escrever [...]</p> <p>Caxienses [] [não] é possível que, em pleno século XX, época do progresso e da civilização, nós filhos deste pedaço sublime de Brasil [...] deixemos a instrução [] que como diz Martin “é para um povo o que o sangue é para o organismo, morrer assim miseravelmente”.</p> <p>Não! A mocidade caxiense se levanta de todos os lados, de todos os recantos desta [] terra, pujante, rigorosa mesmo, e bater-se-á pela instrução pública do sexo masculino, em Caxias.</p> <p>Clóves do Amaral (12-5-14)</p>
<p>O ALCANTARENSE, n. 1, maio de 1906, ano 1, publicação quinzenal. Assinatura anual – 1\$000, avulso – 100\$,</p>	<p>Alcântara, maio de 1906</p> <p>Quinzenal</p>	<p>Periódico crítico noticioso e literário da cidade de Alcântara. Primeiro jornal da referida cidade existente na biblioteca pública Benedito Leite. Suas epígrafes eram “Ajudai-nos a levantar de suas ruínas uma filha dileta de nossa Pátria” e “Tudo pelo</p>	<p>Ensino moderno</p>	<p>Ginásio Alcantarense</p> <p>Internato, semi-internato e externato</p>	<p>Este importante estabelecimento de ensino primário e secundário seguiu as normas do ensino moderno e está equiparado ao programa do ginásio nacional. Conta em seu corpo docente, professores habilitados no ensino das diferentes disciplinas. Localizado em uma das mais salubres cidades do nosso interior, próxima à capital, bonito e basto prédio com quintal arborizado, jardim e pátio para recreio, oferece todas as vantagens que se podem apresentar. Acrescenta-se a isso uma alimentação farta e variada, excelentes praias de banho e passeios agradabilíssimos. É hoje, sem contestação alguma, um dos primeiros estabelecimentos do norte do Brasil.</p> <p>Preço das pensões</p>

		levantamento moral de nossa Pátria”. Era impresso na Tipografia A. P. Ramos D’Almeida & Cia.			<p>Internos do curso primário – compreendendo lavagem e engomado, tratamento de moléstias passageiras – 40\$000</p> <p>Internos do curso secundário – compreendendo lavagem e engomado, tratamento de moléstias passageiras – 50\$000</p> <p>Semi-internato do curso primário – 30\$000</p> <p>Semi-internato do curso secundário – 40\$000</p> <p>Externato do Curso primário – 3\$000</p> <p>Externato do Curso secundário – 4\$000 por matéria</p> <p>[...] b) todas as pensões são pagas adiantadamente, até o dia 5 de cada mês. [...].</p> <p>Alcântara, abril, 1906.</p> <p>O diretor Professor Benjamin Mello</p>
A VIDA NO LAR. Ano 1,	Maranhão, out. 1913. Distribuição gratuita, n. 4, tiragem 6 mil exemplares. Rua da Palma, n. 63, diretoria Raul C. Machado – Presidente; Emiliano R. de Almeida Braga – secretário; Sanint Clair Montll Aragao Silva – gerente	Periódico que tinha por finalidade expor aos seus associados a sua vida, os seus trabalhos e seu desenvolvimento, não sendo propriamente um jornal de propaganda. Distribuição gratuita.	Futuro dos filhos Educação Verso	A vida do lar	<p>A felicidade não está na riqueza</p> <p>O futuro dos filhos não está na opulência de que possam ser cercados, porque esta também alucina os sentidos</p> <p>A felicidade consiste em estar contente com a sorte, e o futuro das crianças na educação que se lhe dá. É mesmo, consequência dessa educação</p> <p>[...]</p> <p>Qualquer indivíduo pode conseguir esse bem-estar.</p> <p>[...]</p> <p>O verdadeiro bem que um rico pode proporcionar a seus filhos, pode-o também o pobre</p> <p>[...]</p> <p>E estamos certos de que essa propaganda é eficaz sendo, antes de tudo salutar e verdadeiro” (p. 1).</p> <p>Notícia – Conselho útil</p> <p>Se sois pobres e queres a qualquer hora Encontrar da Fortuna a proteção E deixar a mulher que vos adora De posse de uma boa habitação</p> <p>Se queres para os filhos, desde agora Preparar a futura educação - Vinde “a vida do lar sem mais demora, Tomar a toda pressa uma inscrição ...</p> <p>[...]</p>

					Lino Doria (p. 1)																																																																		
ACTOS E FACTOS. Maranhão: Imprensa Oficial, 1912.			Criação de cadeiras Relação de escolas	INSTRUÇÃO PRIMÁRIA – transladado do Diário Oficial de 17 de outubro de 1912, de ordem do Sr. Dr. Governador do Estado.	<p>No governo do dr. Luiz Domingues foram criadas cerca de 5 cadeiras e 11 escolas:</p> <p>5 cadeiras, sendo 4 para a escola normal e 1 para a escola modelo. A maioria das escolas criadas foram mistas, e em segundo lugar as do sexo masculino, a maioria estavam localizadas no interior do Maranhão</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Quant.</th> <th>Designação</th> <th>Local</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td>Cadeira de geografia</td> <td>Escola normal</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Escola mista</td> <td>Povoado do Diamante na Turiaçu</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Escola mista</td> <td>Nova York</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Cadeira do 6º ano na Escola Normal</td> <td>Escola normal São Luís</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Cadeira de português na Escola Normal</td> <td>Escola normal São Luís</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Escola mista</td> <td>Joao Força – São Luís</td> </tr> <tr> <td>3</td> <td>Escolas noturnas</td> <td>São Luís</td> </tr> <tr> <td>6</td> <td>Adjuntas para as 1 e 2 escola da capital</td> <td>São Luís</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Escola Mista</td> <td>Guimarães</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Escola Mista</td> <td>Turiaçu</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Escola Mista</td> <td>Pinheiro</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Adjunta para a escola de Viana</td> <td>Viana</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Adjunta para a escola de Caxias</td> <td>Caxias</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Cadeira de história</td> <td>Escola Normal</td> </tr> <tr> <td>3</td> <td>Cadeiras</td> <td>Escola Modelo</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>Escolas mistas</td> <td>São Luís – Congresso do Estado</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Escola mista</td> <td>Rua do Sol</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Adjunta para a escola de Caxias</td> <td>Caxias</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Adjunta para a escola mista</td> <td>Vitória do Mearim</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Escola do sexo masculino</td> <td>Bacabal</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Escola do sexo masculino</td> <td>Cururupu</td> </tr> </tbody> </table> <p>Transladado do Diário Oficial de 21 de</p>	Quant.	Designação	Local	1	Cadeira de geografia	Escola normal	1	Escola mista	Povoado do Diamante na Turiaçu	1	Escola mista	Nova York	1	Cadeira do 6º ano na Escola Normal	Escola normal São Luís	1	Cadeira de português na Escola Normal	Escola normal São Luís	1	Escola mista	Joao Força – São Luís	3	Escolas noturnas	São Luís	6	Adjuntas para as 1 e 2 escola da capital	São Luís	1	Escola Mista	Guimarães	1	Escola Mista	Turiaçu	1	Escola Mista	Pinheiro	1	Adjunta para a escola de Viana	Viana	1	Adjunta para a escola de Caxias	Caxias	1	Cadeira de história	Escola Normal	3	Cadeiras	Escola Modelo	2	Escolas mistas	São Luís – Congresso do Estado	1	Escola mista	Rua do Sol	1	Adjunta para a escola de Caxias	Caxias	1	Adjunta para a escola mista	Vitória do Mearim	1	Escola do sexo masculino	Bacabal	1	Escola do sexo masculino	Cururupu
Quant.	Designação	Local																																																																					
1	Cadeira de geografia	Escola normal																																																																					
1	Escola mista	Povoado do Diamante na Turiaçu																																																																					
1	Escola mista	Nova York																																																																					
1	Cadeira do 6º ano na Escola Normal	Escola normal São Luís																																																																					
1	Cadeira de português na Escola Normal	Escola normal São Luís																																																																					
1	Escola mista	Joao Força – São Luís																																																																					
3	Escolas noturnas	São Luís																																																																					
6	Adjuntas para as 1 e 2 escola da capital	São Luís																																																																					
1	Escola Mista	Guimarães																																																																					
1	Escola Mista	Turiaçu																																																																					
1	Escola Mista	Pinheiro																																																																					
1	Adjunta para a escola de Viana	Viana																																																																					
1	Adjunta para a escola de Caxias	Caxias																																																																					
1	Cadeira de história	Escola Normal																																																																					
3	Cadeiras	Escola Modelo																																																																					
2	Escolas mistas	São Luís – Congresso do Estado																																																																					
1	Escola mista	Rua do Sol																																																																					
1	Adjunta para a escola de Caxias	Caxias																																																																					
1	Adjunta para a escola mista	Vitória do Mearim																																																																					
1	Escola do sexo masculino	Bacabal																																																																					
1	Escola do sexo masculino	Cururupu																																																																					

				<p>outubro de 1912, de ordem do senhor doutor governador do Estado</p> <p>Relação das cadeiras de ensino providas pelo atual governo – 97 (escolas e externatos)</p> <p>1. Local Designação Nome do professor</p> <p>2. Anajatuba Escola do sexo masculino Prof. Silvino Batista Bandeira</p> <p>3. Araiões Escola do sexo masculino Prof. Antônio Domingues do Prado</p> <p>4. Araiões Escola do sexo feminino Profa. Izabel de Andrade Fontenelle</p> <p>5. Almeida – Picos Escola mista Profa. Joana Ferreira de Souza Santos</p> <p>6. Anil Escola mista Profa. Benedita Moraes Guimaraes</p> <p>7. Brejo Escola do sexo fem. Profa. Almerinda da Costa Rodrigues</p> <p>8. Barra do Corda Escola do sexo fem. Profa. Eulina Queiroz Moreira</p> <p>9. Barra do Corda Externato Diretor Thomaz Soriano de Souza Filho</p> <p>10. Barra do Corda Externato Aux. João Capistrano Leda</p> <p>11. Buriti Escola do sexo masc. Prof. Antônio Teixeira do Lago</p> <p>12. Buriti Escola do sexo Fem. Profa. Ana Joaquina Cardoso</p> <p>13. Barreirinha Escola do sexo fem. Profa. Henriqueta Alice de Souza</p> <p>14. Bacurituba – Cajapió Escola mista Profa. Marcelina Estefania da Silva Pinto</p> <p>15. Bacabal Escola do sexo masc. Prof. Lepercio Antônio Bogeia</p> <p>16. Barradas – Monção Escola mista Profa. Raimunda Gomes Couto</p> <p>17. Barão de Grajaú Escola do sexo masc. Prof. Polidoro Barbosa Marreiros Castelo Branco</p> <p>18. Buriti Bravo – Picos Escola mista Profa. Joana Ferreira de Sousa Santos</p> <p>19. Boqueirão Escola do sexo masc. Prof. Raimundo Gomes da Silva Rosa</p> <p>20. Caxias Escola do sexo fem. 1º</p>
--	--	--	--	--

					<p>distrito Profa. Francisca de Souza Machado</p> <p>21. Caxias Escola do sexo fem. 2º distrito Profa. Maria Teixeira Ribeiro</p> <p>22. Caxias Externato Auxiliar de diretor José Pereira da Trindade Cunha</p> <p>23. Carolina Escola do sexo masc. Prof. Joaquim Eloy de Queiroz</p> <p>24. Cajapió Escola mista Profa. Gertrudes de Matos Dourados</p> <p>25. Cururupu Escola do sexo masc. Prof. Galdino Povoas</p> <p>26. Cururupu Escola do sexo fem. Profa. Alzira Pedrosa de Abreu</p> <p>27. Coroatá Escola do sexo masc. Prof. Francisco da Silva Serra</p> <p>28. Coroatá Escola mista Profa. Maira de Carvalho Santos</p> <p>29. Codó Escola mista Profa. Filomena Catarina Moreira</p> <p>30. Codó Externato Diretor Agnelo Vieira Chaves</p> <p>31. Cedral – Guimaraes Escola mista Profa. Cimodocéa Euridice Pereira</p> <p>32. Curalinho Escola do sexo fem. Profa. Celina Carvalho</p> <p>33. Curalinho Escola do sexo masc. Prof. Raimundo Thiago Barbosa</p> <p>34. Capital Escola noturna Profa. Orithia Satyra dos Santos</p> <p>35. Capital Escola noturna Profa. Maria dos Remédios Fonseca</p> <p>36. Capital Escola Almir Nina Profa. Ayrine Oneide de Oliveira</p> <p>37. Capital Escola Raimundo Correia Profa. Pascoa Galvão Advíncula</p> <p>38. Capital Escola Almeida Oliveira Profa. Odyla dos Santos Pinho</p> <p>39. Capital Escola Nina Rodrigues Profa. Ana Rocha de Oliveira Barroso</p> <p>40. Capital Segunda escola estadual Profa. Filomena Nunes Paes</p> <p>41. Capital Escola que funciona no pavimento térreo do Congresso Profa. Neomênia Cruz Gondra</p> <p>42. Capital Escola que funciona no pavimento térreo do Congresso Profa. Maria de Albuquerque Coqueiro Almeida</p>
--	--	--	--	--	---

					43. Capital Escola a rua do sol Lisboa Profa. Rita Florestal de Souza Lima
					44. Diamantina – Turiaçu Escola mista Corina dos Anjos Ferreira
					45. Foz de Balsas – Nova York Escola do sexo fem. Profa. Raquel de Souza Coelho
					46. Guimaraes Escola do sexo fem. Profa. Amélia Aurea Maria Alves
					47. Genipauba – Guimarães Escola mista Profa. Eulina Gomes
					48. Itapecuru-Mirim Escola do sexo masc. Prof. Thiago da Silva Ribeiro
					49. Itapecuru-Mirim Escola do sexo fem. Profa. Thereza Augusta Bandeira de Mello
					50. Icatú-Rosário Escola mista Profa. Joana Batista Pires
					51. São Bento Escola do sexo masc. Prof. Elisاريو Benedito Pinheiro
					52. Capital Escola mista Profa. Zenaide Dias da Silva
					53. Miritiba Escola do sexo masc. Prof. Valério Alves de Mendonça
					54. Miritiba Escola do sexo fem. Profa. Odete Samaritana dos Santos Bragança
					55. Rosário Escola do sexo masc. Prof. João Paulo Lemos
					56. São Bento Externato Diretor Manoel Domense de Miranda
					57. Mirinzal Escola mista Profa. Carmina Gomes Pereira do Lago
					58. Nova York Escola do sexo fem. Profa. Maria Mendes Soares
					59. Olinda – São Vicente Ferrer Escola mista Profa. Raimunda Araújo
					60. Picos Escola fem. Profa. Francisca L. de Melo
					61. Picos Escola mista Profa. Pastora Ferreira de Souza
					62. Paço do Lumiar Escola mista Profa. Lydia Mendes Morgado
					63. Pinheiro Escola mista Adjunta Eufrasina A. Vasconcelos
					64. Penalva Escola do sexo masc.

					Prof. Januário da Serra Conceição
				65.	Pedreiras Escola do sexo masc. Prof. Manoel Alves Costa
				66.	Pedreiras Escola do sexo fem. Profa. Cândida da Conceição Porto Mendes
				67.	Pedras São Vicente Ferrer Escola mista Profa. Evangelina Paes Mendes
				68.	Primeira Cruz – Miritiba Escola mista Profa. Thereza Dias Carneiro
				69.	Pau d’Arco – Pedreiras Escola do sexo masc. Prof. Manoel Alves Costa
				70.	Papagaio – Barra do Corda Escola do seco masc. Prof. Domingos Lourenço da Silva Pacheco
				71.	Picos Externato Diretor Francisco de Araújo Sampaio
				72.	Pastos Bons Externato Diretor Antônio Benigno Filho
				73.	Rosário Escola do sexo masc. Profa. Joana Raimunda de Melo
				74.	Rosário Escola do sexo masc. Prof. Fernando Cardoso
				75.	Rosário Escola do sexo fem. Profa. Enedina Lealdina Leite
				76.	Rosário Escola do sexo fem. Profa. Raimunda Esteves Leite
				77.	Riachão Escola do sexo masc. Prof. Domingos Duarte de Souza
				78.	São Vicente Ferrer Escola do sexo masc. Prof. Joaquim Clementino lobato
				79.	Santa Helena Escola do sexo masc. Prof. Clodoaldo Cardoso
				80.	São Luís Gonzaga Escola do sexo masc. Prof. Tancredo Augusto Carvalho
				81.	São José dos Matões Escola do sexo mas. Prof. Raimundo Alves da Silva
				82.	São Francisco Escola do sexo fem. Profa. Maria Gonçalves Leitão
				83.	São João dos Patos Escola do sexo masc. Prof. Luiz Ataliba
				84.	São João dos Patos Escola do seco fem. Profa. Ana Amélia Ribeiro
				85.	Alcântara Escola mista Profa. Zulmira A. Matos Serejo

					86. Santa Luzia Escola mista Prof. Antonina Pereira da Silva
					87. São Raimundo – Loreto Escola mista Prof. Sebastiana Botelho Barbosa
					88. São Felix de Balsas – Loreto Escola mista Prof. Maira Angélica Fernandes da Silva
					89. Santo Amaro – Miritiba Escola mista Prof. Josina Teixeira Silva
					90. Turiaçu Escola mista Prof. Ermelinda Rosa Maramaldo
					91. Turiaçu Escola mista Adjunto Adélia Silvina de Oliveira
					92. Turiaçu Externato Diretor José Francisco Chaves Fernandes
					93. Turiaçu Externato Auxiliar Raimundo Borges de Abreu Marques
					94. Turiaçu Escola Mista Prof. Carmem de Oliveira Cruz
					95. Viana Escola do sexo masc. Prof. Domingos Monsinho
					96. Vitória do Baixo Mearim Escola mista Prof. Josuíla Machado Costa
					97. Vitória do Baixo Mearim Escola mista Prof. Adjunta Ana Leonor Fernandes Bogea

APÊNDICE B – CATEGORIAS, ANO E JORNAL

CATEGORIAS	1883	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1014	1915	1916	1917	1918	1919	1920
ADOÇÃO DE LIVROS												D1									
ANIVERSARIO DE ALUNO						D1		P2													J1
ANUNCIO DE REALIZAÇÃO DE EXAMES							D1	P1													J2
BENEDITO LEITE							P1														
							D2														
ANALFABETISMO																	C1				
CONTOS – literários										P1											
criação de grupo ESCOLAR/ESCOLA/cadeiras					D1	D1	D1		P1		D1	D1	D1								
CRISE FINANCEIRA			PV1																		
CRÍTICA A INSTRUÇÃO PÚBLICA/Escola primária	P2	P1	P1		S1		P1		P1	E1						R1					
			E1				D1		D1							RN1					
CRÍTICA AO G. E.							D1														
CURSO NOTURNO			P1																		
DOAÇÃO DE TERRENO/aluguel de prédio								J1			D1										
ENCERRAMENTO DE AULA – tempo escolar																					J4
ENDERÇO								P1													
ENSINO / MÉTODO CLASSICO	P1									E1											
ENSINO /MÉTODO MODERNO	P1				S1					E1											
ENSINO PRIMÁRIO/INSTRUÇÃO PRIMÁRIA	P1		P1																		
			E1				A1	P3	P2												
ESCOLA DE MÚSICA								P1	P1												
DIPLOMAS - ritual								P1													J4
ESCOLA MISTA		P1																			
ESCOLA NORMAL	P1							P3	P4						R1						

APÊNDICE C – CATEGORIAS E JORNAIS

Nº.	CATEGORIA	JORNAIS
1. 3	ANIVERSARIO DE ALUNO	PACOTILHA: jornal da tarde 16 julho 1907, n. 167, ano 17; PACOTILHA. 17 de agosto 1907 n. 195. Ano XXVII; PACOTILHA Jornal da Tarde. 17 de agosto 1907 n. 195. Ano XXVII; DIÁRIO DO MARANHÃO 12 AGOSTO 1905; DIÁRIO do Maranhão, 12 agosto de 1905, n. 9605, ano 36. DIARIO DO MARANHÃO, 12 AGOSTO 1905; O JORNAL 26 fev. 1920, n. 1608, ano 6.
2. 5	ANUNCIO DE REALIZAÇÃO DE EXAMES	PACOTILHA. 15 de novembro de 1907 n. 271 ano XXVII; DIÁRIO DO MARANHÃO 20 nov. de 1906, n. 9992, ano 37; O JORNAL 14 de nov. 1919, n. 1522, ano 5. O JORNAL 17 nov. 1919, n. 1504, ano 5. O JORNAL, 14 de nov. 1919, n. 1522, ano 5. 3
3. 6	BENEDITO LEITE	PACOTILHA: jornal da tarde 13 junho 1906, n. 139. Ano 16; DIARIO DO MARANHÃO, 5 setembro de 1906, n. 9928. DIARIO DO MARANHÃO, 31 AGO 1906, N. 9924. 1
4. 7	ANALFABETISMO	O COLEGIAL. Número especial, ano 2, n. 2, Maranhão, 13 set. 1916. 1
5. 9	CONTOS – literários	PACOTILHA 27 jan. 1909, n. 22, ano 18; PACOTILHA O Jornal da tarde, 27 jan. 1909, n. 22, ano 18. 1
6. 11	CRIAÇÃO DE GRUPO ESCOLAR/ESCOLA/cadeiras	PACOTILHA O Jornal da tarde, 23 maio 1908, n. 122, ano 18; DIÁRIO DO MARANHÃO 12 de setembro de 1904 n. 9327 ano 35; DIÁRIO DO MARANHÃO 22 março de 1905 n. 9488 ano 36; DIÁRIO DO MARANHÃO 31 AGO 1906, N. 9924; DIÁRIO DO MARANHÃO 13 mar. 1911. DIARIO DO MARANHÃO. DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 11025, ano 41. 2 abr. 1910. DIARIO DO MARANHÃO, 13 mar. 1911. ACTOS E FACTOS. Maranhão: Imprensa Oficial, 1912.
7. 12	CRISE FINANCEIRA	O PORVIR. Propriedade do Club Literário Theophilo Dias, ano 1, São Luís, fev. 1902, n. 2
8. 13	CRÍTICA A INSTRUÇÃO PÚBLICA/Escola primária	PACOTILHA: jornal da tarde, 30 abr. 1902, n. 102; PACOTILHA: jornal da tarde 13 junho 1906, n. 139. Ano 16; PACOTILHA 19 set. 1908, n. 223, ano 18. PACOTILHA. Jornal da tarde. 10 abr. 1883, 97, ano 3; PACOTILHA. Jornal da tarde. 7 mar. 1901. PACOTILHA. JORNAL DA TARDE. 19 de abril de 1883; DIÁRIO DO MARANHÃO 5 setembro de 1906, n. 9928. DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 10540, ano 39, set. 1908. O SER, no 1, n. 2, Rosário, 16 de nov. 1904. A ESCOLA, n. 1, ano 1, Maranhão. 9 out. 1909.; A ESCOLA. 10 de março de 1902 n. 1; A REPÚBLICA. Jornal do Povo, ano 1, n. 3 Maranhão São Luís, 31 março de 1914. A RENASCENÇA. Órgão literário e noticioso, ano 1, Maranhão. Caxias, 2 jun. 1914, n
9.	CRÍTICA AO G. E.	DIÁRIO DO MARANHÃO 5 setembro de 1906, n. 9928.
10. 14	CURSO NOTURNO	PACOTILHA: jornal da tarde 4 maio 1902, n. 54;
11. 15	DOAÇÃO DE TERRENO/aluguel de prédio	O JORNAL 22 junho de 1920, n. 1707, ano 6. DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 11054, ano 41, 6 maio 1910.

12. 16	ENCERRAMENTO DE AULA – tempo escolar	O JORNAL 14 de nov. 1919, n. 1522, ano 5; O JORNAL 15 de nov. 1919, n. 1523, ano 5; O JORNAL 17 nov. 1919, n. 1504, ano 5; O JORNAL, 26 nov. 1919, n. 1532, ano 5;
13.	ENDERÇO	PACOTILHA Jornal da Tarde. Maranhão. 1º de agosto de 1907 n. 181. Ano XXVII.
14. 17	ENSINO / MÉTODO CLASSICO	PACOTILHA: jornal da tarde 10 abril de 1883, n. 97 ano 3; A ESCOLA, n. 1, ano 1, Maranhão. 9 out. 1909.
15. 18	ENSINO /MÉTODO MODERNO	PACOTILHA: jornal da tarde 10 abril de 1883, n. 97 ano 3; O SER, no 1, n. 2, Rosário, 16 de nov. 1904. A ESCOLA, n. 1, ano 1, Maranhão. 9 out. 1909.
16. 19	ENSINO PRIMÁRIO/INSTRUÇÃO PRIMÁRIA	PACOTILHA: jornal da tarde 10 abril de 1883, n. 97 ano 3; PACOTILHA: jornal da tarde 4 maio 1902 n. 54; A ESCOLA. 10 de março de 1902 n. 1
17.	ESCOLA MODELO/CURSO ANEXO	PACOTILHA. 15 de novembro de 1907 n. 271 ano XXVII; PACOTILHA, 19 de novembro de 1907 n. 274 ano XXVII; PACOTILHA. 31 dezembro de 1907, n. 310 ano XXVII; PACOTILHA. 2 de janeiro de 1908, n. 2, ANO XXVIII; PACOTILHA, 3 de janeiro de 1908, n. 3, ano XXVIII; A ESCOLA. 10 de março de 1902 n. 1; O ALCANTARARENSE, n. 1, maio de 1906, ano 1, Alcântara, maio de 1906,
18. 20	ESCOLA DE MÚSICA	PACOTILHA: JORNAL DA TARDE. Maranhão. 1º de agosto de 1907 n. 181. Ano XXVII; PACOTILHA. 19 de fevereiro de 1908, n. 42, ano 18
19. 20	DIPLOMAS – ritual	PACOTILHA. 15 de novembro de 1907 n. 271 ano XXVII; O JORNAL 8 nov. 1919, n. 1517, ano 5; O JORNAL 14 de nov. 1919, n. 1522, ano 5; O JORNAL 15 de nov. 1919, n. 1523, ano 5; O JORNAL 17 nov. 1919, n. 1504, ano 5;
20. 21	ESCOLA MISTA	PACOTILHA, JORNAL DA TARDE. 10 dez. 1901;
21. 22	ESCOLA NORMAL	PACOTILHA: jornal da tarde.9 de abril de 1883; PACOTILHA. 19 de outubro de 1907 n. 249, ano XXVII; PACOTILHA. 21 de outubro de 1907, n. 250, ano XXVII; PACOTILHA. 31 dezembro de 1907, n. 310 ano XXVII; PACOTILHA. 2 de janeiro de 1908, n. 2, ANO XXVIII; PACOTILHA. 4 janeiro de 1908, n. 4, ano, XXVIII; PACOTILHA. 18 de Janeiro de 1908, n. 15 ano 18; PACOTILHA. 28 janeiro de 1908, n 23 ano 18; A REPÚBLICA. Jornal do Povo, ano 1, n. 3, Maranhão São Luís, 31 março de 1914.
22. 24	EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS	O JORNAL 28 de novembro de 1917 n. 920 ano 3; O JORNAL 20 nov. 1917, n. 913, ano 3; O JORNAL 14 de nov. 1919, n. 1522, ano 5; O JORNAL 15 de nov. 1919, n. 1523, ano 5; O JORNAL 17 nov. 1919, n. 1504, ano 5. O JORNAL, 26 nov. 1919, n. 1532, ano 5; O JORNAL 27 nov. 1919, n. 1533, ano 5; O JORNAL 8 novembro de 1919, n. 1517 ano 5;
23. 25	FESTA ESCOLAR / EVENTOS	PACOTILHA: jornal da tarde 6 novembro de 1905, n. 262, ano 14; PACOTILHA, 19 de novembro de 1907 n. 274 ano XXVII; PACOTILHA Jornal da tarde. 16 julho 1907, n. 167, ano 17; PACOTILHA Jornal da tarde. 4 novembro de 1905, n. 262, ano 14; DIÁRIO DO MARANHÃO 9682; O JORNAL. 20 nov. 1917, n. 913, ano 3; O JORNAL n. 920, ano 3, 28 nov. 1917; O JORNAL 20 nov. 1917, n. 913, ano 3; O JORNAL 17 nov. 1919, n. 1504, ano 5. JORNAL, 8 nov. 1919, n. 1517, ano 5.
24. 26	FREQUENCIA ESCOLAR	DIÁRIO DO MARANHÃO 31 AGO 1906, N. 9924. A REPÚBLICA. Jornal do Povo, ano 1, n. 3Maranhão São Luís, 31 março de 1914.

25.	GRUPO ESCOLAR	DIÁRIO DO MARANHÃO 5 setembro de 1906, n. 9928.
26. 27	IMPrensa	O COMBATE , ano 1, n. 1, Maranhão, 18 de ago. 1906.
27. 28	IMPRESSAO DE VIAGEM	DIÁRIO DO MARANHÃO 12 agosto de 1905, n. 9605, ano 36. Edição 9643
28. 29	INFRAESTRUTURA	DIÁRIO DO MARANHÃO 26 de setembro de 1904 n. 9339 ano 35; A REPÚBLICA . Jornal do Povo, ano 1, n. 3 Maranhão São Luís, 31 março de 1914. PACOTILHA O Jornal da tarde, 19 set. 1908, n. 223, ano 18. DIÁRIO DO MARANHÃO , n. 11054, ano 41, 6 maio 1910.
29. 30	INSTRUÇÃO PÚBLICA	PACOTILHA : jornal da tarde 13 junho 1906, n. 139. Ano 16; A ESCOLA . 10 de março de 1902 n. 1; DIÁRIO DO MARANHÃO , n. 10540, ano 39, set. 1908.
30. 30	LICENÇA DE PROFESSOR	O JORNAL 26 fev. 1920, n. 1608, ano 6.
31. 31	MATRÍCULA	PACOTILHA . 31 dezembro de 1907, n. 310 ano XXVII; PACOTILHA , 14 jan. 1907; PACOTILHA , 15 JAN. 1907, n. 13; PACOTILHA , 16 JAN. 1907, n. 14; 17 janeiro 1907, n. 15. PACOTILHA , 18 jan. n. 21; PACOTILHA , 24 JAN. 1907, N. 21; PACOTILHA , 3 de janeiro de 1908, n. 3, ano XXVIII; PACOTILHA . 8 janeiro de 1908, n. 6 ano XVIII; PACOTILHA . 9 de janeiro de 1908, n 7, ano XVIII; PACOTILHA . 10 de jan. 1908, n. 9, ano 18; PACOTILHA . 11 de jan. de 1908; PACOTILHA , 23 maio 1908, n. 6, 7, 8, 10, 12 ano 18. PACOTILHA 7 jan. 1909, n. 5 ano 19. PACOTILHA 13 de janeiro de 1909, n. 10; PACOTILHA 15 de janeiro de 1909, n. 12; DIÁRIO DO MARANHÃO n. 10343 3 de janeiro de 1908; DIÁRIO DO MARANHÃO 10344; DIÁRIO DO MARANHÃO 10345; DIÁRIO DO MARANHÃO 10346; DIÁRIO DO MARANHÃO 10346; DIÁRIO DO MARANHÃO n. 10347; DIÁRIO DO MARANHÃO n. 10348; DIÁRIO DO MARANHÃO n. 10348(2); DIÁRIO DO MARANHÃO 10350; DIÁRIO DO MARANHÃO 10352; DIÁRIO DO MARANHÃO 10356; DIÁRIO DO MARANHÃO 10358;
32. 32	MOBÍLIA ESCOLAR	PACOTILHA 19 set. 1908, n. 223, ano 18.
33.	MATERIAL ESCOLAR	DIÁRIO DO MARANHÃO 26 de setembro de 1904 n. 9339 ano 35;
34. 33	MUDANÇA DE ENDEREÇO G. E.	CORREIO DA TARDE . Folha diária, 1 fev. 1910, n. 51, ano II.
35. 34	NOMEAÇÃO DE PROFESSOR	PACOTILHA 9 março 1909 n. 57. Ato do Poder Executivo, 5 março 1909; PACOTILHA 1 de maio de 1909 n. 102; PACOTILHA 31 julho de 1909, n. 179; PACOTILHA Jornal da tarde. 4 julho 1904 , 157 ano XXIV; DIÁRIO DO MARANHÃO . 31 março de 1903; DIÁRIO DO MARANHÃO 12 de setembro de 1904 n. 9327 ano 35; O JORNAL . 1 julho 1919, n. 1405, ano 5.
36. 35	OBRIGATORIEDADE	A REPÚBLICA . Jornal do Povo, ano 1, n. 3, Maranhão São Luís, 31 março de 1914.
37. 36	ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	PACOTILHA : jornal da tarde. 22 junho de 1906, n. 147, ano 16. PACOTILHA Jornal da Tarde. Maranhão 7 de agosto de 1907. DIÁRIO DO MARANHÃO 22 março de 1905 n. 9488 ano 36;
38. 37	PAPEL DO PROF.	O SER , no 1, n. 2, Rosário, 16 de nov. 1904.

39. 38	POLITICAGEM	A REPÚBLICA. Jornal do Povo, ano 1, n. 3, Maranhão São Luís, 31 março de 1914.
40. 39	PROGRESSO DA CIENCIA E DA LITERATURA	O PORVIR. Propriedade do Club Literário Theophilo Dias. Publicação mensal. Assinatura trimestral. 1\$000 contos. Redação à rua de São João, n. 17, ano 1, São Luís, fev. 1902, n. 2, A VIDA NO LAR. Ano 1, Maranhão, out. 1913. Distribuição gratuita, n. 4;
41.	REABERTURA DE AULA	DIÁRIO DO MARANHÃO n. 11279, ano 42, 28 jan. 1911
42. 40	REESTABELECIMENTO DO G. E.	PACOTILHA: jornal da tarde. 27 março de 1907, n. 74, ano 17; PACOTILHA: jornal da tarde. 7 maio de 1907 n. 108, ano 17; PACOTILHA: jornal da tarde 8 de maio de 1907 n. 109, ano 17.
43. 41	REFORMA	PACOTILHA: jornal da tarde.9 de abril de 1883; PACOTILHA: jornal da tarde 10 abril de 1883, n. 97 ano 3; PACOTILHA: jornal da tarde. JORNAL DA TARDE, 30 abr. 1902, n. 102; PACOTILHA, 7 de agosto de 1907; PACOTILHA. 20 de setembro de 1907. Sexta feira. N. 224. Ano XXVII; PACOTILHA. JORNAL DA TARDE. 19 de abril de 1883.; DIÁRIO DO MARANHÃO. 31 março de 1903; DIÁRIO DO MARANHÃO 3 agosto de 1904, n. 9295 ano 15; DIÁRIO DO MARANHÃO 5 de agosto de 1904 n. 9296 ano 15; DIÁRIO DO MARANHÃO 6 de agosto de 1904, n. 9297 ano 15; DIÁRIO DO MARANHÃO 8 de agosto de 1904;
44. 43	RESULTADO DE EXAMES	JORNAL DA TARDE. 10 dez. 1901;
45. 44	RESULTADO DE EXAMES – E. N.	PACOTILHA. 19 de outubro de 1907 n. 249, ano XXVII; PACOTILHA. 21 de outubro de 1907, n. 250, ano XXVII; PACOTILHA, 24 de outubro de 1907, n. 253, ano XXVII – quarta feira; PACOTILHA, 26 de outubro de 1907 – sábado; PACOTILHA, 28 de outubro de 1907 segunda feira; 19 de novembro de 1907 n. 274 ano XXVII; PACOTILHA, 29 de outubro de 1907, n. 257, ano XXVII, terça-feira; PACOTILHA, 30 DE outubro de 1907, n. 258, ano XXVII; PACOTILHA, N, 264; PACOTILHA. 18 de Janeiro de 1908, n. 15 ano 18; PACOTILHA. 28 janeiro de 1908, n 23 ano 18;
46. 45	REUNIAO DE PROF.	DIÁRIO DO MARANHÃO n. 11279, ano 42, 28 jan. 1911.
47. 46	SALÁRIO DE PROF.	PACOTILHA: jornal da tarde.9 de abril de 1883;
48. 47	SEGURANÇA G.E.	PACOTILHA 6 julho de 1908, n. 158, ano 18.
49. 48	SUPRESSAO DE ESCOLA	PACOTILHA: jornal da tarde 13 junho 1906, n. 139. Ano 16;
50. 49	TRANSFERENCIA DE CARGO – G. E.	PACOTILHA 2 julho 1908, n. 155, ano 18; PACOTILHA 21 ago. 1908, n. 198, ano 18. PACOTILHA 9 março 1909 n. 57 Ato do Poder Executivo, 5 março 1909.
51. 50	VERSOS – literário	A ESCOLA. 11902, p. 4; A ESCOLA, 23 de setembro de 1902; A VIDA NO LAR. Ano 1, Maranhão, out. 1913. Distribuição gratuita, n. 4,
52. 51	VISITA	PACOTILHA: jornal da tarde 13 junho 1906, n. 139. Ano 16. DIÁRIO DO MARANHÃO n. 11008, ano 41, 12 mar. 1910; DIÁRIO DO MARANHÃO n. 11144, ano 41, 22 ago. 1910; DIARIO DO MARANHÃO, 31 AGO 1906, N. 9924. DIARIO DO MARANHÃO, 5 setembro de 1906, n. 9928. DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 11008, ano 41, 12 mar.

		1910. DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 11025, ano 41. 2 abr. 1910. DIÁRIO DO MARANHÃO, n. 11144, ano 41, 22 ago. 1910.
53.	UNIFORMIZAÇÃO	PACOTILHA Jornal da Tarde. Maranhão 7 de agosto de 1907.

ANEXO

ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DA MENSAGEM DO MINISTRO J. J. SEABRA

—+—

Instrucção publica

(Continuação)

II

A muitos parecerá exaggerada a opinião desfavoravel que faço da nossa instrucção publica, cuja decadencia considero um reflexo do prisma polychromico da depressão moral que caracteriza o momento actual da vida da Nação.

A estes responderei transcrevendo para aqui alguns trechos do relatorio do Ministro do Interior, que me parece insuspeito. Essa transcripção annullará tambem a illação que alguem queira porventura daqui tirar para concluir que procuro fazer opposição, levando o des-credito aquelles que, do alto, são incumbidos da defeza e propagação da instrucção.

Diz o ministro J. J. Seabra:

«... Em materia de instrucção publica parece que caminhamos para trás; cada anno volvido representa um passo dado em sentido contrario á evolução natural á que deveriamos obede-

cer, e este facto singular e estranho á primeira vista, encontra razão de ser na situação precaria e afflictiva que actualmente atravessa o ensino no Brasil.

«Nada direi da instrucção primaria, collocada, como se acha, fóra da alçada do departamento da publica administração a meu cargo.

«Reconheço todavia quanto deixa ella a desejar e lamento sinceramente não se tenha ainda estabelecido a obrigatoriedade do ensino primario, ao menos na capital da Republica, onde o numero de analphabetos avulta, em flagrante contraste com o nosso gráo de civilisação.»

A opinião desfavoravel, com tanta verdade e com tão louvavel franqueza aqui manifestada pelo ministro da instrucção, não poderia certamente ser mais benevola si elle se tivesse referido especialmente á instrucção publica no Maranhão.

E não será porventura uma necessidade inadiavel dar direcção mais conveniente á instrucção primaria do Estado, onde incontestavelmente o numero relativo de analphabetos cresce em progressão mais rapida do que no Districto Federal?

Ninguem, de boa fé e de intelligencia esclarecida, responderá pela negativa.

A primeira difficuldade que se nos depara provém do lado financeiro da questão.

Mas estou certo de que, com um pequeno augmento de despesas, largamente justificavel, se conseguiria, pelo menos, melhorar muito o que já temos, e que é insufficiente e de má qualidade.

Bastaria, para isso, transformar, com mão forte, todas as actuaes escolas primarias em verdadeiras casas de ensino, afastando do magisterio os pseudos professores que por ali ha, sem competencia e sem amor ao trabalho; bastaria nomearem-se professores e não ganhadores.

Alem disso, que o governo nomeasse fiscaes ou inspectores, provecos e energicos, com attribuições sufficientes para poderem vantajosamente lutar contra as influencias politicas, que não deixariam de mover-lhes guerra desde que, no cumprimento do dever, tivessem de levantar a mão contra algum afilhado querido.

Sem fiscalisação séria nada se conseguirá, hoje que o povo é indifferente a tudo que não seja questão de boca (permittam-me a expressão).

Nomear inspectores mais desmoralizados e criminosamente indifferentes do que os maus professores, é hypocritamente querer apparentar coisa séria; é conscientemente tomar e nuvem por Juno. Precisamos de —verdade— e não de apparencia.

Só mais tarde, quando o Brasil fôr deixando de ser o paiz dos titulos, o paiz dos doutores e dos officiaes da guarda nacional, na sua maioria igualmente falsificados, *para a vaidade ver*; quando, em summa, se estiverem sentindo os efeitos benelicos da verdadeira instrucção, poderá então o governo confiar a fiscalisação exercida pelo proprio povo; fiscalisação que se estenderá naturalmente a tudo que disser respeito aos interesses da collectividade: desde as companhias industriaes anonymas, cujas directorias se constituem hoje soberanas, absolutas, dos bens de outrem; desde os negocios dos nossos municipios autonomos, onde os respectivos funcionarios não se julgam obrigados a prestar contas do emprego que dão aos dinheiros publicos; até ás eleições, cujo abandono e descredito transformam em uma mentira o nosso systema de governo democratico.

Caxias—Junho—90.

J. Palhano de *Le...*

—A seguir.